

**ESTUDOS DE HISTÓRIA DO
COTIDIANO**

ESTUDOS DE HISTÓRIA DO COTIDIANO

Edgar Gandra e Paulo Possamai
(organizadores)



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar Gonçalves Borges
Vice-Reitor: Prof. Dr. Manoel Luiz Brenner de Moraes
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Luiz Ernani Gonçalves Ávila
Pró-Reitora de Graduação: Prof. Dra. Eliana Póvoas Brito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Manoel de Souza Maia
Pró-Reitor Administrativo: Prof. Ms. Élio Paulo Zonta
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Rogério Daltro Knuth
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Admin. Roberta Trierweiler
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Renato Brasil Kourrowski
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Assistente Social Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues	Prof. Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira
Profa. Dra. Cristina Maria Rosa	Prof. Dr. José Estevan Gaya
Profa. Dra. Flavia Fontana Fernandes	Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas
Profa. Dra. Francisca Ferreira Michelin	Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke
Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski	Prof. Dr. Volmar Geraldo da Silva Nunes
Profa. Dra. Vera Lucia Bobrowsky	Prof. Dr. William Silva Barros



Editora e Gráfica Universitária
R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150
Fone/fax: (53) 3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Carlos Gilberto Costa da Silva
Gerência Operacional: João Henrique Bordin

Impresso no Brasil

Editoração: Edalaura Berny Medeiros
Revisão: Ana Inez Klein e Paulo Cesar Possamai
Capa: Spencer Ávila Gandra
Edição: 2011
ISBN: 978-85-7192-670-7
Tiragem: 300 exemplares

Dados de Catalogação na Fonte Internacional:

Maria Fernanda Monte Borges
Bibliotecária - CRB -10/1011

E82 Estudos de História do Cotidiano / Organizado por Edgar Gandra e Paulo Possamai. – Pelotas : Ed. da UFPel, 2011.
252 p.

ISBN : 978-85-7192-670-7

1. História. 2. Brasil. 3. Cotidiano. I. Gandra, Edgar, org. II. Possamai, Paulo, org.

CDD : 981

ÍNDICE

- 7 Apresentação: ainda a história do cotidiano
Benito Bisso Schmidt
- 13 Ser sem poder ser: os não-judeus judeus no Mundo Português durante a Modernidade: relações sociais, perseguições, intolerâncias
Angelo Adriano Faria de Assis
- 37 “Nos cárceres não há segredo nenhum e que se falam mui livremente como se estivessem em suas casas”: o cotidiano dos cárceres inquisitoriais
Marco Antônio Nunes da Silva
- 63 De ganhadores, bandidos, soldados e festas: o cotidiano nas ruas das cidades açucareiras de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII
Kalina Vanderlei Silva
- 87 Viver na fronteira: o cotidiano na Colônia do Sacramento
Paulo César Possamai
- 113 “Casa quanto chegue, campo a perder de vista”: a cultura material da elite colonial no sul da América portuguesa
Fábio Kühn

139 O cotidiano rural no Rio Grande do Sul na segunda metade do XIX: das estâncias aos ervais

Cristiano Luís Christillino

163 Táticas pró-liberdade: o cotidiano da abolição revisitado em Pelotas.

Beatriz Ana Loner

185 Anotações sobre o cotidiano da tuberculose através das narrativas de familiares e curadores

Lorena Almeida Gill

205 O cotidiano e o regime disciplinar na ESAV (1927-1949): moldando o profissional em agricultura

Denilson Santos de Azevedo

229 Crônica, história e cotidiano

Ana Inez Klein

241 Nas margens da história: notas sobre os trabalhadores tradicionais e a historiografia

Edgar Ávila Gandra

Marcos Cesar Borges da Silveira

APRESENTAÇÃO: **Ainda a história do cotidiano**

Benito Bisso Schmidt*

A história do cotidiano foi uma moda historiográfica no Brasil nos últimos anos da década de 1980 e nos primeiros do decênio subsequente, e não falo aqui em moda como algo pejorativo, mas como uma forma de se vislumbrar o passado que alcançou grande difusão entre os historiadores e visibilidade junto ao grande público, expressando preocupações e anseios intelectuais e sociais. Naquele momento, foram lançadas coleções cujos títulos iniciavam com a expressão “A vida cotidiana nos tempos de...” e o vocábulo cotidiano passou a freqüentar as páginas de livros, artigos, monografias, dissertações e teses no campo da História. Se antes a história do cotidiano era associada a uma história tradicional, dos “usos e costumes”, incapaz de explicar os processos sociais relevantes, praticada por historiadores diletantes e afastados das principais correntes do conhecimento histórico, a partir de então, ela passou a ocupar um lugar de destaque na produção historiográfica. Como é possível explicar tal mudança?

Do ponto de vista social e político, vivia-se o momento da redemocratização do país e da efervescência dos chamados novos

* Doutor em História pela UNICAMP. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Apresentação

movimentos sociais que procuravam atuar politicamente “desde baixo”, desafiando o papel do Estado e dos partidos como principais propulsores de mudanças, e clamando por alterações justamente ao nível das relações cotidianas, vistas como mais significativas na implantação de uma nova ordem social.

No plano intelectual, o momento foi marcado pela recepção, no Brasil, das discussões sobre a crise dos grandes paradigmas explicativos, em especial do estruturalismo e do funcionalismo, sobretudo em suas versões marxistas. Sob o influxo de autores tão diversos como Michel Foucault e E. P. Thompson, desconfiava-se cada vez mais de uma história focada nas grandes agências de dominação e nos movimentos formais de resistência, ou nas grandes estruturas sociais que pareciam prescindir da ação humana, ou ainda nos movimentos de longa duração, acessíveis apenas por sofisticadas metodologias quantitativas, e apostava-se numa perspectiva de análise que priorizava a experiência dos atores, os mecanismos sutis de dominação, as resistências sub-reptícias e o tempo curto, próximo da vida dos indivíduos. O cotidiano parecia ser então o espaço privilegiado para a realização deste propósito.

Destas motivações resultaram obras de grande qualidade que, verdadeiramente, revolucionaram a historiografia brasileira e permitiram novos olhares sobre questões como: o papel dos escravos na configuração e na contestação do sistema escravista, as formas através das quais o capitalismo se implantou no Brasil e a atuação das mulheres em contextos marcados por forte dominação patriarcal. Ao invés de seres “passivos” que simplesmente sofreram o impacto de sistemas opressivos, e que só puderam reverter essa passividade quando se organizaram em partidos e entidades formais, emergiram, das páginas dos trabalhos historiográficos, verdadeiros agentes sociais (escravos, operários, mulheres, bruxas, loucos, marginais...) que atuaram de múltiplas e contraditórias maneiras, por meio de suas ações

cotidianas, e, dessa maneira, não só resistiram, mas ajudaram a moldar as próprias estruturas de dominação.

Porém, como toda a moda, essa também teve seus aspectos negativos. Ao lado de obras de excelente qualidade, surgiram outras que meramente descreviam aspectos do dia-a-dia de outros tempos, sem nenhuma preocupação analítica. Afinal, como bem alertou Sílvia Petersen, muitas vezes, sob a rubrica do novo, travestem-se e ganham projeção formas bastante tradicionais de escrita da História, que já foram muito criticadas pelos próprios historiadores.¹ De maneira mais geral, naquele momento, em meio à euforia do “novo” (nova República, nova história, novos movimentos sociais...) e da descoberta das potencialidades políticas e explicativas do cotidiano, seguidamente perdeu-se de vista uma interrogação: que dimensões da História é possível se conhecer melhor, ou ao menos de outra forma, quando o olhar se volta para o dia-a-dia?

Neste questionamento foram fundamentais os trabalhos de Sílvia Petersen, os quais, dentre outros pontos, detectaram que, seguidamente, a palavra cotidiano, apesar de aparecer nos títulos de muitos trabalhos produzidos por historiadores, não funcionava como uma verdadeira categoria de análise, despontando, no máximo, como o “palco” onde as tramas investigadas se realizavam. Além disso, a autora questionou o fato de que a história do cotidiano era, em geral, definida por negação, pelo que ela não significava, sem que houvesse uma preocupação mais efetiva em conferir conteúdo a essa perspectiva. Lembrou ainda, e isso me parece fundamental, que já existiam significativas contribuições teóricas para se pensar o cotidiano e que essas não poderiam deixar de ser, ao menos superficialmente,

¹ PETERSEN, Sílvia R. F. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do “novo” e a crítica do racionalismo. *LPH: Revista de História*. Ouro Preto: UFOP, v. 3, n. 1, 1992.

Apresentação

conhecidas pelos historiadores, sob o risco deles estarem “reinventado a roda”.²

Assim, por exemplo, ficou claro que a produção historiográfica poderia se enriquecer com as contribuições de autores como os filósofos marxistas críticos Karel Kosik e Agnes Heller que encaram o cotidiano, por seu caráter repetitivo e automatizado, como o âmbito fundamental para o entendimento do fenômeno da alienação. Contudo, apesar de indicar uma grande afinidade entre alienação e cotidianidade, Heller reconheceu que a vida de todos os dias também permite ao ser humano uma margem de manobra e ação, de individuação e configuração de novas atitudes.³ Desde outro ponto de vista, o sociólogo Michel Maffesoli e o historiador Michel de Certeau pensaram o cotidiano como um espaço prenhe de vitalidade, onde novas formas de sociabilidade são constituídas e onde se configura e se exerce uma antidiplina em relação às normas hegemônicas⁴. Torna-se evidente, pois, que esses e outros estudiosos certamente têm muito a oferecer, em termos de *insights* interpretativos, aos historiadores interessados em examinar o funcionamento desta dimensão fundamental da vida social, pois comum a todos os indivíduos, já que não existe ninguém que não viva boa parte de sua existência imerso nas rotinas e atribuições do cotidiano.

² PETERSEN, Sílvia R. F. A renovação da historiografia e o tema da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: MAUCH, Cláudia e outros. *Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. da UFRGS/Ed. da ULBRA e Ed. da UNISINOS, 1994; Idem. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. da UFRGS/Ed. da UNISC, 1995.

³ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 e Idem. *Sociologia de La vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1994; KOSIK, Karel. *Dialética de lo concreto*. México: Grijalbo, 1963.

⁴ MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento comum*. São Paulo: Brasiliense, 1985; DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. São Paulo: Vozes, 2003.

Outro problema relacionado à moda da história do cotidiano diz respeito ao fato de que, como qualquer moda, ela também foi progressivamente abandonada à medida que outros produtos ganharam mais destaque no mercado intelectual e midiático, como os estudos de representação e sensibilidade, igualmente com grande potencial explicativo, desde que ancorados em sólidas reflexões teóricas e metodológicas e não em proclamações do tipo: “isso é novo, então é melhor!”. Progressivamente, o interesse pela vida cotidiana de outros tempos foi diminuindo e os estudos voltados a esse âmbito que tanto iluminaram a historiografia brasileira passaram a ser, progressivamente, menos lidos. Um importante conjunto de reflexões e debates ficou associado à “estação passada”, como é a lógica do mundo *fashion*.

Por isso, é em boa hora que vem à luz o livro “Estudos de história do cotidiano”, organizado por Edgar Gandra e Paulo Possamai, o qual reúne onze textos de diferentes autores que, a partir de variadas perspectivas, se voltam para a análise dessa dimensão do social: a vida de todos os dias. A maior parte dos trabalhos examina, com base em sólida pesquisa em fontes diversificadas (dos documentos oficiais às entrevistas de história oral), o cotidiano de agentes como: prisioneiros da inquisição, soldados em regiões de fronteira, escravos, tuberculosos, entre outros; ou seja, predominantemente (mas não exclusivamente) sujeitos pertencentes aos grupos sociais mais explorados e oprimidos, o que remete à história do cotidiano praticada nos anos 80 e 90, e caracterizada brevemente no início dessa apresentação, evidenciando que, embora a moda tenha passado, o estudo do dia-a-dia ainda pode oferecer muitas contribuições à pesquisa histórica. Esses textos mostram, por exemplo, que, no cotidiano, podem acontecer “pequenos” movimentos fundamentais para o transcurso da “grande história” (como evidencia o capítulo de Beatriz Loner para o caso do abolicionismo), bem como explicitam de que forma agem os mecanismos disciplinares presentes em instituições tão diversas como os cárceres inquisitoriais (texto de Marco Antônio

Apresentação

Nunes da Silva) e uma escola agrícola no século XX (contribuição de Denilson Santos de Azevedo), para citar apenas algumas possibilidades analíticas indicadas na obra. De forma geral, fica claro que, como afirma Agnes Heller, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”, trecho igualmente citado no instigante estudo de Lorena Almeida Gill.

Completam a obra um estudo de cunho mais teórico sobre as relações entre crônica, história e cotidiano (de Ana Inez Klein) e uma reflexão historiográfica sobre a presença/ausência dos ditos “trabalhadores tradicionais” na historiografia do trabalho, já que o estudo dos primeiros não pode prescindir da observação de sua vida cotidiana.

Parabéns aos organizadores e autores por acreditarem que o conhecimento histórico precisa avançar para além do “último grito da moda”, levando em conta preciosas contribuições oferecidas por temáticas e reflexões teórico-metodológicas aparentemente *old fashion*. Que esse livro inspire novos e ricos investimentos na história do cotidiano!

Porto Alegre, 15/05/2011.

SER SEM PODER SER:
Os não-judeus judeus no Mundo Português durante a
Modernidade: relações sociais, perseguições, intolerâncias

Angelo Adriano Faria de Assis*

Em outubro de 1497, os judeus portugueses foram transformados oficialmente em cristãos-novos, vítimas do decreto de expulsão assinado dez meses antes pelo monarca, que buscava a unidade de fé no reino. Expulsos de Portugal, mas proibidos de deixar o reino, foram abruptamente transformados em cristãos, mas continuariam a sofrer os preconceitos e perseguições anteriormente dedicados aos judeus.

Este processo de conversão forçada dos judeus ao cristianismo efetivado através dos decretos de 1496 e seus desdobramentos para o mundo português são assuntos vastamente estudados pela historiografia luso-brasileira, tanto clássica quanto recente. Se, por um lado, as leis manuelinas transformaram oficialmente os judeus e seus descendentes em cristãos, no intuito de homogeneizar a fé e de impedir a saída de um importante grupo do reino, integrando-o à sociedade portuguesa, a diferenciação criada no “status cristão” de cada grupo

* Doutor em História pela UFF. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Este artigo é um pequeno recorte de minha tese de doutorado, *Macabéias da Colônia: Criptojudaísmo feminino na Bahia - Séculos XVI-XVII*, defendida em 2004, somado aos acréscimos decorrentes das pesquisas desenvolvidas *a posteriori*.

sedimentaria a divisão entre os de sangue diverso, criando problemas no relacionamento entre os cristãos de origem, doravante denominados cristãos velhos, e os neoconvertos e seus descendentes, vistos por aqueles como uma espécie de “cristãos de segunda categoria”, vítimas dos preconceitos outrora destinados aos judeus. Durante o tempo próximo de três séculos em que vigorou a distinção entre cristãos velhos e cristãos-novos, estes seriam perseguidos socialmente, apontados, genérica e indistintamente, como propagadores do judaísmo proibido, fato que só era efetivamente realidade para uma determinada parcela dos neoconvertos, que relutava em aceitar o catolicismo e abandonar a antiga fé, os denominados criptojudeus.

A crescente historiografia luso-brasileira sobre os cristãos-novos e a Inquisição remete-nos a variados esforços de análise da situação enfrentada pelo indivíduo neoconverso, discutindo a veracidade de sua assimilação cristã e a sua aceitação pelo *locus* católico dominante, assim como os preconceitos e conflitos decorrentes do mal-estar mútuo que dominava a cena. Alguns autores defendem que o processo de aceitação e assimilação do cristianismo entre os cristãos-novos foi relativamente tranquilo, visto os interesses comuns da Coroa e dos conversos por sua permanência em território português. Outra corrente prefere enfatizar os limites deste batismo forçado, chamando a atenção para a manutenção das tradições, fé e costumes dos antepassados ocultamente, embora, no dia-a-dia, os cristãos-novos simulassem o fervor católico para eliminar possíveis desconfianças públicas quanto a suas verdadeiras crenças. Generalizações à parte, é certo, contudo, que através dos tempos em que foi mantida a distinção sanguínea nos domínios lusitanos, a assimilação cristã dos neoconvertos e o relacionamento entre os grupos de “sangue imaculado” e de “sangue infecto” sofreria constantes alterações, marcadas, entre outros motivos, pelo grau de proximidade com o período de livre fé, a tornar maiores ou menores as probabilidades de manutenção efetiva e consciente do judaísmo pelos cristãos-novos.

A primeira geração de neoconvertos, surgida no momento imediato do processo de conversão forçada e, por conseguinte, possuidora de laços mais fortes com o judaísmo livre e tradicional, sem dúvida, se difere, em escala crescente, das gerações subsequentes, de acordo com o aumento da distância temporal entre elas. No período anterior aos dramáticos episódios da década de 1490, iniciados em 1492 com a chegada, em Portugal, de milhares de judeus expulsos de Espanha e agravados com o decreto de expulsão datado de 1496 e a conversão forçada realizada em 1497, os judeus não enfrentaram maiores problemas em Portugal - salvo momentos de exceção, de forma alguma desprezíveis, nos quais a violência se fez presente -, possuindo garantias legais que possibilitavam liberdade de crença e uma permanência relativamente tranquila no reino. Prova disto era a secular vitalidade religiosa da numerosa comunidade judaica lusitana antes dos decretos manuelinos de monopólio católico, a praticar livremente os ensinamentos da Torá, frequentando sinagogas e repassando as tradições aos descendentes, espalhados por todo o reino e atuantes nas mais distintas funções, inclusive exercendo cargos de confiança e gozando do prestígio especial de alguns monarcas. Esta leva inicial de cristãos-novos, batizada por decreto real, nascera e crescera ainda em tempo dos judeus, convivendo com rabinos instituídos e reconhecidos pelo Estado, a aconselhar e orientar a comunidade em suas dúvidas e problemas, possibilitando uma melhor interpretação e obediência às escrituras sagradas. Foram estes cristãos-novos de primeira hora, no período que antecedeu os acontecimentos de 1497, instruídos em escolas judaicas, frequentando livremente as reuniões religiosas nas sinagogas, vivenciando o calendário litúrgico e de festividades, reproduzindo os costumes dos antepassados, tanto no templo quanto no lar, sem qualquer impedimento. Conhecedores de suas tradições culturais e religiosas, estes judeus ver-se-iam obrigados por decreto ao abandono abrupto e infrene de uma prática de fé que lhes era viva e

atuante, e à aceitação pública de uma religião que os oprimia devido aos interesses monopolistas que mantinha.

O processo de conversão forçada, embora tenha oficialmente eliminado os judeus do território lusitano ao transformá-los subitamente em cristãos, não conseguiu, todavia, impedir a continuidade ainda que oculta do judaísmo. Parece-nos totalmente improvável e inviável que estes judeus - ao mesmo tempo, testemunhas e mártires dos acontecimentos -, cristianizados a contragosto por leis coercitivas, livrassem-se por completo e de imediato da ideologia e das práticas que davam rumo às suas vidas e na qual foram criados, em prol de uma religião que não lhes respeitava a diferença. Aceitavam publicamente a crença cristã por não restar outra escolha: impedidos de deixar Portugal, lutavam pela sobrevivência em ambiente hostil que lhes impunha o abandono do judaísmo e adoção da nova fé, e não por reconhecimento da “superioridade” da teologia cristã sobre a mosaica, que conheciam bem. A ratificar esta idéia, cabe lembrar que, embora obrigados legalmente a adotar o cristianismo, não houve qualquer medida oficial a balizar os decretos de expulsão/conversão forçada no sentido de investigar, julgar ou punir o comportamento religioso destoante da norma cristã por parte dos antigos judeus convertidos antes da década de 1530 - passados cerca de quarenta anos do período de liberdade religiosa -, momento inicial da instauração e estruturação da Inquisição portuguesa. Ao contrário, os antigos judeus ficavam amparados pela tolerância real através de leis que lhes conferiam imunidade contra qualquer tipo de investigação ou punição que decorressem de acusações quanto a casos de possível continuidade secreta do judaísmo. Leis estas, diga-se de passagem, decretadas pelo mesmo monarca que lhes negara anteriormente a liberdade religiosa, ciente da importância daquele grupo social para os interesses do reino, a viver, naquele momento, o apogeu de seu processo expansionista ultramarino. Segundo Ronaldo Vainfas:

D. Manuel procurou evitar a saída dos cristãos novos do reino e conteve as pressões externas e internas, quer para introduzir estatutos de limpeza ou pureza de sangue que fechassem aos cristãos novos o acesso a certos cargos na Igreja e no Estado, quer para introduzir a Inquisição nos moldes hispânicos.¹

A ausência de perseguição oficial aos Batizados em Pé nas décadas seguintes à conversão forçada permitiram, na prática, a continuidade de um judaísmo “livre”, sem maiores impedimentos até a década de 1540, quando a Inquisição iniciou efetivamente seus trabalhos: “O pouco que se sabe desta época”, aponta Vainfas, “nos sugere a nítida existência de sinagogas quase públicas ou ao menos de nichos de cristãos novos que se reuniam assiduamente para discutir o Talmud e cultivar as esperanças messiânicas de Israel”.² Em opúsculo datado de 1541, Frei Francisco Machado dava mostras da resistência judaica dos cristãos-novos em Portugal - “fazendo falsos ajuntamentos e conventículos e sinagogas”, “sacrificando a Moisés e judaizando” - quase meio século após o fim da liberdade religiosa, desafiando os relutantes na antiga fé para um improvável e inimaginável debate teológico, acenando para os que relutavam na lei de Israel com uma repressão conciliadora:

Assim que todo o vosso dizer não é senão enganos e falsidades manifestas, pelo qual folgaríamos que tomásseis vós a vossa bíblia em hebraico e nós a nossa em latim, e que disputássemos e conferíssemos, e a verdade se conheceria. Mas vós, enganados, não quereis praticar nem comunicar vossas coisas conosco, e segundo me disse um judeu, parece-me que vos é defeso no Talmud que não disputeis conosco para que não venhais em conhecimento da verdade, assim como é defeso aos mouros que não disputem com a sua Lei. E, portanto,

¹ VAINFAS, Ronaldo. “*Deixai a Lei de Moisés!* Notas sobre o *Espelho de Cristãos Novos* (1541), de Frei Francisco Machado”. In: FERREIRA DA SILVA, Lina Gorenstein & TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza (orgs.). *Ensaio sobre a Intolerância. Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p. 244.

² *Idem*, p. 245.

andais por cantos fazendo falsos ajuntamentos e conventículos e sinagogas, enganando o povo simples, sacrificando a Moisés e judaizando, afirmando que o Messias não veio.³

O discurso de frei Francisco Machado mostrava-se uma tentativa de reintegração dos batizados em pé ao catolicismo, recuperando-os “do inferno, do sofrimento, da morte”. Os temores de nosso preocupado frei eram alimentados e confirmados por parte da comunidade de conversos do reino. As primeiras gerações de cristãos-novos de Portugal procuravam, das mais variadas formas, manter viva a lei dos ancestrais, perseverando na crença e continuidade das tradições. Pertenciam, segundo Vainfas, a um período “em que ainda era muito viva a cultura judaica de tipo rabínico, com discussões e exegeses talmúdicas, não obstante os nomes cristãos que todos os ex-judeus ostentavam e a observância, por eles, das leis e sacramentos católicos em nível formal e superficial, quando não dissimulada”.⁴ Eram cristãos por fora mas, na essência, continuavam a ser judeus. Nas estrelinhas, o livro de frei Francisco Machado dava mostras do relativo fracasso ou, pelo menos, dificuldade de implementação, naquele primeiro momento, da “doutrinação principal destinada a convencer os conversos de que o Messias prometido da lei velha já tinha vindo na pessoa de Jesus”.⁵

O messianismo judaico ganhava eco em alguns lares neoconversos e em ajuntamentos clandestinos, onde se reuniam os cristãos-novos judaizantes para aprender os salmos e ouvir pregações sobre a fé de Israel, numa expectativa constante pela vinda do Messias. Na primeira metade do século XVI, contava ainda Portugal com um “rabinato ativo”, formado por cristãos-novos remanescentes do período de livre crença, num desafio, nem sempre velado, às leis proibitivas de 1496-97. Estes “doutos cristãos novos” serviam como

³ FREI FRANCISCO MACHADO. *Espejo de Cristãos Novos*. *Apud Idem*, p. 258.

⁴ *Idem*.

⁵ LIPINER, Elías. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 275.

referência às comunidades de neoconvertos, ainda com uma respeitável organização religiosa em meados dos quinhentos, orientando-as nas questões polêmicas de cunho teológico, discussão doutrinária judaica e pregação rabínica. Mesmo “sinagogas”, extintas pela mesma lei que proibiu o judaísmo, na prática, sobreviveriam, quase públicas, até 1536-40, quando do início dos trabalhos inquisitoriais.

O sofrimento pelo abandono forçado das tradições dos antepassados e o temor causado pela implantação da Inquisição fazia com que os cristãos-novos buscassem consolo na tradição messiânica. Não foram poucos os exemplos de persistência judaica e crença messiânica que nos chegaram através da documentação inquisitorial: Diogo de Leão de Costanilha, “rabino” em Trás-os-Montes, marcava para até 1544 a data da vinda do Messias quando, acompanhado dos profetas Elias e Enoc, conduziria os cristãos-novos para Jerusalém, inaugurando um tempo de prosperidade e do judaísmo como religião única.⁶ Em 1539, o cristão-novo Manoel da Costa seria preso pela Inquisição e acabaria condenado às chamas como autor confesso de panfletos pregados às portas da Sé e de outras igrejas de Lisboa que atacavam o cristianismo, apregoando que a vinda do Messias prometido na Lei ocorreria em breve.⁷ Luís Dias, imortalizado como “alfaiate de Setúbal”, visto pelos cristãos-novos como conhecedor da Lei e dos profetas, foi acusado de afirmar que o Senhor vinha a “falar com ele, de maneira que se anunciava por Messias e que falava com Deus”: acabaria relaxado ao braço secular.⁸ Um certo Artur Rodrigues, ao ouvir que Jerusalém era demasiadamente estéril devido ao pecado

⁶ HERMANN, Jacqueline. *No reino do desejado: a construção do sebastianismo em Portugal - Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 39, e VAINFAS, Ronaldo. “*Deixai a Lei de Moisés!*”. *Op. cit.*, 2002, pp. 241-263

⁷ FERRO TAVARES, Maria José Pimenta. *Judaísmo e Inquisição - Estudos*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 164.

⁸ HERMANN, Jacqueline. *Op. cit.*, 1998, p. 39.

deicida dos judeus, retrucou “que ela tornaria a ser viçosa quando o Messias dos judeus viesse”.

Algumas cristãs-novas demonstravam a mesma certeza: uma tal Maria Fernandes de Almeirim seria acusada de pregar que “ainda não veio o que há de vir”, enquanto Filipa Marques seria delatada for afirmar “que o Messias ainda havia de vir e havia de trazer as 12 tribos de Israel”.⁹ Em Vila Flor, Isabel Lopes rezava salmos em que dizia “que havia de vir um dia bendito, em que os cristãos-velhos haviam de ser mulas dos cristãos-novos, para se irem para uma certa terra, esperando pelo Messias”! Na localidade de Torre de Moncorvo, segundo a voz pública, Isabel Álvares ansiava “que Nosso Senhor os deixasse ver o Messias que esperavam, e que já faltava pouco para vir, que não faltava mais que um a três anos, e que a lei dos cristãos era toda bulrra, que Deus tinha guardado aos judeus o bem que lhes havia de dar, e que vindo o Messias, os havia de transplantar em outra terra melhor”.¹⁰

Seria o “sapateiro de Trancoso”, Gonçalo Annes, vulgo Bandarra, sem dúvida, o grande “profeta” da vinda do Messias. Suas trovas tinham grande penetração na comunidade neoconversa, fazendo com que o autor e seu texto tornassem-se “fonte de autoridade para o conhecimento e interpretação do maior livro sagrado, talvez tanto

⁹ LIPINER, Elias. *O sapateiro de Trancoso e o alfaiate de Setúbal*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 280.

¹⁰ “Para os perseguidos pelo Santo Ofício”, ensina Lipiner, “a visão messiânica tornava-se uma necessidade racional. Chegou, por isso, aparentemente, a concretizar-se entre os cristãos-novos portugueses nas pessoas dos pseudo-messias Diogo Pires, com o nome judeu de Salomão Molco, e de Luís Dias, o alfaiate de Setúbal, aparecidos em Portugal na primeira metade do século XVI”. LIPINER, Elias. *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, pp. 172-173. Em outra obra, o autor complementa: “A vida dos judeus nos países da Diáspora, perturbada e agitada constantemente por crises das mais agudas, tornou esta gente suscetível a tais vibrações messiânicas precipitadas. No *Kadish*, a oração mais frequente e mais repetida da sua liturgia diária, pedem que a vinda do Messias, prometida nas profecias antigas, ocorra prontamente, na vida e nos dias dos fiéis orantes. Na expectativa impaciente de socorro imediato, pretendem que uma visão longínqua, utópica na essência, se transforme em realidade recente”. LIPINER, Elias. *Op. cit.*, 1993, p. 48.

cristão, a Bíblia, como judaico, o Talmud”, reunindo elementos das duas religiosidades. Se os escritos de Bandarra referem-se ao momento expansionista do reino, mais tarde, transformar-se-iam em referência para a interpretação das desventuras causadas pela derrota em Alcácer Quibir. Mostrava-se inegável, de todo modo, a influência “da cultura judaica pulsando nas elaborações messiânicas de Bandarra e de seus contemporâneos”.¹¹

Deste modo, beneficiados inicialmente pela política manuelina, conforme nos aproximarmos do instante em que ocorreu o processo de conversão forçada, maiores as chances de encontrarmos comportamentos reconhecidamente judaicos entre os cristãos-novos portugueses. Em contrapartida, obviamente, quanto maior a distância temporal dos fatos sucedidos em fins do século XV e dos indivíduos que os vivenciaram e testemunharam aos primeiros descendentes, maiores também as probabilidades de aceitação sincera do cristianismo pelo grupo cristão-novo, consequência da integração ao *locus* católico e do desconhecimento crescente dos costumes e crenças dos antepassados, visto serem cada vez mais remotos os testemunhos e reminiscências a respeito do período de judaísmo livre e tradicional anteriormente vigente, diminuindo as resistências iniciais dos neoconvertidos ao catolicismo.

Impedidas as sinagogas e as escolas, sem acesso aos livros sagrados e aos rabinos, as novas gerações de descendentes dos batizados em pé nasceriam e cresceriam educadas no seio da religião cristã, frequentando escolas e templos católicos, onde aprendiam os preceitos da religião do reino, cada vez mais assimilada pelos cristãos-novos. O avançar do tempo tornava mais raro e fluido o contato com os ritos do passado e os fiéis depositários das tradições da antiga crença. Deste modo, muitos dos costumes hebraicos terminariam

¹¹ “Comumente”, explica Lipiner, “a crença bandarista é atribuída à sociedade do reino e às profundas raízes hebraicas deste ramo novo da nação portuguesa”. *Idem*, pp. 49, 51 e 72.

perdidos, esquecidos e abandonados pelas novas gerações, haja vista a diminuição da memória oral, a impossibilidade de acesso aos textos e aos líderes religiosos, e a proibição da manutenção de espaços fundamentais para a sobrevivência judaica aos moldes do que era vivido anteriormente. Além, é claro, dos problemas sociais daí decorrentes, como as perseguições públicas aos afamados como judaizantes e o terror que sentiam de possuírem suas vidas escancaradas em denúncias secretas e boatos públicos, culminando com o vasculhar das culpas pelo Santo Ofício, implantado em Portugal no ano de 1536, fato que, sem sombra de dúvidas, acirrou as diferenças e a separação entre os grupos.

Em seu clássico *Cristãos Novos na Bahia*, estudando a situação dos neoconvertos durante a primeira metade do século XVII na mais importante capitania brasileira de então, Anita Novinsky traça um quadro específico de um problema que se expandia de modo generalizado por todo o mundo português. Definiria o cristão-novo, em célebre capítulo, como um “homem dividido”, desconfortável com a dubiedade de seu estado - nem judeu, nem cristão - e fragilidade de sua aceitação social. Via-se, o cristão-novo, como um indivíduo taxado socialmente de judeu embora não o fosse, assim como um não-cristão que fora tornado cristão, apesar de não o ser por completo. Era, enfim, participante-vítima de um mundo ao qual não pertencia:

Não aceita o Catolicismo, não se integra no Judaísmo do qual está afastado há quase dez gerações. É considerado judeu pelos cristãos e cristão pelos judeus. Integrado na Bahia do ponto de vista prático, interiormente conhece a fragilidade de sua situação. Põe em dúvida os valores da sociedade, os dogmas da religião católica e a moral que esta impõe. Internamente é um homem dividido, rompido que, para se equilibrar, se apóia no mito de honra que herdou da sociedade ibérica e que se reflete na frequência com que repete que ‘não trocaria todas as honras do mundo para deixar de ser cristão novo’. Exatamente

nisso se exprime a essência do que ele é: nem judeu, nem cristão, mas 'cristão novo com a graça de Deus'.¹²

Embora até certo ponto integrado à sociedade em que se encontra inserido, o cristão-novo sofria pressões, tanto externas quanto internas, vítima dos preconceitos sociais e hostilidades do grupo cristão velho, que o liga ao grupo judeu - donde é originário, mas ao qual não mais pertence -, e do descontentamento pessoal, transformado em drama íntimo, de pertencer ao grupo católico sem ser por este aceito como um igual ou tê-lo escolhido de *motu proprio*. Desprezado pelos cristãos velhos, que o diferenciavam taxando-lhe de cristão-novo, chegava assim, por vezes, a dar sinais de melhor identificar-se com este estado, apesar dos problemas nele embutidos, do que querer igualar-se incondicionalmente ao grupo dos que o excluía. Segundo Lina Gorenstein, que problematizou a situação sob o ponto de vista de um grupo de mulheres cristãs-novas do Rio de Janeiro durante o século XVIII, a mulher marrana, por excelência,

era um ser dividido, que apresentava uma identidade cristã-nova, diferente da identidade de um cristão-velho, diferente da identidade judaica, algo *sui generis* e determinado por sua 'condição judaica' peculiar. Não eram judias (o judaísmo havia sido proibido em toda a Península Ibérica desde o final do século XV), mas eram consideradas judias pela sociedade em que viviam; constituíam um grupo étnico que se identificava com os judeus, não através da religião, mas através da exclusão da sociedade global. Seu sofrimento derivava de sua 'condição judaica'.¹³

Impedido de seguir as tradições e crenças dos antepassados, via-se integrado a um grupo que não escolhera e, em contrapartida, também o rejeitava. Acusado publicamente de judeu, culpabilizado por olhares (nem sempre) silenciosos, desconhecia muitas vezes a essência do crime de fé que lhe era imputado. Apesar dos esforços no intuito de

¹² NOVINSKY, Anita. *Cristãos Novos na Bahia: 1624-1654*. São Paulo: Perspectiva/Ed. da Universidade de São Paulo, 1972, p. 162.

¹³ FERREIRA DA SILVA, Lina Gorenstein. *Op. cit.*, 1995, p. 325.

demonstrar a integridade de sua devoção cristã, era apontado como seguidor da antiga fé. Independente de sua sinceridade católica e dos esforços em prol da aceitação da nova religião e integração na sociedade que, mesmo com restrições, o acolhera, não era aceito como igual. Aproximava-se, assim, do judaísmo, antes pela exclusão social de que era vítima, tal como os judeus, do que por motivos de convicção ou de ideologia religiosa. A causa do drama cristão-novo residia, em primeira instância, na origem “herética” que possuíam e da qual não poderiam livrar-se, independentemente dos esforços. Embora cristãos, traziam embutidos a culpa por possuírem sangue judeu a lhes correr nas veias, o que, segundo a camada cristã velha, lhes impedia *ad eternum* a pureza do coração católico.

De acordo com Sonia Siqueira, a inquietude sobre a situação do neoconverso não se limitava aos cristãos-novos, sendo vivida - embora em grau e sentido diferentes - pelos dois grupos: “Na área cristã, suspeitava-se da existência de um criptojudeu em cada neoconverso. Na área judaica, bipartia-se ainda o grupo cristão-novo que se esforçava por assimilar à sua nova condição e entre o grupo criptojudeu que mantinha uma dupla face religiosa, política e social. Os criptojudeus comprometiam a posição dos cristãos-novos, pois mantinham acesa a desconfiança”,¹⁴ desvirtuando a idéia de cristão-novo através da generalização pejorativa feita a partir da associação do criptojudaísmo com todo indivíduo neoconverso. Afora a divisão entre cristãos velhos e cristãos-novos, estes últimos encontravam-se ainda subdivididos entre os que preservavam dentro do possível as antigas crenças e costumes; os laicizantes, indiferentes tanto ao judaísmo quanto ao cristianismo, e um terceiro grupo (aquele que mais crescia conforme o distanciamento do tempo de livre crença), ansioso pelo reconhecimento social geral e definitivo de sua sincera conversão cristã. Divisão genérica esta que não pode desprezar a infinidade de casos

¹⁴ SIQUEIRA, Sonia A. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978, p. 71.

específicos e posições intermediárias que caracterizam o comportamento neoconverso. Anita Novinsky, em artigo recente, definiria igualmente a separação dos cristãos-novos portugueses em três categorias:

- 1) os marranos que seguiram determinados princípios judaicos, sabiam algumas orações e acreditavam na redenção e na vinda do Messias; 2) os marranos ‘alinhados’, (agnósticos, céticos), que se opunham a qualquer dogma cristão e não acreditavam em nenhuma religião; não eram criptojudeus, mas se identificavam com os judeus; e 3) os que, por convicção ou interesse, assimilaram sinceramente a fé cristã e desapareceram, como judeus, da sociedade portuguesa.¹⁵

Pressionado por todos os lados, o cristão-novo acabaria por criar uma identidade própria.¹⁶ Era um cristão, mas antes de tudo, um cristão-novo - o que, nas entrelinhas, significava dizer que era visto, na melhor das hipóteses, como um cristão descendente de judeus, possuidor do sangue dito maculado de uma raça vista como infecta. Se, antes da conversão, eram excluídos por não fazerem parte da unicidade cristã, após a conversão, o seriam igualmente por sua ascendência suspeita e condenável: de excluídos porque verdadeiramente excluídos, passariam assim, a excluídos porque incluídos sob suspeita! Era visto como judeu perante os cristãos velhos; para os judeus que viviam em regiões de crença livre, era um renegado, posto que fizera apostasia do judaísmo, ainda que contra a vontade; no próprio grupo de cristãos-novos sofreria dúvidas e preconceitos: os neoconvertos que

¹⁵ NOVINSKY, Anita W. “Os cristãos-novos no Brasil colonial: reflexões sobre a questão do marranismo”. In: *Revista Tempo - Dossiê Religiosidades na História*. Vol. 6, nº 11. Rio de Janeiro: 7letras, 2001, pp. 67-75.

¹⁶ Falar sobre a noção de identidade, explica Maria Antonieta Garcia, “implica que aprendamos também, quem tem o poder de a definir e de impor a representação criada”. GARCIA, Maria Antonieta. *Judaísmo no Feminino - Tradição Popular e Heterodoxia em Belmonte*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões / Universidade Nova de Lisboa, 1999, p. 42. Logo, a identidade do cristão-novo era criada em mão dupla: utilizava-se de seus conflitos e ideais interiores, mas, ao mesmo tempo, era influenciada pela sociedade cristã da qual fazia parte, ditando-lhe regras de comportamento social e religioso.

abraçassem sinceramente o cristianismo viam aos seus pares que insistiam em judaizar como possíveis ameaças à visão geral sobre a sinceridade de todo o grupo cristão-novo; por sua vez, aqueles dentre os cristãos-novos que continuavam a comungar o ideal judaico, praticando o que se denominou criptojudaísmo, os viam como cristãos, não aceitando a renúncia que fizeram da lei de Moisés. Criava-se um quadro de desconfiança generalizada, onde cada grupo representava ameaça aos demais. Malgrado seus esforços pessoais, vivendo à procura de equilíbrio na frágil situação que se inseria, o cristão-novo

tem a consciência de que não pertence a essa sociedade. Essa situação o fez ver o mundo de maneira diferente da massa da sociedade cristã velha. Põe em dúvida todos os valores dessa sociedade, principalmente os valores religiosos, que eram naqueles tempos os delineadores de todo comportamento.¹⁷

Para Jacqueline Hermann, as primeiras gerações de neoconvertos mantiveram-se numa “comunidade permeada por valores e crenças judaicas”, beneficiando-se do testemunho ainda vivo dos que sofreram o processo de batismo forçado. Estes cristãos-novos, continua a autora, relacionavam-se com os cristãos velhos numa relação em que chama a atenção “o elevado grau de sociabilidade existente”.¹⁸ Vide as trovas atribuídas ao célebre sapateiro de Trancoso, Gonçalo Annes Bandarra, escritas entre as décadas de 1520 e 1540. Embora não se confessasse cristão-novo, mantinha contato constante e sistemático com as comunidades neoconvertas de Trancoso e Lisboa, onde era respeitadíssimo por seus conhecimentos das Escrituras Sagradas, mantendo “convivência estreita com integrantes de um grupo marcado pelo acesso direto à cultura letrada”.¹⁹ Adiante, a autora aponta:

¹⁷ NOVINSKY, Anita. *Op. cit.*, 1972, pp. 158-159.

¹⁸ HERMANN, Jacqueline. *Op. cit.*, 1998, p. 45.

¹⁹ *Idem*, p. 43.

parece não haver dúvida de que Bandarra vivera em meio a uma comunidade permeada por valores e crenças judaicas e que essas tiveram forte influência sobre as elaborações contidas nas Trovas. E mais eloquente do que isso, caso não tenha sido de fato cristão-novo, era considerado “uma espécie de rabi” por um grupo de recém-conversos, gente que o procurava para “consultá-lo sobre a interpretação dos textos que escrevera e a realização que esperavam das profecias”.²⁰

A influência do trovador de Trancoso era sentida não apenas pelos cristãos-novos, ávidos por sua interpretação das Escrituras, mas igualmente pelos cristãos velhos, deixando claro o poder de interseção entre os dois grupos:

a história de Bandarra indica de forma clara é o elevado grau de sociabilidade existente entre cristãos-velhos e novos, já que muitos desse primeiro grupo parecem ter ouvido atentamente os conselhos de um modesto sapateiro remendão e de má caligrafia, mas leitor curioso e contumaz, por cerca de oito ou nove anos, da “Bíblia em linguagem”.²¹

O sapateiro leitor da Bíblia funcionava, assim, como ligação entre cristãos velhos e recém-conversos, e suas trovas eram vistas por cristãos velhos e novos como reveladoras de um porvir mais favorável ao reino. A partir do resultado trágico para Portugal da batalha em el-Qsar el-Kebir (Alcácer Quibir), no ano de 1578, seriam traduzidas ainda como profecias da anunciação da Restauração em Portugal, o que se daria com a volta do “encoberto” rei D. Sebastião, desaparecido precocemente naquele fatídico combate contra as tropas marroquinas.²² O próprio Padre Antônio Vieira, passado mais de um século, reconheceria e consagraria o texto de Bandarra, dando-lhe sobrevida e novas interpretações.

²⁰ *Idem*, p. 45.

²¹ *Ibidem*.

²² VALADARES, Paulo. “Uma Teia Familiar: Cristãos-Novos Portugueses Nobilitados no Século Passado”. In: *GERAÇÕES / BRASIL. Boletim da Sociedade Genealógica Judaica do Brasil*. Maio 1999, vol. 5. nº 1/2, pp. 6-11.

No âmbito luso-brasileiro, o quadro favorável à integração repetir-se-ia, tomando proporções agigantadas. Muitos neoconvertos escolheriam recomeçar a vida na colônia procurando escapar às intensas pressões sociais e religiosas que encontravam no reino, fruto de uma maior presença e estruturação eclesiástica e da atuação do Santo Ofício a partir de 1536. Instalados na colônia, manteriam um alto grau de miscigenação com a camada cristã velha, fato que se reflete no elevado número de casamentos mistos existentes. Os próprios neoconvertos, cientes do peso representado pela nódoa sanguínea que carregavam, buscariam os enlaces mistos no intuito de fracionar aos descendentes a porção de sangue infecto, reduzido a $\frac{1}{2}$, $\frac{1}{4}$, $\frac{1}{8}$, e assim sucessivamente, o que tinha como consequência minimizar as pressões e suspeitas pela aceitação cristã e pureza de fé que mantinham, embora o processo discriminatório resistisse ao longo do tempo. Disto queixava-se nosso Vieira, indignado com a perseguição generalizada aos neoconvertos. Criticava o incentivo inquisitorial às denúncias, acusando o Santo Tribunal de arrestar “muitas pessoas que não tinham do que lá chamam da Nação, mais que um oitavo, ou décimo sexto [...] he certo sutileza nunca vista no mundo, oitavar os homens, e achar-lhes décimos sextos, e trigéssimos e trigéssimos segundos”, sinal da continuidade da resistência contra o grupo cristão-novo. E encerrava, indagando aos inquisidores, “o ar de Portugal faz os judeus?”²³

O cristão-novo era recriminado não só por sua origem considerada impura, mas também pelo desconhecimento e prática muitas vezes equivocada do catolicismo, mesmo dentre aqueles indivíduos que diziam abraçar a nova fé de coração - fato que não era exclusividade dos neoconvertos, posto o desconhecimento generalizado, também entre os cristãos velhos, das práticas e teologia

²³ ANTT, Inquisição, Conselho Geral, Papéis Avulsos, maço 2645, p. 114. *Apud*. PIERONI, Geraldo. “O ar de Portugal faz os judeus?” *A inquisição e os cristãos novos degredados para o Brasil-colônia*. In: LOCUS: Revista de História, vol. 3, nº 2. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional / EDUFJF, 1997, pp. 07-22.

católicas em seus detalhes. Os judeus convertidos traziam a mácula religiosa no sangue, e agora, oficialmente cristãos, maculavam a desejada pureza católica por seus vícios e ofensas às leis e preceitos da Igreja, ainda que, nem sempre, involuntariamente. Descendentes - segundo a Bíblia - do “povo eleito”, tornavam-se, ao mesmo tempo - de acordo com o catolicismo que os tornara conversos -, integrantes do “povo maldito”.

Transformados legalmente em cristãos, diferenciavam-se os neoconversos dos cristãos velhos pela condenável origem. O cristão-novo, segundo as palavras de Edgar Morin, “era como os outros, sem ser na verdade um deles”. Relatando sua própria experiência, define-se como submarrano, filho de família judia que se veria obrigada a esconder as origens devido ao agravamento de políticas autoritárias de limpeza racial por alguns países europeus durante a primeira metade do século XX, que viam no judeu um inimigo a ser combatido e eliminado. Morin reconstrói sua tormenta pessoal traçando um paralelo com a trágica situação dos conversos oriundos da Península Ibérica Moderna que vivenciaram, não raras vezes, situações de insegurança, exclusão, crise de identidade e necessidade de dissimulação bastante similares àquelas enfrentadas pelo autor:

via-me definido como judeu pelos outros, sem encontrar em mim o sentido desta palavra, e me via marcado por uma dupla diferença misteriosa, em relação ao mundo dos gentios, ainda que fosse como eles, e não me sentia judeu, ainda que o fosse. Neste sentido, eu era como os outros, sem ser na verdade dos deles.

A indefinição de seu estado tornava o cristão-novo vítima de um “mal-estar em relação à identidade”, acometido constantemente de “um incômodo, uma insuficiência, uma sensação de incompletude em relação a uns e a outros”. Era, assim, refém de uma situação que o fazia duplamente excluído:

Eis, portanto, minha identidade nebulosa: era um judeu não-judeu e um não judeu judeu. Pertencia a quem eu não pertencia e não pertencia a quem eu pertencia.²⁴

Dividido entre dois mundos - um, do qual fora expulso; outro, no qual não fora totalmente aceito -, o cristão-novo era visto como ameaça ao bom andamento cristão, apontado por estes como judaizante. Como judeu, todavia, não se reconhecia, pelo próprio desconhecimento da tradição religiosa hebraica a que era constantemente vinculado. Ao contrário, conforme o distanciamento do período de livre crença, conheceria por vezes os indícios da essência judaica através dos editos afixados nas igrejas ou das acusações de que era vítima perante a mesa inquisitorial. Quando preso, aprenderia com os companheiros de martírio as práticas de judaísmo que era obrigado a confessar para escapar com vida: visto por muitos como judeu dissimulado em católico, inverteria o quadro, tornando-se cristão-novo que dissimula o judaísmo para sobreviver. Isolado, vítima de todo o tipo de generalizações e preconceitos, acabaria por criar uma identidade específica: não era judeu, mas também não era visto ou se entendia como um verdadeiro cristão. Era, antes de tudo, um cristão-novo, ou ainda, como diriam alguns destes indivíduos: cristãos-novos com a graça de Deus, situação que alegavam, por vezes, não trocavam pela honra de ser cristão velho, “puro”, “imaculado”, “lindo” ou “dos quatro costados”, por nada no mundo.

Os preconceitos e pressões contra o grupo cristão-novo manter-se-iam na longa duração, renovados durante todo o tempo em que vigorou a diferenciação entre cristãos velhos e novos baseada na

²⁴ MORIN, Edgar. *Meus demônios*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 111. Mais à frente, o autor ratifica - usando mais uma vez seu caso como exemplo - a ânsia simplista de classificação do cristão-novo pelo grupo dominante: “Não temos nomes para nós. Somos híbridos, bastardos, mestiços que não são nem mesmo reconhecidos como tais. Querem nos classificar à força em uma das duas categorias, das quais fazemos parte e não fazemos parte”. *Idem*, p. 136.

origem sanguínea de cada grupo, tornando os neoconvertos vítimas preferenciais do Santo Ofício durante o período moderno português. Exemplo da sobrevivência destes conflitos entre os grupos é o caso de célebre dramaturgo setecentista, o cristão-novo Antônio José da Silva. Apontado e afamado publicamente como judeu, seria perseguido, preso, inquirido, torturado, processado e condenado pela Inquisição de Lisboa, ritual que também ocorreria a outros membros de sua família. Embora possuidor de escrita mordaz e afiada, sua prisão, contudo, dever-se-ia menos ao teor reconhecidamente crítico e ferino de suas obras e mais à pública desconfiança que despertava sobre suas reais escolhas religiosas, que, de acordo com os avolumados comentários de “ouvi dizer”, eram calcadas na manutenção da tradição familiar hebraica proibida que herdara dos antepassados.

Encontramos os temores e inseguranças de nosso irrequieto teatrólogo, imortalizado pela alcunha de ‘o Judeu’ - nomeação esta que, posto que representasse sua origem familiar hebraica de acordo com os indícios e evidências que nos legou a História, tivesse obviamente cariz, à época, em sua totalidade, discriminatório, excludente, insultuoso e pejorativo -, a significar as generalizações a que eram submetidos os indivíduos neoconvertos, divididos entre o mundo judeu do qual foram retirados por lei, e o mundo cristão que não lhes recebia a contento. Os lamentos d’o Judeu refletiam assim as lamúrias e preocupações gerais de toda a malta neoconversa portuguesa, e mostravam-se ainda tragicamente atuais depois de passados cerca de duzentos e cinquenta anos da conversão imposta ao catolicismo no ano de 1497, e pouco mais de dois séculos da instituição, a partir de 1536, do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em Portugal, que tinha nos antigos judeus transformados em cristãos-novos e seus descendentes o motivo maior de seu estabelecimento e, conseqüentemente, suas principais vítimas.

Alberto Dines, em artigo sobre nosso escritor, acertadamente intitulado *Quem Sou Eu?*, desvenda o embate íntimo constante dos que

sofriam o jugo da origem considerada impura. A obra de Antônio José da Silva daria vazão a referências sobre a ambiguidade que afligia internamente aos que possuíam a mácula do sangue judeu a correr nas veias. Em seus textos, passagens que, soltas na construção, não despertavam maiores desconfianças aos apreciadores, fazia referências constantes à situação que afligia aos neoconvertos, transformados, segundo suas palavras, em “biforme monstro horrendo”: seus escritos davam a exata noção da discussão existencial interna dos neoconvertos, perdidos e limitados entre o que não eram e o que lhes era exigido ser, e entre o que lhes acusavam que fossem e o que não queriam ser. Fato é que o julgamento generalizado sobre o Judeu passava longe de qualquer análise relativa à real qualidade de sua obra literária, concentrando-se, antes, nos aspectos sociais que tendiam a suspeitar e condenar qualquer produção ou comentário provenientes de indivíduos de “detestável origem”.

Duplamente desconfortável, Antônio José da Silva sintetizava a angústia generalizada que corroía a parcela cristã-nova da sociedade, encarnada com exatidão pelo Judeu com profundo conhecimento de causa: “não sou cousa nenhuma nesta vida! Tenho de tornar a nascer para ser alguma cousa...”; “Eu não sou eu...”; “Não lhe disse já que fora eu aquele eu; aquele eu que já eu, enfim, que deu muito murro neste eu”; “É verdade! Eu sou aquele / e também aquele é eu!”; “Ora, estou desenganado, / que eu e ele, e ele e eu não se pode distinguir”; “Tal estou que não sei quem sou...”; “Sabendo primeiro quem tu és, então saberás quem eu sou...”; “Quando este biforme monstro horrendo / vires ser alimento combustivo / um vivo morto, e um morto, vivo”, ou ainda, em poema que reflete sua tormenta de forma mais epopeica:

Eu sou, ó Taramela, o vivo morto
Que por ti me imagino morto e vivo;
Mas não cuides que vivo, porque vivo,
Pois ainda que vivo, vivo morto.
Na cova de um desdém me enterras morto;
no aceno de um favor me alentas vivo

se me afagas, desperto como vivo;
se te agastas, esfrio como morto.
Nesta batalha, pois, de morto e vivo,
na vida de um favor me alentas morto,
na morte de um desdém me matas vivo.
Sou, enfim, morto vivo, e vivo morto,
se, qual Fênix nas cinzas, quando vivo,
mariposa nas chamas quando morto.²⁵

Também Lipiner, ao deparar-se com a escrita poética de Antônio José da Silva, encontraria indícios veementes da angústia vivida por nosso comediógrafo, envolto em sua dubiedade neoconversa:

Que delito fiz eu, para que sintas
o peso desta aspérrima cadeia
nos horrores de um cárcere penoso,
em cuja triste, lóbrega morada
habita a confusão e o susto mora?
Mas, se acaso, tirana, estrela ímpia,
é culpa o não ter culpa, eu culpa tenho;
mas, se a culpa que tenho não é culpa,
para que me usurpais com impiedade
o crédito, a esposa e a liberdade?²⁶

Outras vezes juntar-se-iam ao lamento cristão-novo. No panegírico intitulado *Notícias Recônditas do modo de proceder da Inquisição com os seus presos*, conhecido libelo contra a Inquisição atribuído erroneamente ao maior orador do Portugal barroco, Antônio Vieira, já se ouvia o coro de que os cristãos-novos eram castigados “só por culpa de não terem culpa”.²⁷ Por sua vez, o próprio Vieira, em texto

²⁵ *Apud* DINES, Alberto. “Quem Sou Eu? O Problema da Identidade em Antonio José da Silva?”. In: CARVALHO DOS SANTOS, Maria Helena (org.). *Inquisição*. 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição (3 vols – volume 3). Lisboa: Editorial Império, s/d, pp. 1031-1043. Os grifos são meus.

²⁶ LIPINER, Elias. “Aqui d’El Rey! Influíram as obras do comediógrafo na sua condenação?”. In: *Os Baptizados em Pé - Estudos acerca da origem e da luta dos cristãos-novos em Portugal*. Lisboa: Vega, 1998, pp. 376. Sobre ‘O Judeu’, ver ainda, DINES, Alberto. *Vínculos do fogo: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Os grifos são meus.

²⁷ Sustentam os historiadores atuais que o texto deve ser atribuído a um notário demitido da Inquisição lisboeta, Padre Lupina Freire, que o teria preparado a pedido

reconhecidamente de sua lavra, argumentava - como de praxe, brilhantemente - contra a injusta nódoa que vitimava *pour toujours* os neófitos, ressaltando os efeitos do tempo para o desgaste natural da insistência na antiga fé pelos conversos e a real aceitação destes ao catolicismo:

Cristão-novo, em todo o rigor e direito e força de verdade, é e se diz de todo aquele que foi baptizado em pé, ou seu pai e avô paterno, ou sua mãe; porém, o que foi baptizado *ab infantia*, cujos pais e avós também, é e deve ser julgado por tão verdadeiramente cristão-velho como quantos o são.²⁸

O dilema que invadia as obras de Antônio José da Silva e brotava da pena conscientemente cirúrgica de Vieira é tema dos mais recorrentes na análise da situação vivenciada pelo cristão-novo no mundo português desde o seu aparecimento, quando do processo de conversão forçada em fins do século XV, até o fim da separação legal entre cristãos velhos e novos com o término da distinção sanguínea, ocorrida na segunda metade do século XVIII, a mando do Marquês de Pombal. Idéia esta, a propósito, que já frequentava debates e suscitava o parecer de especialistas em inícios do Setecentos, gerando textos como o Racional discurso sobre os desacertos de Portugal - carta anônima endereçada de Roma a D. Frei José de Lencastre, Cardeal Inquisidor Geral do reino entre 1693 e 1705 -, que considerava “fútil” a distinção entre os cristãos com relação à origem, pregando ainda a liberdade de culto aos judeus: “se houvesse gueto e sinagoga, desapareceria a injúria à nação, porque aqueles seriam os judeus, e cristãos todos os demais”,²⁹ o que longe estava de significar qualquer sinal de tolerância com os conversos, passíveis de punições

dos cristãos-novos e com o intuito de apresentá-lo no Vaticano, dando conta ao Sumo Pontífice das agruras vividas pelos neoconversos portugueses. LIPINER, Elias. *Op. cit.*, 1999, pp. 185-186.

²⁸ Padre Antônio Vieira, *Obras Escolhidas*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1951, vol. IV, pp. 169 e 123, respectivamente. *Apud* LIPINER, Elias. *Op. cit.*, 1998, p. 7.

²⁹ *Racional discurso sobre os desacertos de Portugal*. *Apud* AZEVEDO, J. Lúcio. *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. 3ª ed. Lisboa: Clássica Editora, 1989, pp. 490-491.

extremamente severas caso insistissem no retorno à fé e práticas judaicas. Faz-se notável o comentário de D. Luís da Cunha, em sua Instrução a Marco António de Azevedo Coutinho, a aconselhar o futuro ministro no modo de agir com vistas a extinguir a diferença sanguínea reinante:

O primeiro expediente que me ocorre é que S. M. mande praticar na sua Relação a lei do reino, a qual manda que todo o cristão batizado que se fizer judeu seja queimado, sendo processado conforme a mesma lei, e d'esta sorte se acabaria o nome de cristãos-novos, e não haveria mais do que cristãos absoltos, se o crime se lhe não provasse, ou, se se lhe provasse, judeus queimados, não havendo confessos nem apresentados, nem também abjuração de leve ou de veemente, que todos ficam no Reino para se multiplicar esta maldição.³⁰

Estes autores, lembra João Lúcio de Azevedo, pretendiam, com seus escritos, “demonstrar que a raiz de todo o mal se achava na distinção de cristãos-velhos e cristãos-novos, na exclusão dos cargos, na fama de judeus irrogada a infinitas pessoas, muitas vezes extremes católicos, e dos quais ricocheteava sobre a nação inteira”.³¹

Malgrado as transformações sofridas no relacionamento entre cristãos velhos e neoconvertos ao longo dos três séculos em que foi mantida a diferenciação sanguínea no mundo português, os cristãos-novos enfrentaram constantes problemas para sua integração e aceitação social pela camada dominante, insistente em sua política de identificação do cristão-novo com os antepassados judeus, considerando o neoconverso como “um ser estranho à sociedade portuguesa”.³² Independente da sinceridade católica da maior parte do grupo converso, os cristãos-novos continuariam vítimas de generalizações sobre o comportamento desviante da norma cristã de uma camada criptojudia que, conforme o avançar do tempo, tornava-se

³⁰ *Instrução a Marco António de Azevedo Coutinho. Idem*, p. 339.

³¹ *Ibidem*.

³² FERRO TAVARES, Maria José Pimenta. *Op. cit.*, 1987, p. 98.

cada vez menos numerosa e atuante, mas que gerava suspeitas a recaírem sobre todo o grupo. Desvinculados do passado judaico que - exceção feita às primeiras gerações de cristãos-novos - nem sequer conheciam em profundidade; inseridos num catolicismo que os excluía pela origem, vivenciavam um *status* específico: internamente, era o neoconverso um homem dividido, tão bem retratado por Anita Novinsky. Integrante de um mundo ao qual não pertencia era, ao mesmo tempo, órfão do judaísmo e rejeitado pelo catolicismo, pressionado pela origem maculada e pelo comportamento tido como desviante. Procurava, assim, criar “suas próprias defesas contra um mundo onde ele não se encontra. É antes de tudo um cristão novo”.³³

Este misturar de fronteiras culturais levam os cristãos-novos a servirem de exemplo da circularidade cultural existente no mundo português, mesclando culturas, religiões, experiências do cotidiano que se espalhariam pelos mais variados e longínquos espaços do mundo português, de Lisboa à China, de Angola à Índia, dos Açores ao Japão, de Malaca ao Brasil, colorindo de português as especificidades do mundo moderno, num claro exemplo de como a História pode ser analisada a partir de casos que, embora microscópios, podem ajudar a explicar um quadro mais amplo, do micro ao macro.

³³ NOVINSKY, Anita W. *Op. cit.*, 1972, pp. 161-162.

**“NOS CÁRCERES NÃO HÁ SEGREDO NENHUM E
QUE SE FALAM MUI LIVREMENTE COMO SE
ESTIVESSEM EM SUAS CASAS”:
O cotidiano dos cárceres inquisitoriais**

Marco Antônio Nunes da Silva*

Como defendem os historiadores da *École des Annales*, o estudo do cotidiano e da vida privada são também formas de se acessar a história econômica e social. Eles nos ensinam que a abordagem da vida cotidiana não está somente amarrada aos acontecimentos habituais – em contraposição, por exemplo, a fatos pouco usuais –, e muito menos que tal análise deva ser meramente o ato de descrever uma determinada época. De acordo com Mary Del Priore, “para o grupo dos *annalistes*, a história do cotidiano deve fazer-se através do estudo do habitual, mas de um habitual imbricado na análise dos equilíbrios econômicos e sociais que subjazem às decisões e aos conflitos políticos”.¹

Mas haveria como traçar uma diferenciação entre o estudo do cotidiano e uma abordagem da vida privada? Para Ronaldo Vainfas, o cotidiano está relacionado ao tempo, ligando-se, dessa forma, às estruturas e ao social global. A vida privada conecta-se com o doméstico, com a familiaridade, ou seja, está ligada mais ao âmbito dos

* Doutor em História pela USP. Professor no Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

¹ PRIORE, Mary Del. “História do cotidiano e da vida privada”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 266.

espaços restritos. Mesmo traçando diferenças entre os dois conceitos, Vainfas chama a atenção para o fato de que não há necessidade de “pensá-los como necessariamente excludentes, uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade”.²

Acompanhando essa discussão, Laura de Mello e Souza e Fernando A. Novais mostram que “cotidiano e vida privada assumem contornos específicos em situações históricas específicas”, associando o cotidiano com o espaço público e a vida privada ao espaço privado, reforçando noção de que a diferenciação entre o público e o privado ultrapassa os limites da familiaridade, pois “o âmbito privado deve ser associado ao indivíduo e simultaneamente oposto ao âmbito público”, a partir do momento em que “no mundo pré-capitalista, e na ausência de um estado definido, os contornos entre cotidiano e vida privada se esfumaçariam”.³

Ao analisar a coleção *A Vida Cotidiana*, publicada pela editora francesa Hachette a partir de 1939, Jacques Le Goff aponta para a necessidade de que a história do cotidiano deve estar conectada a uma análise das estruturas da sociedade, pois de acordo com o historiador francês, embora aquela coleção tenha contado com importantes obras, publicou igualmente “obras medíocres, que mais não são do que uma poalha de anedotas, de dados dispersos, de instantâneos, que nada têm a ver com o verdadeiro cotidiano e, ainda menos, com a história”. Justamente para se evitar esse problema, é que se deve ter em mente que “o cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento”.⁴

² VAINFAS, Ronaldo. “História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, vol. 4, janeiro/dezembro de 1996, p. 14.

³ SOUZA, Laura de Mello e & NOVAIS, Fernando A. “Comentário VI”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, nova série, vol. 4, janeiro/dezembro de 1996, pp. 64-65.

⁴ LE GOFF, Jacques. “A história do quotidiano”. In: ARIÈS, Philippe *et alii*. *História e nova história*. 3ª ed. Lisboa: Teorema, 1994, pp. 92-93.

A documentação produzida pela Inquisição portuguesa durante os seus quase trezentos anos de existência tem-se mostrado de interesse ímpar para o estudo do cotidiano. Por meio dos processos e dos cadernos do Promotor, por exemplo, entramos em contato com o dia-a-dia nas prisões inquisitoriais, e a partir desse contato temos condições de acessar “valores e modos de estar na vida”.⁵ Porém, mesmo dentro dos cárceres, a privacidade de um preso era bastante diminuta, muito por conta do sistema de vigia, cuja função era devassar a intimidade dos réus, no intuito de descobrir verdades que poderiam estar sendo negadas em suas confissões. A historiadora portuguesa Elvira Mea mostra que o sistema de vigia transgredia inclusive os próprios Regimentos inquisitoriais, na medida em que permitia que alguns funcionários da Inquisição tivessem contato com os presos.⁶

Por mais que a Inquisição tentasse coibir o trânsito de informações em seus cárceres e punir quem cometesse esse crime, o certo é que lhe era impossível alcançar tal objetivo. Isso por uma série de fatores: o número de prisões crescia a cada dia; a estrutura contava com “instalações precárias e insuficientes”; e o número de funcionários era desproporcionalmente inferior à quantidade de gente amontoada nos cárceres.⁷ E a idéia de uma Inquisição economicamente rica não faz jus à realidade de sua existência, como demonstra Elvira Mea em seu trabalho sobre a Inquisição de Coimbra.⁸ Esse tribunal é marcado pela carência de fundos, e não estaríamos distantes da realidade se

⁵ MEA, Elvira Cunha de Azevedo. “O cotidiano entre as grades do Santo Ofício”. In: FALBEL, Nachman *et alii*. *Em nome da fé: estudos in memoriam de Elias Lipiner*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 132.

⁶ “O caso apontado põe-nos de imediato a questão ética do sistema de vigia, efetuado a qualquer hora do dia, possibilitando portanto a observação de aspectos íntimos, que transgrediam claramente o estipulado pelo Regimento, relativamente à proibição dos funcionários terem qualquer contato com os presos, não podendo sequer ter mulheres ao seu serviço.” *Ibid.*, p. 135.

⁷ *Ibid.*, p. 141.

⁸ MEA, Elvira Cunha de Azevedo. *A Inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997.

estendêssemos essa afirmação ao tribunal lisboeta.⁹ Claro que os apuros econômicos por que passava o Santo Ofício estão na raiz “da escassez crônica de funcionários e de deficiências graves nas próprias instalações, em termos de segurança, higiene, e da própria incomunicabilidade, uma das prerrogativas do tribunal que realmente nunca existiu de fato”.¹⁰

Os Regimentos tratam dessa delicada questão, como, por exemplo, o de 1640, no Livro II, título 4, item 9:

O que se deve fazer com os presos que de novo vierem para o cárcere

Tanto que algum preso chegar ao Santo Ofício, mandarão os inquisidores que seja buscado na forma que se dispõe no título 14.º, § 7, do livro I e que logo depois disso vá à Mesa e nela lhe perguntarão como se chama, donde é natural e morador e se lhe farão as mais perguntas que parecerem necessárias para constar se é a mesma pessoa que se mandou prender da Mesa.

Saberão dele se os ministros que o prenderam e trouxeram ao Santo Ofício o trataram bem na prisão e no caminho e se lhe fizeram algum agravo, ou se lhe pediram ou tomaram alguma cousa, e depois o consolarão muito, declarando-lhe que lhe não faltará cousa alguma que lhe seja necessária, assim para bem de sua alma e averiguar a verdade de suas culpas, como para sustentação de sua pessoa.

Encarregar-lhe-ão que examine sua consciência e se disponha a confessar as culpas que tiver cometido que pertencerem ao Santo Ofício para que usem com ele da misericórdia que a Santa Madre Igreja costuma conceder aos bons e verdadeiros confitentes, advertindo-o que tanto será maior quanto mais cedo as confessar. Mas sendo o réu preso pelo pecado nefando ou relapso no crime de heresia, não lhe prometerão misericórdia e só lhe dirão que trate de desencarregar sua consciência para despacho de seu processo e salvação de sua alma.

⁹ MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “O cotidiano”, *op. cit.*, p. 133.

¹⁰ *Ibid.*

Depois de lhe dizerem o que acima fica dito, lhe mandarão que esteja no cárcere com muita quietação, tratando só de cuidar em suas culpas e de se encomendar a Deus para que o alumie no que mais lhe convier. E que no cárcere não fale de maneira que possa ser ouvido fora dele, nem trate de saber o que se passa nos cárceres vizinhos, advertindo-o que se exceder em alguma destas cousas será castigado como o caso o merecer. E também se lhe dirá que, tendo notícia que algum preso faz o mesmo, o venha sem dilação dizer na Mesa e que, todas as vezes que lhe for necessário vir a ela para bem de sua consciência, causa ou pessoa, diga ao alcaide que lhe peça audiência sem lhe declarar o para que a pede e que logo será provido, conforme a ordem que para esse efeito se tem dado.¹¹

Os contatos frequentemente mantidos entre os presos, dentro dos cárceres, eram muito importantes e vitais para uma boa condução do processo daqueles que se arriscavam a esse estratagema, como também na proteção de parentes e amigos. Contudo esses contatos serviam igualmente para vencer a monotonia, e por que não dizer uma forma de “reação à claustrofobia psicológica”.¹² Ao “pedir mesa”, por exemplo, muitos tinham no fundo a intenção de fugir desse isolamento, pois não era raro um preso ficar até um ano sem ser ouvido. Ana da Trindade, por exemplo, é presa em 22 de dezembro de 1735, e a primeira sessão irá acontecer apenas um ano depois, em 20 de dezembro de 1736.¹³ Embora o conhecimento por parte dos presos sobre o andamento de seus processos estimulasse as comunicações e justificasse os altos riscos dessa transgressão, o ato de se comunicar dentro dos cárceres inquisitoriais servia também para fazer com que o preso não entrasse em um estado depressivo, e que pudesse resistir a tudo por que passava.

¹¹ FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de. *As metamorfoses de um polvo. Religião e política nos Regimentos da Inquisição portuguesa (Séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio, 2004, p. 300. (Grifos nossos.)

¹² MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “O cotidiano”, *op. cit.*, p. 137.

¹³ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Lisboa (II), proc. 201.

A monotonia do cotidiano dos presos estava sujeita a uma pressão psicológica tremenda, relacionada não só com a própria liberdade, mas com a dos outros; a maioria das vezes não se sabia da família chegada: se estavam presos, em liberdade ou se teriam fugido. Daí que a confissão fosse sempre um drama mais ou menos profundo, dado que não só se corria risco de vida, mas abalava-se as convicções mais profundas, em termos do próprio conceito de salvação. E ainda tinha-se certa preocupação com os outros, cujo envolvimento com o denunciado podia não ser particularmente significativo. Caso já se tivesse efetuado a detenção e até a confissão, mais calamitoso seria se provocasse a prisão, tanto pior se se tratava de um membro da família, de que dependia o sustento do resto do aglomerado.¹⁴

Como já demonstrado por Elvira Mea, “a alimentação assumiu para muitos um duplo papel, uma forma de companhia e um ótimo veículo para obter e dar informações”.¹⁵ Visando solucionar o problema de informações que poderiam chegar até os presos através dos alimentos que seus familiares enviavam de fora, o Santo Ofício resolveu proibir, a partir de 1570, esse trânsito. Desde então as refeições aos presos passaram a ser feitas “por reclusas nas cozinhas da Inquisição, sob as ordens de um dispenseiro. As despesas ficavam a cargo dos presos ou do próprio tribunal, no caso de pessoas pobres”.¹⁶

Nem tanto por falta de leis, pois o Regimento de 1640, Livro I, título 14, item 17, tem o cuidado de chamar a atenção para esse problema.

Advertência nos presos que não castigará sem ordem da Mesa

Ordenará que haja sempre muita quietação no cárcere e que os presos não tenham brigas ou diferenças entre si, nem joguem jogo algum, nem usem de nomes diferentes dos que tiverem, nem tenham livros, nem se comuniquem de um cárcere para o outro, batendo, falando ou escrevendo, e que falem manso naquele em que estiverem. Terá grande cuidado

¹⁴ MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “O cotidiano”, *op. cit.*, p. 135.

¹⁵ *Ibid.*, p. 137.

¹⁶ *Ibid.*

que no comer da cozinha não vá algum aviso com que os presos possam ter notícia uns dos outros. E se algum deles exceder em alguma destas cousas, o fará saber na Mesa para que se lhe dê o remédio e castigo que convém, mas ele os não poderá castigar nem lançar-lhes ferros por autoridade própria.¹⁷

Mas o certo é que, mesmo com a proibição e a vigilância acerca dessa questão alimentar, a comida que circulava dentro dos cárceres continuou sendo um dos veículos mais importantes para a comunicação entre os presos: era um ótimo instrumento “para receber e dar, e por isso a cozinha tornava-se uma autêntica agência noticiosa”.¹⁸ A cozinha, local de onde saíam os alimentos servidos aos “habitantes” dos cárceres, era assim um espaço visado e disputado, pois a quem aí trabalhava chegavam “pedidos, normalmente incluindo o nome, a morada e o que se queria saber”, e era função das cozinheiras, portanto, “o envio dos pedidos para as celas susceptíveis de poder dar respostas”.¹⁹

Também aqui a Inquisição mostrou-se atenta, como podemos ver já no primeiro Regimento, o de 1552, que traz em seu capítulo 118 a seguinte determinação:

Ao tempo que houverem de vir os comeres para os presos, um dos guardas estará à porta da portaria e o outro guarda os tomará perante o alcaide do cárcere para os levar aos presos e perante ele se levarão a quem forem mandados. E se fará de maneira que tudo se dê fielmente e as partes não recebam detrimento no modo de sua prisão e do mais necessário.²⁰

Embora houvesse cuidado com os alimentos que eram trazidos para dentro dos Estaus – sede do Santo Ofício –, o certo é que havia meios de as informações adentrarem e chegarem até os presos, mesmo

¹⁷ FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de. *As metamorfoses de um polvo*, op. cit., p. 280. (Grifos nossos.)

¹⁸ MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “O cotidiano”, op. cit., p. 139.

¹⁹ *Ibid.*

²⁰ FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de. *As metamorfoses de um polvo*, op. cit., p. 129.

com a proibição. Antônio Álvares, testemunha no processo de Francisco de Santo Antônio, relata o seguinte quadro:

Disse que depois do dito Francisco de Santo Antônio sair destes cárceres, e estar no da penitência com ele testemunha, o que foi segundo sua lembrança na semana santa próxima passada, disse a ele testemunha que estando preso nestes cárceres, mandara muitos avisos a muitas pessoas, não declarando que avisos foram, nem de que pessoas eram, e que atava escritos no pescoço de uma gata, a qual entrava em algumas casas, e que por esta via se comunicava com outros presos, e que ensinara a falar pelas paredes para outras casas, a um Pedro da Cunha, de Penamacor.²¹

A comunicação mantida nos cárceres era de conhecimento dos inquisidores, uma prática que deveria ser combatida, já que os presos, por meio das conversas, poderiam “uns a outros induzir a que calem a verdade, ou digam falso contra alguém”.²² Talvez essa prática acontecesse primeiro pela própria impossibilidade de combatê-la, e segundo pela conivência de muitos agentes da Inquisição, que retiravam lucros das variadas maneiras que presos e presas desenvolveram para “conversarem”, mesmo na prisão. Esse “dilema” fica muito claro pelo que registram os próprios inquisidores, numa investigação que consta num dos cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, e que tem um curioso título: “Contra os guardas dos cárceres”. Investigação que tem por objetivo averiguar responsabilidades e punir os autores. Apontam então os inquisidores:

Nesta mesa há informação certa que os presos e presas dos cárceres se comunicam e escrevem muito de ordinário sem os guardas o alcançarem nem darem disso conta, e por esta causa foram advertidos e repreendidos por vezes, sem haver emenda e entendemos que a não haveria, nem de seus sujeitos se pode esperar.²³

²¹ ANTT, II., proc. 4761. (Grifos nossos.)

²² ANTT, II., liv. 227, fl. 226.

²³ *Ibid.*

Dando prosseguimento à investigação, a primeira a ser ouvida será Guiomar Carrilha, que confirmou a comunicação que era mantida no interior dos cárceres, pois ela ouvia “que nos cárceres falam as pessoas presas umas para as outras, e se perguntam pelos estados de suas causas, dizendo umas às outras se lhe crescem testemunhas e perguntam donde são”.²⁴ E tão interessante quanto esse falatório, que era mantido, é outra forma de contato delatada pela mesma Guiomar Carrilha, aliás, ela própria sendo a beneficiada. Confessa aos inquisidores que “lhe mandaram da cozinha para cear em uma tigela duas dúzias de ameixas passadas cozidas e uma descaída de galinha²⁵ em cima delas porque anda doente, e que comendo as ameixas achou em uma que já tinha dentro na boca um dobrado como de linhas e vendo o que era, achou dentro um papel escrito [...] e não sabe o que neles se diz, por não saber ler, e no fundo da tigela pela banda de fora, vinha um lereiro como logo se verá”.²⁶ Explica ainda que recebera da cozinha vários bilhetes, trazidos pelos “guardas, ora um, ora outro”,²⁷ o que mostra a falta de um maior controle por parte da máquina inquisitorial.

Provavelmente por estratégia, Guiomar Carrilha tenta tirar dos guardas a responsabilidade pelo trânsito de informações que acontecia nos cárceres, fazendo ver aos inquisidores que os guardas

não deviam de dar fé nisso, e antes de ela declarante agora pedir mesa, disse aos guardas que olhassem o que ia no cárcere porque nos comeres se davam avisos e escritos, como lhe tinham vindo a ela e o alcaide se agastou de ouvir isto, dizendo-lhe que não podia ser, e mais se agastou ainda o guarda José

²⁴ *Ibid.*, fl. 228v.

²⁵ Segundo o Dicionário de Raphael Bluteau, *descaída* é uma iguaria feita com miúdos: intestinos, moela, fígado, cabeça e pontas de asa da galinha. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português & Latino*. Coimbra, 1712-1728. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/formBuscaDicionarioPlChave.asp> (acessado em 29.09.2010.)

²⁶ ANTT, II, liv. 227, fl. 229.

²⁷ *Ibid.*, fl. 229v.

Rodrigues, a que no cárcere as presas chamam guarda-damas, o qual lhe disse que aquilo não podia ser e que ela não sabia o que dizia.²⁸

Os próprios inquisidores, no desenrolar do caso, viram ser pouco provável que os guardas nada soubessem. O agastamento do referido José Rodrigues deve ser creditado ao fato de que tais deslizes iriam chegar às instâncias superiores, e que trariam aos envolvidos sérias consequências. Guiomar Carrilha é enfática ao afirmar perante os inquisidores “que nos cárceres não há segredo nenhum e que se falam todos mui livremente como se estivessem em suas casas”, inclusive trocando “palavras de amores”, preferencialmente na madrugada, “pelas três horas depois da meia-noite”,²⁹ quando a vigilância deveria ser mais branda.

A informação de que Guiomar Carrilha havia denunciado o trânsito de bilhetes espalhara-se pelos cárceres, alarmando as presas. A moça – a quem Guiomar não soubera nomear, mas provavelmente fosse a responsável pelo envio dos escritos em meio à comida – que trabalhava na cozinha pedira “que por amor de Deus lhe mandasse aqueles três [escritos] que lhe tinham ido nas ameixas”, e que seria inclusive agraciada com “uma peça muito boa”.³⁰ Em vão o pedido, pois os papéis já estavam em posse dos inquisidores, o que fez com que a “moça presa na cozinha” lhe ameaçasse inclusive de morte, tal a gravidade do assunto:

disse a dita moça presa nela [na cozinha] que queimada fosse ela declarante que ainda a havia de ver arder, e que cá na mesa lhe haviam de dar um hábito de Cristo, por vir trazer aquela boa nova, e que folgara de saber qual era a louça em que ela declarante comia, para que lhe houvera de botar na ração peçonha e outras coisas imundas.³¹

²⁸ *Ibid.*, fls. 230-230v.

²⁹ *Ibid.*, fl. 231v.

³⁰ *Ibid.*, fl. 233.

³¹ *Ibid.*, fls. 233-233v.

Com o andamento das diligências, a “moça presa na cozinha” é identificada como sendo Francisca da Silva,³² de 17 anos, e que tinha uma irmã também presa, Maria Henriques,³³ com quem procurava se comunicar através de bilhetes e pancadas na parede. Na verdade, toda essa comunicação visava saber como ambas estavam de saúde, e também em que situação encontravam seus respectivos processos.

Os guardas foram asperamente repreendidos, pois não vigiavam os cárceres eficientemente, permitindo que neles os presos falassem livremente, e se comunicassem, e também porque “não acudiam à sua obrigação como deviam”.³⁴ Ao final da diligência quatro guardas foram citados: José Pires, Diogo Fernandes, Antonio Gomes e José Rodrigues. Chegou-se à conclusão de que “não são suficientes nem vigiam como convém, e que os presos se falam e escrevem sem eles o advertirem nem darem conta nesta mesa”.³⁵ José Pires e José Rodrigues foram retirados dos cárceres: o primeiro por ser “velho e pouco esperto”, e o segundo porque “também é menos diligente e tem defeito no ouvir”.³⁶ A Diogo Fernandes e Antonio Gomes foi permitido continuarem desempenhando suas funções, “isto enquanto se não acharem outros homens de mais satisfação”.³⁷

Ora, todo esse contato era imprescindível para se saber quem entrava e saía dos Estaus, principalmente para se tentar descobrir possíveis delatores, ou então aqueles que não poderiam ser citados nas confissões, para com isso se evitar novas prisões. Além da descoberta de possíveis delatores, toda essa comunicação poderia trazer aos presos informações sobre o conteúdo das denúncias que pesavam contra eles

³² ANTT, II, proc. 3098.

³³ ANTT, II, proc. 11564.

³⁴ ANTT, II, liv. 227, fl. 246.

³⁵ *Ibid.*, fl. 247v.

³⁶ *Ibid.*

³⁷ *Ibid.*, fl. 248.

próprios. De posse desse conhecimento, era mais fácil desabonar uma acusação, e com isso minimizar os rigores das penas.³⁸

Através do importante trabalho de Elvira Mea, podemos saber que “panelas, tachos e testos eram os meios mais utilizados para receberem os pedidos”.³⁹ Mas a inventividade dos presos, aliada à necessidade de burlar a vigilância inquisitorial feita por alcaides e guardas, transformavam cascas de ovos ou nozes, rolos de carne e talos de couve em instrumentos perfeitos para o trânsito mais seguro das mensagens.⁴⁰

Os processos inquisitoriais, igualmente, mostram que no interior dos cárceres era possível aos presos fazerem tinta, usada por certo para escrever os recados que transitariam entre eles. Por meio do processo de Félix Nunes de Miranda sabemos, inclusive, como era preparada a tinta. De acordo com o testemunho do familiar Maximiliano Gomes da Silva, que foi perante os inquisidores em 9 de junho de 1729, quando o réu estava “no estrado junto à grade com as costas para as vigias, e se pôs a fazer tinta, conforme ele testemunha entendeu, no fundo da púcara que pela manhã quebrara, e se pôs a escrever e neste tempo que seriam dois quartos para uma hora”.⁴¹

Mas o fabrico de tinta dentro dos cárceres vinha de antes, e no século XVII temos também referências de tinta sendo feita nas celas da Inquisição de Coimbra. Por intermédio do processo movido contra Gaspar Mendes ficamos sabendo do procedimento adotado, para se

³⁸ “A comunicação no cárcere era também valiosa, como já vimos, para se saber qual o melhor procedimento a seguir perante uma situação que urgia conhecer bem. Sabendo-se a posição processual de parentes, amigos ou simples conterrâneos, era possível orientar a confissão de cada um, para ‘dar certo’, isto é, denunciar apenas os próprios denunciantes, a fim de poupar os ainda anônimos ao conhecimento inquisitorial.” MEA, Elvira Cunha de Azevedo, “O cotidiano”, *op. cit.*, p. 132.

³⁹ *Ibid.*, p. 140.

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ ANTT, II, proc. 2293-1. Essa referência me foi passada, gentilmente, pela historiadora Suzana Severs, a quem deixo aqui registrados os meus sinceros agradecimentos.

produzir tinta nos cárceres: “perguntou o mesmo a ele confitente em que as escrevera porque tinha ouvido que nesta Inquisição se não dava nem consentia que os presos tivessem papel nos cárceres e então lhe respondeu ele confitente que as escrevia fazendo tinta de carvão em uns cacos de cântaro e outras vezes nas cascas da abóbora”.⁴²

A forma de contato entre os presos não se restringia apenas aos bilhetes, mas poderia dar-se através do que era chamado “abc”. Essa estratégia de comunicação é referida por Elias Lipiner em sua obra *Terror e linguagem*, no verbete *alfabeto dos cárceres*.⁴³ Também Alberto Dines faz referência a esse tipo de comunicação que era mantida pelos presos, apesar da vigilância.⁴⁴ Através do processo de Gaspar Mendes temos a oportunidade de saber com mais detalhes como funcionava a comunicação através do “abc”:

e assim mais lhe dissera o dito Duarte Pereira que pela regra do abc se entendiam com os presos do cárcere continuando-a até a letra por donde queria começar, o que queriam dizer, e parando tornavam a continuar o mesmo abecedário até pararem na letra que se seguia, e nesta forma iam continuando, tomando as letras e entenderes até se entenderem uns com outros no cárcere.⁴⁵

Se todos esses problemas já não fossem suficientes para impedir um combate eficaz às correspondências – internas e externas –, os inquisidores tinham que enfrentar um quadro ainda mais grave, que era a colaboração de seus próprios agentes em toda essa questão. Brites de Faria toma a iniciativa de ir denunciar, em fevereiro de 1643, o caso

⁴² Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Inquisição de Coimbra (IC), proc. 6676, fls. 120v-121. Gostaria de agradecer à pesquisadora portuguesa Maria Fernanda Guimarães a gentileza de ter compartilhado comigo essa história, que faz parte de suas próprias pesquisas.

⁴³ LIPINER, Elias. *Terror e linguagem. Um dicionário da Santa Inquisição*. Lisboa: Contexto, 1999, pp. 26-28.

⁴⁴ Os presos trocavam mensagens com pancadas na parede: 1=A, 2=B etc. DINES, Alberto. *Vínculos do fogo: Antonio José da Silva, o Judeu, e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 50, nota 41.

⁴⁵ ANTT, IC, proc. 6676, fl. 98.

que ficara sabendo através de um conhecido, o mancebo Álvaro Dias, que depois embarca para o Brasil. Esse jovem de cerca de vinte anos de idade havia comentado com Brites que tivera notícias de seu tio, Luís Lopes Franco, que na altura se encontrava preso nos cárceres inquisitoriais. Essa informação lhe chegara através de um escrito que “seu tio escrevera por um guarda dos cárceres que chamavam os bigodes grandes”.⁴⁶ Segundo a denunciante, a quantia envolvida teria girado em torno de dois mil réis.

Os inquisidores então mostram-se bastante interessados em identificar, precisamente, quem seria o guarda que levava os tais escritos. Para Brites de Faria foram feitas perguntas no intuito de se descobrir se o jovem que lhe havia dado conta desse caso – o referido Álvaro Dias –, o tinha referido pelo nome, ou então se havia dito “onde morava o dito guarda ou lhe deu algum outro sinal por onde se possa conhecer”.⁴⁷ Sobre essas questões, a delatora foi de pouca ajuda, já que desconhecia outras informações que pudessem identificar o guarda. Tampouco soube dizer “o que a carta referia”.⁴⁸

Era suspeito aos olhos da população que o guarda dos cárceres secretos do Santo Ofício, Antonio Rodrigues, buscasse empréstimo junto a Manoel Gracia, principalmente por esse ter “um irmão preso nestes cárceres deste Santo Ofício”,⁴⁹ o que sugeria a obtenção de favores, mais especificamente informações acerca de um irmão preso. E além de vantagens monetárias, como essa que teria obtido Antônio Rodrigues, outros tipos de incentivos poderiam mover os homens que deveriam zelar pelo reto cumprimento dos Regimentos inquisitoriais.

Infelizmente nem todas as denúncias primam pela minúcia, e em muitos casos podemos apenas vislumbrar o que teria acontecido, como a história envolvendo um alcaide dos cárceres da Inquisição de Évora,

⁴⁶ ANTT, II, liv. 225, fl. 328.

⁴⁷ *Ibid.*, fl. 328v.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ ANTT, II, liv. 226, fl. 108v.

não nomeado, mas que teria mantido “conversaço ilícita” com uma presa, “por nome Antonia [...] a qual havia sido noviça em um convento”.⁵⁰ De acordo com o que é denunciado aos inquisidores, por causa dessa “relaçõ” entre os dois, o alcaide “avisava e dava notícia à dita moça dos parentes que ela tinha presos nos mesmos cárceres, e que de mais disto fazia o dito alcaide muitos mimos e regalos à mesma moça Antonia”.⁵¹

Porém há que se dizer que pedir o “favor” de um funcionário da Inquisição era de fato tarefa das mais arriscadas, pois não se tinha qualquer segurança que a proposta não fosse parar nos Estaus, como aconteceu com o cristão-novo Diogo Rodrigues Mesa. A fim de obter informações de seus três filhos, presos nos cárceres da Inquisição de Lisboa, tentou conseguir a ajuda de Antonio Cosme, familiar da Inquisição, e sangrador nos cárceres. Em troca do auxílio, Diogo Rodrigues prometera dar ao familiar “quatro peado (sic), do que podia interessar no ofício de alcaide dos cárceres da penitência”.⁵² Para obter essa “gratificação”, Antonio Cosme teria apenas que dizer, a um dos três presos, as seguintes palavras: “Pai, e todos os irmãos”.⁵³

Tratava-se, muito provavelmente, de uma espécie de código que os rapazes entenderiam, mas que ao alcaide não tinha qualquer significado. Ao se recusar a atender a solicitação, Antonio Cosme deve ter deixado transparecer a Diogo Rodrigues o risco que ele passara a correr, já que as chances de esse fato chegar ao conhecimento dos inquisidores eram bastante consideráveis. Como era previsto, o temor virou realidade, apenas dez dias após os fatos terem acontecido. Prevendo essa possibilidade, Diogo Rodrigues rogou a Antonio Cosme “com grande instância pelo amor de Deus, que não declarasse a pessoa alguma o que ali lhe havia pedido, e que em reconhecimento disso o

⁵⁰ ANTT, II, liv. 245, fl. 104v.

⁵¹ *Ibid.*, fls. 104v-105.

⁵² ANTT, II, liv. 242, fl. 349v.

⁵³ *Ibid.*

teria sempre por seu escravo, e lhe fez outros oferecimentos, em que se lhe oferecia para tudo o que ele denunciante o ocupasse”.⁵⁴

Também notícias acerca da comunicação mantida dentro dos cárceres nos chegam de fora, como a que vem exposta em uma carta enviada aos inquisidores de Lisboa pelo padre Manoel Rodrigues Nascente, beneficiado na igreja de Nossa Senhora Anunciada, na vila de Setúbal, e que está anexada no Livro 225 dos cadernos do Promotor. Segundo ele informa, os rumores lhe chegaram através de Maria Fernandes, que por sua vez ouvira de Maria de Matos, essa saída “penitenciada no auto passado”,⁵⁵ e ambas moradoras na vila de Setúbal. Maria de Matos falava com conhecimento de causa, já que estivera presa nos cárceres inquisitoriais, e bem sabia “que os presos se comunicavam, e se entendiam, batendo nas paredes uns aos outros”.⁵⁶ Mas não fora apenas acerca dessa questão delicada que Maria de Matos falava, mesmo após ter assinado um termo de segredo, comprometendo-se a nada dizer sobre o que vira e ouvira nos cárceres.

Citando António José Saraiva, “os réus que não eram condenados à morte eram advertidos, antes de saírem do cárcere do Santo Ofício, de que deviam ‘ter segredo em tudo o que se passou no decurso de suas causas’ e de que não podiam levar para o exterior recados de outros presos”.⁵⁷ Desrespeitando perigosamente o que havia se comprometido a nunca revelar, Maria de Matos contara a Maria Fernandes que os presos, em muitas ocasiões, mentiam por conta dos tormentos que lhes eram aplicados. De acordo com suas próprias palavras, “muitas vezes por respeito dos tormentos diziam [os presos] muito mais do que era, e diriam que Deus não era Deus, a respeito do muito que lhe faziam nos tormentos que lhe davam”.⁵⁸

⁵⁴ *Ibid.*, fl. 350.

⁵⁵ ANTT, II, liv. 225, fl. 371.

⁵⁶ *Ibid.*

⁵⁷ SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. 6ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 72.

⁵⁸ ANTT, II, liv. 225, fl. 371.

Temos visto, ao fazer uma análise mais acurada da documentação inquisitorial – principalmente dos cadernos do Promotor – que o conhecimento desse quadro chega-nos não somente através das descrições feitas pelos guardas e alcaides, muitos deles alheios a tudo isso. Sabemos igualmente por que os próprios prisioneiros tomavam a iniciativa de confessar aos inquisidores o que se passava dentro dos cárceres, provavelmente como forma de minorar possíveis rigores e escaparem de sentenças como a fogueira. Preferiam delatar os companheiros de infortúnio, se isso os fizesse cair nas graças daqueles que os julgavam. Nessa tentativa, pediam audiência e comunicavam aos inquisidores o que se passava nos cárceres. Tal foi o caso de Bárbara Dias, que em junho de 1644, por iniciativa própria, denuncia algumas presas que mantinham conversação nos cárceres, justamente naquelas “horas que os guardas andam impedidos em recolher a louça e depois enquanto andam dando as candeias”.⁵⁹

Mas qual tipo de informação que os presos poderiam trocar entre si justificaria tamanho risco? De acordo com o testemunho dado por Bárbara Dias, ela ouvia suas colegas de cárcere “dando novas das suas causas e das presas, e das mais que podem saber do cárcere”.⁶⁰ Porém, bem mais importante que essa questão, uma presa em particular costumava incentivar as demais, dando-lhes forças:

está sempre dizendo que não confessem e que tenham pela honra, como castelos, e a uma mulher que mais por além da dita casa está presa, a quem ela denunciante ouve muitas vezes chorar, lhe diz a dita mulher que tenha tato, que não confesse, e que se tiver contraditas, que venha à mesa com elas, e que dava muitas graças a Deus por ter uma companheira que a aconselhou muito bem, a que não confessasse e que a metera em arte para ela se livrar.⁶¹

⁵⁹ ANTT, II, liv. 226, fls. 233-233v.

⁶⁰ *Ibid.*, fl. 233v.

⁶¹ *Ibid.*, fls. 233v-234.

Porém, entre as conversas mantidas nos cárceres, também havia espaço para apontar as injustiças e a crueldade que ali eram praticadas, e aí nem os inquisidores escapavam das críticas e das maledicências. Entre o que ouvira Bárbara Dias, dizia-se “que mau fim houvesse os senhores inquisidores e mau inferno tivessem pois davam tratos aos presos e eram maus cristãos”.⁶²

Uma das obras clássicas sobre o tribunal inquisitorial português, Inquisição e cristãos-novos, é bastante criticada por suas imprecisões, mas ainda é reverenciada por muitos pesquisadores. E como lemos em António José Saraiva,

Tudo quanto passava de portas adentro do Santo Ofício era rigorosamente secreto. [...] A cada interrogatório o preso fazia juramento de segredo acerca do que com ele se passava, e o mesmo juramento era feito nas sessões de tormento. Os advogados juravam segredo assim como os notários, meirinhos, alcaides, deputados, inquisidores. [...] Verdadeiramente o réu só podia dar-se conta do resultado das suas contraditas, recursos, requerimentos etc., quando no final do processo lhe era comunicada a sentença. [...] Desta forma os réus da Inquisição não só ignoravam as peças do processo e as decisões dos juizes mas inclusivamente a lei por que eram julgados.⁶³

Ora, se não podemos negar de todo o erudito português, os documentos por nós pesquisados flexibilizam de forma considerável o rigor de suas palavras. Demonstram, acima de tudo, a impossibilidade de uma efetiva aplicação dos Regimentos à risca, por vários motivos.

A documentação inquisitorial possibilita-nos o vislumbre de quão difícil era a vida nos cárceres inquisitoriais, por meio de um bilhete escrito por Tomé de Pina, preso na Inquisição de Lisboa, e que afirmava “que cá era o inferno e que espera em Deus que havia de sair bem”.⁶⁴ Isso mostra uma forma de quebrar o segredo inquisitorial, algo tão caro aos inquisidores. O referido escrito, “do tamanho da palma da

⁶² *Ibid.*, fl. 234.

⁶³ SARAIVA, António José. *Inquisição, op. cit.*, pp. 71-72.

⁶⁴ ANTT, II, proc. 12288, fl. 2v.

mão”,⁶⁵ era endereçado à esposa de Tomé de Pina,⁶⁶ Maria de Cerqueira, e havia saído dos cárceres por volta de outubro ou novembro de 1626. O marido informava à esposa acerca de uma irmã dela, também presa, “que estava com duas ou três mulheres e que cada dia lhe dava as boas noites”.⁶⁷ Tomé de Pina fez questão de instruir a esposa, no bilhete mesmo, para que, após a leitura, o papel fosse imediatamente queimado, para evitar problemas futuros.⁶⁸ E quem relata toda essa história aos inquisidores é Álvaro Gonçalves, em 3 de janeiro de 1627.

Exatamente passado um mês – em 3 de fevereiro –, os inquisidores mandaram então chamar à mesa Maria de Cerqueira, esposa do preso Tomé de Pina, já que havia sido envolvida pela denúncia feita por Álvaro Gonçalves, um mês antes. Perante os inquisidores, e questionada sobre os motivos de ter sido chamada perante eles, afirmou que deveria ser “em razão de seu marido que cá tem preso”.⁶⁹ Aos inquisidores interessava bem mais do que essa resposta curta: queriam saber se ela havia recebido notícias de seu marido, preso nos cárceres. Ela mostrou-se surpresa com o questionamento, querendo saber deles “como as havia de ter”.⁷⁰ Questionada especificamente sobre o escrito, “do tamanho da palma da mão”, e lembrada de forma enfática que deveria dizer apenas a verdade, “porque não dizendo a verdade se fará dano”, não tentou sequer negar a história. Havia recebido o tal papel de “uma mulher a quem não sabe o nome”, que por sua vez recebeu o bilhete de “uma mulher na Inquisição”. Essa mulher era provavelmente sua cunhada,

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ ANTT, II, proc. 6073.

⁶⁷ ANTT, II, proc. 12288, fl. 2v.

⁶⁸ “e que logo em o lendo queimou porque nele lhe dizia [o seu marido] que assim o fizesse, porque se se soubesse tinha prova de morte”. *Ibid.*, fl. 3.

⁶⁹ *Ibid.*, fl. 3v.

⁷⁰ *Ibid.*

Filipa de Pina,⁷¹ também presa nos cárceres inquisitoriais. A responsável pela saída do bilhete dos cárceres, segundo o entendimento de Maria de Cerqueira, só poderia ser uma *cristaleira*,⁷² “porque cá não costuma entrar outrem”.⁷³ Fez questão de acrescentar que nunca tinha visto antes a mulher e tampouco sabia seu nome – “e que ia sem manto, mulher velha, nem gorda nem magra”⁷⁴ –, mas conseguiria reconhecê-la, caso a visse novamente. Após entregar a encomenda, a misteriosa *cristaleira* avisou que voltaria para pegar a resposta e fazer o caminho inverso, ou seja, levar informações de fora para dentro dos cárceres.

Há, no entanto, outra pessoa envolvida nessa história, o sapateiro Manoel, que vivia com Maria de Cerqueira há pelo menos dois anos. Jovem cristão-velho de 19 anos, foi ele quem leu o bilhete enviado por Filipa de Pina, e também quem escreveu a resposta, provavelmente porque Maria de Cerqueira deveria ser analfabeta.

E o custo desse serviço? Queriam os inquisidores saber quanto “a dita mulher” havia pedido, e qual a quantia que Maria de Cerqueira tinha pago pelas informações. Limitou-se apenas a responder “que lhe não pedira nada, mas que ela testemunha lhe dera da primeira vez três tostões”.⁷⁵

Na primeira audiência perante os inquisidores, “sendo chamado”, o jovem Manoel preferiu não dizer nada sobre o que lhe fora perguntado, mesmo tendo já sido citado por Álvaro Gonçalves um mês antes. Depois que Maria de Cerqueira confirmou que o jovem estava de fato envolvido, foi novamente chamado frente aos

⁷¹ ANTT, II, proc. 9612.

⁷² De acordo com Raphael Bluteau, *cristaleira* era mulher que tinha por ofício lançar ajudas; ou então qualquer medicamento, bebido como xarope, ou purga, ou aplicado como emplasto. BLUTEAU, Raphael, *op. cit.*, disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/Bluteau/formBuscaDicionarioPIChave.asp> (acessado em 29.09.2010.)

⁷³ ANTT, II, proc. 12288, fl. 4.

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ *Ibid.*, fl. 4v.

inquisidores, acabando por confirmar todo o conteúdo da denúncia, e inclusive que ele era tanto o leitor quanto o escritor dos bilhetes.

No entanto a participação desse jovem não termina aqui, muito pelo contrário: ficará a seu cargo identificar quem era a responsável pela entrada e saída dos escritos. Penso que seja interessante transcrever aqui, tal como consta no processo, a confrontação, mesmo que seja um pouco extensa:

Confrontação

E logo os ditos senhores mandaram vir perante si as cristaleiras que vinham a estes cárceres, e sendo cada uma delas confrontadas com o dito Manoel, testemunha atrás, e estando ele em parte donde as bem via e ouvia, e notando bem cada uma delas, e sendo-lhe primeiro mostrada uma delas que vinha os anos atrás a este cárcere, e por ele bem vista, disse que não era aquela a mulher que ele tinha visto levar os escritos: e sendo mandada aquela para fora, e mandada entrar para a mesa a ré Ana Brás, cristaleira que atualmente serve, e pelo dito Manoel bem vista, disse pelo juramento dos Santos Evangelhos que lhe foi dado, que aquela era a mulher que levava e trouxera os escritos conteúdos em seu testemunho, e que nisso se afirmava, e a reconhecia por a ver muitas vezes ir com os ditos escritos, e trazer as respostas que dito tem: e ao costume disse nada, e assinou com os ditos senhores. Baltazar da Fonseca o escrevi.⁷⁶

Para melhor esclarecimento desse caso, foi ouvido em 4 de fevereiro de 1627 o alcaide dos cárceres Heitor Teixeira, para que ele apontasse “que mulher vem de um ano a esta parte aos cárceres a fazer ofício de cristaleira quando é necessário”.⁷⁷ Confirmou apenas que a mulher era Ana Brás, “a qual é uma velha pequena, e que anda sem manto”,⁷⁸ a mesma, portanto, que havia sido presa nos cárceres inquisitoriais há cerca de um mês. O alcaide, contudo, não se limita a apontar Ana Brás como a responsável por “romper o secreto do

⁷⁶ *Ibid.*, fl. 6.

⁷⁷ *Ibid.*, fl. 8.

⁷⁸ *Ibid.*

segredo dos cárceres”,⁷⁹ mas mostra aos inquisidores uma falha no ofício, pois quando a cristaleira ia aplicar a mezinha a outra mulher, “e sendo mulheres por amor da honestidade não está ele testemunha nem guarda presente”, inclusive já havia ele alcaide feito “disto relação nesta mesa”, sugerindo inclusive a solução para esse problema:

que seria conveniente [que] uma mulher de um guarda fizesse este ofício e parecendo bem na mesa esta advertência ele senhor inquisidor rogou e fez instância aos guardas que tinham mulheres para este ofício que acabassem com elas que o fizessem.⁸⁰

O que chama a atenção no testemunho desse alcaide é sua surpresa com a prisão de Ana Brás, pois diz aos inquisidores que de todas as mulheres que vinham “fazer o ofício de cristaleira”, justo a que menos levantava suspeita era a referida ré.⁸¹ E o caso foi tão escandaloso, que ficou decidido não se admitir mais nenhuma cristaleira nos cárceres, e que os presos que necessitassem de ajuda fossem socorridos pelos próprios companheiros.⁸² Para essa decisão influiu o parecer do alcaide Heitor Teixeira, questionado pelos

⁷⁹ *Ibid.*

⁸⁰ *Ibid.*, fl. 8v.

⁸¹ “então que haverá agora um ano e a sua instância dele testemunha e com a boa informação que dela deu se ordenou que ela fosse a chamada para o dito ofício e com as outras duas se dissimulasse não se lhe dando recado. E em tão boa conta tinha a dita Ana Brás que ainda ontem à noite sendo trazida a esta mesa não sabendo ele o porquê nem o para quê e vendo que também uma das outras fora chamada ele alcaide inda abonava a dita Ana Brás dizendo que era boa coisa porque assim lho pareceu até então, posto que sendo logo depois mandada recolher na casa que vai para a dele alcaide por dar mostras de desmaios e acidentes na mesa, ela lhe disse que levava um escrito do cárcere e trouxera outro para ele”. *Ibid.*, fl. 9.

⁸² “E logo considerado o sobredito dito pelos senhores inquisidores mandaram que nenhuma cristaleira viesse aos cárceres e que as ajudas se deitassem aos presos e presas pelos companheiros e companheiras e que no quintal dos cárceres houvesse malvas pois sem custo algum as podia haver nele todo o ano ou as que fossem necessárias e sempre dois instrumentos de fole ordinários pelo menos e que se fizesse esta mezinha e como acima fica dito se deitasse e não de outra maneira e assinaram. Antonio Monteiro o escrevi”. *Ibid.*, fl. 8v.

inquisidores “se poderá haver lugar escusar-se cristaleira tendo-se os instrumentos e preparando-se cá a matéria daquela mezinha”.⁸³

Ana Brás foi entregue nos cárceres inquisitoriais em 3 de janeiro de 1627 e ouvida pela primeira vez um mês após sua prisão, em 4 de fevereiro. Contava então com 55 anos de idade, cristã-velha – segundo ela, “inteira cristã velha sem raça de cristão novo, nem de mourisco nem de outra má”⁸⁴ –, natural do termo do Cadaval, do lugar de Figueiros, e moradora em Lisboa há pelo menos vinte anos. Residia na Betesga, que, segundo ela, era “onde moram as deste ofício [de cristaleira] que usa de dez anos a esta parte”.⁸⁵ Era filha de Brás Dias, lavrador, e de Guiomar Fernandes, e viúva de Francisco da Mata, com quem tivera três filhas e dois filhos, sendo um dos filhos já morto. Quando começou a entrar nos cárceres “a deitar ajudas aos presos e presas”, Ana Brás recebeu juramento dos Santos Evangelhos, prometendo “de não falar nos cárceres o que ia fora, nem fora o que ia nos cárceres”,⁸⁶ o que obviamente não cumpriu, motivo pelo qual estava presa. Atesta aos inquisidores que “por cada ajuda lhe davam trinta réis e todas lhe têm pago o despenseiro”.⁸⁷

⁸³ “Perguntado se poderá haver lugar escusar-se cristaleira tendo-se os instrumentos e preparando-se cá a matéria daquela mezinha e dando-se tudo cezonado (*síci*) por via dele alcaide na ocasião que for necessário a casa onde estiver a pessoa que houver de receber esta mezinha para que sendo mulher lha deite a presa companheira; e sendo homem o preso companheiro pois não estava só nunca quem está doente = Respondeu que assim se poderia fazer muito bem e mui facilmente e que ele alcaide ordenaria e teria e faria dar tudo o aparelho e instrumentos para as ajudas que assim se faz na sua mesma casa e em outras muitas da cidade sem se chamar cristaleira, e que com isto se acudiria a tempo aos presos e presas que tiverem necessidade de ajuda porque logo fará por um ou dois foles na cozinha e dez por malvas no quintal que logo prendem como tem por experiência donde a toda a hora se poderão cozer e com duas moedas de azeite da pauta do doente se faz ajuda ficando assim tão barata quanto vai de seis réis a trinta réis que a cristaleira leva por sua ajuda e a isto é mui fácil e tanto como o mandar chamar cristaleira, e al não disse e ao costume nada e assinou com o senhor inquisidor. Antonio Monteiro o escreveu”. *Ibid.*, fls. 9-10.

⁸⁴ *Ibid.*, fl. 1.

⁸⁵ *Ibid.*, fl. 1v.

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ *Ibid.*, fl. 2.

O conteúdo dos bilhetes variava: Ana Brás recebera uma pataca de uma mulher presa nos cárceres – de quem disse não lembrar o nome – “que queria saber se o marido era vivo que era doente de gota”.⁸⁸ Esse escrito, em particular, era pequeno e fora “cosido em um pequeno de pano de linho, e ela confitente o meteu no seu”.⁸⁹ Já as correspondências de Maria de Cerqueira tinham conteúdo diverso, bem mais problemático e incriminador: como já referida, a cunhada Filipa de Pina lhe escrevera, e em uma das vezes pedira

que lhe falasse a umas pessoas para serem suas testemunhas e que mandasse a Coimbra saber quem a culpava e a dita Maria de Cerqueira disse então que não tinha posse para isso e que lho dissesse ela confitente assim, e respondendo-lhe que não podia cá estar com essas histórias e que respondesse por duas regras, e que lhas mandasse a casa dizendo-lhe donde morava e ofício que tinha e a dita Cerqueira assim o fez dali a um ou dois dias mandando-lhe pelo dito mancebo um escrito pequeno, para ela cá trazer, como em efeito trouxe e o deu à dita presa.⁹⁰

Variável também era o pagamento: de uma pataca, no primeiro caso, até “dois pães e uma posta de carne”,⁹¹ nesse segundo exemplo. Curioso que recebeu o “pagamento” não das mãos da própria Maria de Cerqueira – que “não lhe deu nada nem antes nem depois”⁹² –, mas provavelmente de Filipa de Pina, que estava presa.

Deve-se este tema aqui exposto a uma ampla pesquisa que venho desenvolvendo tendo por base os cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, cujo objetivo é fazer o índice de todos os livros que cobrem o século XVII. Dos cerca de setenta cadernos, dois terços já estão inventariados, e parte desse trabalho consta nestas páginas. Embora muita denúncia não tenha se transformado em processo inquisitorial, ao menos algumas ficaram registradas nessa rica e tão

⁸⁸ *Ibid.*, fls. 2-2v.

⁸⁹ *Ibid.*, fl. 2v.

⁹⁰ *Ibid.*, fl. 3.

⁹¹ *Ibid.*

⁹² *Ibid.*

pouco explorada documentação. O caso das comunicações mantidas no interior dos cárceres, por exemplo, fazem-nos questionar até que ponto a Inquisição teve tanto poder como supúnhamos. Isso pode ser claramente percebido pelas denúncias que fez perante os inquisidores Guiomar Carrilha, e que escolhi para título deste texto: “que nos cárceres não há segredo nenhum e que se falam todos mui livremente como se estivessem em suas casas”.

**DE GANHADORES, BANDIDOS, SOLDADOS E FESTAS:
O cotidiano nas ruas das cidades açucareiras de
Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**

Kalina Vanderlei Silva*

Durante os séculos XVI e XVII a colonização portuguesa na América, que se estruturava em um espaço litorâneo gradualmente construído sobre as plantações de cana-de-açúcar movidas a trabalho escravo indígena e africano, produziu uma cultura urbana surgida antes mesmos dos engenhos: em vilas e cidades fundadas a partir de ordens metropolitanas as elites de descendência portuguesa se esforçavam por implantar práticas cotidianas inspiradas na rígida hierarquia social ibérica. Por outro lado, essa rede urbana que se espalhava entre Bahia, Pernambuco e “capitanias anexas” passou por um gradativo processo de diversificação, durante o século XVII, que foi responsável pelo surgimento de grupos sociais urbanos que iam muito além dos senhores e dos escravos.

E assim foi que esses núcleos citadinos se transformaram em palco privilegiado para os personagens urbanos açucareiros: desde as elites em busca de um afdalgamento possível graças à reprodução dos costumes da nobreza ibérica, até os pobres livres e forros, pretos, pardos e brancos, que tomavam as ruas em suas práticas cotidianas.

* Doutora em História pela UFPE. Professora da Universidade de Pernambuco, e Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pesquisa financiada pela FACEPE.

De ganhadores, bandidos, soldados e festas

Em um e outro caso, o espaço urbano era convertido, não poucas vezes, em espaços de festas que refletiam éticas barrocas, estratégias cotidianas de sobrevivência e a incessante busca por ascensão social. A festa agia, assim, como o grande momento da sociabilidade urbana colonial em torno do qual o cotidiano das vilas e cidades foi se organizando. Inspiradas, ou claramente determinadas, pela Igreja Tridentina e pela Monarquia absoluta, elas usavam as ruas para o estabelecimento e publicação das hierarquias barrocas, encenadas em procissões com música, danças, salvas de artilharia e iluminações públicas que constituíam o auge da vida cotidiana no mundo urbano açucareiro.

Mas a ordem ditada por essas festas aos espaços urbanos contrastava com o dia-a-dia de aparente caos das mesmas ruas nos dias não festivos, dominadas que eram pelos oficiais mecânicos e ambulantes. Esses, todavia, também não demoraram a reinterpretar as práticas ostentatórias festivas da elite, elaborando celebrações próprias, em geral associadas às irmandades leigas.

De oficiais mecânicos e facinorosos, a gente nas ruas

Nesse contexto, se as festas ocupavam as ruas do açúcar durante um número significativo de dias por ano, mesmo sem elas essas ruas ainda eram espaços dinâmicos de convívio, principalmente para os grupos populares. Desde o século XVI as ladeiras de Olinda já eram circuladas por grupos cada vez mais ativos de ambulantes. O visitador Heitor Furtado de Mendonça, durante sua temporada na Capitania, foi testemunha dessa dinâmica e registrou nas páginas de seus autos um número significativo de mercadores, sapateiros, alfaiates, boticários, pasteleiros, barbeiros, padeiros, vendedores e vendeiras, marinheiros, pintores, mestres-escolas e pajens; todas profissões urbanas

desempenhadas por plebeus portugueses residentes em Olinda e vilas próximas.¹

Na medida em que o século XVII avançava a circulação desses personagens foi se intensificando em paralelo ao crescimento urbano, enquanto seu perfil foi se modificando, ao mesmo tempo em que o afluxo de escravos enchia as ruas com ambulantes cativos. Além disso, as alforrias e a mestiçagem aos poucos criavam uma camada de libertos e livres, pretos e pardos, que competiam com o trabalho escravo no desempenho diário das atividades de abastecimento urbano e serviços. Uma paisagem humana retratada pela pena de cronistas como o Capitão Gregório Varela de Berredo Pereira. Escrevendo na década de 1690, esse morador do Recife, logo depois de dizer de Olinda que essa cidade, antes rica e populosa, já então não passava de “umas memórias dos arruinados edifícios que ainda hoje estão mostrando o que foram e hoje haverá nela 500 fogos de gente pobre e casas pequenas, que os ricos todos moram por fora, por suas fazendas”, descreveu sua própria povoação em tons bem mais elogiosos:

É o Recife a corte de Pernambuco, como o título de povoação, donde o Flamengo, quando o possuiu, formou uma formosa cidade bem na pancada do mar, com ruas e casarias de três e quatro sobrados, com torres e capitéis; e, com o lugar ser pequeno, mora nele muita gente, com muitas riquezas, por ser a parte donde tudo acode e vêm as frotas de Portugal a buscar açucares e mais drogas da terra, donde estão as alfândegas e armazéns d'El Rei. (...) É este lugar do Recife muito fértil de pescado e de tudo o mais que se pedir, porque de fora acode tudo a ele; tem uma formosa ponte de madeira, que suposto não seja de pedra ainda assim é muito grandiosa (...). Por esta ponte se passa para a parte de Santo Antonio, donde é outra praça de casarias maior que o Recife, a qual o Flamengo tinha

¹ Um estudo detalhado das profissões urbanas e sua relação com a configuração da estrutura social açucareira em Pernambuco a partir dos autos de confissão e denunciação da Inquisição na capitania no século XVI pode ser encontrado em SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras – A Conquista do Sertão de Pernambuco pelas Vilas Açucareiras nos Séculos XVII e XVIII*. Recife, CEPE. 2010.

por corte com o título de Cidade Maurícia, com ricas ruas e ricos arcos e virações, com muitas hortas e parreiras (...).²

Assim, ao tecer seu painel ilustrativo do que era o teatro urbano do Recife, o Capitão não deixou de enfatizar suas ruas “de muita gente para onde tudo acudia”, celebrando, do pescado às hortas, das frotas aos capitéis, os variados elementos que compunham aquele cenário. E seria essa dinâmica que transformaria o Recife do século XVIII no lar de uma extensa rede de agremiações de gente livre, composta por irmandades leigas e corporações de ofício. Instituições que, surgidas no XVII, controlavam o cotidiano não apenas desse núcleo urbano, mas também de Olinda, Igarassu, Itamaracá e outras vilas próximas, criando espaços de sociabilidade baseados tanto na religiosidade assistencialista e festiva das irmandades, quanto na regulamentação profissional das corporações.

Corporações estas que, nos Setecentos, tornaram-se bastante significativas na capitania, controlando o exercício de cada profissão a partir de uma hierarquia que seguia dos aprendizes aos mestres, bem característica da sociedade estamental. Predominaram especialmente no Recife, já então o maior núcleo urbano de Pernambuco, onde estavam subordinadas a uma organização mais ampla, sediada na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e nascida do domínio que escravos e forros exerciam sobre as atividades ambulantes, a *organização do Rei do Congo*.³

² PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. Breve compendio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o senhor governador Antonio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho. Apud MELLO, José Antônio Gonçalves de. Pernambuco ao tempo do Governo de Câmara Coutinho (1689-90). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Vol. LI. Recife, 1979. pp. 257-300. p. 281-283.

³ Em Pernambuco a *organização do Rei do Congo* surgiu nas últimas décadas do século XVII, inspirada na celebração que os escravos lisboetas faziam em honra ao Manicongo africano. Na América portuguesa ela estava ligada à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que, no Recife, organizava tanto a eleição anual do rei e da rainha do Congo quanto a festividade comemorativa dessa data. Uma festa realizada com procissão ao som de atabaques, trombetas e pandeiros, acompanhada pelos irmãos pomposamente vestidos. Por outro lado, no século XVIII

A influência dessa rede paralela de poder sobre as atividades diárias de abastecimento urbano era tal que levou as autoridades coloniais a tentarem incorporá-la através da concessão de patentes oficiais aos governadores das corporações. Estratégia que teve seu ápice durante a administração de José César de Menezes, na década de 1770, responsável pela assinatura de inúmeras patentes para pretos, brancos e pardos, homens e também mulheres que comandavam as corporações de ofícios urbanos. Mas essas patentes apenas legitimavam, perante as autoridades coloniais, a escolha realizada pelas próprias corporações, e não perdiam de vista a autoridade popular do Rei do Congo, sempre mencionada na fórmula padrão das cartas, como naquela que validava a eleição do novo governador da corporação dos marcadores de caixas de açúcar do Recife, em 1776:

Faço saber aos que essa carta patente virem que havendo respeito ao crioulo Manuel Nunes da Costa ser eleito pelos pretos Marcadores de Caixa desta Praça para Governador dos mesmos, a fim de conservar a paz, que entre eles deve haver na referida manobra, evitando toda a desordem que possa acontecer e esperar dele que inteiramente satisfará as obrigações que lhe competem em razão do referido posto. Hei por bem nomear o dito preto Crioulo Manuel Nunes da Costa no posto de Governador dos pretos Marcadores de Caixas de Açúcar desta praça o qual exercerá enquanto proceder como deve e gozará da jurisdição que em razão do referido digo em razão do mencionado cargo lhe pertencer e pelo que ordeno ao Rei do Congo, e mais Oficiais a que tocar, por tal o reconheçam, honrem, e estimem, e o hei por empossado, recomendando-lhe muito o sossego, e vigilância, que deve ser o governo de seus subordinados , a quem também ordeno que lhe obedeçam e

o *Rei do Congo* assumiu funções outras além das suntuárias, controlando toda a rede de corporações de ofício do Recife. Ver MELLO, J. A. G. de. Alguns Aditamentos e Correções. In COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*, Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1983. 10 vols. Vol. X, pp. CDXC-DXVI, p. DIX; TINHORÃO, J. R. *As Festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000; TORRES, C. V. *Um Reinado de Negros em um Estado de Brancos* – Organização de Escravos Urbanos em Recife No Final do Século XVIII e Início do XIX (1774-1815). Recife, 1997, Dissertação (Mestrado em História) – UFPE.

cumpram as suas ordens relativas ao Real Serviço e bem público assim como devem e são obrigados.⁴

De forma geral, as patentes passadas para os governadores das corporações de ofício assemelhavam-se a outras concedidas no período a postos tais como o de coronéis milicianos: eram postos suntuários com os quais as autoridades coloniais procuravam enquadrar a população livre, crescente, nas teias de poder imperial, em uma tentativa de manutenção da ordem. E o que elas ofereciam era honra e prestígio, elementos muito caros ao imaginário fidalgo da época, e pouco acessíveis a forros e pardos livres.

Entre as corporações governadas por pretos no Recife estavam a dos canoeiros, dos ganhadores, dos camaroeiros e organizações femininas como a das boceteiras e a das pombeiras. Mas nem todas eram de maioria preta: os pescadores, por exemplo, sediados em Olinda, foram comandados também por pardos.⁵ Essa gente circulava nas ruas, vendendo seus produtos e oferecendo seus serviços, dominando o espaço público urbano no dia-a-dia enquanto a elite se reserva os espaços interiores, as casas e sobrados, a não ser nos dias de festa, quando os ‘homens bons’ tomavam as ruas. Em todos os outros dias, essas eram dos escravos e, é de presumir pela própria organização das corporações, dos livres de cor.

Mas para além das corporações de ofício, os espaços privilegiados de socialização da gente do açúcar parecem ter sido mesmo as irmandades leigas. E elas eram muitas, desde as elitistas como a Santa Casa da Misericórdia e o Santíssimo Sacramento, até as inúmeras confrarias de homens e mulheres de cor, como as devotadas a

⁴ PRETO Manuel Nunes da Costa Governador dos Pretos Marcadores de Caixa de Açúcar. *Coleção Patentes Provinciais*. Volume 02, folha 198. Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE). Recife.

⁵ Ver as patentes dessas e de outras corporações na *Coleção Patentes Provinciais*, no APEJE. Por exemplo, Vol. 02, fl. 198, 49; vol. 03, fl. 49, 158, 166; vol. 04, fl. 124; vol. 05, fl. 06, 22, 40, 61, 172, 262. Boceteiras e pombeiras eram vendedoras ambulantes de miudezas.

Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos existentes em várias vilas de Pernambuco. A lista ainda incluía irmandades como as do Senhor Bom Jesus dos Martírios, no Recife e em Goiana, São Pedro dos Clérigos, no Recife, Santo Antônio de Catalagerona e São Benedito, em Goiana, e abarcava vilas como Olinda, Serinhaém, Cabo, També e Tracunhaém, ilustrando não apenas o significativo número de homens e mulheres de cor nesses núcleos urbanos, mas também as possibilidades de sociabilidade abertas neles.⁶

E tanto nas irmandades quanto nas corporações de ofício a gente de cor escrava e livre convivia, muitas vezes a despeito da concorrência entre trabalho livre e escravo: as corporações de capineiros de Recife e Olinda, a dos pescadores de alto de Olinda, a das pretas boceteiras do Recife, a dos camaroeiros de Olinda, a dos pescadores, a dos ganhadores e a dos marcadores de caixa, essas últimas todas no Recife, aceitavam tanto escravos quanto livres. Isso não impedia, entretanto, que a hierarquização estamental se fizesse sentir por outros meios, como por exemplo através das restrições étnicas lançadas a alguns grupos: caso da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife que em seu compromisso de 1776 aceitava tanto libertos quanto escravos desde que não fossem *gentios de Guiné* ou *Angola*, o que terminava por limitar seus membros aos pretos crioulos.⁷

Essas restrições sociais, todavia, iam bem além das irmandades e, próprias do imaginário estamental predominante no mundo açucareiro, marcavam toda a sociedade. Associada à escravidão, que oferecia

⁶ Para as irmandades de cor em Pernambuco ver SAMPAIO, Juliana Cunha. *Irmãos do Rosário de Santo Antônio: Gênero, Cotidiano e Sociabilidade em Recife (1750-1800)*. Dissertação de Mestrado em História. UFRPE. 2009; e BEZERRA, Janaína Santos. *Pardos na Cor e Impuros no Sangue: Etnia, Sociabilidades e Lutas por Inclusão Social no Espaço Urbano Pernambucano do XVIII*. Recife. Mestrado em História. UFRPE. 2010.

⁷ COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, Cap. VI. *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU), cód. 1302. Fl. 06.

ferrenha concorrência ao mercado de trabalho livre, a rigidez hierárquica estamental impunha dificuldades diversas à ascensão social da gente de cor, construindo um cenário social onde, não poucas vezes, a criminalidade era a única saída aberta aos livres urbanos. Uma criminalidade que variava da simples vadiagem, a recusa em se submeter a um senhor, até a execução da violência como atividade profissional, no caso dos facinorosos.

E ao longo dos séculos XVII e XVIII as queixas das autoridades coloniais com respeito aos crimes cometidos por vadios e outros membros da plebe foram se tornando cada vez mais freqüentes. Reclamavam principalmente da facilidade que tinha qualquer um de, após agir nas ruas do açúcar, fugir rápida e impunemente para os amplos matos que margeavam todos os espaços urbanos intercalados aos canaviais. Por isso, de quando em quando, os governadores e capitães-mores lançavam devassas para apreender vadios e facinorosos, como a realizada na Paraíba em 1722 contra as gentes que, nas palavras do Rei, “sem temor de Deus nem das minhas Leis” haviam cometido toda sorte de crimes e que “perturbavam a Capitania com diferentes insultos”. Nessa ocasião, Sua Majestade exigiu que o Capitão-mor despachasse ordens para que os oficiais dos interiores prendessem e castigassem “todos que achassem em atual exercício de roubos, violências e mortes”:

e que entrando a averiguar o número dos criminosos, e qualidade dos crimes que havia nos cartórios dessa Cidade os que constavam da Relação que remetestes que contem o número de 571 e sendo esse número tão considerável que apenas pode caber nas prisões, nem o Ministro deu expediente ao seu livramento ou castigo, há entre eles muitos que não tem parte, e que por crimes antigos, ou menos graves, andam mais por fado que por gênio fugindo vagabundos por tantas partes sem tomarem assento, nem domicílio certo em lugar algum, antes a sua mesma miséria os obriga muitas vezes a viver nos mesmos delitos que no principio os perderam, e inquietaram, sendo também indecente a autoridade de minhas justiças na

impossibilidade de os prender e consentir na sua quietação, e fica sendo esta quantidade de gente não só inútil, mas prejudicial a toda a terra, em cujo benefício e aumento vos parecia se podia converter este dano sendo eu servido usar de minha Real piedade com estes miseráveis mandando publicar um perdão geral a todos os que no seu crime não tem parte, e vendo o mais que nesta parte insinuais.(...)⁸

Nesse caso, apesar de não deixar de se queixar da situação de desordem na capitania, o rei terminou mesmo por perdoar a maioria desses ‘criminosos’, reconhecendo inclusive – apesar de condenar a vadiagem como crime grave – que o principal problema dessa gente marginal era não ter como se manter nas cidades. Não deixou de se espantar também com o vultoso número de presos: 571 ‘prejudiciais à República’ constituía um número bem significativo, exemplar das dificuldades de inserção social encontradas na região, principalmente considerando-se que décadas depois, em 1810, a muito mais populosa área urbana entre Recife e Olinda registrou apenas 202 condenações.⁹

Mas a vadiagem nem de longe era o único crime nas ruas do açúcar, e apesar do ato criminoso, como tudo o mais na sociedade estamental, também ser definido de acordo com a condição jurídica do sujeito, isso não impedia que a violência cotidiana praticada pelos senhores nas vilas de Pernambuco fosse também reconhecida como criminosa. Se, por um lado, o ato de andar armado era uma prerrogativa nobre que nas vilas açucareiras estava restrita aos ‘homens bons’ – e logo criminalizada quando associada a pretos, pardos e plebeus em geral –, por outro, o pouco pudor que tinham os membros dessa elite em fazer uso dessas armas escandalizava as autoridades coloniais de origem reinol. E não eram raros os casos em que as muitas disputas entre os moradores eram resolvidas à bala, através do recurso

⁸ SOBRE a conta que deu do expediente que tomou para serem presos os delinquentes daquela Capitania. AHU, Códice 258, fl. 281v.

⁹ CARTA do Governador de Pernambuco, Fernão de Souza Coutinho. AHU, PE, cx. 5, pa. 1/6/1671.

de assassinos contratados, os facinorosos. Bom exemplo disso foi o assassinato do Capitão José Correa de Oliveira, em Goiana, em 1751. As circunstâncias do assassinato foram descritas pela esposa, que fez a denúncia:

pelas sete horas pouco mais ou menos, saindo o dito marido a falar com Vicente Carvalho de Azevedo da mesma vila ao mesmo tempo que chegou a porta dele lhe deram um tiro com um bacamarte curto pelas costas, ficando-lhe no vão do peito introduzidas as balas e buchas de que logo faleceu sem confissão, nem sacramentos. Sucedido este caso, logo se fez por pública voz que os agressores tinham sido Severino da Silva Marcelino associado com João da Cunha e ambos facinorosos e costumados a matar por dinheiro como com efeito mataram.

Ou seja, os mandantes eram bem conhecidos, um tal “José Roiz Pereira Chaves com beneplácito de seu pai José Roiz Chaves e seu cunhado Manoel Pinto de Araújo, autores todos de tão execrando delito,” apoiados por uma Lourdes da Silva e Mello “pessoa também poderosa e igualmente premiada para subornar”. Mas isso não parece ter ajudado à denunciante, pelo contrário:

vendo a suplicante que com escândalo geral de todos andavam diante dos seus olhos os culpados na morte do dito seu marido, não teve maior remédio que queixar-se, querelando deles em ocasião mais oportuna, de que resultou o vir a ser prezo o dito mandante José Roiz que antes havia já também prevenido o mesmo matador para efeito de tirar a vida a Manuel de Andrade Pereira seu pai, a fim de que essa pobre e miserável viúva, ficando de todo desamparada, não pudesse continuar na acusação contra ele. Não se acham ainda presos, nem pronunciados os mais delinqüentes, e entende a suplicante, que nem ainda bem averiguada de todo a gravíssima culpa do principal agressor mandante, que pela sua indústria, e padrinhos anda já solto, fazendo pouco caso de todas as diligencias da pobre suplicante.¹⁰

¹⁰ AHU, Cx. 77, Doc. 6489.

Assim, se uma devassa foi feita, tornando públicos tanto os mandantes do crime quanto os executores, os ditos facinorosos, apesar disso os criminosos terminaram por escapar à punição, assassinando o sogro do capitão, pai da responsável pela denúncia, e usando de subornos. Ou seja, a despeito do status da vítima, ‘homem bom’, exigir a devassa, os laços sociais dos mandantes, também pessoas poderosas na capitania, parecem ter prevalecido.

Todavia, se esse episódio fala sobre a violência cotidiana infligida pelos senhores nos espaços urbanos, por outro lado poucas não eram as queixas das autoridades coloniais sobre a plebe armada que pululava nessas ruas. O Capitão Berredo Pereira, por exemplo, não deixou de mencionar as medidas que Câmara Coutinho tomou, tão logo empossado no Governo da Capitania, contra a costumeira, e parece que bem conhecida, impunidade desses personagens:

e manda logo lançar bandos que nenhuma pessoa tirasse pela espada, adaga nem faca, com penas cruéis, nem entrem com espingardas, pistolas, clavinas e machamartes nestas praças da cidade e Recife, porque estes eram os instrumentos com que os soberbos e arrogantes se ostentavam vangloriosos; lança outro bando que nenhuma pessoa recolhesse em sua casa e fazendas a nenhum criminoso, com graves penas, e pelo mesmo estilo avisa a todos os Prelados das religiões não recolhessem nos seus conventos nenhuma gente desta; manda incontinenti levantar forcas e polés no Recife e cidade.¹¹

A preocupação de Coutinho em reprimir não apenas os criminosos, mas também aqueles que por laços de parentesco ou clientelismo os acolhiam não era vã. Pelo contrário, ele tinha boas razões para isso: em 1669 o Mestre de Campo do terço dos Henriques, então Antônio Gonçalves Caldeira, assassinou um capitão seu subalterno e ao ser acusado pelo crime fugiu de Olinda, indo buscar refúgio no interior. Foi logo perseguido pelo Capitão-mor do terço dos minas, outra companhia de pretos que nas décadas seguintes seria

¹¹ COSTA. *Op. cit.*, p. 261.

assimilada ao próprio terço henrique. O Capitão-mor conseguiu prender Caldeira, mas na volta a Olinda ele e seus soldados foram atacados pelos frades beneditinos que, armados, não hesitaram em espancar os oficiais, na tentativa de libertar Caldeira:

quebrando um braço a um capitão, ao que acudiu muita gente dos moradores com que o dito Mestre de Campo teve lugar de puxar pela espada tratando de acutilar e ferir a todos que, obrigados a defença, puxaram também das suas, e entre tantas, recebeu o dito Mestre de Campo duas feridas, das quais morreu dentro de sete horas, sendo a culpa desta desgraça os ditos frades Bentos que com tanta dissolução e descompostura saíram à rua a quererem tirar o preso.¹²

Uma cena que mostra bem que a preocupação de Câmara Coutinho com os religiosos protegendo criminosos não era nada despropositada. Mas Caldeira, ainda que homem preto de Olinda, não era um simples vadio ou criminoso, mas o primeiro Mestre de Campo a substituir Henrique Dias, e que chegou mesmo a ser agraciado com o hábito da Ordem de Santiago. Difícilmente o retrato do comum da plebe que continuava, por seu turno, a produzir facinorosos: em 1678, por exemplo, o governador Souza de Castro reclamava ao Conselho Ultramarino sobre a violência cotidiana nas vilas de Pernambuco, produzida por todos os grupos, e ilustrava sua queixa dizendo que “achou naquela cadeia dois mamelucos presos que mataram um frade a espingarda estando dormindo a sua porta sem mais do que a de lhe haver impedido um casamento.”¹³ Essa criminalidade urbana fez com que, ao longo do XVII e XVIII, os governadores da capitania lançassem bandos atrás de bandos tentando, aparentemente em vão, controlar o número de assassinatos.

¹² AHU, Cx 5, pa.,fl. 280. 24 de Maio de 1669; e AHU, Cx 5, PE, pa., fl. 248, 29 de Julho de 1669. Para a biografia de Caldeira ver MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Henrique Dias – governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*. Recife: Massangana, 1988.

¹³ SOBRE o que escreve o governador de Pernambuco acerca dos crimes e mortes que sucedem naquela Capitania por falta de castigo nos delinquentes. AHU, Códice 265, fls. 22/22v.

Mas ainda que fossem o espaço do crime, as ruas do açúcar eram também o espaço da máquina repressiva estatal, encarnada pelas tropas regulares que estacionavam nos núcleos urbanos maiores e politicamente mais importantes. E isso transformava o soldado em um personagem urbano bem típico, sobre o qual as autoridades coloniais gastavam não pouca tinta e papel discutindo.

Desde o final do século XVII os governadores da capitania se viam às voltas com o grande número de soldados nas vilas açucareiras recém-saídas de uma guerra. Os problemas estavam principalmente em Olinda e Recife, sedes que eram para os quartéis regulares. E muitos eram os detalhes a cuidar com relação a esses homens: na década de 1780, por exemplo, José César de Menezes, ao mesmo tempo em procurava incluir as corporações de ofício baixo sua rede de influência, tentava também lidar com diversos processos contra soldados que atuavam à margem da lei nas praças de Pernambuco e que iam de simples deserções até o assassinato de superiores e fraudes.¹⁴ Apesar disso, a criminalidade estava longe de ser a única questão relativa a esses personagens na mente dos governadores: acumulavam-se problemas com pagamento dos soldos, fardamentos, falta de ocupação

¹⁴ Esses problemas com a soldadesca que ocuparam José César de Menezes podem ser vistos em: OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o Conselho de Guerra feito contra o tambor do Regimento do Recife, Manoel da Rocha Soares, e ainda os processos contra o soldado Luís Inácio de Azevedo pelo assassinato de Anastácio José da Silveira; e do soldado desertor Antônio dos Santos pela morte do capitão Francisco Rodrigues da Cunha. AHU, Cx. 138, D. 10286; OFÍCIO do [governador a capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a devassa feita sobre Manoel Colho, desertor e falso padre. AHU, Cx. 145, D. 10635; OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], José César de Menezes, ao [Secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre a falta de auditores nos Regimentos da dita capitania e a punição aos desertores das tropas. AHU, Cx. 140, D. 10364.

cotidiana, e até mesmo práticas bem barrocas, como a constante preocupação com os enterramentos.¹⁵

E foram essas preocupações ritualísticas que levaram à formação de irmandades militares na capitania que, ao contrário da maioria de suas congêneres no mundo do açúcar, congregavam irmãos não a partir de distinções étnicas, mas sim profissionais.

A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares funcionava no Recife pelo menos desde 1710, a tal ponto significativa no cotidiano dessa vila que conseguiu construir sua igreja própria ainda no início do século, enquanto a poderosa Irmandade do Santíssimo Sacramento, por exemplo, apenas o conseguiria no fim dos Setecentos.¹⁶ E não era a única congregação militar em Pernambuco: a mais antiga era de São João Batista, em funcionamento em Olinda desde 1697, fundada pelos infantes do terço dessa cidade.¹⁷ E como todas as irmandades, essas também giravam em torno de celebrações barrocas, razão pela qual, em 1703, os irmãos de São João Batista pediram um capelão para seu regimento, mas que deveria, na realidade, atuar principalmente na irmandade. Diziam:

terem elegido para a sua confraria e sepultura a Igreja de São João Baptista, na forma da permissão que para esse lhes concede; a qual estavam reedificando, haviam de a paramentar de todo o necessário por conta de seus soldados. E porque

¹⁵ Dentre a vastíssima coleção de cartas, ordens, alvarás, etc, sobre o tema, estão: SOBRE Agostinho Cezar acerca de se lhe pagar os seus socorros e soldo que lhe toca de capitão de infantaria, que são oito mil réis. 6 de Abril de 1688. AHU, Códice 256, fl. 78; SOBRE a farda dos Soldados dos terços daquela Capitania. 27 de Setembro de 1700. AHU, Códice 257, fl. 45; SOBRE o pouco trabalho que tem os soldados daquela Villa. 14 de Maio de 1703. AHU, Códice 257, fl. 125; SOBRE o requerimento do Mestre de Campo, mais oficiais e soldados do terço da guarnição da cidade de Olinda. 28 de Julho de 1703. AHU, Códice 257, fl. 135. Este último, referente à irmandade militar de São João Batista.

¹⁶ Ver SARGENTOS soldados do 3º da Villa do Recife. AHU, PE, Cód.259, fl. 50. E para o Santíssimo Sacramento do Recife ver ASSIS, Virgínia Almoêdo de. *Pretos e Brancos - A Serviço de Uma Ideologia de Dominação (Caso das Irmandades do Recife)*. 1988. Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p.60

¹⁷ COSTA. *Op. cit.* Vol. 7, p.78; COSTA. *Op. cit.*, vol. 10, p. 120

necessitavam de capela assim para assistir na mesma Igreja e confraria, como para confessar os soldados doentes na forma que se praticava em todos os terços deste Reino me pediam lhes confirmasse a eleição que tinham feito no Padre Pedro Lelou de Lanozoi para Capelão do terço e assistir na dita confraria e Igreja com a côngrua costumada.¹⁸

Entretanto, para além das irmandades, a preocupação com o estado da alma – sem falar no bom comportamento –, dos soldados levou mais de um governador a se envolver com esses detalhes cotidianos. Caso da ordem régia passada para o governo da capitania, em 1690, exigindo que se fizesse com que “os soldados cumprissem com as suas obrigações de católicos, especialmente obrigando-os a confessarem-se”.¹⁹

Personagens urbanos por excelência, e causa constante de problemas, os soldados faziam valer as preocupações dos governadores. Mas não eram apenas importantes peças na estrutura repressiva do Estado, como também elementos fundamentais na organização festiva, responsáveis por agregarem pompa às procissões com suas salvas de artilharia e marchas. Assim, se eram sujeitos marginais no dia-a-dia das vilas açucareiras, nas festividades eles se tornavam essenciais.

Dias de festas nas vilas açucareiras

Nesse cenário, as festividades eram principalmente cultivadas por elites inspiradas pela cultura de corte ibérica, para quem aparecer e parecer era ser; para quem o modo de vestir-se e portar-se em público conferia prestígio ao status já possuído. Um prestígio que era chave para o afidalgamento a que esses senhores tanto almejavam. E uma vez que o parecer dependia do aparecer, as festividades assumiam um

¹⁸ *SOBRE o requerimento do Mestre de campo, maes officiaes e soldados do terço da guarnição da cidade de Olinda. A.H.U., Códice 257, fl. 135.*

¹⁹ COSTA. *Op. cit.*, vol. 4, p. 87.

significado único: momentos ideais para a ostentação de pompa e a demarcação dos espaços de poder ocupados por cada um. As festas, realizadas nas ruas e igrejas, ofereciam o roteiro e o cenário para as performances; funcionavam como dramas nos quais os atores sociais deveriam representar seus papéis pré-determinados, escritos pela hierarquia vigente.

E por isso, durante muitos dias por ano, as ruas açucareiras, como de resto das principais cidades do império, eram tomadas pelas festas que seguiam o calendário ditado por Coroa e Igreja. Festejos esses, comemorativos de dias santos e casamentos reais, que, ao lado das celebrações mais populares patrocinadas pelas irmandades, contribuíam para a construção e propagação de um imaginário urbano com fortes elementos do barroco cortesão ibérico.

Assim, apesar das festas públicas diferirem das promovidas pelas irmandades por seu caráter oficial, compartilhavam com essas de uma organização bastante semelhante, constituída por fórmulas barrocas que pouco variavam de festejo para festejo: eram missas solenes e procissões, assistidas e acompanhadas por autoridades, que davam especial destaque ao desfile e exibição de determinados símbolos e emblemas de poder, dos retratos reais ao Santíssimo Sacramento, e que levavam música, dança, luzes e gente para as ruas. Mas nada disso de forma espontânea, pelo contrário, a gente que delas participava era hierarquicamente organizada segundo seu status e nível de prestígio, principalmente nas celebrações estatais.

Estas, as chamadas festas públicas, estavam sob responsabilidade direta das Câmaras das vilas e cidades mais importantes e se dividiam em anuais e extraordinárias: as primeiras realizadas em datas fixas, estabelecidas pelo calendário imperial, e as segundas comemorativas de ocasiões especiais, seguindo ordens régias. Umhas e outras tinham como função primeira glorificar o poder imperial. Mas na medida em que eram encomendadas às Câmaras, rapidamente se tornaram também mecanismos de afirmação do prestígio das elites locais.

Tais festividades, seguindo modelos já usuais na Europa moderna, apropriavam-se da busca das comunidades urbanas por espaços de sociabilidade, integrando-a aos impulsos dirigistas e as regras propagandísticas da Igreja e do Estado. Nesse contexto, a elite açucareira, como parte integrante da estrutura cultural do Império, apesar de longe dos olhos vigilantes da Corte – ou por causa disso –, via essas ocasiões como momentos privilegiados de aproximação à cultura cortesã, de afidalgamento, assumindo para si as regras rígidas que estabeleciam a hierarquia espacial nesses fenômenos nitidamente urbanos.

E se os festejos camarários já eram importantes em Pernambuco no século XVII, as festas das irmandades parecem ter alcançado seu apogeu um pouco depois, no XVIII, com o crescimento das vilas e o aumento populacional. Nesse período, cada confraria realizava, uma vez por ano, sua festa principal em honra do santo padroeiro com uma procissão na qual os irmãos investiam tempo, esforço e dinheiro e que deveria refletir não apenas a importância do santo ou santa, mas também atribuir prestígio aos irmãos. Em tais ocasiões, os grupos populares urbanos reliam a busca da elite açucareira por afidalgamento, construindo seus próprios mecanismos de ordenamento de prestígio social.

As onipresentes irmandades do Rosário dos Pretos, por exemplo, celebravam sua patrona, Nossa Senhora do Rosário, com faustosas procissões que, no caso do Recife, eram organizadas pelos irmãos e irmãs escravos e forros em paralelo à festa de coroação do Rei do Congo.²⁰ Os confrades do Rosário, dessa forma, excluídos das celebrações régias e camarárias, e logo dos estatutos fidalgos de prestígio, elaboravam suas próprias fórmulas. E bem relevantes no cotidiano da vila.

²⁰ O próprio compromisso do Rosário dos Pretos do Recife estabelece a eleição dos reis e rainhas do Congo pela irmandade. Ver SAMPAIO. *Op. cit.* p. 114-120.

Portanto, as festas eram tão importantes para as irmandades populares quanto para as elites, e por causa disso eram invariavelmente bem detalhadas em seus compromissos, como naquele da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios do Recife datado de 1776:

No Domingo de Ramos se fará a nossa Procissão a qual sairá pelas duas horas da tarde da Igreja de Nossa Senhora do Paraíso onde está colocada a Santa Imagem: Irá a trombeta com vestimenta roxa, e levará o estandarte o Procurador atual mais velho e as duas Guias primeiras os Irmãos que serviram de Procuradores e as outras duas Guias os Irmãos que serviram de Tesoureiro e junto ao Estandarte irá um Irmão que tenha servido de Procurador dos mais antigos e levará uma vara e seguir-se-á a Irmandade com a sua Cruz de Manja roxa acompanhada de dois Círios que pertencem aos Irmãos Zeladores: vinte e quatro Anjos doze com os Martírios, e doze com flores Navetas, e Turíbulos ao Andor do Senhor e o Pálio com o Santo Senhor, que levará o nosso Reverendo Pároco com seis lanternas e atrás o Irmão Provedor de Vara. O Andor do Senhor Bom Jesus dos Martírios irá com todo ornato, e decência acompanhado de seis lanternas, e o Escrivão adiante com sua vara porém mais delgada que a do Provedor. Sendo que a Comunidade dos Reverendos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo queiram acompanhar com a sua Cruz a nossa Procissão a Irmandade dará dez mil réis como também será para o acompanhamento se nisso convirem; e na falta os Irmãos do ano nomearão os clérigos que lhes parecer conveniente dando-se-lhe será para o acompanhamento, e esmola conforme se ajustarem advertindo indo debaixo de sua Cruz e o Reverendo Pároco que a levar se Revestirá de (Realmatica) [sic], roxa acompanhada de dois Círios. Também executarão o mesmo com qualquer Reverendo Religioso, que por convite, ou devoção queiram acompanhar, e para as insígnias da Irmandade que vem a ser Pendão, Guias, Varas do Pendão e a quem governa a Procissão; Lanternas e Varas do Pálio; levarão os Irmãos que tenham servido de Provedor, Escrivão, e Procurador, e na falta Tesoureiro; e alguns mais asseados. Governará a Procissão o segundo Procurador atual, e

recolhida que seja se fará uma prática na dita Igreja de Nossa Senhora do Paraíso.²¹

Um documento no qual se vê o barroquismo das procissões leigas do Recife, além do uso recomendado que a festa deveria fazer das ruas: desfilando pelas ruas com imagens, estandartes, guias, varas, crucifixos, círios, anjos, flores, lanternas. E com os espaços de cada personagem muito bem demarcados a partir do papel que cada um desempenhava na irmandade, como ocorria também com as procissões camarárias. Isso porque a geografia de poder de cada celebração deveria ser uma miniatura do universo ordenado e desenhado, ideado pela sociedade do Antigo Regime.

Com o grande número de irmandades nas vilas do açúcar a tomada das ruas pelas procissões das confrarias era um fenômeno corriqueiro. Mas em 1745 a Irmandade de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos do Recife conseguiu que sua celebração anual marcasse inclusive a memória da elite culta da capitania: a festa de São Gonçalo Garcia desse ano seria lembrada e celebrada pela magnificência pouco usual que transpôs em novenas, procissões, missas e encamisadas que duraram vários dias. Sem falar da arquitetura efêmera especialmente construída para a ocasião, na forma de um jardim artificial projetado especialmente para a representação da vida do santo.²²

²¹ COMPROMISSO da Irmandade de Nosso Senhor Bom Jesus dos Martírios da Vila do Recife. AHU-PE, Códice 1302. Capítulo IV.

²² A festa de São Gonçalo Garcia é descrita em ARAUJO, Rita de Cássia. A Redenção dos Pardos: A Festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. Vol. 1*. São Paulo, Edusp; Imprensa Oficial. 2001, pp. 419-444. Já para a construção da memória da festa nos textos de Frei Jaboatão e Sotério da Silva Ribeiro ver DIAS, Andrea Simone Barreto. Pardos do Livramento: O Caso da Homenagem a São Gonçalo Garcia. *Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN. Caicó (RN), v. 9, n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.

E se as irmandades de gente de cor se esmeravam assim no cultivo de festas pomposas, a elite açucareira não ficava atrás e usava para isso sua posição oficial nas Câmaras municipais, as responsáveis pelo calendário festivo régio. Os senhores de engenho de Olinda, desde o século XVII, investiam principalmente nas festas anuais de Corpus Christi, São Sebastião e Anjo Custódio do Reino, além da festa de Ação de Graças pela Restauração da Capitania contra os Holandeses, de caráter local.²³ Dessas quatro, eram Corpus Christi e a festa da Restauração a causarem maior celeuma entre as autoridades e os senhores.

Enquanto Corpus Christi, o Corpo de Deus, era a celebração emblemática da monarquia ibérica em todo o império, a festa da Restauração comemorava a vitória da elite açucareira, glorificando a memória heróica dos senhores de Pernambuco. Em ambas as ocasiões, as procissões tomavam as ruas, seguindo os símbolos do poder da realeza, da Igreja e, em menor escala, da elite açucareira: principalmente o Santíssimo Sacramento e o pendão da Câmara. O Santíssimo, representação do Corpo de Deus, seguia baixo pálido carregado pela maior autoridade religiosa, e atrás dele se posicionavam, por ordem de importância, as autoridades, os membros das elites sob o pendão da Câmara, as tropas e corporações que seguiam por ruas iluminadas por ordem régia. Uma vez dentro da Igreja Matriz, a missa solene, cantada, era celebrada com *Te Deum*, e assistida pelas autoridades devidamente organizadas segundo a rígida hierarquia espacial das festas barrocas. E tal era o peso dessa hierarquia que não poucas vezes surgiram disputas

²³ A menção a essas festas anuais, e sua descrição, é feita em cartas tais como REQUERIMENTO do Tesoureiro-geral da Câmara de Olinda, Capitão Feliciano de Mello da Silva, aos oficiais dela, pedindo para que se passasse mandado de despesas das festas religiosas que o senado mandou fazer este ano. 30 de dezembro de 1630. AHU, cx. 15, D. 1532.

pelos assentos mais visíveis dentro do teatro em que a igreja se convertia.²⁴

Essas festas eram vitrines para as elites, e em razão disso deveriam receber atenção especial: as despesas que geravam eram sempre vultosas e incluíam pagamentos de propinas, de pintores, músicos, até de sermões especialmente encomendados, além de muita cera para a iluminação. As festas extraordinárias seguiam o mesmo modelo e já eram bastante celebradas nas últimas décadas do século XVII, gerando, inclusive, congratulações para os oficiais da Câmara de Olinda: caso da festa em honra do nascimento da infanta em 1699, que lhes garantiu o epíteto de “tão bons, fiéis e honrados vassalos, que não faltam a mostrar nela [na festa] o vosso amor, por ser tanto gosto para esse reino e de todos os seus domínios”.²⁵

E essas comemorações extraordinárias continuaram a tomar as ruas de Olinda século XVIII a dentro, sendo que para isso motivos não faltaram, como a celebração da paz com Castela, que rendeu festas em 1713, 1715 e 1719:

Por estar confirmada e ratificada a paz que celebrei com El Rei de Castela, e ser esta nova de grande gosto, é justo que como tal se festeje no Reino, a mandeis publicar no 1º do presente mês de maio na [forma] que vereis na cópia inclusa, com a demonstração de luminárias, repique, e salvas de artilharia na noite do dia da publicação e nos dias seguintes, e da mesma sorte o fareis assim executar pela parte que vos toca.²⁶

²⁴ Caso do confronto entre o Capitão-mor de Igarassu e a Câmara da mesma vila em 1756, em torno dos corretos assentos na festa camarárias. CARTA do capitão-mor de Igarauçu, Francisco Xavier Carneiro da Cunha, ao rei [D. José I], sobre as dúvidas a respeito dos assentos nas festas e procissões daquela vila assistidas pela Câmara. 17 de maio de 1756. AHU-PE. Cx. 81. Doc. 6751.

²⁵ REGISTRO da Carta de S. Majestade para a Câmara, de agradecimento pelas festas que fizeram no nascimento da Infanta. 12/10/1699. *Livro de Registro de Cartas, Provisões e Ordens Régias da Câmara de Olinda*. L.º 1º, fl. 95. APEJE.

²⁶ REGISTRO da carta de S. Majestade para os oficiais da Câmara pela qual manda se festeje a paz que se celebrou com El Rei de Castela. 15/5/1715. *Livro de Registro de Cartas, Provisões e Ordens Régias da Câmara de Olinda*. L. 1º, fl. 125. APEJE. Essa paz com

Nessa ordem específica, passada para todo o Império em 1715, a Coroa estabelecia a forma e a data pelas quais a celebração deveria ser feita: com arrumação de luminárias nas vias públicas, repiques de sinos e salvas de artilharia na noite da publicação da ordem e nos dias seguintes. Não se afastava, assim, da fórmula padrão que deixava pouco espaço para a espontaneidade popular e tomava, para o regozijo régio, os espaços urbanos. As luminárias estruturavam o cenário no qual a festa deveria acontecer, definindo as ruas para o percurso. Por outro lado, nada disso era barato: somente para o ano de 1738, a Câmara de Olinda despendeu 30 mil réis com as festas de São Sebastião, da Restauração e do Anjo Custódio do Reino.²⁷

E durante a performance de cada um desses dramas a população urbana deveria assumir sua posição. E isso significava, em primeiro lugar, que o burburinho cotidiano dos escravos e ambulantes dava lugar a um espaço artificial, controlado por ordem régia, no qual a elite era o personagem principal. Apesar disso, a gente das ruas do açúcar não estava distante, participando com danças de suas corporações ou nas marchas dos terços. Situação ilustrada na descrição que o Capitão Pereira fez da cerimônia de posse de Câmara Coutinho como governador da capitania:

Desembarcado que foi, se recolheu ao colégio da Cidade de Olinda e, em 25 do dito mês de maio, tomou posse do governo, saindo do dito colégio debaixo de pátio com os oficiais da Câmara até a Sé, donde estava um batalhão de luzida infantaria tremulando bandeiras ao som de caixas e requintadas trombetas, flautas e charamelas, e por outra parte a estrondosa harmonia dos sinos, acompanhando-o todo este luzido aparato da nobreza da terra e o mais povo, que não cabia nas praças,

Castela parece ter sido bem comemorada no Império: a Câmara registrou ordem para celebrá-la também em 1713 e em 1719. Nesse último caso, a carta também estabelecia a forma como a celebração deveria ser feita: com luminária e repiques de sino. Ver Livro de Registro de Cartas, Provisões e Ordens Régias da Câmara de Olinda. L 1º, fl. 124v.

²⁷ CARTA dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei, d. João V, pedindo um aumento nas verbas concedidas às despesas com as festas de São Sebastião, da Restauração frente ao holandês e do Anjo Custódio do Reino. AHU, cx. 52, D. 4537.

com demonstrações de alegria, pelo desejo que tinham de ver quem os governasse;²⁸

Havia demonstração de alegria do povo nas praças. Mas era uma demonstração ordenada, tanto no sentido de que seguia uma estrutura pré-determinada, quanto no de que era encomendada pela Coroa. Pouco espaço deixava para a espontaneidade. E se as festas das irmandades eram menos artificiais, não precisando da ordem régia para acontecer, ainda assim não eram livres, possuindo sua própria hierarquia espacial, também buscando o fausto como distintivo do prestígio de seus membros. E também tomavam as ruas de maneira ordeira; contribuindo para a caracterização das ruas açucareiras como um cenário para a performance do cotidiano barroco.

²⁸ PEREIRA. *Op. cit.*, p. 259.

VIVER NA FRONTEIRA: O cotidiano na Colônia do Sacramento

Paulo César Possamai*

A vida numa área de fronteira em disputa como era a região platina em finais do século XVII e início do século XVIII favorecia o movimento populacional de um lado para o outro. Tratados como desertores muitos soldados portugueses passaram para a América espanhola, mas temos notícias de que também aconteceu o movimento contrário. Também não se pode esquecer do interesse de portugueses e espanhóis em fomentar a deserção nas tropas contrárias, uma vez que os desertores podiam servir de informantes sobre as atividades dos inimigos.

Em 1719 a infantaria da Colônia do Sacramento só contava com 193 soldados, pois 51 haviam fugido para a guarda espanhola do rio de São João, instituída em 1683 a cinco léguas de Sacramento numa tentativa de impedir o acesso dos portugueses à campanha. Contudo, a situação era ainda pior na cavalaria, que só contava com 66 soldados, depois da deserção de 51 homens. A artilharia contava então com 12

* Doutor em História pela USP. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas. Este artigo sintetiza partes da minha tese de doutorado, publicada em 2006 pela Editora Livros do Brasil, de Lisboa, com o nome: *A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento*, e conta com acréscimos resultados de pesquisas posteriores à defesa da tese e a sua publicação.

homens, registrando-se dois desertores, enquanto nas companhias de ordenança estavam registrados 102, depois da fuga de 8 indivíduos. Para aumentar os efetivos da guarnição, o Conselho Ultramarino propôs ao rei que se enviassem duzentos soldados da metrópole, pois o governo do Rio de Janeiro não tinha como ajudar, uma vez que a guarnição da cidade estava incompleta.¹

Sugeria também que, junto com os reforços, deveria seguir um substituto para o governador Manuel Gomes Barbosa, sobre o qual pesavam acusações de maus tratos. O parecer dos conselheiros propunha que assim que os reforços chegassem ao Prata, deveriam ser integrados ao Terço² de Colônia, sendo que o mestre de campo e os capitães de infantaria deveriam cuidar para que seu efetivo não baixasse de trezentos homens, com cada companhia formada por vinte e cinco soldados. Se persistissem as deserções, diminuindo o número de militares, os oficiais teriam seu soldo cortado pela metade, “pois esta pena os porá na obrigação de atenderem muito a que não falte no Terço a dita infantaria mencionada, sendo eles também os que vigiam e impeçam as ditas licenças como negócio tão importante para a sua conveniência”. Aconselhava ainda que se deveria negociar com o governo espanhol acerca da devolução dos desertores refugiados em Buenos Aires, onde o governador se negava a fazê-lo com “excusas frívolas”. Por sua vez, o embaixador português em Madri deveria insistir no fato que os desertores levavam consigo por ocasião da fuga “armas e cavalos, sendo reputados neste caso como ladrões que em toda a parte não podem ter acolhimento”.³

¹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [IHGB]: Arq. 1.1.25, ff. 246v.-248.

² A expressão *Terço* origina-se na prática da divisão da infantaria romana em legiões e da alemã e francesa em regimentos de três mil homens. Como as frações da infantaria, na península ibérica, raramente excediam o número de mil homens, ou seja, a terça parte de uma legião ou um regimento, foram denominadas “Tercios” na Espanha e “Terços” em Portugal. Cf. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*, vol. 8, 1721.

³ IHGB Arq. 1.1.25, ff. 296v.-298v.

Observa-se que os conselheiros reconheciam que a violência cotidiana a que estavam submetidos os soldados era uma das razões que levavam à deserção, e por isso sugeriam a substituição do governador. Por outro lado, o Conselho Ultramarino apostava na repressão para conseguir controlar a situação, colocando a responsabilidade pela manutenção do efetivo nos oficiais, ao mesmo tempo em que se buscava recuperar os desertores refugiados no território espanhol através de negociações com a Espanha.

Uma vez foragidos, o campo das possibilidades era restrito para os desertores. Se tivessem algum conhecimento técnico poderiam tentar a vida em Buenos Aires, caso contrário, poderiam se tornar peões em alguma estância. Outra opção era se unir aos *gaúchos* que viviam da extração e contrabando de couros.

Porém, nem todos os fugitivos queriam permanecer na região platina, seja integrando-se à sociedade colonial espanhola ou inserindo-se em algum grupo de *gaudérios* ou *gaúchos*. Provavelmente em busca do retorno à família, alguns portugueses pretenderam retornar à Europa a bordo dos navios do *asiento* inglês que frequentavam o porto de Buenos Aires.⁴ Numa tentativa de impedir essa rota de evasão, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos pediu à Coroa que entrasse em negociação com o governo inglês, para que ele proibisse seus súditos de ajudarem os desertores portugueses. Ao examinar o assunto, o Conselho Ultramarino mostrou-se bastante cético a esse respeito, alegando que se poderia tentar recorrer a Londres, “mas sem a esperança de ter o efeito desejado”.⁵

Num porto bastante movimentado como o de Colônia, as autoridades tinham dificuldade mesmo em fazer com que os degredados cumprissem sua pena, pois eles aproveitavam a primeira oportunidade para voltar à terra de origem. Em 1736, o governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade informava ao governador

⁴ AHU_ACL_CU_012, Cx. 1, D. 97

⁵ IHGB: Arq. 1.1.21, ff. 344v.-346.

interino de Minas Gerais, Martinho de Mendonça que “Manuel Mendes, que Vossa Excelência mandou para a Colônia por falsário, tornou para sua casa onde vive muito contente”.⁶ A excêntrica posição geográfica de Sacramento, praticamente encravada nos domínios espanhóis desde a fundação de Montevidéu, sendo freqüentemente visitada por navios nacionais e estrangeiros, atraídos pelo contrabando, contribuía para aumentar a mobilidade que dificultava o controle das autoridades sobre os soldados e degredados.

Contudo, apesar das dificuldades, as autoridades coloniais procuraram de todas as maneiras impedir a prática da deserção. Segundo o regimento de 1716, caso parecesse necessário, o governador poderia ordenar uma “mostra seca”, cujo objetivo era verificar ausências desautorizadas dos oficiais e soldados.⁷ Quando era constatada a falta de algum militar da guarnição, o governador não hesitava em ordenar a sua busca, que não diferia da perseguição a um criminoso ou mesmo de um escravo foragido. A cavalaria era então chamada a patrulhar a campanha em busca dos desertores.⁸

Na teoria, os fugitivos que fossem apanhados estavam sujeitos a sofrer a pena capital, mas na prática a deserção era encarada com uma certa naturalidade, pois então ela ainda não estava associada aos conceitos de traição à pátria e desonra que surgiram no século XIX. Durante o Antigo Regime, a defesa da honra era uma preocupação constante da nobreza, que não podia ser cobrada dos soldados, homens recrutados à força,⁹ que na maioria dos casos provinham das camadas marginalizadas da sociedade, uma vez que as monarquias buscavam

⁶ Citado por SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 196.

⁷ *Anais do Arquivo Histórico do RS*. Porto Alegre, 1977, vol. 1, p. 28.

⁸ AHU_ACL_CU_012, Cx. 1, D. 97.

⁹ COSTA, Fernando Dores. “O Bom Uso das Paixões: Caminhos Militares na Mudança do Modo de Governar”. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa: quarta série, nº 149, vol. XXXIII, 1998, p. 979

evitar o recrutamento dos privilegiados e da força produtiva.¹⁰ Por isso a pena capital raramente foi utilizada na punição dos desertores, que em geral eram condenados a castigos corporais, seguidos de um determinado tempo de trabalho forçado nas obras de fortificação.

Apesar de todas as medidas de repressão à deserção, tomadas pela Coroa e pelas autoridades coloniais, os desertores podiam se arrepender de seu ato e pedir para voltar ao seu posto militar, especialmente se não encontrassem a melhoria de condição que esperavam encontrar passando-se para os espanhóis. De fato, parece não ter sido muito raro o fato de que certos desertores, já na guarda de São João, dessem mostra de arrependimento e pedissem o perdão do governador de Colônia.¹¹

Em 1722, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos promulgou um perdão geral aos desertores que se apresentassem dentro de três meses. Entretanto, a burocracia do sistema absolutista, que pretendia controlar todas as questões administrativas, não viu com bons olhos o ato do governador e o Conselho Ultramarino julgou que Vasconcelos não tinha autoridade para conceder o indulto, que era monopólio real. Todavia, como o bando já havia sido publicado, aconselhava o rei a aprová-lo, pois não convinha prender os desertores que voltassem à praça tendo em vista o perdão concedido. Embora D. João V tenha seguido o conselho, não deixou de advertir o governador de que não voltasse a promulgar novos perdões sem sua ordem expressa.¹²

No ano seguinte, o governador Vasconcelos informou ao governo de Lisboa de que tinham desertado para a guarda espanhola de São João dez soldados e alguns oficiais mecânicos, mas que só conseguira capturar o mestre oleiro Alexandre Martins e o pedreiro Manuel Francisco. Avisava ainda que depois que expedira um bando

¹⁰ CARDINI, Franco. *La Culture de La Guerre*. Paris: Gallimard, 1992, p. 193.

¹¹ AHU_ACL_CU_012, Cx. 1, D. 97.

¹² IHBG: Arq. 1.1.21, ff. 191v.-193.

com severas penas contra a deserção, ela cessara de todo. Porém, desta vez, o Conselho Ultramarino se colocou contra a excessiva severidade do bando do governador de Colônia que taxava os desertores de traidores. Os conselheiros alegaram que essa medida poderia causar atritos com os espanhóis, já que se estava em paz com os mesmos e que, ao invés de tratar os desertores como traidores, se deveria considerá-los como meros “trânsfugas”. Como castigo deliberavam que os soldados e oficiais reinóis que haviam recebido ajuda de custo para a viagem a Sacramento deveriam ser postos a trabalhar nas obras de fortificação, presos em grilhões. Aos moradores e oficiais pegos no ato de deserção, assim como às pessoas que lhes prestaram ajuda, deixavam o castigo a cargo do governador, “porque convém muito neste particular comensurar a pena de maneira que a exasperação dela não dê ocasião a sua maior ruína”.¹³

Contudo, em 1725, o Conselho Ultramarino voltou a censurar o governador Vasconcelos pelo perdão geral concedido a todos os desertores, alegando que o mesmo não tinha autoridade suficiente para tomar tal decisão. O rei era muito cioso de suas prerrogativas. Os soldados desertores deveriam ser exemplarmente castigados através do trabalho forçado nas fortificações durante dois anos. Quanto aos soldados pagos que voltassem ao Reino sem licença, deveriam ser presos e encaminhados a Lisboa onde deviam ser condenados às galés. De resto, o perdão geral não teve grande resultado, pois segundo Vasconcelos, só dois se apresentaram, um dois quais voltou a desertar depois que lhe pagaram o prometido, o que dá a entender que além do perdão também se prometia um prêmio em dinheiro ou então o pagamento dos soldos em atraso. Por isso pedia a pena capital para os que fossem pegos no ato de deserção “porque só o medo de os arcabuzarem os poderá fazer conter e conservar”.¹⁴

¹³ IHGB: Arq. 1.1.21, ff. 248-251.

¹⁴ IHGB: Arq. 1.1.21, ff. 344v.-346.

As difíceis condições de vida dos soldados, recrutados à força, sofrendo com a brutalidade dos oficiais¹⁵ e com soldos sempre em atraso não pareciam sensibilizar as autoridades, que viam a deserção como um mero vício,¹⁶ que deveria ser castigado com penas exemplares. Entretanto, quando as condições de vida eram melhores, como em 1732, quando a tropa estava regularmente paga, fardada e bem alimentada, o governador teve que admitir ter quase cessado a deserção dos soldados.¹⁷

As constantes deserções dos soldados que serviam em Sacramento levaram o Conselho Ultramarino a defender o envio de casais para povoar a região, argumentando que “à experiência de tantos desertores será melhor que vão casais porque não é tão fácil largarem suas mulheres e filhos e irem viver em reino estranho”.¹⁸

Porém, a política da colonização por meio do envio de casais não supriu o problema do desequilíbrio entre os sexos, gerado pela grande concentração de soldados numa pequena povoação. Em 1690, o governador D. Francisco Naper de Lencastre enviou do Rio de Janeiro doze mulheres solteiras, “algumas degredadas pela justiça e outras desimpedidas e escandalosas, para lá casarem, como já o vão fazendo”.¹⁹ Esperava-se que na Colônia do Sacramento as mulheres solteiras, condenadas ao degredo por pequenos crimes, prostituição ou “comportamento escandaloso”, se casassem com os soldados, dando origem a famílias estáveis que garantissem o sucesso da política de povoamento. Tal prática, que buscava reintegrar o comportamento desviante de certas mulheres, foi comum durante todo o período

¹⁵ Um exemplo é o do capitão da infantaria de Sacramento, Manuel de Macedo Pereira, acusado de atirar cães de fila contra os soldados. AHU_ACL_CU_012, Cx. 2, D. 159.

¹⁶ IHGB: Arq. 1.1.26, ff. 67-71v.

¹⁷ IHGB: Arq. 1.1.26, ff. 193-195.

¹⁸ IHGB: Arq. 1.1.21, ff. 344v-346.

¹⁹ Carta de D. Francisco Naper de Lencastre ao rei. Colônia, 30/05/1690. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957, p. 524.

colonial, persistindo até mesmo durante o regime pombalino, quando índios, vadios, prostitutas e mulheres adúlteras ainda eram recrutados para povoar as novas vilas planejadas pelo governo português.²⁰

Apesar da presença das desterradas, a maior parte das mulheres que viveram em Colônia chegou ao Prata na companhia dos seus maridos, militares ou colonos. Porém, todas sofreram com a insegurança de viver numa região sempre às voltas com os ataques dos inimigos. Além do perigo representado por um possível ataque surpresa, promovido por espanhóis ou indígenas, existia ainda a violência interna da própria sociedade colonial portuguesa, pois, embora desmentida pelo superior dos jesuítas, existia uma queixa contra o governador Manuel Gomes Barbosa, acusado de tentar seduzir as mulheres dos colonos.²¹

Outro fator que gerava uma tensão latente era o medo de ver o marido ser tentado a desertar. De fato, como era bastante grande o índice de deserção, algumas mulheres devem ter sido abandonadas por seus maridos, como aconteceu a uma que, segundo o governador, era “honrada e bem procedida”.²²

Se a proximidade com os domínios espanhóis favoreceu a fuga de alguns homens que não hesitaram em abandonar suas esposas, por vezes também ocorria o contrário. Em 1725, Antônia de Lemos fugiu para Buenos Aires, onde pediu divórcio de seu marido, José Martins, criando assim um curioso conflito de jurisdições eclesiásticas.²³ Ao criar a diocese do Rio de Janeiro, a Santa Sé deu-lhe como limite sul o Rio da Prata, porém com a fundação de Montevidéu pelos espanhóis, a

²⁰ FLEXOR, Maria H. Ochi. “Núcleos urbanos planejados do século XVIII e a estratégia de civilização dos índios do Brasil”. In: SILVA, Maria B. Nizza da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Estampa, 1995, pp. 79-88.

²¹ AHU_ACL_CU_012, Cx. 1, D. 58

²² AHU_ACL_CU_012, Cx. 1, D. 40.

²³ RIVEROS TULA, Anibal M. “Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830”. In: *Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo XXII, 1959, p. 164.

autoridade da diocese de Buenos Aires estendeu-se à margem norte do Prata. As duas paróquias da margem setentrional, Colônia e Montevideú, obedeciam a diferentes projetos coloniais que se refletiam na organização da Igreja na região.²⁴

Em Colônia nunca se estabeleceu um convento ou um recolhimento feminino, porém, graças à vizinhança com Buenos Aires, as mulheres de Sacramento que desejavam entrar para a vida religiosa tinham grande vantagem com relação às que viviam em outras partes da América portuguesa, onde a política da Coroa de incentivar o povoamento punha entraves à criação de conventos.²⁵ O sargento-mor Manuel Botelho Lacerda requereu a permissão real para enviar a Portugal quatro filhas que queria que se tornassem freiras no convento da vila de Murça, onde tinha bens e parentes. Se não fosse atendido, pedia que ao menos se fizesse mercê de aceitar o recolhimento das suas duas filhas mais velhas, D. Rita Joana da Trindade e D. Inês Sebastiana.²⁶ Parece que o pedido de Lacerda não foi aceito, pois em setembro de 1745, duas de suas filhas pediram para entrar no novo convento de Santa Catarina de Siena, em Buenos Aires.²⁷ A proximidade com os domínios espanhóis deu outra opção a Manuel Botelho Lacerda que, se teve o pedido negado pela Coroa portuguesa, recorreu a um convento portenho.

Como vimos anteriormente, a deserção não se restringia aos militares, pois também era difundida entre os colonos. Um importante fator que levava os civis a buscar refúgio na América espanhola era a insegurança de viver nos arredores da Colônia do Sacramento, um território constantemente disputado, pois mesmo quando não havia uma guerra declarada era comum o ataque aos moradores que viviam

²⁴ VILLEGAS, Juan. “La Evangelización en Uruguay”. In: CEHILA, *Historia General de la Iglesia en el Cono Sur*. Salamanca: Sígueme, 1994, vol. 9, p. 66.

²⁵ ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: Mulheres na Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, pp. 62-72.

²⁶ AHU_ACL_CU_012, Cx. 3, D. 291.

²⁷ RIVEROS TULA, Anibal M. *Op. cit.*, p. 181.

fora do recinto fortificado por espanhóis ou indígenas. Sobre tal perigo, alertava o jesuíta Diogo Soares, que defendia a construção de poderosas fortificações, pois, em caso contrário afirmava que:

os moradores, vendo-se expostos a padecer em suas próprias casas o que sofrem todos os dias na campanha aos castelhanos, buscarão em outra parte da América [lugar onde] vivam mais seguros, e sem o temor e risco, que são comumente certos em uma praça fronteira, exposta e sem defesa.²⁸

Naturalmente a situação ficava muito pior em tempo de guerra aberta contra os espanhóis, porém o perigo eminente também poderia significar uma oportunidade de fuga, particularmente para os escravos. Durante o sítio de 1735-1737, os escravos foram armados e chamados para auxiliar seus senhores a defender a povoação. Segundo o alferes Silvestre Ferreira da Silva, os espanhóis procuraram tirar vantagem da presença dos escravos entre os defensores de Colônia, oferecendo-lhes a liberdade caso desertassem e passassem para os domínios do rei de Espanha.²⁹ O governador Antônio Pedro Vasconcelos também buscou favorecer a deserção entre as fileiras inimigas, porém não prometia nada aos escravos, dizendo que “não disputa aos escravos a fuga do domínio de seus senhores, por ser contra a moral cristã”.³⁰

Com relação à população autóctone, a ideia de uma aliança com os indígenas era uma possibilidade aventada pela Coroa portuguesa desde a fundação da Colônia do Sacramento. D. Manuel Lobo partira de Lisboa com instruções meticulosas sobre a nova fundação que estava encarregado de efetuar. Dentre as inúmeras instruções recebidas, muitas regulamentavam as futuras relações entre os portugueses e os indígenas platinos, bem como providenciavam a sua conversão ao catolicismo.

²⁸ Carta de Diogo Soares ao rei. Colônia, 27/06/1731. In: MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. *A Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 2, pp. 80-81.

²⁹ SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1748, p. 73.

³⁰ Idem, p. 75.

O primeiro passo a ser dado na conversão do “gentio” deveria ser a conquista de sua confiança, através da entrega de presentes e da proposta de aliança contra seus inimigos. Logo deveria dar-se início ao aldeamento dos índios, que deveriam ser governados pelo seu cacique no temporal e pelo pároco no espiritual. Os indígenas que se recusassem a se submeter a este sistema, mantendo, contudo amizade e comércio com os portugueses, deveriam ser protegidos pelo governador de qualquer hostilidade que partisse dos seus subordinados.³¹ Porém, a destruição de Colônia, poucos meses após sua fundação impediu a concretização deste plano.

Com a volta dos lusitanos a Colônia, em 1683, recomeçaram as tentativas de aproximação com os índios, mas desta vez não se buscou implantar os artigos do regimento de D. Manuel Lobo com respeito à redução dos charruas, pois a permanência portuguesa era provisória, enquanto prosseguiam na Europa os debates sobre o alcance da linha de Tordesilhas. Por isso, em 1692, quando o governador Naper de Lencastre incentivou um cacique charrua e sua tribo a prestar obediência ao rei de Portugal, a Coroa vacilou em apoiar a iniciativa do governador. Para evitar um atrito com o governo espanhol, o rei escreveu a Naper dizendo-lhe que “no caso que estes charruas venham a viver debaixo dessa fortaleza voluntariamente, e [se] os castelhanos vo-los pedirem, os ponhais em sua liberdade, para que façam de si o que lhes parecer”.³²

Alguns anos depois, o governador do Rio de Janeiro, Artur Sá e Meneses, deu licença a Antônio Moreira da Cruz para caçar gado na região que ia de São Francisco, no atual território catarinense, até Castilhos, hoje em terras do Uruguai. Para facilitar o êxito da expedição e assegurar a presença portuguesa na Banda Oriental, Sá e Meneses

³¹ MONTEIRO, Jonathas Costa Rego. *Op. cit.*, vol. 2, pp. 5-16.

³² Carta de D. Pedro II ao governador Naper de Lencastre. Lisboa, 10/11/1696. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p. 364.

alegavam ser fundamental conseguir a amizade dos indígenas, pois quem tivesse “a vontade daqueles índios’ era ‘senhor de toda a campanha’ e, portanto das suas ‘riquezas e interesses”. A importância das boas relações com os índios era salientada pelo governador, dizendo que, na América, “quem for senhor dos índios é senhor de tudo o mais”. Acrescentava ainda que colaborava com o projeto serem os charruas “inimicíssimos dos castelhanos”.³³ De fato, com a ajuda dos índios, a expedição de Moreira da Cruz conseguiu caçar 250 reses por dia nas cercanias de Montevideú.

Foi, porém, durante o governo de Sebastião da Veiga Cabral que o processo de conquista da amizade dos indígenas tomou impulso. Na sua Descrição, destinada ao rei de Portugal, Veiga Cabral afirmou que um dos seus objetivos em Sacramento era a “conversão do inumerável gentilismo [sic] que habita aquelas terras”. Descrevendo os charruas como “a exceção dos índios por serem homens de extraordinária corpulência, de sumo valor, intrepidez, indústria, verdade e palavra”, Cabral exaltou suas virtudes guerreiras, afirmando que 20 deles valiam por 200 guerreiros de outras nações indígenas, ressaltando assim o principal interesse dos portugueses em garantir a sua aliança.³⁴

A partir de então, desenvolveram-se ainda mais as relações entre os charruas e os portugueses. Em troca de cavalos, os índios recebiam facas, armas, deajarreteadeiras, roupas e outros utensílios. No início de 1701, os índios iniciaram uma aproximação maior que teria por fim uma aliança com os lusitanos. Em maio, um grupo de oito charruas visitou Colônia, onde foram bem recebidos por Veiga Cabral, que lhes deu diversos presentes como mostra de amizade. Entretanto, essas atividades acabaram por atrair a desconfiança dos espanhóis, especialmente depois que a chamada “confederação dos guenoas”, que

³³ *Apud*: ALMEIDA, Luís F. *A Colônia do Sacramento... Op. cit.*, pp. 176-177.

³⁴ CABRAL, Sebastião da Veiga. *Op. cit.*, “Descrição Geográfica e Coleção Histórica do Continente da Nova Colônia da Cidade do Sacramento” [1713]. *Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo XXIV, 1965, p. 19.

uniu os charruas aos iaros e boganes, iniciou o ataque às missões dos tapes. Os jesuítas e espanhóis não tardaram em protestar contra o ataque ao governador de Colônia, acusando-o de incitar os índios contra as reduções. Naturalmente, Veiga Cabral negou qualquer tipo de envolvimento no ocorrido.³⁵

Mais tarde, quando do desencadeamento das hostilidades entre espanhóis e portugueses, os charruas continuaram dando mostra de sua fidelidade à aliança com os lusitanos durante o segundo sítio de Colônia, que durou de setembro de 1704 a março de 1705, através de ataques constantes à retaguarda do exército espanhol e do fornecimento de víveres aos sitiados.³⁶ Com a retirada dos portugueses de Sacramento, em 1705, mais uma vez as relações com charruas foram cortadas.

Quando da reconstrução de Colônia, em 1716, nas instruções dadas ao governador Manuel Gomes Barbosa, a ordem era de que ele se utilizasse de “grande cautela com os índios vizinhos”.³⁷ Porém, mesmo sabendo da importância da ajuda dos indígenas platinos, a Coroa não parece ter-se preocupado em fornecer a Gomes Barbosa os meios necessários para conquistar a amizade dos índios.

Em janeiro de 1718, o governador queixou-se ao rei de que as autoridades do Rio de Janeiro negaram-lhe uma remessa de mercadorias com as quais pretendia atrair os minuanos (tabaco, aguardente e tecidos) sob a justificativa de que não havia “dinheiro para nada, porque Vossa Majestade o manda ir todo para Lisboa”.³⁸ A situação deve ter sido sanada logo, pois em abril do mesmo ano, informava ao vice-rei do Brasil que os minuanos tinham-lhe vendido muitos cavalos.³⁹ De fato, graças à ajuda dos indígenas, os portugueses

³⁵ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento...* *Op. cit.*, pp. 177-180.

³⁶ CABRAL, Sebastião da Veiga. *Op. cit.*, pp. 19-20.

³⁷ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. cit.*, vol. 2, pp. 55-57.

³⁸ AHU_ACL_CU_012, Cx. 1, D. 38.

³⁹ *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1946, LXXI, p. 31.

conseguiram povoar uma pequena estância, a duas léguas de Colônia, com mais de quinhentas montarias.⁴⁰

O governador advertia D. João V que muito dificilmente os jesuítas conseguiriam cristianizar os minuanos pelos métodos tradicionais, condição indispensável para conseguir-se uma aliança duradoura, já que, segundo o juízo do mesmo, “este gentio é tão inútil e tão pouco astuto que igualmente pesa na balança a boa e má correspondência com ele”.⁴¹ Por sua vez, D. Bruno Maurício de Zabala, governador de Buenos Aires, desprezava os minuanos dizendo que eles se vendiam a quem lhes dava “un pedazo de bayeta, un cuchillo, o, lo que más estiman, un vaso de aguardiente y su propensión se inclina siempre al último que les da de beber”.⁴²

Apesar da disputa entre as Coroas ibéricas pela posse da Banda Oriental, as relações entre os súditos portugueses e espanhóis na região platina não foram marcadas somente pelos confrontos, mas também pela cooperação motivada pela soma de muitos interesses em comum. Se muitos espanhóis lucravam mais em vender os couros que faziam na campanha aos portugueses do que em participar do comércio legal, os próprios soldados, encarregados de barrar o acesso dos portugueses à campanha, podiam fazer vistas grossas às suas expedições de caça ao gado mediante o suborno.

Em 1717, o governador de Buenos Aires, Baltasar García Ros, informava à Coroa espanhola que a guarda de São João servia antes de centro de espionagem do que de um eficaz meio de bloquear o acesso dos lusitanos à campanha. Por isso também deu ordens para que grupamentos de espanhóis e índios missioneiros patrulhassem os campos.⁴³ Já o governador de Colônia, Manuel Gomes Barbosa

⁴⁰ RIVEROS TULA, Anibal M. *Op. cit.*, p. 153.

⁴¹ AHU_ACL_CU_012, Cx. 2, D. 180.

⁴² Citado por RIVEROS TULA, Anibal M. *Op. cit.*, p. 160.

⁴³ PASTELLS, Pablo e MATEOS, F. *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias*. Madrid: Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, tomo VI, 1946, pp. 134-135.

queixava-se ao rei de que “os castelhanos impedem o uso da campanha, e não querem que [se] tirem vacas para comer como também todo o mais uso dela”.⁴⁴ A contradição entre os informes dos governadores sobre a atuação da guarda de São João sugere que os soldados castelhanos estavam mais interessados em extorquir propinas aos portugueses que quisessem internar-se na campanha do que em bloquear o acesso dela aos mesmos.

Segundo o governador Gomes Barbosa, a cavalaria espanhola costumava patrulhar os campos a uma distância de cerca de duas léguas de Sacramento e embora, durante seu governo, nunca tenha impedido os moradores de buscar lenha no rio Rosário, a cerca de oito léguas da povoação, tentava impedir os portugueses de explorar o gado selvagem (chimarrão). Contudo, a repressão às vacarias portuguesas poderia ser evitada através do uso do suborno. Antes de internarem-se na campanha, as pessoas que desejavam extrair couros deviam negociar com o capitão da guarda espanhola, sem esquecerem-se do oficial que vinha render-lhe, pois, caso contrário, arriscavam-se a serem presos e verem a courama queimada. Uma vez presos, era necessário subornar o comandante para voltar à liberdade. Por vezes, eram os próprios oficiais e soldados da guarda de São João que iam à campanha extrair couros que depois levavam até as proximidades de Colônia, onde os portugueses podiam ir comprá-los sem risco algum.⁴⁵

Em janeiro de 1724, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos escrevia à Coroa sobre a conveniência do seu governo dispor de alguma quantia, com a qual pudesse subornar a guarda espanhola que vigiava os passos dos portugueses na campanha. A resposta só chegou em fevereiro de 1726, quando D. João V liberou a quantia anual de quatrocentos mil réis para que o governador a usasse em “gastos secretos”.⁴⁶ Parece que então a compra de favores dos

⁴⁴ IHGB: Arq. 1.1.21, ff. 111v.-112.

⁴⁵ AHU_ACL_CU_012, Cx. 1, D. 102.

⁴⁶ AHU_ACL_CU_012, Cx. 2, D. 179.

Viver na fronteira

oficiais espanhóis não se fazia através da oferta de dinheiro, mas sim do oferecimento de presentes, que podiam consistir em caixas de açúcar ou barris de vinho e azeite.⁴⁷

Em 1730, Vasconcelos volta a se referir ao relacionamento com os espanhóis, dizendo que, apesar dos mesmos levarem boa parte dos lucros do campo, não podia negar que a vizinhança com Buenos Aires era a principal causa da prosperidade de Sacramento. Completava dizendo que “por assim o entender, não desprezo nenhuma ocasião de cultivar a vontade ao governador, aos oficiais reais e cabildantes”.⁴⁸ Quatro anos depois, voltava a afirmar que, para retirar lucros da campanha, portugueses e espanhóis “não podem viver sem se acordarem”.⁴⁹

Até mesmo a guarnição de Buenos Aires funcionava como agente incentivador do contrabando, pois, através da real cédula de 16 de maio do mesmo ano, Filipe V avisou o governador, D. Bruno de Zabala, que chegara ao seu conhecimento que as moedas enviadas de Potosí para o pagamento dos soldados da guarnição de Buenos Aires faziam-se invisíveis naquela cidade, pois, devido ao contrabando, todas seguiam para Colônia.⁵⁰ Mantida para a defesa da cidade e para o combate ao comércio ilícito, a guarnição de Buenos Aires indiretamente acabava contribuindo para o aumento do contrabando na medida em que, através da remessa de seus soldos vindos de Potosí, burlava legalmente a limitação do envio de moeda para as províncias platinas.

Como vimos, nem mesmo a guarda de São João, criada para vigiar e bloquear o avanço dos portugueses, resistia à tentação do contrabando. A redução de Santo Domingo Soriano, situada às

⁴⁷ AHU_ACL_CU_012, Cx. 2, D. 220.

⁴⁸ AHU_ACL_CU_012, Cx. 2, D. 220.

⁴⁹ AHU_ACL_CU_012, Cx. 3, D. 276.

⁵⁰ *Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749), p. 476.

margens do rio Negro, perto do seu encontro com o rio Uruguai, também se tornou um ativo centro de comércio ilícito, onde se trocavam couro e sebo por tecidos, ouro, aguardente, tabaco e escravos. Os numerosos rios e arroios das suas proximidades serviam de refúgio e centro de abastecimento para os contrabandistas espanhóis e portugueses.⁵¹

As relações dos portugueses com os espanhóis, contudo, não se limitavam ao suborno da guarda de São João, pois eram muito mais intensas com os vaqueiros santafesinos e portenhos. Estes homens, que se dedicavam à exploração das manadas de gado selvagem da Banda Oriental, converteram-se nos principais fornecedores de couro e gado aos habitantes de Colônia.

A principal razão da estreita colaboração de vários espanhóis pode ser encontrada na asfixiante política monopolista com que o *cabildo* de Buenos Aires pretendia controlar o comércio de couros exportados através de seu porto. Desde 1718, seus membros procuravam lucrar com a exploração do gado chimarrão, concedendo licenças aos homens que se propunham a arrematar o direito às caçadas, os quais, a partir de então, passaram a ser conhecidos como *accioneros*.⁵²

Os baixos preços alcançados pelos couros e pelo gado, vendidos através do monopólio portenho, acabaram servindo de incentivo para que os espanhóis preferissem vender seus produtos aos portugueses da Colônia do Sacramento, pois assim evitavam o pagamento de impostos e a intermediação do *cabildo*, que aviltava o preço das matérias-primas em proveito próprio. De resto, o gado, na Banda Oriental, valia a metade do preço pelo qual era vendido em Buenos Aires, onde os preços já eram baixos, como constatou o padre Cattaneo durante o

⁵¹ ASSUNÇÃO, Fernando O. “El Gaucho”. In: *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo XXIV, 1963, pp. 108-109.

⁵² MILLOT, Julio e BERTINO, Magdalena. *Historia Económica del Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991, tomo 1, p. 53.

aprovisionamento que o grupo em que viajava fez numa estância espanhola próxima ao rio das Vacas, a fim de prosseguir na navegação do rio Uruguai rumo às Missões.⁵³

A tentativa de aumentar a lucratividade da exploração do gado selvagem, através do comércio com os portugueses, atingiu até mesmo os homens encarregados pelo *cabildo* de buscar gado na Banda Oriental para repovoar as estâncias bonaerenses. Era mais fácil e lucrativo realizar o massacre do gado com o único fim de vender os couros em Colônia ou aos navios franceses que freqüentavam a costa do que levar grandes manadas de gado selvagem, muito mais difícil de ser conduzido do que o doméstico, através dos vastos campos e da perigosa travessia do rio Uruguai.⁵⁴

Em maio de 1726, o governador Vasconcelos informava D. João V sobre a boa correspondência que mantinha com o governador de Buenos Aires, que se refletia nas boas relações entre portugueses e espanhóis na campanha. Acrescentava ainda que os moradores compraram cento e dezoito mil couros aos espanhóis, comércio no qual não lucravam somente os comerciantes que davam saída às suas fazendas, como também os lavradores, que transportavam os couros em suas carretas.⁵⁵ Ainda no mesmo mês, informava o rei de que dois santafesinos tinham-lhe vendido oitocentos cavalos ao preço de três mil réis cada. Não deixava de orgulhar-se do fato de conseguir levar a termo a transação, apesar das severas proibições que o governo espanhol fazia a esse tipo de comércio.⁵⁶

⁵³ Carta de Gaetano Cattaneo ao seu irmão. Redução de Santa Maria, 25/04/1730. In: MURATORI, Lodovico A. *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni de' Padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai*. Venezia: Giambatista Pasquali, 1743, pp. 178-179.

⁵⁴ ARTIGAS MARINÑO, Heroides. *Colonia del Sacramento - Memorias de una Ciudad*. Montevideo: Prisma, 1986, p. 14.

⁵⁵ AHU_ACL_CU_012, Cx. 2, D. 165. As pessoas que não dispunham de carretas, alugavam-nas aos comerciantes. O pagamento se fazia em couros e em carne salgada. Cf. "Sistema entre un Portuguez y un jenobes..." *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38, T5, doc. 4, f. 38.

⁵⁶ AHU_ACL_CU_012, Cx. 2, D. 158.

No ano seguinte, Zabala escreveu a Filipe V acerca do seu zelo em tentar impossibilitar a atividade dos contrabandistas, porém agregava que nem “os contínuos castigos que experimentam, de tirá-lhes o que se lhes encontrava, lhes servia de desengano para desistir de vender courama a todo risco aos portugueses”.⁵⁷ Informava ainda que, na tentativa de impedir que a partir de Santa Fé se introduzissem mulas com destino ao mercado consumidor de Minas Gerais, mandara cinquenta e cinco homens vigiar o canal do Rio Grande. De fato, em 1729, um destacamento espanhol conseguiu interceptar uma tropa de gado e muares vinda de Santa Fé com destino a Laguna.⁵⁸ Porém, o próprio governador não acreditava no êxito da repressão ao contrabando, pela experiência que tinha da “gente deste país, [que] sabia ocultar com bastante malícia e sagacidade suas maldade”.⁵⁹

Capistrano de Abreu escreveu que a Colônia do Sacramento foi um “ninho, antes de contrabandistas que de soldados”,⁶⁰ a fim de ressaltar a grande importância do comércio ilícito na sua história. Embora haja um certo exagero nessa afirmação, baseada principalmente na notícia de um anônimo sobre a situação de Sacramento durante o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu, pode-se afirmar que o contrabando, como meio de obter uma parcela da produção da prata extraída em Potosí, foi uma das principais razões da fundação de Colônia. Talvez a principal delas, pois a mesma foi criada numa época em que Portugal encontrava-se em sérias dificuldades econômicas, em decorrência dos gastos da guerra da restauração da sua independência.

⁵⁷ *Campaña del Brasil. Op. cit.*, tomo I, p. 493

⁵⁸ MÖRNER, Magnus. “Os Jesuítas, as suas Missões Guarani e a Rivalidade Luso-Espanhola pela Banda Oriental, 1715-1737”. In: *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, tomo IX, 1960, p. 164.

⁵⁹ *Campaña del Brasil. Op. cit.*, tomo I, p. 494.

⁶⁰ CAPISTRANO DE ABREU, João. *Capítulos de História Colonial e Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: UnB, 1982, p. 173.

De fato, foi no período que se seguiu à devolução de Sacramento aos portugueses, em 1682, que se estabeleceu a rede contrabandista que faria a fama do povoado. O contrabando foi particularmente intenso durante o governo de Cristóvão Ornelas de Abreu (1683-1690), já que o governador foi um dos principais interessados no desenvolvimento do mesmo.

Nos primeiros tempos da presença lusitana em Colônia, as embarcações portuguesas que iam a Buenos Aires comprar mantimentos também transportavam mercadorias contrabandeadas. Em 1690, quando o governador de Buenos Aires, José de Herrera y Sotomayor, protestou a Cristóvão Ornelas de Abreu contra essa via de comércio ilícito, o governador de Sacramento respondeu-lhe que fiscalizava todos os barcos que partiam de Colônia com destino a Buenos Aires e que se os marinheiros ou soldados levavam alguma mercadoria consigo, não era coisa de valor.⁶¹

Nos momentos em que aumentava a fiscalização espanhola sobre as embarcações portuguesas que visitavam o porto de Buenos Aires, os contrabandistas procuravam outros locais para realizar suas transações. As ilhas do delta do Paraná, especialmente a ilha de Martim Garcia, mostraram-se então lugares satisfatórios para a prática do comércio ilícito. De fato, Herrera y Sotomayor queixou-se a Ornelas de Abreu de que os portugueses iam buscar lenha na ilha de Martim Garcia, bastante freqüentada pelos habitantes de Buenos Aires, quando podiam fazer o mesmo nas proximidades de Colônia.⁶²

Embora o governador de Buenos Aires tenha sido responsável por uma série de medidas de repressão ao contrabando, parece que elas serviam mais aos seus próprios interesses que aos do seu soberano, pois o ouvidor geral do Rio de Janeiro assegurava à Coroa que Ornelas

⁶¹ Carta de Cristóvão Ornelas de Abreu a D. José de Herrera. Colônia, 26/02/1690. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa... Op. cit.*, p. 516.

⁶² Carta de D. José de Herrera a Cristóvão Ornelas de Abreu. Buenos Aires, 21/03/1690. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa... Op. cit.*, p. 517.

de Abreu havia se mancomunado com o governador de Buenos Aires a fim de controlar o comércio ilícito. Segundo o mesmo, era o próprio governador de Colônia quem avisava Herrera y Sotomayor das atividades secretas dos contrabandistas que não estavam ligados à rede controlada pelos mesmos.⁶³

Mesmo que as reais cédulas proibissem aos espanhóis, sob pena de morte, o trato com os portugueses, a repressão ao contrabando só se tornou efetiva quando D. Agustín de Robles substituiu Herrera y Sotomayor no governo de Buenos Aires, em 1691, o que ocasionou a paralisação temporária do comércio hispano-português. Robles sempre procurou cumprir as ordens que vedavam o comércio com os portugueses e por isso proibiu a venda de suprimentos que, através da guarda de São João, chegavam aos portugueses e que geralmente acobertavam o contrabando. A defesa dos interesses dos portenhos levou o *cabildo* de Buenos Aires a pedir ao rei a prorrogação do governo de Robles, chegando mesmo a garantir o pagamento de metade do salário do governador, se fosse atendido na sua solicitação.⁶⁴

Para a reativação do comércio ilícito, o novo governador de Colônia, D. Francisco Naper de Lencastre (1689-1699), contava com a conivência das autoridades espanholas, pois escrevia que:

Com o comércio dos castelhanos poderá por este porto entrar no nosso Reino muita prata, como já sucedeu, e se agora está suspenso com os apertos deste governador, amanhã poderá vir outro que mesmo o solicite, porque sempre são mais os que atendem a sua conveniência que ao serviço dos seus reis.⁶⁵

O seu sucessor no governo de Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral (1699-1705), pensava o mesmo a respeito dos seus colegas

⁶³ Consulta do Conselho Ultramarino de 03/10/1687. In: *Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, vol. XCIII, p. 8.

⁶⁴ RODRÍGUEZ, Mario. “Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705”. In: *Hispanic American Historical Review*, Durham, vol. XXXVIII, nº 2, pp. 179-208, May, 1958, p. 201.

⁶⁵ Parecer de Naper de Lencastre sobre a Colônia do Sacramento, 10/01/1694. In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento... Op. cit.*, p. 340.

espanhóis, dizendo “ser neles maior o empenho da conveniência própria, do que o estímulo da lei”.⁶⁶ Completava alegando que a razão do empenho das autoridades espanholas em reprimir o contrabando não se ligava ao cumprimento das suas obrigações, mas antes atendia aos seus interesses particulares, pois obtinham parte dos lucros das mercadorias trazidas nos navios de registro, transação esta que ficava comprometida com a concorrência portuguesa. Daí o rigor com que combatiam o contrabando. Com certeza, nem todos os governadores de Buenos Aires foram tão corruptos como sugere Veiga Cabral, embora boa parte deles efetivamente lucrasse com o contrabando ou com a proteção dada aos comerciantes oficiais.

Tal era a atração do comércio ilícito que, mesmo em épocas de conflito aberto, ele continuou a ser praticado. Quando, em 1737, durante o sítio espanhol, o governador interino de Minas Gerais escreveu a Gomes Freire de Andrade sobre a utilidade da permanência de algumas embarcações ligeiras em Colônia, julgou oportuno ressaltar que as mesmas deveriam ser utilizadas para “a devida vigilância, e se não abandonassem aos interesses do comércio do contrabando”.⁶⁷

Restabelecida a paz no Rio da Prata através do armistício de Paris, assinado em 1737, o governador de Buenos Aires, Miguel de Salcedo, autorizou aos portugueses a retirada de lenha da ilha de Martim Garcia, “porém com a condição de que não se aproveitassem, como sempre, delas para seu comércio ilícito”.⁶⁸ Como de hábito, a proibição não foi respeitada. Temos notícia de que, em novembro de 1743, uns portugueses que saíram de Colônia em uma lancha em direção à ilha de Martim Garcia foram presos pelos espanhóis por levar contrabando consigo.⁶⁹ Como as operações contrabandistas bem

⁶⁶ CABRAL, Sebastião da Veiga. *Op. cit.*, p. 63.

⁶⁷ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano XVI, vol. II, 1911, p. 397.

⁶⁸ *Campaña del Brasil*. *Op. cit.*, tomo I, p. 525.

⁶⁹ MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *Op. cit.*, vol. 1, p. 347.

sucedidas raramente são documentadas, é de se supor que as visitas à ilha eram freqüentes, apesar das constantes medidas tomadas pelas autoridades espanholas na sua repressão.

De fato, se os espanhóis conseguiram conter a expansão portuguesa no atual território uruguaio, não conseguiram acabar com o contrabando em definitivo. O jesuíta Florián Paucke assim descreveu o bloqueio que os espanhóis impunham ao povoado:

A mí me parece que los portugueses viven tan estrechados y son mantenidos por los españoles tan entre barreras como actualmente los judíos en nuestros países. Yo mismo he visto los centinelas en derredor de la ciudad; me pareció como si la ciudad estuviere bloqueada de continuo. No es posible que desde el lado de la tierra pueda colarse alguna cosa si - bien entendido - los centinelas no son pillos e intermediarios. Yo no sé si tal cosa ocurre pero es probable sea así.⁷⁰

Francisco Millau descreve a existência de uma forte paliçada construída pelos espanhóis, que, de uma praia a outra, confinava os portugueses na península ocupada pela Colônia do Sacramento. No cordão de isolamento estava sempre de prontidão um destacamento de tropa que fazia parte da guarnição de Buenos Aires.⁷¹ Porém o mesmo descreve com minúcias como se dava o contrabando entres as duas margens do Rio da Prata, ao abrigo dos inúmeros canais do delta do rio Paraná.

De fato, o campo de bloqueio espanhol, ao invés de impedir, contribuiu para o desenvolvimento do contrabando entre os súditos de Portugal e Espanha. A limitação do uso da campanha ao pequeno espaço permitido pelo campo de bloqueio impediu a retomada da produção agrícola e pecuária por parte dos habitantes da Colônia do Sacramento, que tiveram que buscar o abastecimento entre os

⁷⁰ PAUCKE, Florián, *in*: BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *V Centenario en el Río de la Plata*. Montevideo: Monte Sexto, 1992, p. 76.

⁷¹ MILLAU, Francisco. *Descripción de la Provincia del Río de la Plata*. Buenos Aires: Espasa - Calpe, 1947, p. 112.

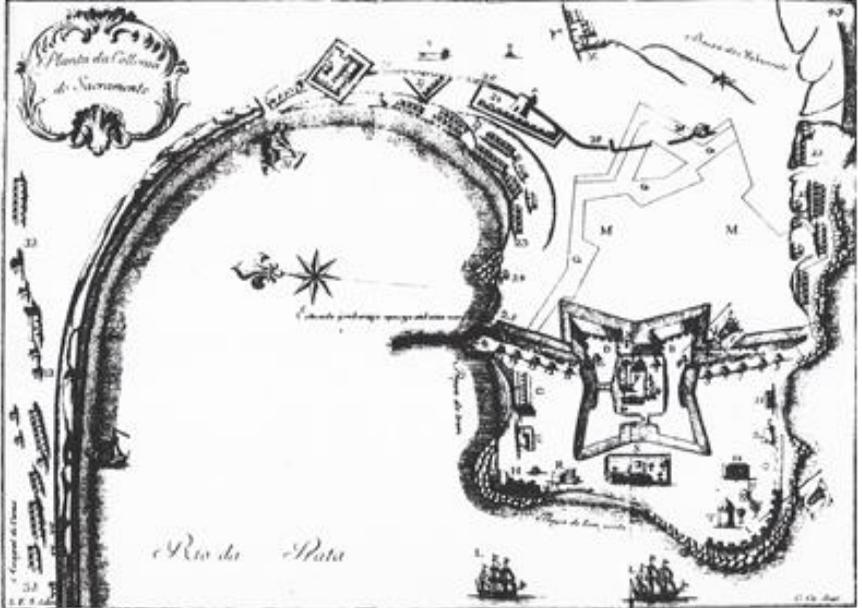
espanhóis. A busca por gêneros alimentícios em Buenos Aires justificava a presença constante de embarcações portuguesas na cidade, que na maioria das vezes transportavam mercadorias de contrabando. Também era frequente a passagem de suprimentos e contrabando através da guarnição responsável pela manutenção do campo de bloqueio. Segundo Fabrício Prado: “Tal momento marca uma inflexão da estratégia lusitana. A Colônia do Sacramento, a partir de então, assumia a constituição de um porto comercial sem um entorno agrícola e uma possível moeda de troca por territórios de Espanha”.⁷² O que planejou quando se assinou o Tratado de Madri.

Nosso estudo sobre o cotidiano na Colônia do Sacramento aponta para os mesmos resultados indicados por Fernando A. Novais, quando relacionou o sentimento dominante do viver em colônia com as sensações de instabilidade, precariedade e provisoriedade.⁷³ Essas sensações eram, contudo, acentuadas na Colônia do Sacramento, não só devido ao medo de um ataque repentino, já que os moradores viviam próximos do inimigo em potencial e distantes das demais povoações portuguesas na América, mas também pelo medo de serem forçados a retirarem-se por uma ordem do próprio monarca, já que os termos do Tratado de Utrecht deixaram em aberto a possibilidade da troca de Sacramento por um território “equivalente”. Em Sacramento as tensões cotidianas não se restringiam aos atritos intraclasses dos moradores, mas incluíam as dificuldades de relacionamento com os habitantes dos arredores: índios, gaúchos e, principalmente, com os espanhóis, inimigos tradicionais dos portugueses. Essas características do cotidiano em Sacramento faziam com que o povoado fosse um

⁷² PRADO, Fabrício. *A Colônia do Sacramento, O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 53.

⁷³ NOVAIS, Fernando A. Novais, “Condições da Privacidade na Colônia”. In: NOVAIS, Fernando A. (dir.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.), *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. 1, pp. 31-32.

temido local de degredo, imagem que os raros períodos de paz e a fama de fertilidade da terra conseguiram apagar por alguns momentos.



Mapa da Colônia do Sacramento na época do cerco espanhol que se estendeu de 1735 a 1737. In: SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno, 1748, pp. 48-49.

**“CASA QUANTO CHEGUE, CAMPO A PERDER DE VISTA”:
A cultura material da elite colonial no sul da América
portuguesa**

Fábio Kühn*

Neste texto vamos analisar alguns aspectos da existência dos homens e mulheres que pertenciam à elite setecentista do Continente do Rio Grande e da vila de Laguna. A partir de uma perspectiva informada pela valorização da cultura material que pode ser apreendida nos inventários *post-mortem*,¹ vamos analisar os diversos tipos de habitação e os materiais empregados na sua construção, o mobiliário que existia nas residências e também algo sobre vestuário utilizado pelos membros do grupo social focalizado. Em seguida, pretende-se comparar os níveis de fortuna dos “homens principais” que habitavam a pequena vila catarinense com aqueles dos seus correspondentes que moravam no Continente do Rio Grande. Com isso pretende-se descortinar algumas facetas da vida cotidiana dessa “gente da fronteira”.

Poucas são as narrativas setecentistas que descrevem o modo de vida dos primeiros povoadores do Continente de um modo geral.²

* Doutor em História pela UFF. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este texto é uma versão adaptada de um dos capítulos da minha tese de doutorado, intitulada *Gente da Fronteira – Família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: PPG-UFF, 2006.

¹ Um dos pioneiros desse tipo de abordagem foi Alcântara Machado, no seu livro *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1929.

Assim sendo, são delas que vou me valer, mesmo sabendo que as descrições feitas são inespecíficas. O cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza (1777), nascido no Rio de Janeiro, procurou resguardar-se do julgamento dos pósteros, avisando que seu relato não fora feito “com a intenção de satirizar costumes menos polidos de sua gente grosseira”. Todavia, sua apreciação geral da gente da fronteira foi muito pouco lisonjeira:

O primeiro vestuário com que as mulheres vão ao templo são mantéu e saia. Os homens, o seu uso comum é andarem em véstia, poucos de capote, e os mais usam de um pano aberto pelo meio, a que chamam poncho, pela qual abertura metem a cabeça, e também lhes serve de cobertor na cama ou xale. Usam mais os homens de bota de pano grosso, com os pés descalços, esporas grandes e chapéu da mesma natureza, com uma fita de cor ou preta, e rodeada a copa.

As mulheres são muito grosseiras (como também os homens) trazem as camisas mui sujas, e de ordinário de estopa, posto que poucas de linho grosso; os corpos são mui mal feitos, só sabem falar de éguas, laço, bois e bolas. As saias são de baeta, e por sapatos [calçam] tamancos, por cuja razão tem os pés disformes e grandes, os dedos mal compostos, suposto que os das mãos são também grosseiros, e as unhas muito sujas.³

² A melhor compilação de textos – embora a maioria deles sejam apenas excertos – continua sendo o trabalho de CESAR, Guilhermino. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1981, 2ª ed. [1ª ed.: 1969]. Ver também RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil – 1ª parte: Historiografia Colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, p. 212-218, para uma análise da historiografia colonial do Rio Grande do Sul. Conforme salientou José Honório Rodrigues (p. 212), apesar da diversidade existente entre os produtores de relatos, ficam “todos irmanados pela mesma classificação de cronistas, isto é, aqueles que registram os acontecimentos *in statu nascendi*, e só vêem os aspectos conjunturais, e não os estruturais, que pertencem à história”.

³ SOUZA, Francisco Ferreira de. “Descrição à Viagem do Rio Grande, 1777”, in: *Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande (1776-1976)*. IIIº volume, Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, 1979, p. 266. Os originais deste manuscrito encontram-se na BPE (Código Mss. CXVI/1-2). Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra existe outra versão deste manuscrito, que não consultei. A versão impressa contém os textos de ambos os manuscritos.

A mal disfarçada misoginia do narrador não deve nos fazer esquecer que estas impressões eram relativas evidentemente aos estratos inferiores daquela sociedade. Quanto aos “naturais descendentes de europeus” - entre os quais se contavam os poucos membros da elite local - eram “civilizados, atentos e briosos”, ao passo que as mulheres eram “compostas e honestas”, “com os cabelos louros, faces rubicundas, bem falantes e asseadas”, trajando “à maneira das cidades polidas”.⁴

Sobre as residências setecentistas, os relatos revelam uma penúria, que certamente não era exclusiva desta fronteira da América Portuguesa, antes sendo uma característica das habitações coloniais do Brasil, como ressaltou a historiografia, desde Alcântara Machado até Sheila de Castro Faria.⁵ Acerca das moradas locais, o juízo do coronel Francisco João Roscio (1781), que trabalhou nas demarcações do tratado de Santo Ildefonso, foi bastante circunspecto: “O modo com que esta gente e povoadores costumam viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste. As casas são umas pobres cabanas, sem cômodos nem agasalho. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi, pendurado como cortina”.⁶ A precariedade do padrão construtivo foi notado também por Sebastião Bettamio (1780), que foi presidente da Junta da Fazenda do Rio Grande entre 1775 e 1779. Nas providências que deixou registradas para a reconstrução da vila do Rio Grande, depois do término da guerra com os espanhóis, após observar que “a vila se deve encher de casas quanto possível”, constatou que

⁴ SOUZA. *Op. cit.*, p. 267.

⁵ MACHADO, Alcântara. *Op. cit.*, pp. 21-23 e p. 51-59; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento – Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp. 356-365.

⁶ ROSCIO, Francisco João. *Compêndio Noticioso do Rio Grande de São Pedro* (1781), in: CESAR. *Op. cit.*, p. 160.

“bom seria que aos particulares fosse proibido fazerem casas sem serem de pedra e cal, cobertas de telha, mas isto seria querer muito...”⁷

Se a aparência das casas denotava uma rusticidade evidente, no seu interior o panorama não seria muito melhor. Quando chegou no Continente do Rio Grande, em fins de 1774, o novo comandante das tropas do Sul, tenente-general João Henrique Böhn, anotou nas suas memórias escritas em francês, que “nada é mais triste do que viajar por estes sítios. Não apenas é preciso levar consigo as menores bagatelas, mas também tem-se dificuldade de se encontrar em algumas destas cabanas extremamente acanhadas, um lugar onde colocar uma cama. Não possuem nem cadeira, nem mesa”⁸.

Todavia, para além da imagem - muitas vezes distorcida ou parcial – que nos legaram os cronistas setecentistas, resta perguntar como de fato vivia a elite local, de que eram feitas as suas casas, o que elas continham no seu interior e como se vestiam e ornavam os homens principais da terra. Para tentar responder a esta questão e compensar a falta de estudos a respeito da cultura material do período colonial do Rio Grande do Sul,⁹ vou utilizar uma amostra de inventários, recolhidos nos arquivos públicos de Porto Alegre e Laguna.

⁷ BETTAMIO, Sebastião Francisco. *Notícia Particular do Continente do Rio Grande* (1780), in: FREITAS. *Op. cit.*, pp. 153-154. O cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza, alguns anos antes, havia observado que “as paredes das casas são de lama, e os reboques de bosta, com capim por cobertura. (...) As casas (...) são irregulares e imperfeitas”. SOUZA. *Op. cit.*, pp. 242-243.

⁸ BÖHN, João Henrique. *Memórias relativas à expedição do Rio Grande* (1774-1775), in: BENTO, Cláudio Moreira. *A Guerra da Restauração*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p. 51.

⁹ Entre os poucos trabalhos que dedicam alguma atenção ao assunto, estão o artigo de JACOBUS, André. “Louças e cerâmicas no sul do Brasil no século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso”, in: *Revista do CEPA*, vol. 20, n. 23 (mar. 1996). Santa Cruz do Sul, Editora da UNISC, 1996, pp. 7-58 e a tese de SEVERAL, Rejane. *Família e fortuna em Porto Alegre (1772-1822)*. São Paulo, USP, tese de doutorado, 2002, pp. 197-216.

As moradas de casas

Vamos começar pelas habitações. De fato, parece ter havido uma modificação no padrão construtivo das moradas do Continente ao longo do século XVIII. Deve ser recordado que a maioria dos observadores que mencionei estiveram no Sul na década de 1770, ainda durante o período da guerra, quando investir em imóveis residenciais era ainda uma aventura temerária, na medida em que os espanhóis ameaçavam tomar todo o território do Rio Grande. Passado o conflito, a partir de 1780 ocorreu uma melhoria generalizada do padrão sócio-econômico, o que favoreceu o surgimento de moradas mais sofisticadas, segundo os padrões europeus de civilidade que vigiam naquele momento, que eram habitadas pelas famílias da elite local. Todavia, na amostra que recolhi nos inventários, a maioria das habitações ainda apresentava um valor proporcional aos outros bens muito baixo, sendo que somente a minoria das casas ultrapassava os duzentos mil réis.

Nem sempre foi possível saber o valor exato das residências, o que dificulta uma análise mais abrangente, pois algumas vezes as moradas não tinham avaliação específica, sendo incluídas nas propriedades maiores, geralmente as estâncias ou fazendas, consideradas enquanto unidade produtiva indissolúvel. Assim, a sede e residência simplesmente não tinham avaliação em separado. Foi o caso do inventário de Desidéria Maria Bandeira (1771), filha de Francisco Pinto Bandeira. Os campos em que vivia foram avaliados em 400\$000 réis, juntamente com as “casas de vivenda com duas senzalas e uma cozinha, tudo coberto de capim”. No inventário do próprio Francisco Pinto Bandeira a situação se repetia, pois as “casas, cozinhas, senzalas,

currais, roças e arvoredos” da estância de Gravataí tiveram uma avaliação total de 800\$000 réis.¹⁰

Também nos inventários dos genros de Jerônimo de Ornelas ocorria a mesma inexatidão, pois a sesmaria de José Leite de Oliveira (1774) teve um valor estimado em 800\$000, incluindo as “casas de vivenda com duas portas e seis janelas, mais ranchos de cozinha e senzalas, todos cobertos de capim”. A mesma avaliação foi feita da estância de Manuel Gonçalves Meireles (1777), cuja sede compreendia umas “casas de vivenda térreas cobertas de telhas, soalhadas e forradas”.¹¹ O ponto comum nestes casos citados era o caráter rural da residência, o que explica este tipo de avaliação.

Vejam as residências que foram avaliadas detalhadamente. Mais de 70% das moradas tiveram um valor máximo de 200\$000 réis, o que confirma os dados esparsos recolhidos nos livros de notas.¹² No entanto, em pelo menos uma dezena de inventários, as residências tiveram avaliações superiores, o que nos revela o enriquecimento de alguns setores desta sociedade, na medida em que as condições de segurança do território iam progressivamente melhorando. Um caso emblemático que corrobora ao menos em parte esta hipótese é o da dupla de estancieiros formada pelo sargento-mor Domingos Gomes Ribeiro, falecido em 1764 e seu filho, o capitão de mesmo nome, que morreu em 1811.¹³ Apesar do pai ser mais abastado, pois tinha um

¹⁰ APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 4, nº 36: inventário de Desidéria Maria Bandeira, 1771 e maço 4, nº 35: inventário de Francisco Pinto Bandeira, 1771 (resumo publicado em SILVA, Augusto da. *Op. cit.*, pp. 158-174).

¹¹ APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 5, nº 48: inventário de José Leite de Oliveira, 1774 e maço 6, nº 66: inventário de Manuel Gonçalves Meireles, 1777.

¹² A documentação notarial possibilitou analisar o mercado imobiliário do Continente no período de conflito com os castelhanos (1763-1776). A maioria das casas no arraial de Viamão foi transacionada por valores entre 50 e 200 mil réis na conjuntura de guerra.

¹³ APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 1, nº 31: inventário do sargento-mor Domingos Gomes Ribeiro, 1764 e maço 21, nº 454: inventário do capitão

monte-mor maior do que aquele deixado pelo filho - o sargento-mor deixou 21 contos de patrimônio, contra 17 contos legados pelo capitão, isso sem considerar a variação de preços do período - as condições de residência modificaram-se muito de uma geração para outra. O sargento-mor tinha duas casas na Capela de Viamão, uma delas de pedra coberta de telhas e outra de pau-a-pique, coberta de capim. Valor total das habitações: 138\$400 réis ou 0,65% do valor total do seu patrimônio. Talvez este valor pouco expressivo possa ser imputado às condições trágicas que abreviaram a estada do sargento-mor nos Campos de Viamão,¹⁴ mas creio que na verdade eles refletem o valor correto deste tipo de imóvel naquela altura. Quanto ao capitão Domingos, possuía três casas, duas na Capela (ambas de pedra e telha, soalhadas e forradas) e outra na fazenda de Itapuã, também de pedra e telha e com um muro. No conjunto a avaliação das casas superou um conto de réis, tendo assim uma participação um pouco mais expressiva no seu patrimônio (cerca de 6% do monte-mor), apesar de ainda representarem uma parte muito pequena dos bens em geral.

Todavia, houve aqueles que, ainda no século XVIII, possuíram residências que devem ter causado impressão aos coetâneos. Certamente foi o caso do conhecido brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, que era dono de nada menos do que sete casas, sem contar as da estância de Gravataí. Cinco destas moradas ficavam em Porto Alegre, sendo a mais valiosa localizada na rua da Praia, que foi avaliada em 2:400\$000 réis, sendo designada como “uma morada de casas de sobrado, sendo parte dela de tijolo com seu mirante para a parte do

Domingos Gomes Ribeiro, 1818. Agradeço a Vanessa Gomes de Campos pela gentileza de ter me repassado suas transcrições detalhadas destes inventários.

¹⁴ AHCMPA. Livro 1º de óbitos de Viamão (1748-1777), fl. 34, termo de 02.06.1762. Ele faleceu após receber um tiro, “ao passar o arroio do Curral do Fiúza e logo caiu morto”. O pároco anotou ainda que Domingos fora “sepultado no corpo da capela, [onde] foi assistido por todas as Irmandades da freguesia”. Era morador no Rio Grande de São Pedro (na vila), mas “havia ano e meio que estava assistindo nas suas fazendas de Itapuã e Figueira”, localizadas na freguesia de Viamão.

Sul”; outra casa ficava na rua da Calçada do Ouvidor e foi avaliada em 1:400\$000. Já na Estância do Pavão, pertencente a Rafael, ele tinha “uma morada de casas de vivenda de tijolo cobertas de telha”, que valiam 500\$000 e outra de pau-a-pique, que servia de senzala, porém “cobertas de telha”. Senzala telhada era coisa para poucos, pelos menos consideradas as condições materiais do Continente. No total, as residências valiam 4,79 contos, o equivalente a somente 6,3% da sua fortuna.¹⁵

Muito abonado foi também o alferes João Pereira Chaves, homem bom do Continente e oficial da Câmara quando ela estivera em Viamão. Suas três casas valiam 1,95 contos ou 6,7% do seu patrimônio, mas eram sem dúvida mais impactantes, sempre se levando em conta as condições materiais vigentes no Sul. Morador na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos (atual Gravataí), o alferes tinha na sua estância “uma morada de casas de sobrado cobertas de telha, assoalhadas e forradas e avarandadas com seu imediato e particular oratório de pedra, tudo com 120 palmos de frente”, avaliadas em 600\$000 réis e outra “morada de casas de pedra cobertas de telha de 135 palmos de frente e 40 de fundos”, localizada na chamada vila dos Anjos, cujo valor era de 1:100\$000 réis. Esta última devia ser uma das maiores casas existentes no século XVIII, tendo uma área superior a 260 metros quadrados.¹⁶

Vejamos agora a situação na vila de Laguna, onde o processo de urbanização era um pouco mais antigo. As avaliações acerca do estado da povoação são contraditórias. Por um lado, o cirurgião-mor Francisco Ferreira de Souza, que passou pela vila em 1774, descreveu um cenário desolador:

¹⁵ APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 12, nº 188: inventário de Rafael Pinto Bandeira, 1796.

¹⁶ APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 13, nº 220: inventário de João Pereira Chaves, 1798. Na verdade não existiu uma “vila dos Anjos”. O que ocorria era que a freguesia de Nossa Senhora dos Anjos comportava um aldeamento indígena que deu origem a uma povoação bastante desenvolvida, costumeiramente designada de vila, embora não o fosse de fato.

A primeira vista deste sítio por mar é agradável; porém, dentro é fúnebre, triste e melancólico; (...) a terra é pobre, e de Lojas só tem três de mascatarias; (...) as casas logram a natureza dos seus habitadores, porque são todas baixas; a melhor e mais alta é a cadeia (talvez porque alguns indivíduos que saem desta casa o vão por de alto), que me obrigou ajuizar de que este país nos seus primeiros tempos seria o refúgio dos facinorosos, couto dos maus e aposento dos perversos.¹⁷

Conforme havia observado Guilhermino Cesar, o cirurgião-mor Souza era detentor de um “espírito mordaz e gracioso”, o que contribuiu para a compreensão das suas observações.¹⁸ Cabe acrescentar que ele estaria acostumado a uma sociabilidade e modo de vida urbano típicos do Rio de Janeiro, naquela altura uma das maiores cidades da América portuguesa. Deste modo, não se podia esperar dele uma apreciação menos negativa... Todavia, por outro lado, o tenente-general Böhn, escrevendo na mesma época, teve outra perspectiva da derradeira vila controlada pelos lusos nestas partes meridionais. Embora não tenha se referido propriamente à configuração urbana do povoado, o militar ponderou que “esta vila deve seu atual estado à invasão dos espanhóis em 1763. Os portugueses deste Continente tendo perdido o Rio Grande (...), passaram a utilizar-se do caminho de Laguna; desta passagem contínua e de seu comércio subsistem os seus habitantes, e *muito bem*”.¹⁹ Visão oficial, sem dúvida, mas vinda de alguém que tinha uma perspectiva mais ampla. Como estrategista militar Böhn sabia da importância da vila de Laguna para os lusos: mesmo pequena e acanhada, era através dela que o Continente mantinha-se conectado ao Rio de Janeiro.

Os inventários dos moradores de Laguna nos revelam, de fato, uma maior precariedade do ponto de vista material. Foi possível

¹⁷ SOUZA. *Op. cit.*, pp. 238-239.

¹⁸ CESAR. *Op. cit.*, p. 154. Este historiador observou ainda que Francisco Ferreira de Souza registrava “no seu diário tudo quanto lhe pareceu original na inculta e remota estremadura de então”.

¹⁹ BÖHN. *Op. cit.*, p. 49. O grifo é meu.

Casa quanto chegue, campo a perder de vista

encontrar nos processos que examinei 23 imóveis com avaliação individualizada, sendo que 87% deles tinham preços inferiores a 200\$000 réis. Somente três moradas de casas foram avaliadas acima deste montante. Em meados do século XVIII as habitações valiam muito pouco na vila, a julgar nos poucos dados que dispomos. Manuel da Silva Reis, um dos genros de João de Magalhães, tinha duas moradas de casas cobertas de telha, uma avaliada em 50\$000 e outra em 40\$000 réis, ou seja, somente 6,4% do seu monte-mor. Também no caso do capitão Francisco Xavier Ribeiro os valores eram modestos, embora um pouco superiores: assim, a sua “morada de casas de telha na vila” valia então 80\$000 réis. Além desta residência, ele tinha outro no sítio e um rancho nos Campos de Viamão. No total, estes bens valiam 124\$800 réis ou pouco mais de 11% do seu patrimônio²⁰ Não se pode afirmar, no entanto, devido à imprecisão dos inventários que estas casas fossem construídas de pedra, mais resistentes e normalmente avaliadas por preços superiores.

Uma das residências bem avaliadas era justamente a do capitão-mor João Rodrigues Prates, que em 1766 foi descrita como “uma morada de casas na vila, forradas e ladrilhadas de tijolos, com paredes de pedra e cal, com três salas”, avaliadas em duzentos mil réis. Uma residência modesta para alguém da sua posição, mas compatível com aquilo que se encontrava no Continente naquela mesma época. Porém, deve-se levar em conta que mesmo que as habitações não fossem muito valiosas, havia aqueles proprietários que tinham vários imóveis, cujo valor total era relativamente expressivo. Nesta situação estava, por exemplo, o comerciante Manuel de Souza Porto (genro do capitão-mor Prates), que era dono de cinco casas e três armazéns, avaliados em 535\$400 réis (cerca de 15% do seu patrimônio total). Porém, somente no século XIX vamos encontrar algumas residências mais suntuosas,

²⁰ APLM. Caixa 40, s/nº: inventário de Manuel da Silva Reis, 1748 e caixa 45, nº 3: inventário do capitão Francisco Xavier Ribeiro, 1754.

como a casa de sobrado em que vivia D. Paula da Silva, cujo valor chegou a um conto de réis.²¹

Além das diferenças nas avaliações dos imóveis urbanos, havia outras diferenças entre o Continente do Rio Grande e Laguna. Uma das mais notáveis era a diferença do padrão decorativo das casas. Em toda a parte, as melhores casas eram aquelas feitas de pedra, cobertas de telha e preferentemente assoalhadas e forradas. [O tipo de pedra nunca foi especificado, mas provavelmente seriam edificadas em basalto ou granito]. No caso de Rafael Pinto Bandeira, que era proprietário de olarias, também apareceram casas construídas de tijolos, o que era bastante raro naquela altura. Já na vila de Laguna, além de edificadas com pedras, muitas eram pintadas com cal. Creio que pelo menos duas circunstâncias concorriam para que assim fosse: primeiro, a abundância de matéria-prima, visto a existência de inúmeros sambaquis na região litorânea de Santa Catarina; também se pode levantar a hipótese – que não foi possível confirmar no seu inventário – de que o capitão-mor João Rodrigues Prates (oriundo de uma família que se dedicava à produção de cal em Estremoz) tenha disseminado no vilarejo meridional o padrão decorativo vigente nas residências alentejanas.

O mobiliário

Quando Alcântara Machado examinou os inventários mais antigos de São Paulo, ficou impressionado com a escassez de mobiliário nas casas dos principais moradores da capitania: “É tão parco o adereço ou guarnimento da casa fidalga na era seiscentista, que a descrição de tudo cabe à vontade em meia dúzia de linhas”.²² E como

²¹ APLM. Caixa 147, n° 46: inventário do capitão-mor João Rodrigues Prates, 1766 (1ª parte); caixa 147, n° 325A: inventário do sargento-mor Manuel de Souza Porto, 1778; caixa 124, n° 299: inventário de Paula da Silva, 1820.

²² MACHADO. *Op. cit.*, p. 56. Cabe lembrar que este autor estava preocupado em se contrapor à interpretação de Oliveira Vianna, que afirmava ter a elite paulista uma

seria no século seguinte? Em São Paulo ocorreu um processo de enriquecimento no século XVIII, na esteira da descoberta do ouro nas Minas Gerais. Na periferia da América portuguesa o panorama seria diferente, pelo menos até meados do século. De fato, os inventários dos primeiros povoadores revelam uma sobriedade construtiva que não destoa do modo de vida “rústico e agreste” predominante. Na verdade, a qualidade dos materiais, o tamanho e o “recheio” das casas seriam adequados ao período analisado, considerando a incerteza do domínio lusitano sobre a região. Não fazia muito sentido, portanto, fazer casas assobradadas e mantê-las bem equipadas. No entanto, à medida que nos aproximamos do final do século XVIII, o panorama vai se alterando. No caso da família Pinto Bandeira, o fenômeno foi observado por Hameister, quando comparou a diversidade de bens presentes nos inventários de Francisco e seu filho Rafael. Neste caso, em apenas um quarto de século a sociedade existente no Continente havia se tornado muito mais enraizada e diversificada, o que se refletiu no tipo de bens possuído pela elite local.²³

Outros exemplos corroboram esta impressão, como no caso já mencionado da família Gomes Ribeiro. No inventário do sargento-mor Domingos (1764-1765) a descrição do mobiliário era, para dizer o mínimo, parcíssima. E estou aqui falando de um dos homens mais ricos da época em que viveu, dono de duas avultadas estâncias em Viamão. Na estância da Figueira, onde provavelmente residia o casal, são descritos alguns poucos objetos de prata e cobre, e quanto aos bens móveis somente seis lençóis de pano de linho e três fronhas “em bom uso”, uma colcha de algodão com seus ramos, uma mesa redonda velha e quatro tamboretas de pau. Na fazenda de Itapuã o cenário não era muito distinto: doze tamboretas de pau, uma mesa redonda, uma mesa menor e um crucifixo com cruz, além de alguns poucos talheres e

suntuosidade extremada, daí as qualidades supostamente negativas que ele via na vida material dos paulistas.

²³ HAMEISTER. *Op. cit.*, pp. 232-241.

ferramentas. Estes eram bens característicos de uma área de trânsito, sem certeza de pouso seguro por longo tempo. O único bem que se destacava na relação era “um silhão de montar de mulher, em bom uso, de moscóvia e assento de veludo azul e pregaria dourada”, avaliado em 19\$200 réis. Este era o mobiliário do sargento-mor, que era proprietário de meia centena de escravos. Certamente não se pode imputar essa precariedade material à falta de meios, mas sim a uma conjuntura de guerra na qual imperava a transitoriedade e a incerteza quanto ao futuro.²⁴

No entanto, ultrapassada a fase bélica, uma vaga de prosperidade econômica teria possibilitado o acesso da elite local a bens que antes não desejavam adquirir, pois a posse ou propriedade era muito incerta, além do enriquecimento gradual de alguns dos sucessores dos pioneiros, beneficiários do comércio de gado como o centro do Brasil colonial. O inventário do capitão Domingos (filho do anterior), que foi aberto em 1812, mostra-nos a existência de um outro mundo, onde um maior rebuscamento se fazia presente. Quase meio século separa a morte do pai e do filho, sendo que neste breve período as mudanças foram notáveis. Apesar de ser menos rico do que seu pai, Domingos era dono ainda de uma opulenta estância e diversos outros imóveis. Mas vejamos os bens móveis. Destaca-se a presença de um oratório, onde estavam colocadas seis imagens de santos da sua devoção, entre eles uma “Senhora da Conceição de pedra”. Na fazenda, a lista de bens

²⁴ APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 1, nº 31: inventário do sargento-mor Domingos Gomes Ribeiro, 1764. Conforme Algranti, “a precariedade do mobiliário doméstico, que tanto causa estranheza ao nosso olhar contemporâneo, pode até ser justificada nos primeiros tempos pela falta de recursos financeiros e mesmo pela ausência de artesãos competentes”. Todavia, segundo a autora, isto não explicaria a mesma situação verificada nos séculos seguintes, particularmente no século XVIII. Ela conclui que “talvez essa falta de conforto doméstico esteja ligada ao próprio modo de vida dos colonos, que assumia muitas vezes certo caráter passageiro, típico nas colônias, aonde se ia para voltar o mais breve possível”. ALGRANTI, Leila M. “Famílias e vida doméstica”, in: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, vol. 1, pp. 110-111.

Casa quanto chegue, campo a perder de vista

atingiu nada menos do que 132 itens, entre eles mesas, caixas, catres, cadeiras, uma escrivaninha, tachos, castiçais, malas e muitos outros utensílios domésticos. Na morada de casas que tinha na Capela de Viamão vão arrolados outros 115 itens, entre eles “louça da Índia fina”, espelhos, várias mesas, uma cômoda de jacarandá “com forração dourada”, chocolateiras e um moinho de moer café. Além destes bens de uso cotidiano, o inventário ainda revela a presença de vários objetos de ouro e prata, com destaque para “um adereço de brincos, laço, colar, pulseiras e braceletes, tudo encravado de pedras de diamante”, cuja avaliação foi de 300 mil réis, o mesmo valor da sua casa localizada na Capela de Viamão.

Ou seja, o capitão Domingos mantinha duas moradas de casas, uma na estância e outra no arraial, ambas muito bem montadas e equipadas. Aqui está talvez a maior transformação em relação ao período anterior, quando os estancieiros moravam nas suas propriedades rurais, deslocando-se ao arraial somente em determinadas ocasiões (batismos, casamentos, reunião da Câmara ou das irmandades). Nesta altura, em meados do século XVIII, não era preciso manter uma habitação urbana muito opulenta, pois a transitoriedade imperava. No início do século XIX, no entanto, já não era incomum a existência de algumas boas casas no núcleo urbano de Viamão, muito embora a maioria dos membros da elite tivesse suas residências na vila de Porto Alegre, para onde se transferira a capital.

O modo de vestir

No que toca ao vestuário da elite local também prevaleceu o mesmo padrão de precariedade. Ao referir-se ao modo de trajar dos estancieiros da região de Buenos Aires, Carlos Mayo observou que ele “refletia sua vida rural”, sendo que as peças de roupas mais comuns eram os ponchos, coletes e calções. As meias e sapatos seriam

incomuns nos inventários que ele estudou.²⁵ E como seria no Continente do Rio Grande? Nos inventários de dois pioneiros de Viamão, membros da primeira elite, o vestuário era muito reduzido. No caso de Jerônimo de Ornelas compunha-se de uma véstia de calção, uma casaca, uma [borjaca] e umas meias pretas “com bom uso”. Francisco Pinto Bandeira também tinha uma pequena quantidade de roupas, embora elas fossem de qualidade aparentemente superior, como é indicado pela presença de uma brojaca escarlate com vinte botões de prata, uma véstia com quarenta botões de prata, duas fardas de casaca, ambas bem usadas, e um sobretudo.²⁶

Todavia, o vestuário também deve ser visto como um índice de distinção social. A elite local também procurou se diferenciar dos demais membros da sociedade e um dos caminhos foi um modo de vestir distinto. Poucos podiam se dar ao luxo de apresentar-se com roupas novas e limpas, o que por si só era algo impressionante naquela sociedade. Não por acaso o capitão-mor Francisco Coelho Osório era dono de uma quantidade de vestuário bastante pouco comum. No seu inventário, entre a roupa branca que foi listada, constavam dezenove “camisas de punho”, onze pares de meias, três gravatas, além de dois pares de sapatos.²⁷

Outro poderoso local, Manuel Fernandes Vieira, logo após ter obtido a patente de capitão de mar e guerra ad honorem, pediu (e levou) o privilégio de andar “arvorado”. Nesta sociedade onde a

²⁵ MAYO, Carlos. “Landed but not powerful: the colonial estancieros of Buenos Aires (1750-1810)”, in: *Hispanic American Historical Review*. 71:4, 1991, p. 769

²⁶ APRS. 1º Cartório de órfãos de Porto Alegre, maço 4, nº 40: inventário de Jerônimo de Ornelas, 1772 e maço 4, nº 35: inventário de Francisco Pinto Bandeira, 1771. Em ambos os inventários existem pequenas lacunas devido a trechos rasgados ou ilegíveis, mas estas falhas pouca diferença podem causar na minha avaliação.

²⁷ APRS. 1º Cartório do Cível de Porto Alegre. Inventário do capitão-mor Francisco Coelho Osório: maço 1, nº 8, 1773. Conforme notou Sheila Faria, a sociedade colonial não era uma sociedade de consumo. Tudo voltava ao comércio, inclusive as roupas usadas. Ter muitas peças de roupas não devia ser muito comum, mesmo entre os homens e mulheres da elite local.

distinção se expressava em grande medida pelas aparências, o homem de negócio da vila do Rio Grande não se contentou em somente ter sido nomeado para um cargo honorífico, era necessário também poder mostrar publicamente a qualidade da sua pessoa. Nos dicionários atuais, o termo “arvorar” tem dois significados básicos: assumir por autoridade própria qualquer título ou missão ou ainda elevar-se a um cargo ou posto. No entanto, no século XVIII, é possível que significasse algo mais do que simplesmente tomar posse de um posto ou privilégio. Bluteau afirmou que arvorar “val[e] o mesmo que levantar e por direito, tomada a métrica da árvore, quando se planta”. Para explicar melhor, o autor utilizou alguns exemplos: Arvorar nos muros o estandarte ou Arvorou na porta do seu palácio as armas d’El Rey. Fica bastante claro que arvorar tinha o inegável sentido de poder exibir alguma coisa, um estandarte, as armas régias, ou que sabe alguma insígnia distintiva, a exemplo dos oficiais das ordenanças.²⁸

Uma elite modesta: fortunas da fronteira

A amostra básica utilizada neste estudo compõe-se de noventa e um inventários selecionados, sendo sessenta e seis de indivíduos residentes no Continente do Rio Grande e vinte e cinco de moradores da vila de Laguna. A grande maioria dos inventariados viveu e morreu ainda no século XVIII, muito embora alguns processos sejam datados do início do século XIX. Do total, somente dezessete inventários (cerca de 19%) foram realizados nos primórdios do Oitocentos. Deve

²⁸ AHPA. Cód. 1.26, fl. 92-92v: Registro de uma petição feita em nome de Manuel Fernandes Vieira ao Senhor Conde de Bobadela, pedindo confirmação da sua patente, para poder andar arvorado (Rio de Janeiro, 02.06.1760); FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, 11ª ed., p. 119; BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra, Colégio das Artes da Cia. de Jesus, 1712, p. 579. No dicionário de Moraes e Silva, do final do século XVIII, arvorar significava “propriamente levantar o mastro, e singlar: daqui arvorar de capitão, o que sobe a esse posto, ou tendo-o inferior o exerce, como levantar”. SILVA, Antônio de Moraes e. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, Typografia Lacerdina, 1813, 2 vol., 2ª ed.

ser ressaltado que nem todos podiam ser considerados, strictu sensu, membros da elite colonial; porém, creio que a maior parte era representativa dos estratos superiores daquela sociedade, cujo nível de fortuna quero aqui estudar. Considerado no seu conjunto, a amostra que tenho é majoritariamente composta por inventários de estancieiros ou fazendeiros, que criavam gado e tinham suas lavouras.²⁹

Mas a amostragem também comporta a existência de duas importantes minorias: por um lado, os homens de negócio, dos quais foi possível localizar somente nove inventários (10% do total); de outra parte, temos doze mulheres (13% do total), que eram, no entanto, esposas ou filhas de proprietários rurais. Antes de avançar, devo tentar demonstrar a pertinência da amostra que foi levantada. O primeiro aspecto a ser considerado é que a maioria dos inventariados é representativa do século XVIII, por isso optei em manter os demonstrativos dos seus patrimônios em réis e não convertê-los em libras. Para todos os efeitos, estou desconsiderando a variação inflacionária do período estudado. Segundo ponto: minha amostra é de fato mais restritiva do ponto de vista do enquadramento social, quando comparada àquelas de outros trabalhos. No estudo de Helen Osório, que levantou 538 inventários – realizados entre 1765 e 1825 (pertencentes a indivíduos de todas as condições sociais no Continente do Rio Grande), se considerarmos somente aqueles correspondentes ao século XVIII (109 inventários), em somente um caso a riqueza de um dos inventariados atingiu um patamar superior a 2000 libras ou cerca de sete contos de réis. Utilizando o mesmo padrão de comparação, ou seja, patrimônios superiores a sete contos, o meu número de inventariados chega a quinze indivíduos (somente no século XVIII).

²⁹ Um observador português, escrevendo em 1790, notou que “os moradores mais ricos e poderosos deste Continente são os que possuem algumas fazendas, que se denominam Estâncias. Estas abundam em Gados, não tendo estes ali valor algum”. Cf. BARRETO, Domingos Alves Moniz. *Observações relativas à Agricultura, comércio e navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro* (1790), in: CAMARGO. *Op. cit.*, p. 322.

Como fui seletivo, escolhi propositalmente alguns dos mais ricos. Por seu turno, no trabalho de Several, que utilizou 147 inventários do cartório de Porto Alegre entre 1772 e 1822, somente 16 dos inventariados tinha patrimônios superiores a dez contos de réis. Na minha amostra são 17 inventariados nesta situação. Portanto, em ambos os casos, a minha amostra é relativamente mais elitizada.³⁰

Para efeito de análise e comparação, vou diferenciar os dois grupos de inventariados. Começo pelos moradores da vila de Laguna, os fronteiros da expansão para o Sul. Lamentavelmente, não existem muitos inventários lagunistas para a primeira metade do século XVIII; assim nossa amostra compreende vinte e cinco processos entre os anos de 1748 e 1820, sendo que cinco deles foram realizados no século XIX. Portanto, trato aqui dos homens e mulheres setecentistas ou aqueles que viveram a maior parte das suas vidas no século das Luzes. Os dados que disponho sobre os moradores de Laguna no século XVIII são mais fragmentários do que aqueles referentes aos habitantes do Continente do Rio Grande na mesma época. A inexistência de fontes paroquiais para a maior parte do período estudado limita de certa forma a análise, assim como uma maior dificuldade de acesso aos inventários, cuja maioria foi transcrita apenas parcialmente.³¹ Feitas estas advertências, vejamos o que foi possível descobrir.

A amostra de Laguna compõe-se de vinte e cinco inventários, dos quais dezenove são homens e somente seis mulheres (algumas viúvas e filhas de pioneiros). Os indivíduos de sexo masculino

³⁰ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na constituição da Estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, PPG em História da UFF, tese de doutorado, 1999, p. 238; SEVERAL. *Op. cit.*, p. 175.

³¹ No Arquivo da Diocese de Tubarão, onde estão depositados os livros paroquiais de Laguna, a série está bastante incompleta para o século XVIII, pois os livros de batismo começam nos anos de 1790 (escravos) e 1804 (livres). O livro mais antigo é o de casamentos, cujos registros iniciam em 1782. No caso dos inventários e testamentos, eles foram restaurados na década de 1950, mas até o início de 2001 estavam indisponíveis para a pesquisa. Atualmente encontram-se no Arquivo Público Municipal de Laguna.

pertenciam na sua maior parte ao grupo que podia ser considerada a elite política local, pois mais da metade (10 de 19) ocupou cargos na Câmara local, além do fato de que quase 80% deles detinham patentes militares de ordenanças e auxiliares. Estes cargos camarários e postos de ordenanças enobreciam socialmente àqueles que os exercessem; mesmo que os homens que gozassem de tais distinções pudessem ser donos de patrimônios pouco expressivos algumas vezes. Assim foi nos casos de Antônio Marques Torres e Lourenço José de Freitas. O primeiro fora escrivão da Câmara desde 1764 e chegou a ser oficial eleito em 1782, mas quando faleceu em 1795 seu monte mor de 193\$225 réis era composto de dois pequenos sítios e somente três escravos. Quanto a Lourenço, fora oficial camarário em 1767, 1769, 1774 e 1777, além de ocupar o cargo de tenente de ordenanças. Mas o seu patrimônio atingiu somente 211\$960 réis.

De maneira geral, as fortunas eram de pequena monta na vila de Laguna. Com efeito, considerados os vinte e quatro inventários nos quais foi possível averiguar o montante total de bens, em somente quatro casos os patrimônios estavam na faixa entre cinco e dez contos de réis. A grande maioria era detentora de bens avaliados em até 12.500 cruzados, o equivalente a 5:000\$000 réis. Tampouco havia muitos grandes proprietários de escravos, pois somente quatro dos inventariados tiveram dez ou mais escravos. Um indício da pequena capacidade de acumulação pecuniária nesta sociedade, ou talvez mesmo de acesso aos cativos que ingressavam via o porto do Rio de Janeiro.

A maioria dos inventariados lagunenses eram proprietários de terras e viviam das suas lavouras e gados, havendo desde os pequenos sitiantes, donos de reduzida escravaria, mas que mesmo assim podiam gozar de alguma distinção, caso ocupassem os cargos da República. Na outra ponta temos o caso do capitão-mor João Rodrigues, proprietário de 57 cativos e poderoso fazendeiro, com terras nas cercanias da vila e também nos Campos de Viamão, cujo monte-mor foi o maior de todos, atingindo, no entanto, a quantia relativamente modesta de pouco

Casa quanto chegue, campo a perder de vista

mais de oito contos. Mas a amostra também contém pelo menos três homens de negócio (Anselmo Gonçalves Ribeiro, Manuel de Freitas Noronha e Manuel de Souza Porto). Vejamos agora o caso de Manuel de Freitas Noronha, que era o detentor do maior patrimônio nesta categoria de inventariados (comerciantes).

O ajudante Noronha, natural da ilha da Madeira, fora oficial da Câmara nos anos de 1776 e 1779, sendo dono de uma sortida loja na vila de Laguna, onde comerciava uma grande quantidade de fazendas “de vara e côvado”, que comprava de comerciantes do Rio Janeiro. Um deles era o capitão Antônio Gomes Barroso, um dos homens de grosso trato da praça carioca, que era um dos seus maiores credores. Além da loja e da sociedade em uma corveta, Noronha era dono de uma morada de casas de pedra cobertas de telha, dois sítios, uns chãos na ilha de Santa Catarina e oito escravos. Aliás, apesar de ter um bom cabedal, Noronha estava altamente endividado por ocasião do seu falecimento (1781), sendo que o seu passivo atingia quase 90% do monte-mor inventariado. Não por acaso, a sua viúva, Brites da Conceição seria dona de um modesto patrimônio quando morreu, poucos anos depois, em 1786.³² Mas além de revender os produtos que mandava vir do Rio, ele também tinha negócios na fronteira, como ficou expresso em seu testamento:

Tendo [eu] feito uma sociedade com o alferes João da Silva Pinto e Manuel José de Leão em uma carregação de fazendas secas que tirei da minha Loja e comprei a José Bernardo de Crasto, cuja carregação se acha importando em 1:181\$488 réis, *com a condição de passarem os ditos dois sócios aos Continentes do Rio Pardo a disporem da dita carregação a troco de gados e de trazerem estes para se charquearem na Barra desta Vila, cujo charque e*

³² APML. Caixa 93, nº 40, 41 e 58: inventário e testamento do ajudante Manuel de Freitas Noronha, 1781-1786 e caixa 23, nº 57: inventário de Brites da Conceição, 1786. O monte-mor da inventariada atingiu a quantia de somente 561\$530 réis. Ela possuía somente uma escrava, além de algumas jóias e tecidos.

*courema da dita negociação produzida se embarcar para a cidade do Rio de Janeiro.*³³

Como se vê através desse exemplo, a ligação entre Laguna e o Continente foi uma constante ao longo do século XVIII. No princípio foi a onda migratória que reforçou este vínculo, mas com o passar do tempo a condição portuária da vila fez com que ela ainda fosse uma opção para algumas transações mercantis, mesmo depois do final da guerra (1763-1776) na região. Todavia, a comparação dos níveis de prosperidade daqueles que viveram na vila catarinense com a elite estabelecida no Continente, mostra que as possibilidades de enriquecimento foram maiores para aqueles que migraram ou se estabeleceram no Sul.

Vejamos agora a amostra de inventários de fazendeiros e negociantes originalmente estabelecidos em Viamão e arredores.³⁴ O número de inventariados é um pouco mais expressivo do que em Laguna, o que confere maior abrangência ao grupo escolhido para análise. No total, foi possível obter uma avaliação precisa de 63 inventários, sendo que somente meia dúzia é de homens de negócio. Portanto, a primeira conclusão evidente que há que se tomar é que durante boa parte do século XVIII a maior parte da elite local era formada pelos fazendeiros, os donos das estâncias. Estes estancieiros eram originários das mais diversas partes: entre os 58 fazendeiros dos quais pude averiguar o local de nascimento, quase metade era nascida no Brasil (45% ou 26 casos), com destaque para indivíduos naturais de Laguna (9), seguidos dos nascidos no Rio de Janeiro (4) e Viamão (4). Os demais eram naturais da Colônia do Sacramento (3), Rio Grande (3), São Paulo (2) e Desterro (1). A maioria dos homens do campo eram, no entanto, nascidos em Portugal (com destaque para os

³³ APML. Caixa 93, nº 41, fl. 76v: codicilo de última vontade do ajudante Manuel de Freitas Noronha, 1781.

³⁴ Com o passar dos anos e os sucessivos desmembramentos de territórios da freguesia de Viamão, alguns destes estancieiros passaram a ser moradores das paróquias de Triunfo, Rio Pardo ou Nossa Senhora dos Anjos.

originários do Norte) ou nas ilhas atlânticas (55% ou 32 portugueses). Assim sendo, não se pode falar que no Continente do Rio Grande, pelo menos na região em estudo, a zona rural fosse dominada por uma elite crioula, como era o caso de Buenos Aires na mesma época.³⁵ Comparativamente com os lagunenses, os patrimônios da elite setecentista do Continente eram mais avultados. Ainda assim, pouco mais da metade atingia valores relativamente baixos, ou seja, inferiores a cinco contos de réis. Mas, por outro lado, mais de um quarto (27%) da amostra é formada por fortunas superiores a dez contos, quantia que era significativa no contexto local. Também no que importava à posse de escravos, a elite setecentista do Continente era mais aquinhoadada, pois predominavam os grandes proprietários de cativos, aqueles que tinham mais de dez trabalhadores servis. A primeira vista, pode parecer estranho que entre os nomes selecionados constem indivíduos com patrimônios muito pequenos, inferiores a um conto de réis. Sei que se trata de uma opção discutível, mas são somente sete casos, entre eles alguns membros de famílias importantes da vila de Laguna, como João de Magalhães (monte-mor: 297\$200 réis) ou os irmãos José Brás Lopes (552\$120) e Manuel Brás Lopes (512\$000). Outro que consta na mesma faixa é o capitão Pedro Lopes Soares (566\$580), que foi juiz de órfãos no Continente. A maioria dos inventariados (41%), no entanto, ficou compreendida na faixa entre um e cinco contos de réis, um padrão relativamente modesto, porém representativo da média dos fazendeiros ou homens de negócio do Continente na segunda metade do século XVIII.

Outra parcela desta modesta elite estava na faixa entre cinco e dez contos de réis. Constituíam um grupo mais selecionado, onde

³⁵ Cf. MAYO. *Op. cit.*, p. 765. Este autor observou que na sua amostra, dentre os 75 inventariados cuja origem era conhecida, 60 eram crioulos, nascidos na América. Ou seja, “the countryside was thus firmly in creole hands”. Provavelmente esta diferença possa ser explicada pelo fato da ocupação da campanha de Buenos Aires ser bem mais antiga do que a colonização do Continente.

perfilavam alguns estancieros tido por abonados, como Antero José Ferreira de Brito (7:496\$152), Cosme da Silveira D'Ávila (9:207\$060) ou Manuel Ribeiro da Cunha (8:754\$980). Nessa categoria também estava o homem de negócio egresso da vila do Rio Grande, Antônio Moreira da Cruz (5:652\$036), membro de uma das facções políticas mais influentes na Câmara de Viamão. Já o topo da pirâmide social tinha mais de dez contos, sendo que alguns tinham bem mais do que isso. Entre os fazendeiros estão nomes conhecidos, como o sargento-mor Domingos Gomes Ribeiro (21:300\$840), o capitão Francisco Pinto Bandeira (12:997\$040) e o seu filho primogênito Rafael (75:608\$050), certamente um dos homens mais ricos do Continente no século XVIII. No caso dos negociantes, um dos mais prósperos era José Martins Baião (34:067\$331), oficial da Câmara em Viamão e Porto Alegre.

A posse de escravos entre a elite do Continente também merece um esclarecimento. Certamente que o padrão de definição do que seria um grande proprietário é variável de acordo com a região do Brasil colonial. Assim, enquanto que um poderoso senhor de engenho baiano podia ter facilmente mais de cem escravos, nessas bandas meridionais, quem tivesse por volta de uma dezena de cativos podia ser considerado como membro do grupo mais privilegiado, sempre se levando em conta as condições locais. Esta é a situação da maioria dos grandes fazendeiros, que tinham entre dez e vinte escravos. Todavia, os maiores escravistas do século XVIII tinham escravarias bem maiores: Francisco Pinto Bandeira tinha 38 escravos (1771), Domingos Gomes Ribeiro era dono de cinquenta (1764) e João Pereira Chaves possuía 62 cativos (1798).

Mas os inventários também revelam outros dados importantes para o entendimento desta sociedade, para além das faixas de fortuna ou da posse de escravos. Refiro-me às informações relativas à prática do dote, que ainda era bastante disseminada no século XVIII entre a elite local. Não há base de comparação no caso do Continente do Rio

Grande, pois no século XVII simplesmente não havia colonos habitando a região, mas a impressão preliminar é de que, longe de estar em um processo de desuso, a dotação das filhas (e filhos) era ainda bastante habitual entre a elite local, muito embora em geral os valores dos bens dotados não fossem muito elevados. A importância do dote não se resumia à transferência patrimonial entre as gerações, devendo-se atentar também para as estratégias matrimoniais mais amplas, que vinculavam entre si famílias importantes ou indivíduos de projeção naquela sociedade. Dito isso, não se deve avaliar esta prática social somente pelos montantes envolvidos. Havia mais em jogo do que simplesmente doar bens para uma filha que ia se casar.

Por essa razão, não deve surpreender-nos que a o valor médio dos dotes fosse baixo na maior parte dos casos, inferiores a mil cruzados (ou 400 mil réis) por filho ou filha. Mais de dois terços dos dotes médios tinham um valor modesto, sendo compostos de preferencialmente de algum gado e um ou dois escravos. Algumas vezes incluíam também terras em pequena quantidade. Um exemplo dessa categoria de dotadores foi o estancieiro Bernardo Batista que deu para sua quatro filhas que casaram dotes que variaram entre 309 e 403 mil réis. O maior deles era composto por 162 cabeças de gado, um burro *echor* (para cria de mulas), uma escrava e uma “sorte de campo”. Havia um outro grupo de fazendeiros que investia em dotes um pouco maiores, a exemplo do que fez Manuel Gonçalves Meireles, cujas três filhas receberam dotações médias de cerca de 500 mil réis. A sua filha mais bem aquinhoadá recebeu 203 animais, dois escravos, 13 pratos e um “rincão de campo”. Por fim, havia a camada superior da elite, que investia em dotes mais avultados, superiores a um conto de réis. O caso mais emblemático é o do capitão Francisco Pinto Bandeira, cujas três filhas casadas receberam quase seis contos de réis, apresentando o maior dote médio da amostra (1:902\$133 réis). O seu caso não era certamente a regra, mas mostra até onde a elite local ia para conseguir bons casamentos para suas herdeiras. Para exemplificar, uma das suas

filhas (e o seu genro) receberam oito escravos, um retalho de campo, oitocentos animais, quatrocentos mil réis em dinheiro e talheres de prata.³⁶

Quanto aos dotes das famílias dos homens de negócio do Continente, sabemos muito pouco, principalmente em função da limitação da minha amostra. Todavia, em alguns poucos casos fica claro que os dotes da elite mercantil podiam ser relativamente bem abundantes, como no matrimônio de Antônio Moreira da Cruz, casado com Joana Margarida da Silveira, que trouxe como dote 800\$000 réis e duas escravas, além do “paramento necessário” para uma mulher da sua condição social. A filha do dizimeiro e contratador Manuel Fernandes Vieira recebeu em dote uma morada de casas cobertas de telha, três e escravos e 1,2 contos em dinheiro. Nada mau para agradecer um bem relacionado genro comerciante, com contatos no Rio de Janeiro.³⁷

Embora os inventários não sejam específicos quanto a este aspecto, para finalizar merece uma rápida referência a uma estratégia familiar das mais importantes para as elites coloniais. Refiro-me às práticas endogâmicas, que normalmente se verificavam quando uma elite social se consolidava (vide os casos de Pernambuco ou Rio de Janeiro, por exemplo).³⁸ No princípio, o grupo dominante estava

³⁶ APRS. 1º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, maço 6, nº 68: inventário de Bernardo Batista, 1778; maço 6, nº 66: inventário de Manuel Gonçalves Meireles, 1777; maço 4, nº 35: inventário de Francisco Pinto Bandeira, 1771. No caso de Buenos Aires isto também se verificava: “Dowries, when they existed, were limited to a few items – some cattle, a few clothes, other personal belongings, and maybe some land or a slave. (...) Only a few estancieros could come up with *capitales* and dowries comparable to those of the big merchants”. MAYO. *Op. cit.*, pp. 765-766.

³⁷ APRS. 1º Cartório do Cível de Porto Alegre, maço 1, nº 16: inventário de Antônio Moreira da Cruz, 1776; APRS. 1º Notariado, Livro 2, fls. 229v-230: escritura de dote.

³⁸ Para Pernambuco, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. “Marginália: os alecrins no canavial”, in: *Rubro Veio – O imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, pp. 409-443. Ver também, do mesmo autor, *O nome e o sangue, passim*. Para o Rio colonial, ver: FRAGOSO, João. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa”, in: *Tempo*. Vol. 8, nº 15, jul-dez. 2003, pp. 21-24.

Casa quanto chegue, campo a perder de vista

aberto ao ingresso de forasteiros, desde que tivessem cabedal ou projeção social. Todavia, quando a elite se sedimentava, os matrimônios passam a ocorrer preferencialmente entre as melhores famílias da terra. No caso do Continente do Rio Grande isto acabaria também se verificando: vejamos o caso de um dos pioneiros de Viamão, Jerônimo de Ornelas e seus descendentes diretos. Ele teve oito filhas legítimas, que se casaram com sete portugueses e um nascido no Brasil. Teve ainda dois filhos que não tiveram descendência. Estas filhas geraram nada menos do que noventa netos e netas, dos quais 66 se casaram. Acerca da origem dos cônjuges destes descendentes temos informação para sessenta casos (31 netas e 29 netos), sendo que no que se refere à origem dos maridos das netas, somente doze vieram da península (39%) e dezenove eram naturais da América lusa, dos quais onze nascidos no Continente. Já no caso dos netos de Jerônimo, a quase totalidade das suas mulheres (28 casos) eram nascidas no Brasil, das quais 22 eram naturais do Continente (76% do total). Somente uma era de origem açoriana. Cabe destacar ainda que alguns ramos da família, especialmente os descendentes de Luiz Vicente Pacheco de Miranda e José Fernandes Pettim, fizeram alianças matrimoniais com rebentos de destacadas famílias da elite local (Pinto Bandeira, Lima Veiga, Prates e Silveira Casado), o que demonstra a tendência de gradual fechamento do grupo em si mesmo.³⁹

³⁹ Em apenas quatro casos foi possível identificar uma endogamia mais estreita (casamento entre primos). Os dados genealógicos conforme FELIZARDO, Jorge G. *O Sesmeiro do Morro de Sant'Ana*. Separata da Revista Genealógica Brasileira, São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1940, pp. 43-48.

O COTIDIANO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL NA SEGUNDA METADE DO XIX:

Das estâncias aos ervais

Cristiano Luís Christillino*

Este capítulo tem por objetivo destacar alguns pontos em torno das duas principais atividades econômicas da Província do Rio Grande do Sul na segunda metade do XIX. Abordaremos o cotidiano nas áreas de pecuária e de ervais. O cotidiano rural do Rio Grande do Sul não pode se restringir à pecuária, embora ela fosse a principal base econômica da província meridional. É preciso analisar a exploração da erva-mate, a sua segunda atividade mais importante em meados do XIX, que somente foi ultrapassada, em volume de exportações, pela agricultura entre as décadas de 1870 e 1880. A extração e o beneficiamento da erva-mate envolveram um grande número de trabalhadores, provavelmente superior àquele empregado na pecuária. Isto nos leva a abordar as três atividades de forma conjunta. As duas atividades, em muitos casos, eram consorciadas pelos fazendeiros e complementares no que diz respeito à mão-de-obra. Os trabalhadores envolvidos na extração do mate geralmente consorciavam esta atividade com os serviços da pecuária e da agricultura. E a conjuntura

* Doutor em História pela UFF. Pós-doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do CNPQ.

da pecuária nas regiões do Planalto, das Missões e da Serra levou os fazendeiros a ingressarem na exploração da erva-mate.

A pecuária: estâncias pequenas, médias e diversificadas

Para discutirmos a produção pecuária, partimos da análise das informações referentes aos criadores de Taquari, Rio Pardo, Cruz Alta e Santana do Livramento, produzidas pelas suas câmaras municipais, as quais ficaram conhecidas como a Relação de 1858. Os seus dados se referem aos números de crias anuais obtidas pelos fazendeiros.¹ Os dados obtidos não correspondem ao número exato dos rebanhos, mas oferecem bons subsídios para a discussão da pecuária nas três diferentes regiões do Rio Grande do Sul. Os números apresentados pelas câmaras de vereadores, em 1858, foram publicados no relatório do Presidente Ângelo Muniz da Silva Ferraz em 1859 e apontam a predominância de pequenos e médios rebanhos na Província.²

Para analisarmos os dados da Relação de 1858, dividimos os criadores em 4 grupos. Adotamos essa divisão a partir da variação numérica entre as manadas recenseadas e também em função da renda anual que elas poderiam propiciar aos seus proprietários. Os dois primeiros referem-se aos pequenos produtores cujos rebanhos não ultrapassariam 1.000 cabeças. Os estancieiros poderiam contar com um

¹ Para chegarmos ao número total aproximado dos rebanhos, baseamo-nos no percentual de reprodução apresentado nas propriedades de Taquari, que era em torno de 22,5%. Sobre este percentual, e também aquele de produção dos rebanhos, ver: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. MAESTRI, Mário (Org.) *O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2008. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro. IFCS/UFRJ, 2007

² FERRAZ, Angelo Muniz da Silva. *Relatório com que o Excmo Snr. Conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz entregou à presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao 2º vice-presidente, o Excmo. Snr. Commendador Patricio Correia da Câmara, no dia 22 de abril e este ao Excmo. Snr. Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, em 4 de maio de 1850*. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1859.

percentual entre 8 ou 10% da sua boiada para a venda, sem comprometerem a estrutura produtiva dos seus rebanhos.³ Assim, o criador, com uma manada de até 1.000 animais, disporia de, no máximo, 80 ou 100 cabeças de vacuns para negociar junto às charqueadas ou aos agenciadores de gado. Os rebanhos dessa faixa garantiam um capital modesto aos criadores e não ofereciam perspectivas de acúmulo de fortuna para as suas famílias. Dividimos esse conjunto de criadores em dois grupos: um diz respeito àqueles que possuíam até 500 animais e, no outro, reunimos os proprietários de rebanhos que variam entre 500 e 1.000 vacuns.

No terceiro grupo, reunimos aqueles fazendeiros que consideramos médios criadores, os quais possuíam entre 1.000 e 4.000 mil cabeças de gado bovino. Seus rebanhos poderiam proporcionar entre 80 e 400 reses para o comércio. Os estancieiros enquadrados nessa faixa não precisariam complementar as suas rendas com trabalhos sazonais nas fazendas maiores. E a venda dos rebanhos poderia proporcionar a acumulação de recursos às famílias dos criadores. Já no grupo dos grandes produtores de gado, que constituiriam a figura típica do estancieiro do Rio Grande do Sul, estão os que obtinham um número de crias anualmente superior a 900 animais e cujo rebanho ultrapassaria a marca das 4.000 cabeças. Essa seria a quantidade aproximada que uma sesmaria de três léguas de terras poderia comportar. Um grande estancieiro, que dispusesse de cerca de 400 novilhos para a comercialização, em Santana do Livramento, em 1860, alcançaria uma quantia em torno de 5 contos de réis. Como o lucro líquido obtido pelos grandes criadores era em torno de 50%, um estancieiro, com isso, teria um rendimento superior a 2:500\$000rs. Também essa era uma situação restrita a poucos estancieiros.

³ MAESTRI, 2008, *op., cit.* OSÓRIO, 2007, *op. cit.*

Iniciamos a análise da pecuária a partir do caso de Santana do Livramento, um município da região da Campanha do Rio Grande do Sul. A Câmara de Santana do Livramento listou 126 criadores, informando o número de crias anuais obtidas pelos pecuaristas. Esses dados mostram que o número de proprietários de grandes rebanhos era bem menor do que se poderia supor.

O número de pequenos criadores era expressivo, correspondendo a 67,46% dos produtores recenseados. Boa parte desses (42,6%) obtinha um número inferior a 50 crias anuais, das quais dispunham de, no máximo, 25 reses para vender anualmente sem comprometerem seus rebanhos. Isso os obrigava a consorciar o trabalho em suas pequenas criações com a agricultura e também com o trabalho sazonal nas estâncias da região.⁴ Foi o caso de Leonardo Correia de Mello, proprietário de uma parte de campo, herança de sua mãe.⁵ Esse pequeno criador dispunha de um rebanho aproximado de 100 cabeças de gado, das quais obteve 22 crias em 1858, mas nenhuma matriz cavalar.⁶ A presença de animais eqüinos nas unidades produtivas era fundamental para os proprietários como meio de transporte e para os trabalhos na pecuária. Contudo, essa criação comprometeria a manutenção do rebanho bovino, na medida em que um único cavalo consumia o alimento suficiente a 3 ou 4 bois adultos. Os pequenos criadores, geralmente, possuíam um número restrito desses animais e uma boa parte deles não possuía uma única matriz cavalar, como foi o caso Leonardo Correia de Mello.

Acredita-se que os pequenos criadores e suas famílias consorciavam o trabalho em seus rebanhos e lavouras com o trabalho sazonal nas estâncias maiores da região. O número reduzido de peões

⁴ Esta hipótese foi levantada por: FARINATTI, 2007, *op. cit.*

⁵ Conforme o registro paroquial de terras da Freguesia de Santana do Livramento, n° 189. *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (APERS).

⁶ Conforme a relação de criadores, n° 47. Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento s/n° de 1858. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* (AHRS).

empregados pelos médios e grandes estancieiros mostra a importância da mão-de-obra familiar e do uso do serviço temporário dos pequenos produtores.

Os criadores, com rebanhos de porte médio, que oscilavam, aproximadamente, entre 1.000 e 4.000 animais vacuns, constituíam um grupo considerável em Santana do Livramento, correspondendo a mais de 27% dos criadores listados. Esses estancieiros poderiam dispor, mais ou menos, entre 80 e 400 animais para negociarem, anualmente, junto às charqueadas ou com os agenciadores da região. Essa parcela intermediária poderia obter de recursos para manterem suas estâncias sem a necessidade de recorrerem a empregos sazonais como complementação de renda. Um rebanho bovino de nível médio, nesses padrões, poderia render, em 1860, um valor bruto entre 1:000\$000rs e 5:000\$000rs aproximados. Ocorreu uma significativa valorização do gado bovino no período entre 1860 e 1880, em função de uma relativa estabilidade política na Fronteira e pela demanda crescente do charque sul-rio-grandense no mercado interno brasileiro no período. Isso permitiu aos proprietários de rebanhos médios a estabilidade econômica e, até mesmo, a acumulação. No entanto, esses 35 médios criadores dificilmente conseguiriam atingir o “topo” dos estancieiros apenas pela pecuária.

A esse grupo pertencia o estancieiro Feliciano da Costa Leite, proprietário do campo denominado Camoxim, na localidade do São Diogo, onde o Brigadeiro David Canabarro, comandante da fronteira, tinha suas estâncias. Feliciano participava das redes de relações sociais do caudilho e teve seu registro paroquial de terras realizado gratuitamente.⁷ A família de Feliciano da Costa Leite era natural de Taquari e o seu pai e seus tios migraram para a fronteira na mesma

⁷ Quase todos os registros paroquiais de terras de Santana do Livramento foram cobrados. Mas, quando o General David Canabarro declarava suas terras, ele apresentava também as declarações de seus “camaradas”, todas elas realizadas gratuitamente.

época que David Canabarro, oriundo da mesma Freguesia. Os membros da família Costa Leite, pressionados pela saturação da estrutura fundiária em Taquari, mudaram para a fronteira durante a Guerra de Conquista da Cisplatina.⁸ Provavelmente, nesse período entraram na rede de relações sociais de David Canabarro. A estância de Feliciano Costa Leite tinha uma extensão de duas léguas de campo, obtida por herança de seus pais e pela compra das partilhas dos seus irmãos e cunhados.⁹ Nessa área, Feliciano Costa Leite e seus filhos possuíam em torno de 2.700 animais vacuns, um rebanho superior a 600 cavalos¹⁰ e obtinham mais de 380 crias de ovelhas anualmente.

As criações de Feliciano, seguindo a média de percentual comercializável estabelecida entre 8 e 10%, proporcionar-lhe-iam entre 210 e 270 animais vacuns para a venda nas charqueadas e açougues. Seus rebanhos também propiciariam entre 40 e 60 cavalos para a venda. Os lucros obtidos com essas criações teriam que manter o funcionamento da estância e também o custeio das famílias de seus filhos, o que limitava as chances de acumulação de fortuna pelo proprietário, apesar de sua confortável situação econômica na pampa brasileira do século XIX.

Em Santana do Livramento, foram listados, de acordo com nossa classificação, apenas seis grandes criadores, ou seja, aqueles que

⁸ A migração dos membros da família Costa Leite pode ser observada a partir dos registros paroquiais de terras, dos inventários e dos processos judiciais, quando as testemunhas geralmente declaravam a sua procedência.

⁹ Registro paroquial de terras da Freguesia de Santana do Livramento n° 32. APERS.

¹⁰ Os números da pecuária em Santana do Livramento chamam a atenção à importância da criação de cavalos na fronteira. Enquanto o rebanho bovino do município produziu 33.485 rebentos vacuns, o número de crias anuais dos eqüinos era de 14.800 animais, o que equivale a 44,2% do total de crias vacuns. Mas Santana do Livramento ainda produzia 1.080 muares anualmente. Dessa forma, o número percentual do rebanho de cavalos era superior aos 44%. O estacionamento de contingentes militares na fronteira fortaleceu o mercado para este rebanho, quando cada soldado deveria dispor de três cavalos para a montaria. Em Rio Pardo, para citar o exemplo de um município do vale do Jacuí, o rebanho bovino produzia 17.500 animais anualmente, enquanto o eqüino gerava 1.450 rebentos, um percentual de pouco mais de 8% da produção bovina.

seriam proprietários de um rebanho vacum superior a 4 mil animais. A figura típica do grande estancieiro, rico e independente economicamente, era restrita a um pequeno grupo. Entre eles, estava o General David Canabarro, um dos principais chefes políticos da fronteira. O miliciano nasceu em Taquari, em 1796, filho de imigrantes açorianos estabelecidos numa data de terras de matos (1.089 hectares) na Serra Geral. Assim como as demais famílias da Freguesia, os Martins¹¹ também buscaram na guerra uma forma de ascensão social. Uma oportunidade que as pequenas, lavouras e criações na Serra Geral não ofereciam. Dessa forma, David Canabarro participou ainda jovem, das campanhas na Cisplatina na década de 1810 e na Guerra de Independência do Uruguai, quando recebeu a patente de tenente. Foi nesse período que se estabeleceu em Santana do Livramento para se dedicar à pecuária, na fazenda São Gregório de seu tio, Antonio Ferreira Canabarro, de quem se tornou sócio em 1828.¹² Mais tarde, ele lutou na Revolução Farroupilha, tornando-se um dos principais líderes. A sua participação na guerra civil sul-rio-grandense, e sua oposição pessoal a Bento Manuel Ribeiro e seu bando lhe proporcionou um importante capital político. A ascensão de Canabarro está diretamente ligada à guerra, sem a qual não teria acumulado o seu patrimônio.¹³

David Canabarro e seu irmão e sócio, João Martins, aparecem na Relação de 1858 como proprietários do maior rebanho bovino de Santana do Livramento. Possuíam em torno de 8.600 animais vacuns e

¹¹ Sobrenome que David abandonaria mais tarde para adotar o Canabarro, utilizado por seu tio.

¹² CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de Tenente a General*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

¹³ Os seus dois casamentos não lhe proporcionaram fortuna, assim como o consórcio de outros chefes farroupilhas. Canabarro casou-se duas vezes no âmbito familiar. Seu primeiro matrimônio foi com uma tia mais velha para “amparar sua única filha”, e seu segundo consórcio foi com sua cunhada, pouco antes de morrer, para “não desmembrar o patrimônio da família,” adquirido com seu irmão. Conforme: BENTO, Cláudio Moreira. *O Exército Farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1992. Outros chefes farroupilhas tiveram no casamento uma base de apoio a sua ascensão, como é o caso de Bento Gonçalves da Silva e Antonio Netto.

um rebanho cavalariço e muar que ultrapassava os 2.500 animais, proporcionando-lhe, anualmente, cerca de 370 crias eqüinas e 190 muaras. O rebanho ovino desses criadores também era significativo, produzia cerca de 1.200 crias por ano. Canabarro e seu irmão empregavam 20 pessoas nas suas estâncias.¹⁴ Seus rebanhos estavam dispostos em três propriedades. A primeira delas era a fazenda São Gregório, a mais famosa estância da localidade do São Diogo cuja extensão era de uma sesmaria. A segunda propriedade era uma sesmaria, na mesma localidade, contendo 4 léguas e três quartos de extensão. E mais um área de campo no São João do Umbu, que media 1 légua e três quartos.¹⁵ Os rebanhos de David Canabarro e João Martins estavam concentrados numa extensão total de 9 léguas e meia de campo, o equivalente, aproximadamente, a 41 mil hectares. Se levarmos em conta a presença de um razoável número de ovinos, o rebanho bovino e eqüino desses criadores ocupava, em média, uma área superior a 3 hectares para cada animal. Um dado que revela o baixo rendimento, ou aproveitamento, dos campos da Campanha.

Os relatos dos viajantes de época também confirmam o baixo adensamento de rebanhos nos campos do Rio Grande do Sul. O comerciante inglês John Luccok, em sua viagem ao Sul, em 1808, afirmou que, na capitania meridional, a relação de hectares de campo por animal oscilava entre 2,6 a 3,3 hectares para cada cabeça de gado vacum.¹⁶ Tal fato revela uma relação de hectares por animal menor do que aquela empregada na Argentina, onde Nicolau Dreys afirmou ser de 2,2 a 2,9 hectares por cabeça de gado vacum.¹⁷

¹⁴ Conforme a relação de criadores, nº 110. Correspondência da Câmara Municipal de Santana do Livramento s/nº de 1858. AHRs.

¹⁵ Conforme os registros paroquiais de terras da Freguesia de Santana do Livramento números 30; 31 e 223. APERS.

¹⁶ LUCCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

¹⁷ DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, EdIPUCRS, 1990, *apud*: MAESTRI, 2008, *op. cit.*

A relação de criadores de Santana do Livramento também aponta o fracionamento dos rebanhos. Isso era uma tendência entre os grandes criadores do Município. David Canabarro possuía o seu gado em sociedade com João Martins, seu irmão. Salvador Moreira aparece associado a outros criadores. Alexandre Joaquim Ribeiro foi listado como sócio de seus filhos. Vicente José Fialho era associado a Joaquim Pedro Vieira que, em 1876, acionou judicialmente o criador para a divisão da mesma fazenda.¹⁸

No final da década de 1850, as fronteiras meridionais do Império estavam consolidadas. Isso limitava as chances dos milicianos sul-rio-grandenses incorporarem novos rebanhos, como ocorreu no final da década de 1840, nas Califórnia. Em Santana do Livramento, entre 1860 e 1880, o valor da terra aumentou em 505%. No mesmo período, o preço médio pago pelos novilhos não chegou a aumentar em 100%.¹⁹

A propriedade da terra era um dos principais elementos para a expansão econômica dos criadores. Sem ela, os estancieiros comprometeriam uma boa parte de seus lucros com o pagamento de arrendamentos. O aumento do preço médio do hectare e também o crescimento da procura por campos de arrendamento pelos criadores encareceram o aluguel da terra nesse período. Com isso, as chances de ascensão dos estancieiros pela pecuária estavam cada vez mais limitadas, e a expansão econômica das famílias estancieiras exigia a diversificação das atividades.

Os municípios de Taquari e Rio Pardo foram escolhidos para analisarmos a produção pecuária na região do Baixo Jacuí, cujos territórios compreendiam áreas florestais e campos, distribuídos entre a

¹⁸ Processo de libello nº 233, maço 02, 1876. Cartório Cível e Crime de Santana do Livramento. APERS.

¹⁹ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

região serrana e a Depressão Central. Eram áreas de ocupação antiga. Grande parte de suas terras haviam sido doadas ainda em meados do século XVIII. Rio Pardo possuía um espaço de campo mais abrangente do que o de Taquari, especialmente na margem direita do rio Jacuí e seu rebanho bovino era, pelo menos, três vezes maior do que o do último município. Taquari tinha um rebanho estimado em 27 mil cabeças, mas o censo realizado pela Câmara não revelou dados quanto ao gado cavalari e suíno. O rebanho bovino estava dividido em 68 estâncias que abrangeriam, aproximadamente, 44 léguas e meia de campo. Nesse sentido, cada légua de campo (4.356 hectares) comportava pouco mais de 600 animais vacuns, numa proporção de um animal para cada 7 hectares. Acreditamos que a relação do número de hectares por cabeça vacum era menor, em função das áreas florestais presentes no interior dessas unidades produtivas e também devido à agricultura e criação de cavalos em tais propriedades.

A Relação de 1858 mostra que as estâncias de Taquari eram, predominantemente, de tamanho pequeno e médio, confirmando as informações dos registros paroquiais de terras. Os rebanhos dos fazendeiros locais também eram pequenos, em média, aproximavam-se de 400 animais por cada proprietário.²⁰ Isso indica que, nos municípios das regiões serranas, apesar de abrangerem uma faixa razoável de campos na década de 1850, os estancieiros eram relativamente desprovidos de fortuna. A própria participação da pecuária local no quadro provincial mostra os limites de suas atividades. Enquanto Taquari possuía um total de 27 mil animais vacuns em 1858, o rebanho do Rio Grande do Sul, em 1850, contava com mais de cinco milhões de cabeças.²¹ A esses fazendeiros restava a busca de alternativas na agricultura e no mercado de terras (colônias particulares de imigração) ou então na carreira militar.

²⁰ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari, nº 20 de 1858. AHRS

²¹ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Editora da Unijuí, 2002.

A Câmara de Rio Pardo listou os 40 maiores pecuaristas do Município em 1858. Rio Pardo estava localizado na mesma região de Taquari, mas contava com uma extensão de campo maior. A ausência de informações a respeito dos pequenos criadores, cujos rebanhos eram inferiores a 400 animais, impede-nos de traçar um perfil mais completo dos criadores do município. O que mais chama a atenção em seus números é que, apesar da Relação apresentar apenas os criadores que possuíam rebanhos superiores a 440 reses (100 crias anuais), ainda assim, 22,5% dos rebanhos listados eram inferiores a 500 cabeças (entre 440 e 500 animais), o que mostra o predomínio dos pequenos criadores. Esses dados confirmam as descrições do médico alemão Robert Ave-Lallemant que passou por Rio Pardo em 1858 e registrou que, ao redor da povoação e dos principais caminhos, existia um grande número de pequenas propriedades.²² Mais de 37% dos criadores listados possuíam entre 500 e 1.000 animais, dessa forma, 60% dos pecuaristas listados possuíam rebanhos inferiores a mil cabeças. Os criadores dispunham para a venda anual de um percentual que variava entre 8 e 10% do seu rebanho, sem risco de redução no seu plantel.²³ Assim, um fazendeiro que possuísse entre 500 e 1.000 animais vacuns teria entre 40 e 100 cabeças de gado apenas para negociar anualmente. Esse número de reses, diante das despesas familiares e de manutenção das propriedades ao longo do ano, não permitia ao seu possuidor a acumulação de riquezas.

Nesse grupo estava o então major Antonio Vicente Pereira Leitão, que se formara na Faculdade de Direito de São Paulo em 1834 e teve uma participação ativa na Revolução Farroupilha, quando ocupou os cargos de Ministro da Fazenda, da Justiça e da Guerra.²⁴ Pereira

²² AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul* (1858). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

²³ MAESTRI, 2008, *op. cit.* OSÓRIO, 2007, *op. cit.*

²⁴ PORTO-ALEGRE, Achylles. *Homens Ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

Leitão foi um dos expoentes políticos de Rio Pardo e possuía um rebanho de pouco mais de 850 animais vacuns e cerca de 50 eqüinos. Em sua propriedade, empregava apenas 4 escravos. Era um advogado que não dependia unicamente da pecuária, mas que fugia à regra geral. Na outra “extremidade” desse mesmo grupo de pequenos criadores, está Severino Gomes de Moraes. Seu rebanho era pouco superior a 500 cabeças de gado vacum e pela documentação não possuía rebanho eqüino, sendo proprietário de apenas um escravo. Com esse rebanho, Severino Gomes de Moraes poderia comercializar, anualmente, entre 40 e 50 animais. O rendimento bruto desse rebanho, cujo montante teria que cobrir todas as despesas familiares e aquelas proporcionadas pela estância ao longo de um ano, praticamente forçava a família de Severino a vender a sua mão-de-obra nas fazendas de Rio Pardo ou então buscar alternativas na agricultura.

A Relação de Criadores de Rio Pardo mostra o uso de escravos na produção pecuária.²⁵ A historiografia do Rio Grande do Sul priorizou o estudo do trabalho escravo na charqueada, onde a concentração foi mais intensa. Em Rio Pardo, os escravos estavam presentes em todas as 40 estâncias arroladas. Foram registrados 171 escravos nessas unidades produtivas, os quais trabalhavam ao lado de 34 peões livres e de 32 capatazes. Eram, em média, 4,3 cativos por estância. Os maiores plantéis se concentravam nas propriedades de Mathias José Velho e de José Francisco da Silva, donos de 18 escravos cada um. Este número nos leva a questionar o predomínio absoluto da pecuária nas estâncias.²⁶ Isso porque José Francisco da Silva possuía

²⁵ A disseminação do trabalho escravo pelas estâncias, já foi discutido por MAESTRI, 2008, *op. cit.* FARINATTI, 2007, *op. cit.*

²⁶ Alguns trabalhos da historiografia sul-rio-grandense chamam atenção a este fato. REICHEL, Heloisa Jochins e GÜTFREIND, Yeda. *As raízes históricas do Mercosul*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 1996. OSÓRIO, Helen. *Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam. O Rio Grande de São Pedro (1760-1825)*, in: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, César; NEUMANN, Eduardo. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

um rebanho pouco expressivo para comportar 18 cativos em sua produção. Além do mais, a pecuária exigia uma mão-de-obra sazonal para o trabalho nos rebanhos, além daquela dedicada ao manejo nas pastagens. Enquanto Mathias José Velho possuía um rebanho de, pelo menos, 16 mil animais vacuns e 1700 cavalos, José Francisco era proprietário de, no máximo, 1.300 bovinos, sem o registro de animais cavалares. Os demais criadores, proprietários de rebanhos similares, eram senhores de, no máximo, 6 cativos. Dessa forma, os 18 escravos de José Francisco da Silva, provavelmente, não eram utilizados apenas na pecuária, mas tinham outra ocupação que, geralmente, era a atividade agrícola nas margens férteis do Rio Jacuí. Na Relação de Criadores de Santana do Livramento, na Fronteira, não consta o número de escravos presentes nas estâncias, mas certamente, aqueles existentes foram computados como peões.

A Câmara de Cruz Alta não forneceu informações sobre a abrangência dos rebanhos do Planalto. Apenas temos referências dos números totais do primeiro Distrito, apresentados pela subdelegacia de Polícia em 1856. O município, nesse momento, era o mais extenso do Rio Grande do Sul, e o primeiro dos seus sete distritos possuía 38.022 cabeças de gado vacum, enquanto o rebanho eqüino era de 9.301 animais.²⁷ Este último é um dado importante, na medida em que Cruz Alta foi um município tradicional na produção de mulas, e o conjunto de animais cavалares, que englobava os muares, não ultrapassou os 24,5% do número total de bovinos. Percebe-se isso nos processos de legitimações de terras, quando o rebanho eqüino e muar estava em franca diminuição ao longo das décadas de 1860 e 1870. A valorização do gado bovino nesse período diminuiu, consideravelmente, a produção de mulas destinada ao Sudeste. Em Cruz Alta, também chamam atenção os 5.150 ovinos e os 6.854 suínos, existentes apenas no seu primeiro Distrito, os quais eram, provavelmente, destinados ao

²⁷ Correspondência da Subdelegacia de Polícia de Cruz Alta, s/nº de 1856. AHRS.

mercado local e ao consumo familiar de carne, banha e lã. Em Livramento, o rebanho ovino produzia 10 mil animais anualmente, um número que não deve ser desprezado, e que mostra a participação da lã no mercado provincial.

Ao longo da segunda metade do século XIX houve uma significativa mudança no quadro da pecuária no que diz respeito ao rebanho suíno. Ao contrário das províncias do Sudeste onde tal criação era significativa desde o período colonial, especialmente em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul o plantel suíno era pouco significativo em meados do XIX. O avanço da colonização imigrante permitiu a rápida expansão deste rebanho. Em Taquari, em 1856, a Câmara informou a existência de 118 suínos. Já em 1878, quando este município tinha recebido um grande número de imigrantes, espalhados por diversas colônias particulares, o mesmo rebanho subiu para 18.300 cabeças.²⁸

A erva-mate: quando os fazendeiros apropriam as matas

A erva-mate é produzida a partir das folhas da *Ilex Paraguariensis*, árvore abundante nas regiões de clima subtropical da América do sul, presente na região sul do Brasil, no Mato Grosso, no Norte da Argentina e no Paraguai. A produção da erva-mate foi a segunda atividade de exportação mais importante do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1840 e 1870, quando a agricultura, expandida nas áreas coloniais, ultrapassa os números da erva-mate no comércio da província com as demais regiões do Brasil e com o exterior.

A colheita do mate era realizada em meio às matas nativas, pois, no século XIX, ainda não havia plantios comerciais. Era uma atividade extrativa e não de corte, o que proporcionava uma colheita a cada 4 ou 5 anos, período que as árvores da *Ilex Paraguariensis* levavam para

²⁸ Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 1856, nº 20 e Correspondência da Câmara Municipal de Taquari de 1878, nº 506. AHRS.

regenerar os seus ramos. A colheita em período menor comprometeria a vida útil das árvores. A extração do mate era realizada, principalmente, nas serras do município de Cruz Alta, mas também se expandia pelas escarpas de montanha de Cachoeira, Triunfo, Rio Pardo e Taquari. No caso destes dois últimos municípios, o francês Aimé Bonpland afirmou em seu relatório de viagem que a erva-mate era uma das três árvores mais abundantes em suas matas.²⁹ A extração dessa riqueza empregou a mão-de-obra de milhares de homens livres pobres.

Os indígenas das nações quáchua e guarani estavam habituados ao consumo de bebidas produzidas a partir da erva-mate. O chimarrão, preparado com erva-mate e água quente, era a principal delas. As tribos guaranis se espalhavam pelas bacias dos rios Paraná, Paraguai, Uruguai e Jacuí, um vasto território, com uma flora rica em ervais. Os guaranis realizavam trocas com a erva-mate junto a outras tribos em cujos territórios não existiam ervais. Um comércio que, muitas vezes, atravessava os Andes para chegar à Bolívia, ao Peru e ao Chile.³⁰ Essas trocas com o mate, realizadas com outras regiões sul-americanas, permitiram a sua exploração comercial nas Missões.

Os jesuítas incentivaram o uso do mate nas reduções como forma de combater o uso das bebidas alcoólicas produzidas pelos indígenas. Um costume que se tornou um hábito diário entre os índios missioneiros. Os jesuítas também incentivaram a formação de ervais nas proximidades das Missões, mas os seus habitantes também colhiam o produto nas matas distantes dos povoados missioneiros.³¹ Ainda no final do século XVII, a produção da erva-mate assumiu um papel de destaque na economia missioneira. Os núcleos estabelecidos no Rio Grande do Sul, os Sete Povos das Missões, pagavam anualmente à

²⁹ Conforme Aimé Bonpland. *Apud*: LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

³⁰ LINHARES, 1969, *op.*, *cit.*

³¹ MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul: a ocupação do território*. Passo Fundo: UPF Editora, 2006.

Coroa espanhola cerca de 300 a 400 arrobas de erva-mate em impostos. Contudo, a produção dos núcleos missioneiros era bem superior. Ainda na década de 1680, o comércio das missões jesuíticas com Buenos Aires teria ultrapassado as 40 mil arrobas anuais. O produto era geralmente trocado por gêneros que não eram produzidos nas Missões.³² Esse fato mostra a rápida difusão da erva-mate no comércio platino, ainda no século XVII.

De acordo com Temístocles Linhares, o consumo da erva-mate se difundiu rapidamente entre os colonizadores espanhóis e portugueses. Entre estes últimos, os tropeiros disseminaram o uso do mate até a Província de São Paulo. A erva-mate também foi um estímulo econômico à ocupação do Planalto do Rio Grande do Sul.

Após o Tratado de Madri de 1750, quando o território dos Sete Povos das Missões foi entregue aos portugueses, muitos negociantes de couro de gado, tropeiros,³³ seus peões e escravos se deslocaram ao Planalto do Rio Grande do Sul, em busca dos rebanhos da Vacaria dos Pinhais. A erva-mate era uma base econômica importante das Missões e com a destruição dos Sete Povos na Guerra Guaranítica (1753-1756), o produto passou a ser explorado, comercialmente, na região pelos súditos da Coroa Portuguesa.³⁴

A maioria dos tropeiros que vieram ao Planalto sul-riograndense não era militar de patente para receber uma concessão de terras e nem mesmo possuía capital para adquirir rebanhos a fim de ocupar a terra ou então para comerciá-los no Sudeste. A solução para esses “remediados” foi a exploração da erva-mate. Eles reuniam alguns poucos recursos, escravos e agregados e montavam carijos para o beneficiamento do mate. Os carijos eram as “fábricas de erva”,

³² SANTOS, Júlio R. Quevedo. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. Bauru: Edusc, 2000.

³³ No Rio Grande do Sul as carnes passaram a ser aproveitadas em escala comercial a partir da implantação das charqueadas na década de 1780.

³⁴ AVILA, Ney Eduardo d'. *Passo Fundo: terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.

constituídos de um rancho, no qual eram suspensas algumas madeiras para a secagem dos ramos de erva-mate. Para isso, fazia-se fogo, debaixo do carijo, para secar os galhos de erva-mate, previamente tostados ou então serviam para abrigá-los por um certo período, até o seu transporte para outro local onde seriam beneficiados. Os carijos poderiam ser não só ranchos cobertos de capim, como de fato eram em sua grande maioria, mas também construções mais consistentes. Também existiam os monjolos, destinados à moagem da erva, transformando-a no chá moído que é utilizado no chimarrão, mas estes existiam em menor quantidade.

No caso dos “tropeiros-ervateiros”, eles negociavam a erva em troca de mulas e rebanhos bovinos com aos negociantes estabelecidos junto ao rio Uruguai. Esses animais eram internados no Planalto ou nas Missões, até que fosse formado um rebanho com número suficiente para ser tropeado até as feiras de São Paulo, um ciclo que poderia durar até cinco anos.³⁵ A erva-mate permitiu a um número razoável de pessoas a obtenção de capital para entrada no promissor negócio das tropas. Os súditos da Coroa Portuguesa que se envolveram no comércio de tropas e da erva-mate ficaram conhecidos como birivas.

Os dados referentes às exportações de erva-mate pelo Rio Grande do Sul, ao longo do período imperial, mostram a importância do produto na economia local e o seu crescimento até a década de 1860. A maior expansão dos ervateiros e negociantes do mate do Planalto ocorreu nas décadas de 1840, 1850 e 1860. Na década de 1880, a produção de erva-mate teve uma diminuição acentuada, foi reduzida a metade ou até a menos do volume das duas décadas anteriores.³⁶ Isso se deve a dois motivos principais. Por um lado, a expansão da colonização sobre as áreas serranas levou à destruição de ervais para a abertura de lavouras, como foi o caso dos vales dos rios Pardo e

³⁵ *Ibidem.*

³⁶ Conforme ZARTH, 2002, *op., cit.*

Taquari, por outro lado, a exploração acentuada dos ervais pelos trabalhadores e negociantes do mate.

As sucessivas colheitas, exigidas pelo próprio fechamento da fronteira agrária, obrigaram os ervateiros a extrair o produto em intervalos menores, o que provocou a lenta destruição das árvores. Os próprios fazendeiros acentuaram a exploração predatória do mate. O preço da erva-mate oscilou entre 1\$500rs e 3\$000rs a arroba ao longo do período estudado.³⁷ Em determinados períodos, com apenas três arrobas de erva-mate, o fazendeiro poderia alcançar o mesmo valor que obteria com a venda de um novilho para a charqueada. Dessa forma, em um erval denso, em poucos hectares, o proprietário ou arrematador poderia obter uma produção que rendesse o mesmo valor de uma boiada enviada para a charqueada por um médio fazendeiro.

Entre 1870 e 1873, os impostos sobre a erva-mate foram responsáveis por cerca da metade da arrecadação da Câmara de Cruz Alta. A arrecadação de impostos com a erva-mate também foi importante nos municípios de Taquari, Triunfo, Rio Pardo e Cachoeira, os quais abrangiam áreas serranas no período. A Câmara de Cruz Alta cobrava uma taxa de \$800 réis por cada carreta carregada com erva-mate, além de vender a própria licença de exploração dos ervais públicos.³⁸ A expansão das atividades ervateiras interessava diretamente à Câmara pelo retorno em impostos obtidos com a exploração da erva-mate, bem como aos negociantes locais, os quais acumulavam fortuna com a sua comercialização. A “descoberta” e exploração de novos ervais eram fundamentais para a municipalidade e para os indivíduos envolvidos na atividade. A Câmara de Cruz Alta solicitou à presidência da província expedições de “reconhecimento e localização dos ervais” no interior das matas do Município.

³⁷ *Ibidem.*

³⁸ Conforme a ata da Câmara de Cruz Alta de 14 de fevereiro de 1851. *Arquivo Histórico de Cruz Alta* (AHCA).

Em 1857, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Patrício Correia da Câmara, atendendo a um pedido da Câmara de Cruz Alta, solicitou ao Ministro do Império, o Marquês de Olinda, uma comissão de reconhecimento para a “descoberta” de um rico erval no vale do Ijuí. Manuel Luís Osório, um dos mais renomados militares sul-rio-grandenses na época, foi encarregado de chefiar a expedição. Os tais ervais teriam sido “descobertos” por dois moradores da região das Missões que foram afugentados pelos indígenas que habitavam aquelas matas. A força comandada por Osório contou com um capitão, um tenente, um agrimensor, 27 soldados da Guarda Nacional e ainda com a participação do cacique Prudente e 7 “índios mansos”. A expedição levou meses em seu deslocamento até encontrar o dito erval.³⁹ O longo período dessa incursão e o número de participantes mostram a importância que esses novos ervais tinham para a economia da Província. Em virtude do seu êxito, Manuel Luís Osório recebeu o título de Barão do Eral. A “descoberta” do erval constituiu um fato mais importante para a carreira do General Osório do que a sua participação nas campanhas contra os governos de Oribe e Rosas no início da década de 1850.

Os lucros propiciados pela erva-mate permitiram num primeiro momento que alguns homens de poucas posses ingressassem na pecuária e no comércio de tropas. Todavia, os ricos ervais encontrados no interior das matas do Planalto, somados à valorização do mate no mercado platino, incentivaram os fazendeiros, especialmente a partir da década de 1840, a explorarem essa atividade. A erva-mate redirecionou a produção local e a própria ocupação do Planalto e das Missões. Os registros paroquiais de terras de Cruz Alta mostram que os fazendeiros estavam apropriando largas extensões de terras florestais no município, exatamente nas áreas de ervais. Os criadores, geralmente, declaravam as suas áreas de campo, e depois registravam mais uma “posse de matos

³⁹ OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger & Filhos, 1894.

obtida por legítima ocupação”. Dependendo do local, com alguns hectares de erva-mate era possível obter o mesmo capital propiciado por um extenso campo.

Um grande número de ervateiros trabalhava na extração dessa importante fonte de riquezas no Distrito da Palmeira. Eles formaram um grupo social extenso na Província do Rio Grande do Sul, conforme podemos observar na documentação do período.⁴⁰ Na região das Missões, Temístocles Linhares afirma que havia cerca de 6 mil trabalhadores envolvidos na colheita do mate no ano de 1856.⁴¹

Os ervateiros constituíram o universo de homens pobres dedicados à extração da erva-mate sem posse formal de suas terras, na maioria dos casos. A sua origem social era heterogênea, composta por agricultores e agregados que migravam em busca de alternativas à pressão fundiária das áreas próximas às vilas, e das lavouras de meação das fazendas, por escravos fugitivos e por um grande número de foragidos da justiça. Os ervais se consagraram como um local de refúgio. Durante a Farrroupilha, por exemplo, muitos combatentes farrapos retiraram-se para os ervais de Taquari após o Combate de Santo Amaro em 1837. Além disso, os ervateiros também foram marcados pela diversidade étnica. Popularmente conhecidos como caboclos, este grupo foi marcado pelo encontro entre o negro, o branco e o indígena. Uma boa parte dos homens, que migraram para os ervais, constituiu famílias com as “bugras mansas”.

Muitos fazendeiros empregaram os ervateiros nas suas terras, pagando-lhes dois terços do total de erva-mate colhida.⁴² A grande maioria dos ervais, no entanto, estava em terras públicas. Temístocles

⁴⁰ Processos de legitimação de terras, correspondência das câmaras de vereadores, processos crimes, relatórios de presidentes de província e memórias de época.

⁴¹ LINHARES, 1969, *op. cit.*, p. 105.

⁴² CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro Do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2004.

Linhares afirma que cada peão recebia, em média, 4\$000rs por cada jornada diária de trabalho nos ervais sul-rio-grandenses,⁴³ um valor que consideramos alto para o período, pois foi a remuneração que os trabalhadores campeiros receberam em 1910.⁴⁴ Na década de 1850, os fiscais dos ervais de Santo Ângelo, de Soledade e da Palmeira recebiam a gratificação anual de 240\$000rs anuais. Já os guardas municipais, encarregados de auxiliar os fiscais, recebiam apenas 100\$000rs anuais.⁴⁵ Os trabalhadores dos ervais, geralmente, se dedicavam à atividade nos meses do outono e do inverno. No verão e na primavera, trabalhavam em suas lavouras de “subsistência”. Esses roçados também abasteciam o mercado local.

Essas áreas não poderiam ser incorporadas aos domínios dos fazendeiros, conforme previa a Lei de Terras de 1850, uma vez que somente as atividades agrícolas e pecuárias confeririam legitimidade de posse, o mesmo direito não era estendido às áreas de extrativismo. Ainda assim, a destruição dos ervais de Cruz Alta era atribuída à “posse coletiva”.

Em 1856, na região das Missões, principalmente no Distrito da Palmeira, havia mais de seis mil homens trabalhando nos ervais.⁴⁶ Nesse período, as “invasões” às matas públicas, ricas em mate, fugiam ao controle da Câmara de Cruz Alta. No plano jurídico, a Lei de Terras de 1850 transformou o pequeno posseiro em invasor a partir daquela data. As câmaras municipais se basearam nessa lei para formularem artigos adicionais aos seus códigos de postura, a fim de regrarem o uso dos ervais públicos e instituírem penas aos infratores. A Câmara de Cruz Alta foi pioneira em anexar artigos que tratassem da questão dos ervais.⁴⁷

⁴³ LINHARES, 1969, *op. cit.*

⁴⁴ MAESTRI, 2008, *op. cit.*

⁴⁵ Atas da Câmara de Cruz Alta da década de 1850. AHCA.

⁴⁶ Conforme LINHARES, 1969, *op. cit.*

⁴⁷ Mas as alterações no código de posturas municipais de Cruz Alta não foram encontradas em nossa pesquisa. O presidente provincial Homem de Mello citou o

A erva-mate do Planalto e das Missões era vendida, principalmente, em duas praças comerciais. A primeira era nas casas de negócios nas margens do rio Uruguai, e as mais importantes delas estavam situadas em Itaqui. Desses entrepostos, a erva-mate era exportada para o Prata. A segunda praça comercial era Rio Pardo, para onde era enviada a produção do Distrito do Botucaraí. A cidade de Rio Pardo estava estabelecida no trecho navegável do Jacuí e para a qual, havia duas estradas na Serra Geral: a de Santa Cruz e a do Botucaraí. A erva-mate era transportada por embarcações de Rio Pardo até Porto Alegre e Rio Grande, de onde era distribuída ao interior da Província e também exportada. Ave-Lallemant visitou o Rio Grande do Sul em 1858 e registrou que, em Rio Pardo, havia um engenho capaz de beneficiar até 100 arrobas de erva-mate por dia. O médico alemão também destacou o caso de uma “pequena firma francesa” em Itaqui que exportava, anualmente, 4 mil arrobas do produto.⁴⁸ Os processos de legitimação de terras e os registros de transmissão de tabelionato de Cruz Alta mostram a disseminação dos engenhos de moer erva-mate nas regiões do Planalto e da Serra. Esses dados confirmam a existência de um importante complexo ervateiro no Rio Grande do Sul, em meados do XIX.⁴⁹

A erva-mate, em função de seus rendimentos, propiciados pelo baixo custo de sua produção e pelo seu alto valor no mercado platino, foi a principal alternativa de renda encontrada pelos fazendeiros do Planalto, que tinham seus lucros diminuídos com a pecuária, e pelos negociantes. Eles passaram a se apropriar rapidamente das áreas de ervais, com o objetivo de assegurar a sua posse sobre as mais importantes fontes do produto na Província, especialmente no Distrito

mesmo código de postura em 1867, alegando que as demais câmaras deveriam seguir o seu exemplo. Entretanto, na correspondência da Câmara e nas atas das reuniões dos vereadores, não constam esses artigos ou mesmo o novo código.

⁴⁸ *Apud*: LINHARES, 1969, *op.*, *cit.*

⁴⁹ CHRISTILLINO, 2007, *op.*, *cit.*

da Palmeira. Muitos fazendeiros se valeram dos seus cargos de juizes de paz, subdelegados e fiscais de ervais para assegurarem a apropriação de áreas de matas ricas em mate. A acumulação propiciada pela erva-mate teve um forte impacto no mercado de terras, através da aceleração do ritmo das apropriações das áreas de ervais.

TÁTICAS PRÓ-LIBERDADE: O cotidiano da abolição revisitado em Pelotas

Beatriz Ana Loner*

No senso comum, o cotidiano é considerado como o local das atividades rotineiras, corriqueiras e continuamente repetidas, muitas das quais introjetadas de forma tal que se tornam automatizadas, praticadas quase inconscientemente pelos indivíduos. Esta visão, em parte, inibe uma maior reflexão sobre sua abrangência e influência em nossas vidas.

Segundo Agnes Heller, o cotidiano é a tessitura normal que nos envolve, sempre presente no evoluir histórico. Apenas em alguns momentos raros alguns indivíduos conseguiriam sair dessa esfera para realizar ações realmente importantes, transcendentais em seu significado ou até heróicas, nestes casos frequentemente encarnando o homem genérico e não a singularidade individual. Porém, após estes momentos fundamentais, que marcam ou alteram para sempre a realidade histórica em que se vive, é ao cotidiano que se volta, pois ele é a real tessitura da história e o local por excelência em que se passa a vida de gerações e gerações de pessoas e comunidades. Enfim, nessa perspectiva, segundo Heller, “a vida cotidiana não está ‘fora’ da

* Doutora em Sociologia pela UFRGS. Professora associada do Departamento de História e professora dos PPGs de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. Este artigo é versão modificada de comunicação apresentada ao X Encontro da ANPUH – RS, 2010.

história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico”, formando “a verdadeira ‘essência’ da substância social”.¹

Para esta autora, são raras as atividades extraordinárias em que alguns homens, ou um grupo deles, nisso representando a humanidade inteira, conseguem elevar-se, sair do plano do cotidiano e, neste patamar superior, inscreverem sua ação, provocando, dessa forma, o surgimento ou desenvolvimento de valores, normas, atitudes, práticas políticas ou ideológicas para o conjunto da humanidade. Estes momentos excepcionais, por seu turno, não ocorrem apenas a partir da simples vontade ou desejo humano, sendo antes resultado de uma complexa inter-relação de elementos e fatores, que permite a alguns desempenhar, de acordo com suas escolhas e, principalmente, oportunidades, um papel fundamental e transformador da própria realidade, em consequência formando um novo patamar, a partir do qual se instaura um novo viver cotidiano.

Se o cotidiano é a base da nossa existência, por estamos submersos nele, tendemos a esquecer seu papel na mudança, na transformação e na geração de novas condições de vida e de trabalho para o homem, ou seja, acostumados historiograficamente a buscar o diferente, o excepcional, as rupturas dramáticas e os momentos revolucionários, parece difícil entender esta dimensão da vida humana como capaz de provocar modificações e, no limite, levar a transformações que alcancem a todos e não digam respeito apenas a indivíduos.

Mais especificamente, quando se lida com o homem comum, aquele sem traços distintivos acima da média, sem cargos honoríficos ou de poder que o transformem num ser especial, enfim, aquele cuja sorte e modo de vida está nos grandes números e no agrupamento social amplo, seja esta uma classe ou um estrato diferenciado, sujeito a deveres e direitos delimitados juridicamente a partir do *status quo*

¹ HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 20.

vigente em dada sociedade, devemos trabalhar com este sujeito dentro da trama de sua vida, ou seja, dentro da cotidianidade que pode reger do princípio ao fim de sua existência. Neste sentido, podemos pensar que o cotidiano, ao nos envolver ao longo de nossa vida, também é, em grande parte e apesar da miudeza ou banalidade das ações ali ocorridas, um dos grandes responsáveis pelos rumos de nossa existência e pela forma como ela se desenvolve ao longo do tempo.

Em termos historiográficos, Petersen destaca a potencialidade atual para trabalhar com esta esfera:

...a perspectiva do cotidiano certamente é fundamental para pensar um momento histórico como o nosso, onde os interesses de classe ligados estruturalmente às relações de propriedade e produção já não bastam para assegurar o funcionamento da sociedade em seu conjunto tal como funciona, cuja “lógica” já não é mais redutível ou representável só em termos dos velhos atores classistas. Novos atores sociais, constituídos fora dos mecanismos institucionais-estruturais, formas autônomas de organizar, resistência e rebelião e novas formas de viver o cotidiano têm forte conteúdo político e não podem ser desconhecidas pelos pesquisadores. Neste terreno, o cotidiano é matéria prima insubstituível.²

Pretende-se, neste artigo, considerar um momento de transformação da estrutura social do país, a abolição da escravatura, momento que envolveu rupturas e atitudes drásticas de enfrentamento e posicionamento contra a lei, por um lado, mas também envolveu episódios menos heróicos, mas não menos eficazes de luta contínua, dentro da lei e moderada, em seus próprios termos contra esta instituição. Mas, nesse momento histórico e singular para o Brasil, e que fez diferença para a sociedade como um todo, transformando-a e colocando as relações sociais em novo patamar, pretende-se, justamente, analisar como algumas práticas cotidianas, outras até

² PETERSEN, Sílvia. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. (org.) *Territórios do cotidiano*. Porto Alegre: UFRGS; Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1995, pp. 57-63, p. 59.

banais, contribuíram, a seu modo, para esta transformação social. À luz desses objetivos, as próprias ações cotidianas revestem-se de novos significados e aparecem-nos transmutadas, inseridas em um contexto cujo objetivo último é a luta contra a instituição escravista, de forma individual e coletiva, ao mesmo tempo.

Nesta análise, o cotidiano é o campo em que se travaram e se resolveram várias lutas, importantes para a existência de agentes singulares, embora de uma forma aparentemente banal e corriqueira, apenas partindo do estabelecimento – mais ou menos consciente mais ou menos intuitivo - de formas de comportamento, de aproximações com grupos e pessoas, de decisões individuais que terminaram por fazer, ao longo do tempo, diferenciações, desta forma tendo valor insuspeito para a vida dos agentes considerados. Obviamente, ao trabalhar desta forma, o termo resistência, no sentido empregado por Maria Helena Machado³ vem frequentemente à cabeça. Entretanto, para não banalizar o conteúdo e o sentido desta palavra, prefere-se não utilizá-lo. Isso não significa, de modo algum, considerar que as atitudes e práticas dos personagens aqui analisados, não se constituíram como estratégias de luta contra a escravidão (como o próprio título da comunicação indica), mas apenas preservar o termo resistência para atividades de inconformidade mais acentuada com o sistema.

Pretende-se discutir estas questões, analisando algumas estratégias de libertação de escravos urbanos, trabalhadores especializados ou operários e diaristas, que buscavam sua liberdade através de formas legais, na cidade de Pelotas na década de 1880. Até o momento, todas as táticas que faziam parte das práticas destes trabalhadores urbanos inserem-se dentro da legalidade permitida, exceto no caso da formação das próprias associações e a constituição de suas diretorias, que serão explicitadas posteriormente e que se enquadram dentro da semi-legalidade permitida pelo processo de

³ MACHADO, M. H. *Crime e escravidão*. São Paulo: EDUSP, 1987.

rápida dissolução da instituição escravista. Por outro lado, este grupo também pode ter se utilizado de táticas ilegais de luta, as quais simplesmente não se consegue avaliar ou reconhecer, pelas próprias fontes utilizadas nesta pesquisa (jornais e cartas de alforria), que só permitem entrever sua face de atuação legal e, mesmo assim, de forma grandemente incompleta.

Casamentos e irmandades: o valor dos bons relacionamentos

Conhecer as pessoas certas, em sociedades como a brasileira, sempre fez a grande diferença nas possibilidades de acesso das pessoas a vários benefícios ou brechas legais. Os trabalhadores escravizados na sociedade brasileira, especialmente nos últimos tempos da escravidão, deram-se conta disso e procuraram potencializar suas chances de libertação, recorrendo a todas as formas possíveis para entrar em contato com pessoas que pudessem auxiliá-las. Alguns conseguiram sua liberdade valendo-se dos bons ofícios de pessoas do próprio grupo negro, em maior posição de relevância conjunturalmente, pois livres e participantes da luta abolicionista. Houve aqueles que se valeram da intervenção da Igreja Católica, mantendo sempre uma trajetória mais próxima da Igreja e de suas instituições, como membros das irmandades negras. Apenas alguns, entre esse grupo, valeram-se das redes de relações clientelistas vigentes, buscando apoio entre os próprios brancos.

Embora seja equivocado colocar todas as participações em irmandades ou associações, ou outras atitudes dos escravizados como tendo sido orientadas, quase que teleologicamente, por este sentido de busca da liberdade, também é errado não pensar que ele esteve presente acentuadamente naqueles últimos anos da instituição escravista, e é correto afirmar que influenciou em algumas das atividades ou decisões tomadas, inclusive, em certos casos, até na decisão de casar ou não casar. Não é necessário lembrar que, ainda

naqueles anos, a estratégia matrimonial, em todas as classes, incluía muitos outros valores além do simples gosto ou desgosto ao cônjuge, por parte dos nubentes.

Quanto aos escravizados, sabe-se que as uniões formais não eram o padrão dos relacionamentos entre eles,⁴ mas a situação mudou quando as regras do Fundo de Emancipação dos Municípios colocaram como prioridade a libertação de famílias escravas, especialmente no caso em que os cônjuges pertenciam a senhores diferentes, ou um deles (ou os filhos) já fossem livres. O edital para a apresentação de candidatos a emancipação em cada ano, era publicado reiteradas vezes nos jornais diários e deixava claro esta preferência:

Edital: A junta classificadora de escravos instala-se hoje, prosseguindo seus trabalhos nos próximos 30 dias, das 11 horas da manhã até 2 da tarde, nos dias úteis.

Art. 27- A classificação para as alforrias pelo Fundo de Emancipação será a seguinte:

1º famílias; 2º indivíduos.

§1º Na libertação por famílias preferirão:

1º os cônjuges escravos de diferentes senhores;

2º os cônjuges que tiverem filhos livres nascidos em virtude da lei e menores de 8 anos;

3º os cônjuges que tiverem filhos livres menores de 21 anos;

4º os cônjuges com filhos menores escravos;

5º os cônjuges com filhos menores.

§2º Na libertação por indivíduos preferirão:

1º A mãe ou pai com filhos livres;

2º Os de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino e dos mais velhos do masculino.

Na ordem de emancipação de famílias e indivíduos, serão preferidos:

⁴ Embora existissem várias famílias escravas. Ainda estão faltando trabalhos sobre este tema na região específica do sul do estado, mas remetem-se os leitores aos trabalhos de Martha Hameister, como este – “Quem tem padrinho não morre pagão: as escolhas dos padrinhos de escravos, pardos, índios e população branca e livre na Vila do Rio Grande”. *Anais da VI Jornada Setecentista*, 2005. Curitiba: aos Quatro ventos, 2005, pp. 444-453.

1º os que por si ou outros colaborarem com certa quota para sua liberdade;

2º os mais “morigerados”, a juízo dos senhores. Em caso de empate, a sorte decidirá. (*Diário de Pelotas*, 13/8/1880)

Não era necessário ser letrado para que as pessoas soubessem dessas regras. Na primeira vez que foi feita a classificação dos escravos para serem libertados, inscreveram-se 66 pessoas, que compunham 06 famílias, 60 solteiros, num total de 5 homens e 61 mulheres. Desses, apenas dois casais e um solteiro não possuíam pecúlio.⁵ Veja-se que, neste quadro, os homens só entravam praticamente como casados, devido às condições em que seriam dadas as libertações.

Os limites desta lei eram muitos. Os senhores sempre seriam ouvidos, ela foi aplicada em várias cidades com um claro aspecto de fraude, libertando-se os já incapazes e muito velhos por boa quantia para seus senhores e, por outro lado, era completamente insuficiente para fazer mudança substantiva na condição dos milhares dos escravizados. A mesma lei ainda era dura para e cativos que tivessem fugido, tivessem cometido (ou estivessem indiciados em) crimes e ainda para bêbados, impondo, portanto, um comportamento exemplar. Da mesma forma, não valia para aqueles que já estivessem em demandas contra seu senhor, ou tivessem alguma forma de contrato ou promessa de libertação condicional. Mesmo nestes termos, entretanto, muitos consideraram que poderia ser de valia para eles e tentaram utilizar-se dela.

Neste sentido, o casamento, por parte dos escravos, poderia ser visto como acatamento dos valores morais da sociedade, portanto, passava a ideia de pessoa cordata e integrada, o que contava pontos para ser considerado apto à liberdade.

Devido a isso e de acordo com seus próprios objetivos e forma moderada de atuação, uma das principais políticas do Clube

⁵ *Correio Mercantil*, 22/08/1875. Lamentavelmente, ainda não se encontrou a lista dos emancipados neste ano.

Abolicionista, ao lado da alforria, foi incentivar os casamentos entre escravos e libertandos. Entre as realizações que constam de seu relatório de 1884,⁶ destacava o fato de ter formado 19 novas famílias entre os escravizados. Destes 19 casais em que pelo menos um cônjuge era escravo, descobriu-se que o fato de serem casados foi determinante para sua libertação. Todos, ou quase todos, conseguiram sua liberdade entre fins de 1881 (quando é fundado o Clube Abolicionista) e fins de 1884 (fim da campanha da emancipação) e a maioria foi liberta pelo Fundo de Emancipação. Posteriormente, como Pelotas foi declarada “cidade livre de escravos”, o Fundo de Emancipação deixou de ser usado e vários cativos ficaram com seus pecúlios interditados, numa conseqüência perversa de uma “emancipação” duvidosa, pois o número de indivíduos ainda escravizados ou contratados sob cláusula de serviços continuou alto na cidade,⁷ provocando conflitos.

Ao considerar-se a relação dos 19 casais cujos casamentos foram intermediados pelo Clube e pesquisar quais entre eles conseguiram a liberdade até 1884, encontraram-se 26 indivíduos pleiteando a liberdade e casados entre si ou com livres e libertos. Destes, 24 libertaram-se no período, pois de apenas um casal de escravos do mesmo senhor,⁸ não se achou suas cartas de liberdade, nem seu nome nas relações até agora encontradas dos escravos libertados pelo Fundo de Emancipação. Isso dá um índice de sucesso desta estratégia de 92,3%, o que é altíssimo em comparação com outras, e demonstra o acerto dessa prática. Levando-

⁶ Relatório do Clube abolicionista, publicado no jornal *Onze de Junho* de 14/05/1884.

⁷ Sobre o processo de libertação na cidade e a emancipação de 1884: LONER, Beatriz. “1887: A revolta que oficialmente não houve, ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata”. *História em Revista*, v. 3, Pelotas, novembro 1997, pp. 29-52.

⁸ Tudo indica, pelo exemplo dos demais, que também foram libertados. O fato de não se haver achado suas cartas de liberdade não é fator determinante, pois os alforriados pelo fundo de Emancipação nem sempre têm suas cartas registradas em cartório civil. Utilizaram-se as listas publicadas nos jornais para conferir seus nomes, mesmo assim, não se conseguiram ainda todas elas, portanto, segue-se procurando a alforria destes dois escravos, Cesário e Carolina.

se em conta a faixa etária entre 21 e 40 anos da maioria desses libertandos e a condição de muitos de ainda não terem filhos, pode-se dizer que o fato de estarem casados com as bênçãos da igreja e a intermediação do clube, praticamente garantiu a consecução deste objetivo.

Isso é particularmente eficaz para os homens. Entre eles, destaca-se Justo José do Pacífico, escravo de Balbina Chaves Silveira, libertado pelo Fundo de Emancipação em 22/12/ 1882, após ter seu casamento arranjado pelo clube Abolicionista. Sua esposa, Maria Joana, escrava de outro senhor, libertou-se na mesma ocasião.⁹ O casamento deve ter influenciado substantivamente em sua escolha para receber o benefício, pois Justo tinha cerca de 30 anos na época e era possuidor de ofício especializado, duas condições que aumentavam em muito seu valor monetário. Entre 22 escravizados libertos em 1882, ele foi um dos dois únicos homens. O Fundo privilegiava libertandos que possuíssem pecúlio e a própria lista formada pelo relatório de atividades do clube abolicionista traz vários escravos com economias próprias e que não foram agraciados da mesma forma que esses dois.

Mas Justo havia tentado também abrir caminhos por formas não completamente legais, mas coletivas e tornou-se o primeiro presidente da Sociedade negra Feliz Esperança, o que aconteceu antes mesmo de sua libertação (libertado em dezembro de 1882, ele já era presidente da Feliz Esperança pelo menos desde inícios de 1880). Essa sociedade tinha escravos inclusive na diretoria (o que era ilegal pelas leis do Império) e lutava pela libertação, a seu modo. Como presidente dessa sociedade, provavelmente tornou-se mais fácil ser reconhecido pelos setores abolicionistas da sociedade e conseguir sua libertação.

O outro homem libertado pelo Fundo no mesmo momento que Justo, foi André Cardoso Brizolara, que também se casou através da intermediação do Clube Abolicionista, com Maria do Rosário, uma

⁹ Ver jornais *A Nação* 23/12/1882 e *Onze de Junho* de 14/05/1884.

liberta. André tinha outra espécie de trunfo individual em mãos, o qual talvez tenha pesado favoravelmente à sua libertação: era membro diretor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, desde pelo menos 1880. A seguir, veremos como isso pode ter sido importante para conseguir sua liberdade.

Em alguns casos, o fato de ter se casado através da intervenção do Clube, já poderia render frutos no sentido de aproximar-se de pessoas influentes ou ricas, que poderiam auxiliar posteriormente. Veja-se, como exemplo, a libertação de Alípio, do qual foi encontrada sua carta de liberdade,¹⁰ por pagamento de 600\$, feito por Manoel Jacintho Dias, membro ativo do clube Abolicionista, e que parece ter pago de seu próprio bolso a alforria de Alípio, pois este não foi encontrado como tendo pecúlio. Como os jornais apressavam-se a informar todas as manumissões dadas em solidariedade, ou seja, quando a pessoa que paga o valor não é o escravo, temos um certo número dessas listadas, o que permite concluir que aqueles ainda escravizados que, por alguma razão, estivessem mais próximos dos membros do clube, teriam maior facilidade em conseguir sua própria liberdade. Isso reflete apenas o fato óbvio que maiores relacionamentos, que resultem em maior visibilidade e proximidade, sempre são importantes em qualquer sociedade, ainda mais na sociedade brasileira, portanto, é melhor encontrarmos alguns dados menos evidentes para alicerçar nossa argumentação.

Os seguintes casos, de duas mulheres também casadas através do Clube, podem exemplificar isso. Maria do Carmo casou-se com Marcelino José Miguel, e este era vice-presidente da Feliz Esperança na mesma época. Isso talvez tenha encorajado sua esposa para confrontar sua proprietária para ser libertada, pois a escrava pediu seu

¹⁰ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. *Documentos da escravidão catálogo seletivo de cartas de liberdade*, acervo dos tabelionatos do interior do RS. Porto Alegre: CORAG, 2006, volume 1, p. 516 e *A Discussão*, 3/5/1882.

arbitramento frente ao juiz, por já ter pecúlio e mesmo assim não conseguir sua liberdade. Quanto a Luzia, casada com Veríssimo, pagou cerca de 400\$ por sua liberdade, apenas um mês depois de casada, condição que deve ter dado origem a alforria, pois é uma das únicas cartas encontradas em que se cita esta situação, bem como o nome de seu marido, também escravo e liberto pelo Fundo em outubro de 1884.¹¹

Outro caso, este demonstrando a importância dos relacionamentos dentro das Irmandades, foi aquele de Ester, que se casou com Fortunato Moreira, ex-escravo do barão de Butuí e liberto por disposição testamentária em 1877. Ester, por sua vez, conseguiu sua alforria com auxílio de 130\$000, de Manoel Conceição da Silva Santos, a título individual.¹² Fortunato e Silva Santos eram conhecidos e provavelmente amigos, pois eram ativos participantes da Irmandade do Rosário. Isso indica que Manoel pode ter prestado um favor a um amigo, auxiliando na liberdade de sua noiva, ou, o que é mais provável que o próprio Fortunato tenha repassado dinheiro a Silva Santos para tal fim, sem identificar-se, pois quando se casaram, ambos já eram libertos.

Mais uma vez, isso vem demonstrar o valor dos bons relacionamentos e, neste caso, a importância da proximidade da Igreja para tanto. Mas, para tentar estudar se a irmandade tem realmente importância nisso, ou se ela é apenas possibilita conhecimentos que devem ser alavancados de outro modo posteriormente, vai-se agora

¹¹ As alforria de ambas constam no Catálogo das cartas de Liberdade, volume 1, respectivamente nas páginas 461 e 462. A primeira foi libertada quando de sua audiência frente ao juiz, alforriada gratuitamente por sua proprietária, que não queria passar pelo constrangimento de ter sua escrava submetida à avaliação como querelante. Quanto aos contemplados com a liberdade pelo Fundo em 1884, encontra-se em *A Nação*, 4/10/1884.

¹² Isso consta do relatório de Silva Santos, apresentado em forma de carta, no jornal *Onze de junho* de 13/02/1885. A carta de alforria de Fortunato está na página 506, do Catálogo das cartas de Liberdade, v. 1.

proceder a um exercício de análise da sua nominata completa para 1880:

Devoção de nossa senhora do Rosário

Eleição de juiz, juíza e mais empregados da Irmandade do Santíssimo Rosário de Nossa Senhora.

Juiz: José Viriato; juíza: Gervasia Maria das Dores Vizeu; sec. *João Manuel de Oliveira Paroba*; tes. *Manoel Conceição da Silva Santos* (reeleito); procurador: *Hortêncio Victoriano Pereira*.

Mesários: André Brizolara Cardoso, Adão Gerena de Oliveira, Antonio José dos Santos, *Antonio José do Patrocínio*, *Eloy Antonio Pinheiro*, Euzébio de Queiroz Coutinho Barcellos, Francisco Resende, *Fortunato Moreira*, Izidro José dos Prazeres, João Alves Pereira da Silva, João Resende da Silva, *Pacífico de Andrade*.

Aias: Marcellina da Conceição Moreira; Maria Rosa da Silveira; *Maria Abrelina de Oliveira*; Maria Joaquina Alves Nobrega; Antonina das Dores Andara; Amália Paiva; Palmira Rosa Caldeira; Julia da Conceição Saraiva; Candida Joana da Conceição; Maria Fonseca da Silva; Mariana Ribeiro; Matilde Dias de Castro; Maria Conceição da Silva Branco; Maria Augusta Barbosa; Carolina Ribeiro.

Juizas por devoção: Constança San Juan de Gama Lobo; Crescencia Montana de Abreu; Maria Joaquina Macchin, Francisca Vieira Barcellos; Maria Francisca Mendonça de Assumpção; Vicencia de Jesus Sequeira; Miquelina Pacheco Brochado; Antonia Maria Antunes

Juiza do Ramo: D. Boaventura de Carvalho Chaves.

Juizes por devoção: Francisco de Paula Guerreiro; capitão Leonídio Antero da Silveira Filho; Frutuoso Alves da Fonseca; *Candido Manoel dos Passos*.

Zeladoras perpétuas: Joaquina Ferreira de Araujo e Eleutéria Luiza Vieira. – Protetores: Dr. Augusto Canabarro, rever. Caetano Catalano; rever. Vicente Lopes Marinho; rever. João Baptista Domingues; Francisco de Paula Mendonça Jr.; José Francisco Vieira Jr.; *Francisco de Paula Sacramento*; Antonio Joaquim Ferreira

Protetor perpétuo: Luiz da França Mascarenhas.

Protetoras: Maria Bárbara de Siqueira;

Carolina Marcellina Dias de Castro (*Jornal do Comércio* 6/10/1880).

Dos nomes acima, destacou-se em itálico aqueles que foram identificados como negros ou pardos livres. Alguns possuíam relativa influência, como Manoel Conceição da Silva Santos, que era tesoureiro do Clube Abolicionista e pertencia ao Partido Liberal, tendo papel destacado na comunidade negra e Candido Manoel dos Passos, que era professor, funcionário público e escrivão, seu nome sendo assíduo no quadro de várias devoções ou irmandades da cidade, mesmo constituídas por brancos. Entre esses, alguns tomaram parte dos quadros associativos e diretivos da S. B. Fraternidade Artística, de artesãos livres, fundada em 1881, o que leva a crer que formavam um grupo de conhecidos, amigos ou relacionados entre si.

Nessa irmandade também havia brancos, ou que assim eram considerados, ocupando cargos honoríficos ou de maior responsabilidade, como juizes e protetores. Entre as juízas, encontrou-se Vicência de Jesus Sequeira, mãe do Cônego Canabarro, vigário que atendia esta irmandade e destacado abolicionista. Como sua mãe, ela poderia interceder junto ao vigário acerca de algum dos membros mais desassistidos da irmandade. Contudo, ela possuía escravos, só libertados em inícios de 1884, quando tomou vulto a campanha abolicionista na cidade. Já as zeladoras perpétuas Eleutéria Luiza Vieira e sua irmã Joaquina libertaram seus escravos em inícios de 1883 também sem ônus.¹³ Portanto, fica difícil considerar que tivessem um sentimento de comisseração pelos ainda escravizados tão forte em 1880. Ao contrário, quando liberta seus escravos em 1884, dona Vicência diz ter sido convencida de que o escravismo é um mal.

O elemento negro era predominante nesta irmandade e, nos cargos de mesários e aias encontravam-se, lado a lado, livres, libertos e escravizados. Apenas se conseguiu identificar alguns, como Adão Gerena de Oliveira, que foi alforriado sem ônus em 4/5/1884 por

¹³ *Catálogo seletivo de cartas de liberdade*, vol.1, pp. 559, 459 e 556.

Emília Nunes Gerena em atenção ao seu bom comportamento.¹⁴ Euzébio de Queiroz Coutinho Barcellos foi libertado pelo seu proprietário, Cosme Rodrigues Barcellos em 26/1/1883. Aos trinta e um anos de idade e de profissão carpinteiro, consta que sua liberdade foi conseguida gratuitamente, em consideração ao afeto e amizade com que serviu. Ele foi da primeira comissão coordenadora do Centro Ethiópico, entidade criada para organizar e centralizar a participação negra nos feitos e festas do processo abolicionista, em outubro de 1884.¹⁵ A Coordenação do Centro Ethiópico foi formada por cinco representantes de setores do grupo negro urbano e neles, três tem relação com esta irmandade, Adão Gerena, Euzébio Barcellos e José da Silva Santos, filho de Manoel Conceição da Silva Santos. Para outras diretorias do Centro, o espaço da irmandade diminuiu, ampliando-se de outros grupos, como da Sociedade Feliz Esperança.

Entre as mulheres foi mais complicado tentar achar suas cartas de liberdade, pois muitas tinham o costume de utilizar sobrenomes religiosos (como “Da Conceição” ou “Do Rosário”) e, se casassem, passavam a usar apenas aquele do marido, inviabilizando a tentativa de reconhecimento. Assim se encontrou apenas três possíveis libertas como aias, mas identificou-se a juíza neste e noutros anos da irmandade, Gervásia Maria das Dores Vizeu, a qual provavelmente teria sido a escrava crioula Gervásia, que recebeu sua liberdade em 1875 da proprietária Maria Joaquina Rodrigues Vizeu, por alta quantia (1:400\$000).¹⁶

Como se sabe, as irmandades acolhiam livres, libertos, escravos ou possuidores de escravos, portanto, não tinham uma atitude ou propósito único que fosse a favor da abolição. Pretende-se aqui apenas

¹⁴ Idem, v. 1, p. 566.

¹⁵ Catálogo seletivo das Cartas de Liberdade, v. 1, p. 555 e jornal *A Discussão* de 17/1/1884. Há indícios que o ramo da família a qual era escravizado, Rodrigues Barcellos, também era de afro-descendentes.

¹⁶ Idem, v. 1, p. 504.

demonstrar que havia uma maior facilidade de conseguir a alforria por parte dos membros mais destacados dessa irmandade, o que entendemos estar diretamente em sintonia com o fato de terem acesso mais próximo a elementos de destaque no processo abolicionista, podendo beneficiar-se das relações de amizade para a conquista da liberdade. O único traço a favor da irmandade como incentivadora de liberdades, foi encontrado quando em vigor a campanha da abolição, e percebeu-se que aqueles que eram membros dessa irmandade ou tinham proprietários a ela vinculados tinham maior possibilidade de conseguir a alforria gratuitamente, como nos casos acima. Contudo, tem-se também o exemplo contrário, do escravo Izidro, de 38 anos, cuja dona Miquelina Pacheco Brochado, juíza por devoção na lista acima, aceitou dar a liberdade a ele em 1882, apenas pelo pagamento de 900\$ por este último.¹⁷ Sendo este valor relativamente alto para aquele momento e para a idade do escravo, temos o caso de uma irmã que não seguia, em sua vida cotidiana, os princípios da caridade e de misericórdia ditados pela irmandade. O caso é ainda mais relevante, porque seu escravo Izidro poderia ser o mesmo Izidro José dos Prazeres, mesário dessa irmandade no mesmo ano de 1880.

Da devoção de São Benedito, infelizmente ainda não conseguimos recuperar nenhuma nominata desta época, embora se saiba que deva ter maior importância na luta em prol da causa negra, tanto que, em 1900, fundou o Asilo São Benedito.

Ao que parece, as irmandades serviram mais para as práticas comuns e rotineiras, de missas e procissões, nisso interessando a quem quer se tornar conhecido pelas pessoas certas. Assim, pode-se abandonar o estudo delas e também do Fundo de Emancipação, este obviamente interessando a quem buscava a liberdade, como já visto. Contudo, a estratégia de buscar o Fundo de Emancipação e utilizar-se de conhecimentos pessoais, não esteve tão próxima ao conjunto de

¹⁷ *Catálogo seletivo das Cartas de liberdade*, vol. 1, p. 551. O nome da proprietária é grafado como Miquelina.

escravizados na cidade. Primeiramente porque o número de pessoas emancipadas desta forma sempre foi pequeno, embora apresente um certo crescimento conforme ocorre a desvalorização do preço da mercadoria escravo. Em segundo, porque esse expediente também em Pelotas foi utilizado para dar a liberdade a escravos velhos e doentes, ou dos quais houvesse pendências não resolvidas em relação a sua real condição. Mas principalmente porque, a partir de fins de 1884, quando a cidade é declarada livre de escravos (embora mais de dois mil ainda estivessem matriculados) termina ocorrendo que não se utiliza mais o Fundo de Emancipação e as economias ali depositadas também não podem ser sacadas, culminando numa situação absurda, em que pessoas ainda estão escravizadas legalmente, mas a cidade age como se elas não existissem, não atendendo a seus reclamos e expectativas.

Loterias: a aposta individual na sorte

Ao analisar jornais de meados da década de 1870 e do início de 1880 em Pelotas, uma coisa imediatamente chama a atenção do pesquisador: a quantidade de apostas em loterias que eram feitas na cidade, por setores variados e pertencentes a todas as classes sociais.

Isso ocorreu porque a cidade foi sucessivamente bafejada pela sorte, em vários sorteios, pois lá circulavam bilhetes da loteria de Porto Alegre, de Montevidéu, da corte e outras mais. Praticamente não há bibliografia sobre o histórico das loterias no Brasil, pois elas foram regulamentadas apenas no período republicano.

Pelos jornais, infere-se que elas – ou pelo menos algumas – poderiam ter mais de um sorteio, ao qual as pessoas competiam com o mesmo bilhete. Também os números eram menores dos que os de hoje, em alguns casos, apenas chegando ao milhar, com o que se tornava realmente mais fácil ser sorteado.

Com os jornais noticiando vários acertadores, em uma ou outra loteria, e acontecendo, por desígnios do destino, que alguns escravos comesçassem a ganhar na loteria, começou a haver expectativas e

muitos sonhos na conquista da liberdade através das apostas lotéricas. Como é de supor, o fato de pessoas pobres e algumas até escravas ganharem na loteria, fez supor que haveria uma certa compensação divina nestes casos, ocorrendo então de comprar-se bilhetes cujos números fossem escolhidos por escravos, ou jogar conjuntamente com eles, como no seguinte exemplo:

- Porto Alegre - O Sr. Cristovam Ratto libertou sua escrava de 22 anos pela quantia de 400\$, que esta ganhou num bilhete de loteria comprado em sociedade com seu senhor. (*Diário de Pelotas*, 8/Mar/1881)

Em algumas cartas de alforria percebe-se a veracidade destas notícias, pois se encontram dados que corroboram esta situação, deixando perceber a libertação de escravos com dinheiro oriundo de prêmios de loteria, em várias cidades do estado. Por exemplo, em Rio Grande, Bernardino foi libertado através de sua irmã Joaquina que ganhou um quarto de bilhete da grande loteria da corte e então comprou a liberdade dele, embora ela permanecesse escravizada.¹⁸

Como já foi dito, os jornais também concorriam para ampliar estas notícias, dando exemplos de outros locais:

- Porto Alegre- Na última loteria da província, uma família de escravos foi contemplada, e o marido, mulher e 4 filhos imediatamente libertaram-se. (*Diário de Pelotas*, 1/7 /1881).

Muitas pessoas de posses também ganharam nestas loterias, e especialmente na cidade de Pelotas, isso chegou a um ponto que os próprios jornais surpreendiam-se com a situação. O ápice desta escalada de apostas em loterias aconteceu em fevereiro de 1881, quando o bilhete vendido com a sorte grande do grande prêmio para a construção do monumento do Ipiranga, saiu para a cidade. Metade dele foi comprada em parceria por sete pessoas, todas pobres. O grupo incluía dois sapateiros e uma senhora, brancos e mais quatro afro-

¹⁸ Catálogo seletivo das cartas de Liberdade, v. 2, p. 726.

descendentes, um deles, Pedro, ainda adolescente, filho de um liberto. Também era liberta Joanna Gonçalves da Conceição, que aproveitou para libertar vários outros e duas escravas, Josepha, de Zeferino Campos e Clarinda Crespo, escrava de Firmino de Carvalho. Cada um deles havia entrado com 1\$000 reis para a compra do bilhete e ganhou cerca de 64:285\$714. Contudo, todos terminaram vendendo suas parcelas com desconto para uma empresa, assim conseguindo mais rapidamente o dinheiro.¹⁹ Com ele, a maioria se libertou e comprou a liberdade a outros de suas famílias, embora alguns não tenham procedido exatamente assim. Só para lembrar, com a outra metade do bilhete também foi contemplado um caixeiro português na cidade, que imediatamente viajou para São Paulo. Mas a mesma loteria também distribuía várias outras premiações, pelo que muitos em Pelotas foram contemplados, com pedaços dessa sorte. Por fim, poucos dias depois, outra pessoa da cidade, este de posição econômica remediada, ganhou o maior prêmio da loteria de Porto Alegre. Portanto, vê-se que não era tão ilusório assim a esperança de ganhar na loteria. Este grande prêmio deveria ter sido extraído já em dezembro, mas o volume de apostas e o grande interesse despertado, suscitaram contínuos adiamentos, bem como boatos de fraude, a tal ponto que houve até apresentação previa dos equipamentos que deveriam sortear os números premiados.

Assim, aquilo que havia começado em 1875 como uma possibilidade, tomou um frenesi tamanho que havia bilhetes sendo vendidos no câmbio negro, por muito mais do que seria sensato apostar, como casos relatados no *Correio Mercantil*.²⁰

Como já se disse, não se sabe por que Pelotas era tão agraciada, mas sem dúvida, o que auxiliava em muito a que Pelotas fosse beneficiada em várias loterias era a quantidade de apostas que eram

¹⁹ Os dados podem ser encontrados nos jornais de Pelotas, como *Correio Mercantil* de 01/03/1881 até meados daquele mês.

²⁰ O *Correio Mercantil* dedica duas crônicas a esta questão da “sorte grande” nas loterias, e aquela sobre a Loteria do Ipiranga é de 26/2/1881.

feitas na cidade. Para isso, inclusive, as pessoas se organizavam informalmente em associações, perseguindo metodicamente o objetivo de enriquecer, como se pode ver nos exemplos abaixo, todos retirados de páginas de jornais:

Os caiporas – Sociedade dos dez atrás dos trinta. Pertence a esta sociedade os quartos de bilhete da loteria de Porto Alegre nº 1891 e 3101 a correr em dia 16 de outubro e ficam em poder do tesoureiro. Souza (*Jornal do Comércio*, Pelotas 10/10/1876)

“O Presente em busca do futuro” – Esta sociedade, avisa que lhe pertence os quartos de bilhete (...) da loteria de Porto Alegre, que correrá a 3 de novembro próximo. O tesoureiro M. J. S. Areal, 19 de outubro de 1876. (*O Paiz*, Pelotas, 21/10/1876).

Muitas outras sociedades existiram e, pela compilação de nomes, vê-se que abrangiam amplo e extenso tecido social. Também tiveram certa frequência anúncios de pessoas que perderam bilhetes premiados e que ameaçavam quem fizesse uso deles, outros aceitando dividir o prêmio com quem os encontrasse, etc.

O grande número de anúncios, sobre a perda de bilhetes, mais do que a mera negligencia ou descuido do apostador, pode estar relacionado às práticas de burla, de quem já sabendo do resultado de algumas dessas loterias (cuja extração era distante e o resultado demorava a chegar à cidade) tentasse garantir uma parte do prêmio. Contudo, sabe-se que, em muitos casos, como da Loteria do Ipiranga, as agências vendedoras dos bilhetes anotavam para quem havia sido feita a venda. De todo modo, no sentido de evitar as fraudes, a publicação dos números comprados pelos jornais também era uma forma de se garantir direitos sobre eventual premiação, o que deixou bom número de anúncios nos jornais.

Analisando-os, vê-se que estes agrupamentos de apostadores poderiam ter ou não alguma lógica interna em sua constituição, como serem formados a partir de grupos de amigos, companheiros de

trabalho ou de clubes, mas na maioria dos casos formavam uma miscelânea, havendo mulheres apostando tanto quanto homens ou misturando-se pessoas de status completamente diversos, como este abaixo:

Aos sócios abaixo assinados pertencem os 18 bilhetes inteiros da grande Loteria de São Paulo, com extração de 26/2/1881, cujos bilhetes tem os números..... ficando os mesmos depositados na Cigarraria Bom Fumante e em poder do sócio Mario Jorge Mena Machado. Assinados:

Mario Jorge Mena Machado, Costa e irmãos, Martin Begona, Adelaide Menna Machado, João Manuel de Oliveira Peroba, Euzébio Barcellos, Francisco Monsarvo Pons, Joaquim Pedrozo, Libindo Marques Collares, Rita de Barros Machado - F. Azambuja - dr. Maia, Antonio José dos Santos - J.G.L., Felix Silvestre - Francisco de Salles Lopes - Aurélio Seixas, Luiz Felipe de Almeida. (*A Discussão*, 26/2/1881)

Nesse anúncio aparecem alguns nomes já conhecidos, membros da irmandade Nossa Senhora do Rosário, portanto, negros ou pardos. Euzébio, inclusive, era ainda escravo na ocasião, pois só se liberta em 1883. Paroba, secretário da irmandade era livre, artesão filho de um oleiro e carcereiro na cidade, negro, depois será tenente. De Antonio José dos Santos, nada se descobriu além de que era membro da irmandade. Mas o Dr. Maia era figura de prestígio, político do Partido Liberal, partido ao qual talvez pertencesse também Paroba. E Luiz Felipe de Almeida era um dos vários filhos de Domingos José de Almeida, líder da República de Piratini, e tinha um cartório na cidade naquele momento. Por que motivo se uniram desta forma? Não o sabemos, talvez por inclinações partidárias, talvez ao acaso. A sorte na Loteria do Ipiranga fazia sonhar a todos, sem exceção.

A mágica ideia de ganhar na loteria podia levar alguns, especialmente os escravizados a cometer roubos ou furtos de pequenas quantidades de dinheiro, para apostar na sorte. Um caso, em particular, descoberto pelo equívoco dos praticantes, demonstra esse procedimento:

Seria roubo? Apresentou-se ontem na cigarraria Flor Cubana o crioulo Bernardo, da charqueada do Sr. Antenor Barbosa, com uma cédula de 200\$000 para comprar um bilhete de loteria, dizendo ser a cédula de 20\$00, que após interrogado disse que recebeu do preto Miguel, pedreiro da charqueada do Sr. Brutus Almeida. A cédula foi depositada até verificação de sua origem (*Diário de Pelotas*, 4/10/1881).

Houve inclusive associações, como a S. B. dos tipógrafos, que comprou pedaços de bilhetes de loteria. Os editores de jornais, especialmente do Correio Mercantil, também informaram que compraram bilhetes, embora lamentassem sempre não serem contemplados. A “moda” da compra de bilhetes terminou inspirando conto em que sonhadora mocinha troca um novo vestido de baile por um bilhete de loteria, com o qual também ela pensa conseguir maior autonomia para sua vidinha pacata e previsível.

Quanto aos escravos que compraram os bilhetes, em termos materiais, custou pouco, pelo que vimos daqueles sorteados na loteria de São Paulo. Coisa diferente aconteceu quando, ao serem sorteados, compravam sua liberdade frente aos proprietários. Estes, sabendo do valor que haviam ganho, frequentemente colocavam seu valor muito alto, completamente fora dos padrões do preço comum de um escravo. O Catálogo seletivo das cartas de liberdade, tantas vezes citado, deixa claro essa correlação, e não só na cidade de Pelotas. Na verdade, como qualquer negociação, entrava em consideração o quanto a pessoa poderia pagar para conseguir aquele bem tão almejado.

Novamente, deve-se considerar que, por mais que houvesse loterias, quantitativamente poucos foram os contemplados com seus prêmios, fossem escravizados ou livres. Mas o que importa realçar é que o sonho de ganhar na loteria continuou iludindo e fazendo a esperança de muitos naqueles anos, o que diz respeito, diretamente, à construção coletiva de organizações de trabalhadores, como A Feliz Esperança, que se constituiu a partir de uma associação lotérica criada naqueles anos. E, por outro lado, houve na cidade inclusive uma

Táticas pró-liberdade

associação abolicionista que arrecadava 1\$000 de cada um, para com o dinheiro comprar bilhetes de loteria e com o produto dos eventuais prêmios, libertar quantos escravizados pudesse. Para ela, todas as classes sociais e setores da população contribuíram. Entretanto, não teve tanto sucesso na compra dos seus números, pelo que logo deixou de existir.²¹

Encerrando, viu-se de que forma o desejo de liberdade interferia no cotidiano dos escravizados da cidade de Pelotas, levando-os a buscar, de vários modos, chances de libertação. Em certos casos, eles tentavam acionar, ao mesmo tempo, várias possibilidades, tratando-as como possíveis brechas para a conquista da liberdade nos limites legais de uma sociedade opressora e, aparentemente, foram justamente estes que obtiveram as maiores vitórias, ocupando espaços junto às irmandades, relacionando-se com abolicionistas e também, num esforço coletivo, participando de associações criadas com o objetivo de libertar seus sócios.

Essas ações cotidianas, bem como a esperança que as informavam, levou a modificações, individualizadas e peculiares na existência de alguns indivíduos, mas que contribuíram, ao final, para a transformação social que a abolição representou, por mais que hoje se pretenda diminuir seus efeitos devido as conseqüências deformadoras do sentido da liberdade e da cidadania, representadas pela discriminação e o preconceito racial.

²¹ Trata-se do Club Emancipador 27 de agosto, surgido em 1881 (*A Discussão*, 28/9/1881).

ANOTAÇÕES SOBRE O COTIDIANO DA TUBERCULOSE ATRAVÉS DAS NARRATIVAS DE FAMILIARES E CURADORES

Lorena Almeida Gill*

Em meados de 1990 quando realizei o Mestrado, lembro de ter lido uma entrevista na qual Robert Darnton dizia que as escolhas de um historiador, no que se refere ao tema que pesquisa, dificilmente são aleatórias, mas antes, servem para explicar e dar conta de situações que deveriam ser vistas e/ou revistas na vida daquele que tem a função de narrar.

Naquele tempo, pesquisando sobre imigração judaica, estabeleci que uma relação possível – entre as palavras de Darnton e o que eu fazia – era o fato de, no campo da História, sempre ter sentido uma preocupação com os chamados grupos minoritários da sociedade: mulheres, negros, camponeses; daí porque estudar cem famílias judias que até aquele momento não tinham merecido nenhuma atenção por parte da historiografia.

Logo depois de terminar aquela pesquisa iniciei, junto ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, a discussão de outro tema que há muito tempo estava querendo investigar: a tuberculose na cidade de Pelotas.

* Doutora em História pela PUCRS. Professora do Departamento de História e dos PPGs de História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas.

Durante os meus primeiros onze anos de vida, morei com minha avó materna, em uma casa de cinco cômodos: dois quartos, sala, cozinha e banheiro, no entanto, em apenas quatro desses cômodos era possível transitar.

Em um dos quartos havia falecido o meu avô e um tio, ambos por tuberculose pulmonar. Ali, a mobília - bastante simples - permanecia intacta: a cama, sempre feita, mostrava lençóis alvos e uma colcha de crochê, amarelada pelo tempo, as roupas continuavam penduradas cuidadosamente no roupeiro, os bibelôs, em sua maioria anjos com arcos trombetas, eram limpos toda a semana e pareciam anunciar que alguém chegaria ou voltaria para habitar aquele lugar.

Na cozinha era possível ver, em uma pequena cristaleira branca, a louça, antes e agora intocável.

Quando chegavam visitas, que não compreendiam quais eram os espaços “públicos” da casa, logo era tratado de se informar, para que não houvesse perturbações em uma rotina de rigoroso respeito a um local que acabou virando – de uma maneira ou de outra – sagrado.

As histórias contadas sobre a doença eram muitas e, na maioria das vezes, transformavam aquilo que era particular, no mais generalizante possível.

Foi assim que me habituei a ouvir casos onde a discriminação e o preconceito foram constantes. Contudo, mais do que acostumar meu ouvido com tantas histórias de sofrimento, fui construindo muitas perguntas sobre uma doença que não se constituiu em uma epidemia – tendo, por isso, momentos bem demarcados e ações pontuais, como a varíola, a peste bubônica, a febre tifóide e a gripe espanhola – mas revelou-se como uma endemia, que aparecia em todos os relatórios sobre saúde pública, como a grande vilã, causadora dos maiores índices de mortalidade na cidade.

À medida que cresci, ou melhor, em que passei a ter um maior número de anos, vivendo a partir do ofício da História, procurei ver a cidade, percebendo suas imagens e seus discursos e foi neste momento

que a combinação “memória/lembrança” com a “sensação/vivência” passou a fazer mais sentido.

Não se tratava mais de um quarto escuro em uma pequena casa, que aterrorizava a vida de uma menina. Aquele lugar revelou um novo significado, não se constituindo como único. Era uma espécie de chave, não só para pensar sobre a minha vida, porém, mais importante do que isso, para refletir sobre a vida de milhares de pessoas, que de uma maneira ou de outra haviam sido afetadas pela tuberculose.

O projeto inicial, de 1998, teve como nome Urbanismo, Sanitarismo e Tuberculose. Na tese,¹ finalizada no ano de 2004, o estudo da doença passou a ter preponderância sobre as demais temáticas. Isto não significa que os dois outros assuntos tenham sido deixados de lado, contudo, que o objetivo principal tornou-se analisar a trajetória da doença, relacionando-a com as transformações da cidade.

A doença é um ângulo que permite pensar sobre a vida e sobre a morte. Ao mesmo tempo em que traz um certo desarranjo, permite, muitas vezes, uma reorganização social.² É preciso que a sociedade crie articulações, invista em transformações no meio urbano, defina novos poderes, cerceie ou amplie direitos, tudo isso no sentido de dominar ou, pelo menos, aplacar os efeitos da enfermidade.

O debate realizado no momento da defesa do trabalho expressou que seria interessante agregar depoimentos de pessoas envolvidas com a história da enfermidade, ainda que tivesse trabalhado com uma grande quantidade de fontes, existentes tanto em Pelotas quanto em Porto Alegre.

Pelo recuo de tempo da tese (1890-1930), optou-se por não analisar depoimentos de segunda, terceira ou quarta geração, mesmo

¹ A tese foi publicada no ano de 2007, pela EDUCAT, tendo o título de *O Mal do Século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*.

² REVEL, Jacques e PETER, Jean-Pierre. “O corpo: o homem doente e sua história”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

que a história oral faça parte de minha trajetória, em trabalhos sobre os mais diferentes assuntos, como a imigração judaica e a discussão de gênero, por exemplo.

Instigada pelo tema, que certamente ainda tinha muito a oferecer, e também pelas possibilidades metodológicas, resolvi estudar as três décadas posteriores – 1930 a 1960 – período importantíssimo na conformação de um novo tipo de tratamento, que traria a cura a milhares de pessoas, através do início da vacinação pela BCG (ainda na década de 1920), do desenvolvimento da técnica da abreugrafia e também pela descoberta da estreptomicina, a partir de 1944, por Selman Waksman, o que permitiu o combate a vários tipos de infecções, dentre elas a tuberculose. As novidades em termos de atos clínicos surgiram com a intensificação do uso do pneumotórax artificial³ e a cirurgia para a retirada de costelas, entre outros.

Nas décadas anteriores a 1930, na maior parte das vezes, aos doentes restava apenas esperar a morte, depois de descoberta a contaminação.

Surgia, assim, um novo projeto, no qual, além da análise das fontes escritas existentes em arquivos locais, priorizou-se a história oral temática, a qual permitiu incorporar as memórias dos envolvidos com a enfermidade. Memória no sentido coletivo abordado por Pierre Nora, e definida como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.⁴ Ou ainda na perspectiva de finalidade pensada por Le Goff, ao dizer que: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.⁵

³ O método, proposto pelo italiano Carlo Forlanini, consistia na introdução de gás azoto na pleura, do que resultaria a produção do pneumotórax artificial. Sua aplicação deveria ser absolutamente precisa.

⁴ Citado por LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 472

⁵ LE GOFF, Jacques. *Op. cit.*, p. 477.

Foram entrevistados ex-enfermos, familiares, médicos, enfermeiros e visitadoras sanitárias. Neste capítulo optou-se por analisar as falas de dois familiares, três médicos e uma visitadora sanitária, sobretudo naquilo que se vincula ao cotidiano da tuberculose. Para a conceituação de cotidiano, seguiu-se a análise proposta por Agnes Heller, para quem: “A vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social”.⁶ A autora não trabalha com o cotidiano a partir de um tempo unificador, mas como espaço de ações específicas. “A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas [...]”.⁷

Para ela:

Na vida cotidiana, o homem atua sobre a base da probabilidade, da possibilidade: entre suas atividades e as conseqüências delas, existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a conseqüência possível de uma ação. Nem tampouco haveria tempo para fazê-lo na múltipla riqueza das atividades cotidianas.⁸

Através das entrevistas foi possível analisar aquilo que Heller chama de partes orgânicas da vida cotidiana, ou seja, a organização do trabalho e da vida privada, a atividade social sistematizada, as relações de troca e experiência.

Os médicos entrevistados foram Naum Keiserman, que atuou durante décadas no Departamento de Fisiologia do Centro de Saúde do Estado, em Pelotas; Saul Sokolovsky, que trabalhou nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa e Carlos Karam, que apesar de se dedicar a outra especialidade, conviveu com a moléstia durante toda a extensa trajetória. Por ter toda uma vida profissional dedicada à tuberculose, Naum foi aquele que mais dissertou sobre o tema.

⁶ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 20.

⁷ Idem, p. 24.

⁸ Idem, p. 30.

Tanto os hospitais Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, quanto a Beneficência Portuguesa, tiveram alas específicas para os tuberculosos. Na Santa Casa o prédio, um misto de alvenaria, de pedra, tijolos e concreto armado, teve sua inauguração oficial no dia 8 de outubro de 1925, sendo composto de dois andares. O debate sobre a obra se iniciou, no entanto, em fins do século XIX.

Ainda que a maior parte dos enfermos, a partir desta data tenha passado a ser tratada em uma das salas do novo pavilhão, muitos doentes continuaram em enfermarias nas quais havia portadores de diferentes moléstias, tendo em vista que o número de leitos era muito inferior à demanda.

Na Beneficência Portuguesa de Pelotas, a discussão sobre a construção de uma ala de isolamento apareceu desde o ano de 1944. A obra foi inaugurada em 16 de setembro de 1951, na comemoração do 94º aniversário do Hospital, embora tenha começado a funcionar ainda no ano de 1946.

O prédio ficava em face à rua Uruguai, entre a casa de máquinas e o necrotério, recebendo o nome de Ala São Roque. No ano de 1967 foi inaugurado um outro setor denominado de Salão de Seção de Tisiologia.

Durante pesquisa em jornais apareceram referências também à Construção de um Sanatório em Pelotas, localizado nas Três Vendas, estrada do Retiro, chamado “Alice Velloso”. Embora não se destinasse de modo específico aos tuberculosos, possuía um pavilhão de isolamento, que segundo anúncio publicitário “[...] apresenta todas as condições que requer a higiene moderna para instalações desta natureza, tais como luz direta, ventilação, água ligada diretamente ao encanamento geral, revestimento adequado, piso de tijoleta” (Jornal *A Opinião Pública* de 5 de outubro de 1925, p 1).

Em 1934 foi criado o Sanatório Belém, em Porto Alegre, que iniciou suas atividades em 1940. A partir daquele ano, muitos pacientes do interior foram deslocados para a capital, a fim de se tratar.

Com relação aos ex-enfermos e familiares de pessoas acometidas por tuberculose, a busca foi bastante difícil, tendo em vista que muitos envolvidos com a enfermidade não se dispõem a falar, colocando como obstáculo a dificuldade em rememorar histórias de tanto sofrimento e também o fato da presença ainda viva do estigma.

Para Goffman⁹ podem-se mencionar três tipos diferentes de estigmas. O primeiro se relaciona às deformidades físicas; o segundo, às culpas construídas em virtude de atos individuais “percebidos como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade [...], vício, alcoolismo”. O terceiro vincula-se a traços transmitidos em face de uma mesma linhagem, capazes de “contaminar por igual todos os membros de uma família”. Note-se que a tuberculose pode ser pensada através das três formas de estigmas propostas pelo autor: o corpo de um tuberculoso revela marcas perceptíveis com o desenvolvimento da doença; ao mesmo tempo, no século XX, fundamentalmente, a tísica tanto foi vista como fruto de hábitos impróprios, como causada pela hereditariedade familiar.

Neste texto serão analisadas ainda as entrevistas de duas pessoas que tiveram algum tipo de ligação com a doença. O primeiro depoente, Luís Carlos André Pereira, nascido em 22 de agosto de 1911 e falecido no dia 24 de abril de 2007, teve quatro familiares com tuberculose pulmonar: o pai, chamado Antônio André Pereira e três irmãos, Aires, Otávio e Cássio André Pereira. Todos foram cuidados por um médico humanitário, que também faleceu por tuberculose pulmonar, após passar quatro anos em tratamento num Sanatório de Minas Gerais. Seu nome era Armando Fagundes¹⁰ e, em jornais da época, aparece a

⁹ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 14.

¹⁰ Armando Fagundes nasceu no dia 25 de abril de 1891 em Pelotas e no ano de 1916 obteve o diploma de médico pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em 1935 saiu da cidade com destino a Minas Gerais, vindo a falecer em 1939 no Sanatório Belo Horizonte. Um dos tratamentos pelos quais passou foi a cirurgia para a retirada de costelas.

dedicação integral deste profissional em minimizar o sofrimento daqueles que possuíam a tísica pulmonar.

A segunda entrevista aconteceu com Maria Araújo, nascida no dia 16 de março de 1940, que desvendou minuciosamente o universo familiar em que estava inserida, referindo-se prioritariamente à história do pai.

Maria contou que vários de seus familiares viviam todos juntos em uma casa com poucos cômodos e que ninguém, além do pai, se contaminou. Para ela, isto se deu em função de que:

O meu pai era muito cuidadoso, ele tinha o prato dele marcado, tinha uma colher, ele como era ferreiro, marcou praticamente a ferro e fogo, com uma cruz ali, que aquilo ali era dele e ele tinha a própria caneca, tudo o que era dele não se tocava. Ele era muito bom, não brigava com a gente por nada, só se mexesse nas coisas dele. Inclusive naquele tempo se usava muito lavar louça com bacia porque não tinha água encanada e ele tinha a bacia própria dele. A roupa dele, toalha, nada, nada se podia usar.

Em sua fala aparecem também práticas para manter o ambiente mais saudável:

Lá na casa da minha avó eles usavam muito de queimar eucalipto. Eles ferviam umas panelas de eucalipto e a gente sentia aquele cheiro forte que ficava dentro de casa. Botavam um fogareiro com água para ferver porque diziam que aquilo ali desinfetava ou ajudava a desinfetar. Eles ferviam e ficava aquele cheirinho dentro de casa, era coisa que a gente criança achava tudo engraçado, não é? Eu achava aquilo tão estranho. Por que estão fervendo essas ervas aí?

Embora em sua casa não tenha havido outra contaminação, uma tia e um primo também foram vítimas da doença.

Tanto na fala do senhor Luís quanto na de dona Maria, a hospitalização aparece como o último recurso. Luís afirma que o pai “não chegou a ir para o hospital, porque sabia que a vida estava no fim. Não queria ir para o hospital. Ele queria morrer em casa”. Maria revela

que a tia, após realizar uma intervenção cirúrgica, teve que permanecer internada, mas que “durou só um dia lá porque em casa era tudo feito com muito cuidado, tudo era muito agasalhado, aí ela chegou lá naquela enfermaria muito grande e senti muito a diferença e longe da família, naquela mesma noite, ela faleceu”.

Note-se que o número de falecimentos em casa era altíssimo, em termos de doenças em geral. No ano de 1920, por exemplo, foram 91,73% para o Estado do Rio Grande do Sul (Relatório de 1920, p. 532). Em se tratando de tuberculose, nas primeiras décadas do século XX, a internação era ainda mais rara, pois servia apenas para propiciar repouso ao enfermo e uma alimentação saudável e, por outro lado, poderia trazer graves conseqüências para a vida do paciente, uma vez que estar no hospital significaria não ter mais como esconder a doença.

Nos depoimentos dos familiares, o preconceito, pensando como categoria de pensamento e do comportamento cotidiano, conforme proposto por Heller,¹¹ é absolutamente presente. As narrativas trazem este sentimento como um dos mais difíceis que tiveram que enfrentar.

O preconceito pode ser individual ou social. O homem pode estar cheio de preconceitos com relação a uma pessoa ou instituição concreta que não lhe faça absolutamente falta a fonte social do conteúdo do preconceito. Mas a maioria de nossos preconceitos tem um caráter mediata ou imediatamente social. Em outras palavras: costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de mediações.¹²

Os três médicos entrevistados concentraram os seus olhares nos processos de tratamento para a enfermidade. Suas memórias vincularam-se prioritariamente aos seus ambientes de trabalho, ressaltando o caráter social da reconstrução das lembranças.

Suas narrativas estiveram ligadas mais fortemente à História de experiências, na medida em que mostraram “como pessoas ou grupos

¹¹ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹² Idem, p. 49.

Anotações sobre o cotidiano da tuberculose

efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”.¹³

Saul Sokolovsky e Carlos Karam não se dedicaram exclusivamente à doença, embora tenham convivido com ela, por estarem inseridos na rotina diária de hospitais, que recebiam pessoas com as mais diferentes necessidades.

Já Naum Keiserman dedicou grande parte de sua vida profissional à tisiologia, especialidade existente e importante, segundo ele, até o aparecimento dos antibióticos. “Com os antibióticos o tratamento da tuberculose passou para os clínicos gerais, não se ia mais aos especialistas, o clínico receitava o antibiótico e pronto”.

O médico, ao relatar como iniciou a sua atividade profissional, assim diz:

Formei-me em 1939. Em 1941 fui contratado pelo então Departamento Estadual de Saúde e designado para o setor de Tisiologia, no Centro de Saúde de Rio Grande. Recém casado, minha esposa era “visitadora sanitária”, e exercia sua atividade em Porto Alegre. Não havendo vaga em Rio Grande, foi ela transferida para Pelotas. Nos fins de semana eu ia à Pelotas. Esta situação durou pouco tempo. Ocorre que o tisiologista que atuava em Pelotas, Dr. Assunção Osório, transferiu residência para o Rio de Janeiro, proporcionando minha transferência para Pelotas. Exerci minha atividade nessa cidade até 1966 quando fui aposentado. Houve um intervalo de 1943 a 1945, quando fui convocado no período da 2ª Guerra Mundial.

Sobre a sua formação acadêmica, Naum explicita como esta se deu:

Para trabalhar em tisiologia eu me preparei com alguns cursos: fiz um curso oferecido pelo próprio Departamento Estadual de Saúde, fiz um estágio no Hospital Sanatório Belém, na época destinado a pacientes com tuberculose. Lá trabalhavam os professores Cezar Ávila e Eliseu Paglioli, entre

¹³ ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*. Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004, p. 26.

outros. Em Montevideu fiz curso de broncoscopia com o Dr. Chevalier Jackson, americano que lá se encontrava para este fim. Em Córdoba, Argentina, fiz curso de Cirurgia Torácica. No Rio de Janeiro, acompanhei cirurgia de tórax com Jesse Teixeira.

Em sua entrevista, o que mais se acentuam são os procedimentos realizados por ele e seus colegas, na Beneficência Portuguesa de Pelotas, com o objetivo de oferecer algum tratamento à tuberculose.

Um das práticas mais utilizadas foi o pneumotórax, o qual descreve da seguinte maneira:

O pulmão é revestido por um tecido chamado pleura, então são duas pleuras, a parietal que forra o tórax e a pleura visceral que encobre o pulmão. Quanto o pulmão respira, essas duas pleuras deslizam uma na outra, enche o tórax, se faz o vácuo entre as duas pleuras e esse vácuo, auxiliado pela expiração, expande o pulmão. Quando se introduziu o pneumotórax a idéia era fazer com que as lesões, principalmente as cavernas, sofressem um colapso. A tendência normal do pulmão é retrair, não retrai porque tem o vácuo entre as pleuras, então se introduzir ar entre a pleura parietal e a pleura visceral, essa camada de ar faz com que o pulmão tenha um colapso, e a idéia é fazer com que com esse colapso, a caverna, que é uma escavação, tenda a se fechar e fazer a cicatrização de uma parede para outra, então se fazia a injeção de ar entre as duas pleuras, isso era o que eu fazia.

Como o tratamento era controverso, o médico não negou os riscos do procedimento, ao abordar a enorme precisão necessária para introduzir a agulha exatamente no espaço entre as duas pleuras. Várias complicações poderiam acontecer, como ele mesmo lembra: “[...] na hora da realização da prática a injeção pegar alguma veia, alguma artéria do tecido. Outro problema é que às vezes, com a irritação da pleura, acontecia um derrame pleural, formando um líquido dentro da cavidade torácica. [...] Eu tive casos de estar no consultório fazendo isso e de repente dar uma embolia no paciente”.

Keiserman conta também sobre a ressecção de costelas aprendida por ele em um grande centro de tratamento da tuberculose na Argentina, em Córdoba e sobre o que chamavam de “pneumotórax extra pleural cirúrgico”, que consistia em se retirar uma costela e fazer o descolamento da pleura parietal, “de maneira a descolar a pleura da parede e abrir um espaço e depois injetar ar nesse espaço. Era uma terapêutica que se fazia em último caso, porque era difícil manter essa camada de ar”.

Outro tratamento aplicado eram as injeções de ar no abdômen, utilizado quando a lesão do pulmão era em sua base. O ar elevava o diafragma e produzia uma espécie de colapso pulmonar.

Questionado sobre uma prática, a plumbagem, sobre a qual os dois outros médicos haviam comentado, fala também sobre ela dizendo nunca tê-la executado, mas que existia. “Para se fazer o deslocamento do pulmão, em vez de se fazer o pneumotórax, se colocava bolinhas de ping-pong, no espaço entre a pleura visceral e o tórax”.

Saul Sokolovsky comenta sobre esta técnica, afirmando que os médicos colocavam bolinhas de ping-pong simplesmente esterilizadas e colabavam o pulmão. “Eu me lembro que depois até nós víamos as bolinhas nas radiografias, dependendo do tamanho da lesão”.

É interessante o fato de que Naum Keiserman veio para Pelotas a fim de acompanhar sua esposa, recém nomeada pelo Estado como visitadora sanitária.

A profissão delas era visitar os pacientes e ensinar a fazer o isolamento, como cuidar para não transmitir a doença, tinha que ter seus talheres, copos, pratos, tudo separado. [...] Todo o médico que atende a doentes com doenças contagiosas é obrigado a notificar a Secretaria de Saúde, para a mesma tomar conhecimento de quantos doentes tinha e providenciar o que era necessário. A visitadora tomava conhecimento de cada doente que era tuberculoso e ia à casa desse doente ensinar como fazer o isolamento domiciliar. Outra função importante da visitadora era aplicar a vacinação BCG, nos recém nascidos.

Clara, nascida em 24 de novembro de 1916 em Cruz Alta, fez parte de um grupo de pessoas preparadas, a partir da década de 1920 no Brasil, para visitar os pacientes mais necessitados, repassando-lhes, principalmente, conselhos higiênicos.

Nos cursos para visitadoras eram abordados temas como anatomia e fisiologia, microbiologia, higiene individual, princípios de medicina, cirurgia, obstetrícia, pediatria, matéria médica dietética e ética profissional, como relatou Clara.

Segundo Pereira Netto¹⁴ “[...] o cuidado com os doentes remonta à Antigüidade, quando a atividade da enfermeira estava vinculada às obrigações domésticas e femininas”, assim vamos encontrar cuidadoras em todos os períodos da História, ainda que a chamada enfermagem moderna tenha como marco o ano de 1860, quando Florence Nightingale criou uma escola de enfermeiras em Londres.

Em Pelotas, as mulheres que cuidaram de doentes, as assistentes dos médicos, como eram chamadas, são encontradas com frequência quando estudamos a história da Santa Casa de Misericórdia, e eram, quase em sua totalidade, vinculadas a ordens religiosas.

No Brasil, somente a partir do século XX,¹⁵ se começaria a exigir uma formação maior para as enfermeiras e as visitadoras,¹⁶ do que

¹⁴ PEREIRA NETO, André de Faria. *Palavras, gestos e intenções*. Os interesses profissionais da elite médica. Congresso Nacional dos Práticos (1922). Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado), UERJ/Instituto de Medicina Social, p. 125.

¹⁵ Em 27 de setembro de 1890 foi criada, pelo decreto n. 791, a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras na cidade do Rio de Janeiro, no Hospital de Alienados. Foi somente em fins de 1921 e início de 1922, que chegou ao Brasil um grupo de enfermeiras norte-americanas e canadenses, chefiadas por Ethel Parsons, que pretendeu mudar o perfil destes profissionais. REINALDO, A. M. S.; ROCHA, R. M. Visita domiciliar de Enfermagem em Saúde Pública: idéias para hoje e amanhã. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. Vol. 4, n. 2, p. 36-41, 2002. Disponível em <http://www.fen.ufg.br>. Acesso em 12 de janeiro de 2008, p. 37.

¹⁶ Rosen faz uma distinção entre o trabalho das enfermeiras e das visitadoras, dizendo que em algumas vezes suas funções se equivaliam, mas que foram buscados modelos diversos para a formação das visitadoras, como preparar pessoas da própria comunidade ou treinar mulheres com um nível de instrução maior, como o projeto

Anotações sobre o cotidiano da tuberculose

aquela considerada inata a todas as mulheres, ou seja, o ato de cuidar, de se preocupar com o outro, de ser solidária.

Clara conta que fez um curso ministrado pela professora Isaura Barbosa Lima, vinda do Rio de Janeiro:

O serviço era feito assim: as parteiras eram obrigadas a notificar os nascimentos. Pelotas foi dividida em cinco zonas, cada uma tinha que cuidar de uma delas (éramos em cinco), então quando a parteira notificava o nascimento, a educadora ia até a casa oferecer a vacina BCG. Nós introduzimos em Pelotas a vacina BCG, de modo que era assim, uma campanha de informação e às vezes até de insistência, porque em seguida dizíamos que era para imunizar contra a tuberculose e tinha aceitação.

As visitadoras tinham que realizar todas as vacinas: contra a varíola, a difteria, a tuberculose e dar conselhos de higiene infantil. Clara revela ter atendido casos de doenças crônicas e contagiosas, inclusive situações de lepra. Com relação à tuberculose, diz que as principais medidas ensinadas eram:

Dávamos conselhos sobre a higiene que deveriam ter, encaminhávamos a exames, os comunicantes, como se chamavam as pessoas da casa. Eram todos encaminhados para bater raio X. E falávamos sobre a separação. Não dormir na mesma cama, separar os objetos e o tuberculoso nunca escarrar dentro de casa ou fora de casa, mas sim no banheiro e não falar muito perto das outras pessoas. Os objetos também, tudo era separado.

Em seu depoimento aparece que o acesso aos adoentados estava restrito aos mais pobres.

Só os doentes que se tratavam no Centro de Saúde eram visitados, porque os médicos não notificavam os casos que eles atendiam nos consultórios. Muitos doentes negavam que

realizado no Brasil, na maioria das grandes cidades. ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994, p. 291.

tivessem a doença e a visitadora indo até a casa, ficava conhecido o fato dele ter a tuberculose.

As visitas geralmente eram feitas uma vez por mês (com exceção da difteria ou tifo), nestes encontros se conversava sobre procedimentos cotidianos.

A maioria era pobre, não se podia dizer que comessem o que era próprio para eles, não é? Eram muito pobres [...]. Mas a cozinha dietética tinha uma mamadeira que se fazia e se entregava para a mãe. A mãe não podia alimentar a criança no peito, ela era fichada no Centro de Saúde e ia uma vez por mês consultar com o pediatra e, conforme a idade iria mudando a alimentação. [...] Com um ano elas já tinham o leite engrossado com maisena, era a área da nossa dietética onde tinha muita criancinha. Quando eram muito pobres nem se falava em alimentação. Não dava para falar, não é?

Fica clara a contradição existente entre o discurso médico e dietético e a dura realidade econômica vivida pela maioria da população, que fazia com que os profissionais aconselhassem preceitos que dificilmente as pessoas poderiam seguir, já que eram muito pobres.

Quando foi perguntada sobre se teria medo de ser contaminada por alguma doença, assim respondeu:

Não, nós usávamos uniforme e quando chegávamos em casa a primeira coisa era tirar o uniforme no banheiro. O uniforme era um vestido azul marinho de seda, manga comprida, punhos brancos e gola branca. De longe as pessoas já sabiam que a educadora vinha vindo. E usávamos uma maleta na qual havia álcool, a vacina BCG, outras vacinas e uma toalhinha e sabonete, porque se a gente quisesse licença para lavar as mãos não tinha problema, a gente podia.

Note-se que para ela, o uniforme funcionava como uma espécie de escudo protetor contra as enfermidades, assim como um sinal de distinção, reconhecido pela sociedade.

Clara, ao final da entrevista, avalia o seu trabalho como muito gratificante. A sua única preocupação era quando devia convencer¹⁷ alguma pessoa a se recolher em um leprosário ou um sanatório, afastando-se de sua família. “Até hoje eu tenho remorso porque eu não sei como é que foram tratados. Quando eu encaminhava alguém, tuberculosos também, eu ficava depois com um remorso tremendo”, conclui.

A visitadora sanitária, ainda que demonstre conhecer vários procedimentos adotados em hospitais e dispensários, não parece muito segura sobre o resultado que estes poderiam ter com relação à cura do enfermo ou ao prolongamento de sua vida.

Considerações finais:

Conforme explicitado, neste capítulo optou-se por apresentar narrativas de familiares de enfermos, cujos relatos vincularam-se ao cotidiano, além de destacar as histórias de médicos e do casal Keiserman, que permitem analisar algumas questões importantes, na conformação da trajetória da tuberculose-doença e do seu cotidiano de cuidado.

Com relação aos familiares, suas falas são atravessadas por uma espécie de ressentimento, diante das hostilidades pelas quais seus entes queridos passaram.

¹⁷ Os positivistas criticavam o que chamavam neste momento de despotismo sanitário e que era entendido por eles, entre outras coisas, como uma perseguição aos mais pobres com relação ao cuidado que estes deveriam ter com relação aos seus corpos. Neste sentido, foram contrários à utilização de mulheres para a função de visitadoras sanitárias. As mulheres eram consideradas por eles como anjos protetores dos homens, sendo a salvaguarda moral da espécie. *In*: PEZAT, P. “Carlos Torres Gonçalves e o sexo altruísta: a conversão feminina à Religião da Humanidade em Porto Alegre no início do século XX”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 14, n. 25, pp. 99-138, jul. 2007. Assim os positivistas afirmavam que “uma inquisição tão bem disposta não poderia dispensar espionagem. Não é estranhável, mas é doloroso, que eles se tenham lembrado da mulher para esse ofício” (Folheto da Capela Positivista, O Código Negro, 1921, p. 7).

Segundo Ansart,¹⁸ no que diz respeito aos ressentimentos:

A dificuldade é redobrada quando se trata não somente de analisar os ódios, mas de compreender e explicar aquilo que precisamente não é dito, não é proclamado; aquilo que é negado e que se constitui, entretanto como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais. O objeto esquivava-se; é preciso formular a hipótese de que sua importância e reconstituir o invisível que, se não é totalmente consciente, ao menos em parte é não consciente.

De outra parte fica claro um universo familiar bastante próprio, no qual constavam novas formas de convívio, mediadas pelo preconceito que não era apenas individual, mas familiar.

Na fala dos médicos foram explicitados os poucos procedimentos existentes à época, com a finalidade de prolongar a vida dos enfermos, sobretudo antes de 1944. As entrevistas, que se relacionam mais diretamente a algum tipo de tratamento, foram as do casal Keiserman.

Nas narrativas de Naum e Clara chama a atenção o respeito e a complementaridade que os dois percebem em suas profissões, que tinham e ainda têm status bastante diferenciados. É importante salientar que a imprensa da época era pródiga em discussões sobre quais seriam os papéis dos médicos e de seus auxiliares, dentre eles as enfermeiras, que para a maioria deveria se submeter ao conhecimento mais qualificado dos “doutores”.¹⁹

Hoje este tipo de discussão em periódicos é presente em momentos bem demarcados, contudo sabemos que enfermeiros, médicos e outros profissionais da saúde são tratados de forma bastante diferenciada, no que diz respeito ao poder que cada um possui, dentro de seu espaço de trabalho. Um destes momentos de debate se relacionou a uma polêmica recente, que envolveu a definição do Ato

¹⁸ ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos”. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (Re)Sentimento*. Campinas: UNICAMP, 2004, pp. 15-36.

¹⁹ PEREIRA NETO, 1997, p. 131.

Médico, através do PLS nº 25/2002.²⁰ Enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas e outros profissionais se insurgiram contra o que definiram como uma reserva de mercado oferecida corporativamente aos médicos.

Um outro ponto que merece ser evidenciado sobre o casal se relaciona ao modo como as entrevistas foram realizadas. Quando colhemos o depoimento de Naum, ele procurava afirmar seu testemunho a partir das lembranças da companheira, o mesmo acontecendo quando dona Clara ofereceu-nos o seu depoimento.

Nestes encontros, era ressaltada a importância dos quadros sociais da memória, através, sobretudo, das relações familiares,²¹ embora também a ideia desenvolvida por Candau,²² que parte do pressuposto de que aquilo que os membros de um grupo mais compartilham é justamente o que esqueceram. “Sin dudas, la memoria colectiva es más la suma de los olvidos que la suma de los recuerdos pues, ante todo y esencialmente, éstos son el resultado de una elaboración individual, en tanto que aquéllos tienen en común, precisamente, el haber sido olvidados”.

Pode-se dizer isto tendo em vista que nas entrevistas do casal, tanto a afirmação de informações entre ambos, como também perguntas sobre nomes de pessoas ou procedimentos que eram adotados foram muitas vezes precedidas por frases como “o Naum pode explicar isto”, “a Clara talvez lembre do fato”.

O casal Keiserman, portanto, esteve completamente envolvido com a trajetória da moléstia na cidade, que matava em sua maioria os

²⁰ O PLS 25/2002 em seu artigo 1º assim diz: Ato médico é todo procedimento técnico-profissional praticado por médico habilitado e dirigido para: I – a promoção primária definida como a promoção da saúde e a prevenção da ocorrência de enfermidades ou profilaxia; II – a prevenção secundária definida como a prevenção da evolução das enfermidades ou execução de procedimentos diagnósticos ou terapêuticos e III – a prevenção terciária, definida como a prevenção da invalidez ou reabilitação dos enfermos.

²¹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

²² CANDAU, Joël. *Antropología de la memoria*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002, p. 64.

mais pobres. Aqueles que possuíam condições econômicas favoráveis iam para sanatórios em locais altos, nos quais imperava o descanso e a boa alimentação. Os trabalhadores menos aquinhoados experimentavam práticas terapêuticas, cujo sucesso não tinha comprovação ou buscavam de todas as formas ocultar o mal que os consumia, mesmo que para isso tivessem que abreviar ainda mais as suas vidas.

Clara e Naum em suas décadas de atividade profissional e convivência diária em comum colecionam memórias, que contribuem para pensar em uma doença, que longe de ser apenas “um mal de século”, permanece viva na história de milhões de pessoas, em todo o mundo.

Fontes

- Entrevista realizada com a senhora Maria Araújo, no dia 2 de março de 2007. Acervo do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH).

- Entrevista realizada com o senhor Luís Carlos André Pereira, no dia 27 de novembro de 2006. Acervo do NDH.

- Entrevista realizada com o senhor Saul Sokolovsky, no dia 22 e fevereiro de 2007. Acervo do NDH.

- Entrevista realizada com o senhor Carlos Karam, no dia 27 de fevereiro de 2007. Acervo do NDH.

- Entrevista realizada com o senhor Naum Keiserman e com a senhora Clara Keiserman, no dia 2 de abril de 2007. Acervo do NDH.

- Jornal *A Opinião Pública* de 18 de março de 1908, p. 1.

- Jornal *A Opinião Pública* de 5 de outubro de 1925, p. 1.

- Folheto da Capela Positivista do Brasil. O Código Negro: Alguns dados sobre os males da confusão dos dois poderes oferecidos ao Governo e ao Público. Autoria Joaquim Bagueira Leal, 1921. Acervo do NDH.

Anotações sobre o cotidiano da tuberculose

- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de agosto de 1920, II Volume, 1920. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, p. 532. Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

O COTIDIANO E O REGIME DISCIPLINAR NA ESAV (1927-1949): Moldando o profissional em agricultura

Denilson Santos de Azevedo*

O artigo trata de aspectos do cotidiano, do regime disciplinar e das penalidades instituídas na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), a partir de 1927, que funcionou como instituição superior isolada até 1949 e deu origem a atual Universidade Federal de Viçosa (UFV).¹

A ESAV foi concebida para ministrar um ensino prático, orientado para exigir dos alunos o maior trabalho útil possível, nas aulas teóricas e, sobretudo, nas aulas práticas dadas nos laboratórios centrais e rurais, nos campos e estábulos, com o intuito de reproduzir o cenário de um verdadeiro centro agrícola, de modo que esta servisse de modelo para a melhoria da agricultura e das condições financeiras, mentais e morais dos estudantes.

Para averiguar as penalidades a que estavam sujeitos os indivíduos no seu cotidiano institucional, foram utilizados como fontes

* Doutor em História da Educação e Historiografia pela FEUSP. Professor do Departamento de Educação e do PPGE da Universidade Federal de Viçosa. Este artigo é parte de um capítulo de minha tese de doutorado defendida em 2005, intitulada *Melhoramento do homem, do animal e da semente. O projeto político-pedagógico da ESAV (1920-1948): organização e funcionamento*. SP, FEUSP, 2005

¹ Entre 1949 e 1969, a ESAV foi transformada, pelo governo do Estado de Minas Gerais, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG).

O cotidiano e o regime disciplinar na ESAV

de consulta e análise as atas das Reuniões da Congregação (1927-1949), os relatórios anuais enviados por todos os setores e departamentos à diretoria, os estatutos e regulamentos, as correspondências internas e externas expedidas ou recebidas (institucionais e pessoais), processos, inquéritos, circulares, enfim, uma série de registros escritos produzidos ao longo desse período e que se encontram no Arquivo Central e Histórico da UFV.

Somados a esse acervo localizou-se, no Museu Histórico da UFV, fitas cassetes gravadas entre 1983 e 1990, contendo depoimentos de ex-alunos, funcionários e docentes e suas impressões sobre suas trajetórias na ESAV, que serviram como complemento de muitas informações registradas nos documentos a respeito do cotidiano da Escola, desde os seus primórdios.

Tais depoimentos também contribuíram para aprofundar o conhecimento sobre alguns aspectos da organização e do funcionamento da Escola, que terão papel fundamental para forjar a cultura do estabelecimento, a doutrina pedagógica instituída e apreender o seu *ethos*, ou seja, o conjunto de traços característicos pelos quais a instituição se individualiza e se diferencia das demais, e que dá o tom do que seria o comportamento adequado e corriqueiro de seus sujeitos e dos sentimentos de afeição ou rejeição em relação à realidade.

O uso das diversas fontes como recurso heurístico ampliou as possibilidades de cruzamento e checagem de diferentes versões sobre os fatos, desnudando possíveis contradições, lacunas ou interditos nos diferentes tipos de registros e discursos, no conhecimento já produzido e nos testemunhos dos sujeitos que rememoram a época da ESAV.

As atividades realizadas em alguns espaços e tempos da ESAV, dão mostras representativas da organização e funcionamento do ensino e sobre a orientação e o papel a ser cumprido pelos docentes, discentes e funcionários, permitindo inferir que o trabalho pedagógico implementado tinha o objetivo de formar sujeitos aptos para o trabalho, culturalmente adaptados e disciplinados, responsáveis.

Essa última função, a de formar sujeitos disciplinados e responsáveis será o alvo prioritário da instituição, que se fará por meio da criação de mecanismos de controle e vigilância, que irão processar a divisão, segmentação, classificação, fechamento em turmas e grupos e que tornam mais transparentes e visíveis as relações de poder que vão sendo tecidas e configuradas, servindo de base para a *ação e o trabalho pedagógicos*² desenvolvidos no estabelecimento.

Partindo do princípio que a *ação pedagógica* empreendida no estabelecimento, entendida essa *ação*, como um meio de imposição e da inculcação de valores e de normas de condutas consideradas adequadas para formar o profissional em agricultura, apresenta uma delimitação objetiva, no sentido de impor e inculcar certas significações, convencionadas pela seleção (e exclusão) de determinados hábitos e valores que lhe são correlatos e considerados dignos de ser reproduzidos, verifica-se que o meio utilizado para esse fim, fez-se através de uma série de dispositivos de controle e vigilância, que irão interditar e explicitar as condutas tidas como certas, para todos os sujeitos vinculados com o estabelecimento, sobretudo os estudantes.

Esse processo vai se forjando, a partir da adoção de uma série de medidas de repreensão a todo tipo de comportamento considerado inconveniente e o emprego de várias micro-penalidades em relação ao tempo, à atividade, ao modo de ser, aos discursos, ao corpo e à sexualidade, que se tornou mais eficaz em função da existência do internato, que demandava um esquadrinhamento metuculoso dos espaços, dos tempos e das condutas, para a manutenção da ordem na instituição.

A efetivação dessa ação pedagógica também pressupõe a existência de uma condição social favorável ao exercício deste poder e controle, que foi consubstanciado na subordinação e no reconhecimento, por parte dos servidores e alunos da Escola à direção

² Sobre esses conceitos cf. BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1982, pp. 20-64.

como a instância encarregada de exercê-lo, como a autoridade pedagógica legítima para a inculcação de *habitus*, entendido como princípios geradores de práticas consideradas corretas.

O fundamento para o reconhecimento dessa autoridade pedagógica pode ser encontrado no contrato assinado, aparentemente, por todos os alunos e servidores da instituição, a partir de 1927, na qual os mesmos se responsabilizavam por todo material existente nos departamentos e seções e pela “completa” conservação das dependências que utilizava. Comprometiam-se também a respeitar, intramuros, o “Regulamento, Regimento Interno e outras leis do Estabelecimento, trazendo ao conhecimento da Diretoria o nome dos infratores e a acatar as instruções dos inspetores, com eles trabalhando em completa harmonia em prol da disciplina geral.”

Essa estratégia calcada no princípio do contrato de responsabilidade pessoal pressupõe que o cidadão tenha aceitado as leis sociais e regimentais e também aquelas que poderão puni-lo. Tal política de controle e vigilância possibilitou o exercício do poder de castigar, de fazer da punição e da repressão a todo tipo de comportamento considerado inadequado na instituição uma função regular. Embora trate-se de um conjunto de penalidades diferenciadas, para servidores e alunos, elas são extensivas a todos os sujeitos lotados na instituição e apresentam o mesmo objetivo: punir exatamente o suficiente para tentar impedir a reincidência da infração e a possibilidade da mesma ser imitada pelos pares.

Tal estratégia de punição é mais refinada, por não utilizar o corpo como sujeito do sofrimento, mas enquanto objeto dessa representação: “o que ocasiona a ‘pena’ na essência da punição não é a sensação do sofrimento, mas a ideia de uma dor, de um desprazer, de um inconveniente - a ‘pena’ da ideia da ‘pena’”.³

³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 79.

Cotidiano, regime disciplinar e as penalidades aos servidores da ESAV

Os professores e empregados administrativos estavam sujeitos às penalidades de advertência reservada, admoestação, suspensão de até sessenta dias e rescisão de contrato.⁴ Eram passíveis da aplicação dessas penalidades pelo diretor, todos os empregados nomeados por ele e, das duas primeiras penalidades, aos demais funcionários, nomeados pelo Presidente, como era o caso do diretor, vice-diretor, do secretário e bibliotecário e pelo Secretário de Agricultura do Estado de Minas, responsável pela contratação docente e pela prerrogativa de aplicação da penalidade de suspensão. Já a pena de rescisão de contrato era imposta por quem o nomeou. No Regulamento de 1931, a direção só não aplicava a pena da exoneração, que ficava a cargo da Junta Administrativa.

Esse regulamento explicita também a relação do tipo de falta e da sua penalidade correspondente, conforme a natureza de sua gravidade, mantendo os tipos de punição do regulamento de 1927, que definia que estavam incurso em penalidades, os funcionários que infringissem os dispositivos regulamentares (advertência reservada), os que, sem justificativa, deixassem de comparecer ao trabalho (advertência e desconto em folha de pagamento), faltassem com o respeito devido ao diretor, aos superiores hierárquicos e à dignidade da Escola, ou que concorressem para a implantação da desarmonia da escola (em ambos os casos, eram admoestados ou suspensos por até 30 dias, conforme a gravidade da falta) e, os que abandonassem as suas funções por mais de trinta dias (rescisão de contrato ou exoneração). Também estipulava que, em caso de reincidência da infração ou falta, seria aplicada a penalidade imediatamente superior nessa escala.

Das penalidades impostas pela direção, o regulamento de 1927 estabelecia que o interessado poderia entrar com recurso junto à

⁴ Artigo 145 do Regulamento da ESAV-MG de 1927, p. 22

Congregação. Das aplicadas por essa, ao Secretário de Agricultura. No Regulamento de 1947, as penalidades dos servidores da Escola já obedeciam “aos dispositivos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais”.⁵

Em suas disposições gerais, o artigo 174 do Regulamento de 1927, vedava à qualquer empregado ou aluno o uso de armas proibidas. No regulamento de 1931, a interdição se estende aos vícios do jogo e do álcool.

Os dispositivos disciplinares instituídos nos diferentes regulamentos tinham a função de incutir e legitimar as normas de conduta e de civilidade consideradas adequadas. Tais normas tinham uma característica centralizadora, pois exigia vigilância e controle da diretoria, no sentido de homogeneizar hábitos e comportamentos, que se fazia, mormente, através da aplicação dessas penalidades, conforme o grau de incidência das faltas.

No caso dos docentes, era imprescindível que os mesmos dessem “o bom exemplo”. Essa preocupação pode ser identificada numa advertência reservada da direção, de 30 de setembro de 1930, ao então professor norte-americano Albert O. Rhoad, na qual o primeiro pede:

a fineza de se, de acordo com o hábito distinto seguido nesta Escola, desde seu início, por todo o pessoal que a frequente inclusive seu Diretor, tirar o chapéu ao penetrar no edifício principal - o que faz, estava certo, por mera distração, apesar das minhas palavras na última reunião da Congregação. Esperando nem de leve melindrar o distinto amigo com este pedido, feito tão somente visando o aperfeiçoamento do meio escolar em que nos encontramos, subscrevo-me, com elevada estima.⁶

Mais uma penalidade, dessa vez de admoestação, também foi encontrada num documento de 1930, na qual o então diretor

⁵ Artigo 185, Regulamento da ESAV de 1947, p. 62.

⁶ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

aconselhava a dois professores que evitassem conversar no corredor do prédio principal, para não dar mal exemplo aos estudantes.

Outras penalidades de advertência e de admoestação aplicadas aos docentes referem-se ao combate ao absentismo, ao cumprimento de horários, que pode ser identificado no ato número 184, emitido pelo então diretor, no início de 1937, fixando o horário de entrada para o expediente dos professores. O uso dessas penalidades para esses tipos de faltas foi bastante comum durante todo período.

Em relação ao cumprimento do regime de trabalho docente full time, encontra-se uma advertência do então diretor, no ano de 1935, a um professor por participar de um cursinho livre preparatório para ingresso na ESAV, o que feria “o regulamento desta Escola e a cláusula do vosso contrato, sobre tempo integral, e ainda, poderá trazer suspeitas e dúvidas ao futuro processado dos exames citados”.⁷

No que tange à aplicação das penalidades regulamentares de suspensão por até trinta dias ou de rescisão de contrato docentes, só foi encontrado um documento que atesta a execução ou encaminhamento dessa última punição pela diretoria do estabelecimento, às autoridades competentes para tal, ou seja, o Secretário de Agricultura e o Presidente do Estado de Minas Gerais. A pouca incidência de aplicação dessas penas, talvez possa ser explicada pelo fato de ambas acarretarem também prejuízos para os alunos e para o funcionamento do estabelecimento.

Um fato que reforça essa hipótese em evitar a suspensão do trabalho dos docentes pode ser identificado, numa outra situação, na negativa apresentada pela diretoria, no 2º trimestre de 1931, em conceder licença, por motivo de saúde, a um professor contratado que, por sua vez, insistiu-se em seu pleito, interpondo recurso ao Presidente da Junta Administrativa, tendo seu pedido indeferido.

⁷ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

As penalidades relativas às faltas no cumprimento de prazos pelos docentes, ao que parece, não eram relevadas nem por motivo de enfermidade, como foi constatado por um docente, que procurou justificar, ao secretário da escola, as razões do atraso no envio das médias do mês anterior, em função da sua “exaustiva” jornada de trabalho na instituição:

Doente, ontem às 8:30 da noite tive o pesar de receber a carta em que me manifestais a contrariedade da diretoria dessa Escola, pelo atraso na entrega das médias de provas dos alunos para que leciono. Tendo, sob minha responsabilidade, o ensino de três matérias diferentes para quatro turmas, e mais os encargos de redação do jornal desse estabelecimento, além de seis horas mínimas de serviço regulamentar, diárias, no próprio instituto, obrigo-me a estudar em casa os pontos das lições, a fim de a quantidade das disciplinas não prejudicar a qualidade dos ensinamentos. Com oito maços de exercícios a corrigir entre sabatinas e provas escritas o número eleva-se a quase duzentos. Mesmo privando-me de diversões e trabalhando em casa, o tempo foi insuficiente para eu entregar na secretaria, a caderneta de aula, a 29 do mês p. findo. Se infração regulamentar houve de minha parte, embora involuntária, eu sou por ela inteiramente responsável. Sentindo-me ainda abatido, comunico-vos que me não é possível trabalhar hoje.⁸

O relato desse docente é duplamente interessante, pois, de um lado, demonstra sua dificuldade em dar conta das atividades sob sua incumbência, apontando o seu abatimento por contrariar a direção e o regime de trabalho cotidiano na instituição. De outro, indica um tipo de falta não tolerada no estabelecimento, uma vez que o professor foi dispensado ao final do seu contrato de um ano.

Já o abandono do cargo pelos docentes, durante o semestre letivo, parece que tornou-se uma atitude corriqueira, ao menos até o ano de 1934, como fica evidenciado no processo⁹ aberto pela direção e

⁸ Arquivo Central e Histórico da UFV, correspondência recebida pela ESAV em 08 de maio de 1935.

⁹ Processo nº 224, de 27 de novembro de 1934, p. 2.

encaminhado à Junta Administrativa, comunicando a saída de mais um professor e sugerindo a adoção de medidas “para impedir a continuação de tais abusos”, com a inclusão nos contratos de mais duas cláusulas que obrigassem o professor a cumprir sua obrigação até o término do contrato.

O abandono do trabalho de um docente, no início do ano letivo, e de outro, próximo ao final do segundo semestre, indica, *a priori*, o excessivo zelo na aplicação das penalidades em relação às faltas cometidas pelos professores no estabelecimento e a tentativa da direção em instituir um meio de enquadrá-los, por contrato, a esse regime, de modo a promover um ajuste entre a falta cometida e os efeitos da pena, sem acarretar a “deserção do sentenciado” à punição, indicam a extrapolação do poder de punir da direção, e a idéia de que um mesmo castigo não deveria ser aplicado de maneira igual para todos os servidores do estabelecimento.

Contudo, a rescisão de contrato se fará em casos considerados de maior gravidade, como o inquérito encaminhado à Junta Administrativa, pelo então diretor, em 02 de janeiro de 1936, para apurar os “indícios da ação comunista no estabelecimento”, na qual o mesmo informava que os dois professores suspeitos de fomentarem tal ação já haviam sido afastados da instituição em outubro e dezembro de 1935, respectivamente, enquanto um servidor teve seu contrato suspenso, até a resolução do caso.¹⁰

Se na pesquisa documental realizada, não se verifica, aparentemente, a aplicação da penalidade da suspensão, em relação às faltas cometidas pelos membros do corpo docente, o mesmo não pode ser afirmado em relação aos demais servidores da escola que eram, em sua maioria, nomeados pela diretoria da escola, ficando sujeitos às penalidades impostas nessa instância de poder. Contudo, antes de apontar os tipos de faltas que imputavam a aplicação dessa penalidade,

¹⁰ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

vale a pena discorrer sobre as transgressões mais leves, que eram passíveis de execução das punições mais brandas como a advertência e a admoestação.

A penalidade de advertência pode ser identificada em alguns documentos, como uma, do ano de 1931, em que o então diretor fez uma repreensão a um funcionário “por brincadeiras durante o serviço”. Também encontram-se registros das penalidades de advertência e de admoestação aplicadas a alguns funcionários, em anos distintos, por não cumprirem suas obrigações.¹¹

As situações criadas para indispor a direção perante os demais funcionários eram passíveis de forte admoestação, como foi o caso de um servidor que solicitou informações, por escrito, ao então diretor, em 25 de fevereiro de 1939, a respeito “das férias da Escola durante os dias de carnaval.” Tal pedido foi interpretado pelo seu superior, como tendo o “objetivo de embaraçar o diretor e a administração da Escola”, na qual o servidor retruca sobre o seu direito a três dias de folga, fazendo com que o diretor cancelasse a ordem combinada de revezamento de seu pessoal durante os festejos do momo.

A aplicação das penalidades leves foi um meio de prevenir à desordem futura, sendo calculada com a finalidade de se evitar a possível repetição da infração. Os casos de reincidência eram punidos com mais severidade, como a que foi aplicada pelo diretor em 1932, ao suspender por dois dias, dos trabalhos no estabelecimento, um encarregado de serviços, “por não estar zelando bem das máquinas que lhe estão confiadas”. Outro caso foi o de um ronda, suspenso, em 1936, por faltar no dia de “plantão dominical”.¹²

Antes disso, encontra-se uma “punição exemplar” de suspensão por um dia de vários servidores e alunos, por terem participado de jogos entre as equipes de futebol dos clubes e associações desportivas, em um torneio na cidade vizinha de Visconde do Rio Branco,

¹¹ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

¹² Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

defendendo, portanto, outra bandeira que não a da escola. A comissão de inquérito, conduzida pelo professor que presidia o conselho disciplinar, inicialmente, convocou para depor, três “suspeitos” (dois funcionários e um aluno) que, individualmente, foram inquiridos se haviam participado de jogos e ou treinos fora da escola após o dia 20 de agosto de 1934. Foram indagados sobre o porquê e que outros servidores ou alunos viram treinar. A conclusão foi encaminhada ao diretor, em 05 de julho de 1935, na qual foi comprovado o envolvimento de 18 indivíduos “incursos na infração do Ato 165 de 1934”, sendo que três deles incorreram nas mesmas faltas, no dia 16 de junho de 1935, ou seja, dias após cada um prestar seu depoimento à referida comissão.¹³

No que concerne à rescisão de contrato de servidores, verifica-se que, normalmente, esta era aplicada nas faltas consideradas de maior gravidade e que, quase sempre, desdobraram-se em ocorrências policiais. Situação bastante elucidativa do princípio de “educar-se elevando” pode ser constatada na rescisão do contrato de uma professora da escola primária anexa ao estabelecimento, em 18 de maio de 1935, após inquérito de averiguação, que confirmou que a docente fez um aluno ingerir uma pimenta como corrigenda, pelo fato do mesmo proferir vocábulos obscenos em presença de colegas.

A explanação sobre alguns aspectos do regime disciplinar e das penalidades aos servidores na ESAV indica formas de resistência, sobretudo dos professores e sinalizam a existência de “uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor”.¹⁴ Tal diferenciação, segundo essa classificação individual, ficará mais evidenciada nas punições impostas aos alunos.

¹³ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 151.

Cotidiano, regime disciplinar e penalidades impostas aos estudantes

Foram identificados muitos documentos que trazem registro das ocorrências e inquéritos encaminhados, notificados ou arquivados pelos diferentes diretores, com maior ou menor abundância de detalhes e de fontes, conforme o legado deixado e encontrado, no Arquivo Central e Histórico da UFV, entre os anos 1927 e 1948. Esses registros tratam da aplicação das penas disciplinares cabíveis aos alunos que não conseguiram compreender o ideal e as normas de conduta instituídas pela escola, ao mesmo tempo, que serviam de prevenção e exemplo para os potenciais infratores do futuro.

A despeito da arte de punir os alunos, verifica-se que os mesmos, pelo Regulamento de 1927, estavam sujeitos às penas disciplinares de advertência, admoestação, suspensão e expulsão. A primeira poderia ser feita pelos docentes e pelo diretor, para a correção de faltas leves contra o regulamento e o regimento interno. Já a pena de admoestação, era feita pelo diretor, no recinto da diretoria, para corrigir a reincidência em faltas leves, as de caráter mais grave e depredações. Esta penalidade era registrada e qualquer membro do corpo docente poderia pedir esta pena para os alunos.

A penalidade de suspensão era imposta pela Congregação, com o fim de castigar as faltas de caráter grave. No primeiro regulamento, a aplicação de tal penalidade, durante o ano letivo, era de 10 dias, no máximo, enquanto a suspensão por motivo de fraude em exames poderia ser de até 360 dias. Os regulamentos seguintes não fazem menção ao limite de dias para aplicação dessa pena, que permaneceu sendo registrada e comunicada aos responsáveis pelos alunos, mesmo procedimento verificado quando da aplicação da penalidade de expulsão, que era também imposta pela Congregação, tendo por fim afastar da instituição, “definitivamente, os elementos nocivos à sua

segurança, incursos em faltas de caráter gravíssimo contra a disciplina, a moral e as leis do país”.¹⁵

No Regulamento de 1947, detecta-se a adição de mais uma penalidade, a de cassação da matrícula, intermediária entre a suspensão e a expulsão, para as faltas com agravantes, aplicada pela Congregação. Dos regulamentos consultados, esse é o único que passa a explicitar, aos penalizados, que podiam entrar com recurso, junto “à autoridade imediatamente superior, salvo os casos previstos neste regulamento”.¹⁶

A partir do Regulamento de 1931, outros artigos serão incorporados ao capítulo das penalidades, como o que estipulava que os prejuízos verificados no estabelecimento “por culpa ou desídia de qualquer funcionário ou aluno, deveriam ser indenizados pelo valor conhecido ou arbitrado”, sem atenuar as demais penas indicadas para o caso. Ainda estabelecia que as indenizações dos danos, cuja autoria não pudesse ser identificada, não prescreveriam.

Embora fosse a única penalidade não registrada, é plausível supor que a advertência tenha sido a mais utilizada no cotidiano do estabelecimento, dada sua organização temporal e espacial, de vigilância e controle dos alunos, de modo a tolher sua espontaneidade e inculcar valores, comportamentos e atitudes, a partir da aplicação de várias micropenalidades. Sobre esses controles, os registros ou mesmo os lapsos documentais de decorrência, fazem lembrar Foucault quando caracterizava a disciplina enquanto práticas de controle do

tempo (atrasos, ausências, interrupções de tarefas), à atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), à maneira de ser (grosseira, desobediência), aos discursos (tagarelice, insolência), ao corpo (atitudes ‘incorretas’, gestos não conformes, sujeira) e à sexualidade (imodéstia, indecência).¹⁷

¹⁵ Regulamento da ESAV, 1931, p. 56.

¹⁶ Regulamento da ESAV, 1947, p. 63.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 149.

Assim, a advertência vai ser o primeiro sinal punitivo utilizado pela instituição para inibir e coibir a incidência das faltas cometidas pelos estudantes. Inibir, com o discurso informado pela ciência coletiva das normas e regulamentos vigentes na instituição, comunicadas pela direção durante as reuniões gerais e prescritas através de avisos e mensagens, como a emitida, em 24 de setembro de 1937, sobre o fumo dos alunos e dos professores em locais impróprios ou do aviso de 1947, na qual o então diretor lembrava, aos alunos externos e semi-internos, que não era permitida a entrada no internato.¹⁸

Coibir nos alunos, por meio da advertência individual feita pelo docente ou diretor, a inobservância das normas instituídas, não só para servir como exemplo aos que não cometeram tal infração, como também para chamar a atenção do infrator para os efeitos agravantes da reincidência, prevenindo-o sobre a desvantagem de incursão em novas faltas e penalidades de maior gravidade, foi um propósito intencionado.

A penalidade de advertência aplicada pelo diretor se fazia especialmente em razão de sua inspeção aleatória em tempos e espaços diferentes da instituição e de vigilância a qualquer anormalidade na rotina da escola. Isso demandava cuidados de observação e controle sobre os detalhes de postura e conduta exigidos a todos os sujeitos do estabelecimento.

A atenção dada às minúcias é verificada na correspondência remetida pelo então diretor, em 09 de janeiro de 1932, ao engenheiro agrônomo recém-formado na primeira turma da ESAV, sobre sua solicitação para o envio de uma carta de apresentação no mercado, enquanto seu diploma não fosse expedido. O diretor respondeu, então, assertivamente ao requerente, ao mesmo tempo, que se lembrava das penalidades de advertência nas quais o ex-aluno esteve incurso, renovando sua esperança no ideal

¹⁸ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

do trabalho perseverante e de nacionalismo sadio, sem a inópia de fronteiras apertadas! Aos moços de suas qualidades, meu caro compete firmá-la. O seu curso lhe é todo favorável, salvo aquelas vezes que ia a cidade sem paletó ou que se assentava na plataforma da Estação.¹⁹

A aplicação da pena de admoestação ocorria principalmente após as avaliações mensais dos alunos realizadas nas reuniões da Congregação, com a convocação individual dos alunos postos em observação pelos docentes, ao recinto da diretoria, para receber repreensões relacionadas, sobretudo, com o baixo aproveitamento nos estudos ou por questões de indisciplina no cumprimento dos horários, falta às aulas, ou de outras posturas consideradas nocivas ao estabelecimento e à ordem.

A penalidade de suspensão era aplicada, pela direção, sobre os alunos reincidentes nas faltas graves, ou incursos em faltas consideradas de maior gravidade. Essa pena disciplinar, quanto à duração, apresenta grande variedade de prazos, o que demonstra a gradação no uso dessa punição, conforme o tipo de falta disciplinar cometida pelos estudantes, como saídas do estabelecimento sem ciência e autorização da direção, retorno ao internato fora do horário permitido para tal, as tentativas de fraude, sobretudo da “cola” nos exames e outras condutas “em desacordo com a educação praticada no estabelecimento” e as normas sociais vigentes.²⁰

Um caso em que a arte dessa penalidade teve, aparentemente, um efeito pedagógico eficaz, ou seja, “de punir exatamente o suficiente para impedir”,²¹ pode ser indicada na pena aplicada pela diretoria, em 1929, de suspensão de um aluno por quinze dias, por ter ido visitar a família, no domingo, em Coimbra, cidade vizinha a Viçosa. Nos outros documentos consultados, não se identifica outra penalidade em função dessa falta. Os alunos internos, ainda estavam sujeitos à penalidade de

¹⁹ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

²⁰ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

²¹ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 79.

suspensão do internato, podendo ser afastados temporária ou definitivamente, conforme julgamento e deliberação da Congregação.

O provável primeiro caso de aplicação da penalidade de suspensão temporária no internato pode ser identificado na punição imposta a dois estudantes pela Congregação, na reunião do dia 24 de julho de 1928. O registro em ata, desse assunto, é emblemático da constituição do poder de punição e do seu caráter pedagógico, ao sinalizar que a idéia dessa falta estivesse ligada à idéia de uma desvantagem maior, de modo a torná-la não desejável com o veredicto de suspensão dos alunos do internato até o final daquele ano.²²

Por outro lado, também é possível detectar “a ‘pena’ da idéia da ‘pena’”, da idéia de uma dor, de um desprazer, de um inconveniente, que essa punição representará para o corpo discente, tanto é que alguns alunos assinaram e encaminharam recurso à Congregação, pedindo “uma solução benigna para o caso”. Ao que parece, a idéia desse sinal punitivo foi tão eficaz, junto aos estudantes, que os dois alunos recorreram e tiveram sua punição atenuada, menos de uma semana depois, na reunião seguinte da Congregação, realizada em 30 de julho, obtendo permissão para voltarem a residir no internato de imediato.²³

Não obstante o efeito didático desse sinal punitivo é plausível supor uma significativa incidência desse tipo de transgressão, uma vez que a aplicação dessa penalidade constituiu-se numa ação disciplinar regular do estabelecimento, sendo utilizada como importante instrumento da direção e da Congregação, para manter a ordem e o regime de disciplinar vigente.

Também se infere que muitos estudantes incorreram em faltas verificadas durante a realização dos exames, por meio de fraudes, como no caso das sabatinas, quando o docente constatava que o aluno havia copiado anotações de outro colega, e das provas mensais e semestrais, quando se detectava o uso da cola, seja por consulta direta ao conteúdo

²² Caderno de Atas, Congregação ESAV, 1928. Arquivo Central e Histórico UFV.

²³ Caderno de Atas, Congregação ESAV, 1928. Arquivo Central e Histórico UFV.

de ensino da avaliação, seja pelo fornecimento ou facilitação da resposta dada por outro colega. Normalmente, a penalidade de suspensão aplicada nessa situação, era de uma semana.

Contudo, dependendo do prontuário de faltas cometidas pelo estudante, a aplicação dessa penalidade poderia ter agravantes, com a ampliação dos dias desse castigo, que poderia estender-se até o restante do semestre ou ano letivo. A execução de tais penalidades pode ser identificada em várias deliberações da Congregação em diferentes anos, na qual, normalmente, a diretoria chamava atenção do aluno, por falta de comportamento e pouco aproveitamento que tem tido no estabelecimento e aconselhava o mesmo “a voltar com o firme propósito de correção, ou desistir de ser nosso aluno”, dando ciência da ocorrência ao responsável pelo aluno por correspondência, como a supracitada, remetida pela direção ao final do primeiro semestre, em de 18 de julho de 1931.²⁴

Outros motivos ocasionaram a aplicação dessa pena de suspensão semestral ou anual, e estavam relacionados aos atos de indisciplina dos alunos extramuros, como o envolvimento de estudantes em brigas com moradores da cidade, arruaças e bebedeiras ou no uso do fumo no cinema, ou em fraude, como o caso de três alunos que viajaram de carona no trem, em abril de 1934.

A aplicação dessa penalidade tornou-se, aparentemente, tão usual, que a sua não incidência, durante um semestre, era merecedora de júbilo, como atestado no relato de um professor, responsável pela gerência do internato, no segundo semestre de 1934, quando informava que, nesse período, “nenhuma irregularidade se registrou e o testemunho disto, reside no fato de que foi o primeiro semestre que a Congregação não teve o desprazer de afastar alunos do nosso meio”.²⁵

Não obstante essa provável exceção, é pertinente supor que a aplicação sistemática da penalidade de suspensão semestral ou anual

²⁴ Caderno de Atas, Congregação ESAV, 1931. Arquivo Central e Histórico UFV.

²⁵ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

dos alunos, tenha sido a responsável pela criação regulamentar, na década de 1940, de mais uma pena, a de cassação da matrícula, para as faltas com agravantes, executada em função do baixo aproveitamento dos estudos e do comportamento indisciplinado de alguns discentes.

Se o emprego dessas medidas disciplinares e corretivas aplicadas pela direção, aos alunos incursos em penalidades, não surtia o efeito esperado, ou seja, não os sujeitava a se enquadrar em termos de valores e atitudes às normas e às condutas político-pedagógicas praticadas, os mesmos eram desligados da instituição, através da pena da expulsão, recurso utilizado para “separar o joio do trigo”, ou melhor, evitar a contaminação dos bons “frutos” pelos maus, que poderia colocar em cheque o poder da autoridade constituída e a própria credibilidade do ensino ministrado no estabelecimento.

Não há dúvida que o bom aproveitamento nos estudos, constituir-se-á num ponto bastante considerado na avaliação e na decisão da Congregação e da direção, no que diz respeito à permanência ou não do aluno no estabelecimento. A despeito da expulsão de um aluno por baixo rendimento escolar, encontra-se um ofício do então diretor, informando ao pai daquele, ao final do primeiro semestre de 1936, de seu desligamento da instituição, por ter sido reprovado em três matérias, pois “o Estado não pode tolerar que alguns displicentes ocupem na Escola lugares que podem ser aproveitados por moços convenientemente aplicados, que de certo tirarão o melhor proveito possível da oportunidade que a Escola lhes oferece”.²⁶

Também ficavam sujeitos a essa punição, os alunos que cometiam infrações ou delitos sociais graves ou com agravantes, que chegava ao conhecimento da diretoria, por intermédio, principalmente de inquéritos abertos na delegacia de polícia de Viçosa, como a autuação de um aluno que fumou no cinema e “desacatou o agente da

²⁶ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

autoridade que fazia o serviço de policiamento”, que lhe chamara a atenção, em 1935, ou de outro que agrediu a um menor, cuja mãe prestou queixa na delegacia, em 1937.²⁷

As nuances do regime de penalidades instituído na ESAV, demonstra o grande espectro de ilegalidades que se queria reduzir, dada a preocupação em qualificar o maior número de infrações, classificadas e reunidas em espécies, de modo a não deixar escapar nenhuma irregularidade de comportamento, considerada permissiva à formação do homem e do profissional que a educação praticada no estabelecimento pretendia ensinar. Daí a necessidade de uma codificação precisa, para que cada tipo de infração pudesse estar claramente presente nela. “É necessário um código exaustivo e explícito, que defina os crimes, fixando as penas”.²⁸

A codificação exaustiva e explícita da definição das faltas e das penas vigentes no estabelecimento, não se encontrava apenas nos diferentes regulamentos e regimentos internos, mas especialmente durante as reuniões gerais, ritual bem significativo, no que concerne à definição dos lugares de cada um e a hierarquia de saber e poder vigente na instituição.

Essa hierarquização dos indivíduos com base no saber e no poder, a classificação paralela das faltas e punições e as táticas de intervenção utilizadas sobre todos os infratores, mormente sobre os alunos, que vão sendo consubstanciadas no estabelecimento, a partir da organização de um campo de prevenção, do cálculo dos interesses entre as faltas e as penas, da entrada em circulação de representações e sinais punitivos, da constituição de um horizonte de certeza e verdade no julgamento das transgressões, do ajustamento das penas a variáveis cada vez mais sutis, permite supor que, também houve uma objetivação das infrações e dos infratores.

²⁷ Idem.

²⁸ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 79.

Nos dois casos, vemos que a relação de poder que fundamenta o exercício da punição começa a ser acompanhada por uma relação de objeto na qual se encontram incluídos não só o crime como fato a estabelecer segundo normas comuns, mas o criminoso como indivíduo a conhecer segundo critérios específicos.(...) Os processos de objetivação nascem nas próprias táticas de poder e na distribuição de seu exercício.²⁹

A objetivação do “crime” e do “criminoso”, ou melhor, das infrações e dos infratores, também puderam ser identificadas na pesquisa documental realizada, sendo que a primeira fica patente, em função da própria necessidade de seu efeito fosse aplicado de modo mais rápido e decisivo possível, na medida em que estava mais diretamente ligada à reorganização do poder de punir e à garantia da manutenção do regime de ensino instituído no estabelecimento. Já a segunda, de individualização das penas, pode ser presumida pelo fato da aplicação penal passar a ser modulada não pela falta em si, mas, sobretudo, por quem a cometeu, no que se refere “à sua natureza, a seu modo de vida e de pensar, à ‘qualidade’ e não mais à intenção de sua vontade”.³⁰

No caso da individualização das penas, os indícios dessa modulação ficam evidenciadas pelos critérios de agravantes das penas que vão sendo erigidos, mas também pela origem social, nível de ensino e o rendimento escolar e a própria faixa etária dos infratores, numa escola freqüentada mormente por moços, no curso de superior e, homens, no caso dos cursos elementar e médio.

Ainda é plausível supor que a modulação das penalidades individuais também vai estar relacionada com o tipo de vínculo tecido pela família com a administração da instituição, sobretudo no que refere-se às expectativas depositadas quanto à educação promovida, ampliando a tutela da escola sobre o progênito, como pode ser verificada na correspondência enviada, em 21 de maio de 1932, pelo

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 85

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 83.

pai de um aluno, calouro do curso de Agronomia, pedindo ao então diretor que ele penalizasse seu filho sem dó, pois receava que o mesmo fosse desligado da Escola. “Dê a ele toda sorte de castigos”, ou em outra missiva, datada de 28 de janeiro de 1942, na qual um pai pedia ao então diretor para “administrar a mesada do filho, aconselhá-lo”. Nesse sentido, nota-se que o desejo de inculcação, da noção de autoridade, não era uma atribuição exclusiva da escola, fazendo parte de um padrão cultural de uma sociedade agrícola.³¹

Cotidiano e a modelagem do profissional agrícola

A sucinta explanação a respeito da organização e do funcionamento do regime de faltas e penalidades instituído na ESAV atesta a determinação das sucessivas administrações em manter, em sua essência, os princípios disciplinares e a finalidade do ensino voltada para o melhoramento do homem, do animal e da semente. Nesse sentido, tais medidas não podem ser vistas simplesmente como mecanismos negativos de repressão, impedimento, exclusão e supressão, por estarem ligadas a uma série de efeitos positivos e úteis em termos de formação de capital humano e cultural para a disseminação dos novos valores e técnicas de produção no meio rural, na qual muitos desses profissionais formados atuarão.

A análise da forma de organização e controle dos tempos e espaços de ação pedagógica, enquanto dispositivos disciplinares instituídos na ESAV indicam o modelo de educação adotado, com vistas a formar um tipo de homem considerado ideal para liderar a modernização e diversificação da produção agropecuária mineira, fazendo uso não só da técnica e dos experimentos, mas também da prática dos desportos, da doutrinação cívica, moral e higienista. A inculcação desse *ethos* institucional forjou um *habitus* típico na formação dos alunos egressos dos seus diferentes níveis de ensino em agricultura,

³¹ Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

considerado adequado para formar e orientar a conduta de ação desse novo tipo de homem, o profissional, o técnico da área agrária.

Destarte, pode-se depreender que os princípios do ensino e da organização disciplinar instituídos na escola, não sofreram alteração significativa, consolidando e reproduzindo uma cultura escolar típica de um modelo de ensino voltado para influenciar e incrementar o desenvolvimento das forças produtivas no campo, que pode ser atestada pela correspondência enviada pelo então diretor da ESAV, em 1948:

Na velha ESAV continuamos a lutar pelos mesmos ideais, procurando inculcar no espírito das gerações novas aqueles mesmos princípios sadios que aprendemos aqui. É uma luta ingrata, pois grande parte apenas compreende o valor dessa formação após o abandono dos bancos escolares. Mas me conformo com a situação pois esta é normal ao educador. Resta-nos o consolo de contar com a gratidão daqueles que, mais tarde, possam reconhecer nosso esforço e pureza de intenções.³²

Esse trecho da carta escrita pelo então diretor, engenheiro-agrônomo formado na primeira turma da ESAV, em 1931, Antônio Secundino de São José,³³ ao seu colega e ex-professor de instrução militar do estabelecimento, Júlio Ferreti, em 15 de junho de 1948 é bastante emblemática, uma vez que durante o seu período como estudante, o mesmo teve muitos atritos com o então diretor João Carlos Bello Lisbôa, por questões disciplinares. Conforme depoimento dado, em 2001, por João Maria Bello Lisbôa, filho do então diretor, tais questões foram motivadas pelo fato do então estudante

gostar muito de tocar violão no dormitório, no horário destinado ao silêncio para os estudos, fazendo com que meu pai tomasse o violão dele em duas ocasiões. Ele chegou a ir embora de Viçosa, mas os estudantes foram lá para a ‘estaçãozinha’,

³² Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

³³ Ex-aluno, professor e diretor da ESAV-UREMG. Fundador da empresa *Agrocerec*.

chamaram meu pai, fizeram o trem parar e o convenceram a voltar para a Escola.³⁴

O exemplo deste ex-aluno, um dos fundadores da “Marcha Nico Lopes”, rito de passagem para o fim do trote no “calouro burro”, criada em 1929, e que se realiza até hoje, não com o sentido original, mas ressignificada através de desfile de blocos de servidores e discentes, com temas jocosos e de crítica social e de uma espécie de “micareta”, de um carnaval extemporâneo, é bastante representativo por apontar o processo de reprodução dos valores e da cultura escolar, forjadas e impressas na instituição.

Não obstante a existência do regime de vigilância, do rigor disciplinar e da determinação em punir condutas e atitudes indevidas dos alunos, também detectaram-se as táticas utilizadas pelos alunos para burlar e atenuar tal sistema. Um exemplo disso, pode ser citado no artigo “Evocando o Passado”, escrito pelo mesmo ex-aluno, então professor da Escola, no livro de formandos da ESAV de 1939, lembrando seu tempo de estudante interno da instituição (1928-1931):

(...) Naquele tempo, a entrada nos dormitórios à noite era às 19:30. Aos Domingos, às 21:00. Aos Sábados, ‘depois do cinema’. Ora, o estudante está sempre pronto a sofismar sobre as leis que o regem, e desde que oportunidade se apresente, a interpretá-las da maneira mais conveniente aos seus próprios interesses. Eis porque achávamos que meia noite, uma, duas ou três horas da madrugada era ainda ‘depois do cinema’. E daí as famosas serenatas aos Sábados, puxadas a sanfona, flauta, saxofone, violões, colheres de sopa, e uma vez por outra, até vitrolas... Tudo era simples questão de camaradagem com o ronda, nosso fornecedor assíduo de ovos frescos.

O uso do fumo só era permitido em dois lugares: no refeitório (!) e numa das salas do porão do prédio principal, por nós crismada de ‘Sala da Fumaça’. À noite, quando nas salas de estudo, tínhamos que deixar os livros por um quarto de hora e locomovermo-nos até ao Prédio, para uma fumacinha e um

³⁴ Entrevista realizada em Belo Horizonte, 2001.

‘bonde’. No fim de um ano as estatísticas mostraram tão elevado número de transgressões, que a lei foi modificada para menos drástica.

Mais de um no chuveiro era ainda considerado ofensa à moral. Certa ocasião estávamos cinco num chuveiro ao mesmo tempo. Cinco rapazes num quarto de banho não são, em absoluto, a imagem do silêncio e da calma. Nisso, um sexto bate à porta.

-‘Não há mais lugar’, dizemos [sic] nós. Novas batidas, mais fortes, mais enérgicas.

‘Abre a porta e vamos dar um susto nesse...’ disse um de nós, enchendo as conchas das mãos de água fria e se escondendo atrás da porta. Abriu-se a porta e ... era o Sr. Diretor!... Ainda bailam nos meus ouvidos as palavras dum dos maiores ‘sabões’ que jamais ouvi em toda a minha vida.³⁵

Essa longa citação do então professor Antônio Secundino de São José serve como indicativo da trajetória formativa de muitos estudantes nessa escola. O caso desse ex-aluno formado na primeira turma do curso superior de agronomia da instituição, que num primeiro momento, quase evadiu-se do estabelecimento por não suportar a rigidez do regime disciplinar, que num segundo momento, como professor, recorda-se das artimanhas utilizadas pelos alunos para ludibriá-lo ou atenuá-lo e, que num terceiro momento, já como diretor dessa escola, reconhece a importância desse sistema para forjar os valores morais, físicos e intelectuais das novas gerações, considerados imprescindíveis para a formação de homem e de profissional agrícola ensejado pela educação promovida no estabelecimento, dentro de uma perspectiva produtivista e utilitária na difusão de novos conhecimentos e técnicas para o incremento da produção agrícola.

³⁵ SÃO JOSÉ, A. S. Evocando o passado. In: *Formandos da ESAV*, 1939, pp. 12-13.

CRÔNICA, HISTÓRIA E COTIDIANO

Ana Inez Klein*

Os estudos acerca do cotidiano colocam em pauta questões que são fundamentais na produção do conhecimento histórico. Tomado, normalmente, como o cenário sobre o qual se desenrola a vida humana, o cotidiano se torna uma porta de entrada para diversos temas quando analisado enquanto conceito, instrumento de análise da realidade.

Partindo da idéia de que o paradigma da ciência é “ao mesmo tempo indispensável e insuficiente para o conhecimento do cotidiano”¹ Silvia Petersen aponta alguns impasses do tema do cotidiano na historiografia. Com Bachelard, a autora se posiciona em relação à definição de ciência, cujo entendimento situa o cotidiano em condição de oposição ao senso comum. É função da ciência justamente ultrapassar a experiência imediata, vencê-la.

Tratar do tema do cotidiano na historiografia, então, é não menos do que colocar-se num campo epistemológico, teórico,

* Doutora em História pela UFRGS. Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Este artigo reafirma algumas posições debatidas na dissertação de mestrado *Crônica e história: a trajetória de seus encontros e desencontros e a análise de “Antigualbas: reminiscências de Porto Alegre” de Antonio Álvares Pereira Coruja à luz de reflexões atuais sobre esta relação* de 1997, atualizadas e dirigidas ao debate sobre o cotidiano na historiografia.

¹ PETERSEN, Silvia. “Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana”. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C. (org.) *Territórios do cotidiano*. Porto Alegre: UFRGS; Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 1995, p. 35.

conceitual, onde têm lugar garantido as reflexões mais basilares da constituição da história-conhecimento: como se constitui a ciência histórica, seu estatuto gnosiológico, sua relação com a subjetividade e com a verdade, sua posição na tensão sujeito estrutura, a presença da narrativa, a função da história e do historiador, para citar alguns.

O conhecimento histórico é produzido de formas variadas, complexas, onde o historiador encontra-se numa constante e inexorável condição de escolha. Não há possibilidade de se produzir História sem se levar em conta uma atuação, pelo menos em parte, consciente do historiador para com seus conceitos, que se constituem o caminho por ele eleito para se conhecer o passado.

Ciente da impossibilidade de propor uma solução ao impasse da relação cotidiano e ciência, este trabalho almeja desenvolver um caminho possível de aproximação do cotidiano com a História, fazendo um estudo da crônica como fonte histórica e baseando-se na constatação de que, a despeito das limitações teóricas, esta temática se impõe na contemporaneidade. É possível que esta proposta possa ser apresentada, apenas, ou, modestamente, como uma inversão de ordem da afirmação de Petersen, de o “cotidiano como indispensável e insuficiente” para o cotidiano como insuficiente e indispensável. Neste caso, a ênfase se desloca para o indispensável e se justifica pela presença constante do cotidiano na historiografia contemporânea, o que pode ser comprovado pelas muitas publicações que utilizam este tema, como é o caso dos trabalhos da presente obra.

Crônica e cotidiano

O presente estudo relaciona o cotidiano, tema deste livro, a um tipo específico de fonte histórica, a crônica. Refiro-me, também, a um conceito específico de crônica, aquelas publicadas nos jornais, que tratam, em sua maioria, de temáticas urbanas e contam os fatos pequenos, os fatos do dia-a-dia, do cotidiano.

Neste formato de publicação, coletivo e de espaço reduzido, não há razão para caracterizar a crônica brasileira, nem descrever suas temáticas ou constatar sua importância no Brasil, o que foi feito por vários escritores.² Imprescindível é destacar que, na condição atual da produção historiográfica e dos debates teóricos que temos travado, especificamente quanto ao consenso de que “tudo o que é do homem”³ é material para o historiador, condição esta exemplificada pela vasta gama de fontes utilizadas nas pesquisas em História, da memória oral às fotografias, para citar dois casos. A importância da crônica como fonte da história pode estar justamente na sua relação com o cotidiano, na sua condição de ser o texto da temática do cotidiano, por excelência.

Vale lembrar que a situação da História em relação à ciência, a busca incessante do historiador para definir um lugar para a história no rol das demais ciências, o que caracterizou a historiografia desde o século XIX, evoluiu da História dos grandes personagens para a

² Estão são obras basilares sobre o assunto: ARRIGUCCI JR., David. “Fragmentos sobre a crônica”. In: *Enigma e Comentário*: Ensaios sobre Literatura e Experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; BENDER Flora e LAURITO Ilka. *Crônica: história, teoria e prática*. São Paulo: Scipione, 1993. CÂNDIDO, Antônio [et. al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Universidade de Campinas, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. MARTINS, Dileta Silveira. *As faces cambiantes da crônica moreyrana*. Porto Alegre: PUCRS, 1977. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e *O estudo da crônica*. 1985 (Mimeo.); NEVES, Margarida de Souza. “História da crônica. Crônica da história”. In: REZENDE, Beatriz (org.) *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995; SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985.

³ FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa, Editorial Presença, 1985, p. 249. Vale citar esta bela passagem do texto clássico do autor: “A história se faz com documentos escritos, sem dúvida. Quando esses existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitos pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”.

construção das explicações estruturais, das macro narrativas, onde os conceitos são os protagonistas de uma historiografia que parece ter se afastados dos sujeitos a que pretende apreender. A condição da crônica nesse universo é de ser marginal em relação aos principais conceitos que construíram nossa noção de História. Então ela está na margem da História, primeiramente, por não tratar dos os grandes temas, os da estrutura.

Mas ela também não ocupa lugar de destaque na Literatura, este vasto campo redescoberto pela produção do conhecimento histórico na aproximação entre História e Ficção que resultou, sobretudo, do reconhecimento da presença da narrativa na História. Na Literatura, que é, para o historiador, o lugar de recriação de ambiências históricas, lugar do simbólico e do imaginário, também a crônica ocupa lugar marginal, pois seu contato com o real, o cotidiano, as coisas pequenas, outra vez impede que ela se torne grande, com raras exceções.⁴ É no estudo dos gêneros literários que esta noção de margem se evidencia.⁵

Definido a crônica

Esta é uma definição que se vai buscar, caracterizando. Inicialmente, porque como crônica pode-se entender muitas coisas e, depois, porque aqui vamos tratar de um tipo bem específico de crônica.

Apesar do afirmado acima sobre a marginalidade da crônica na Literatura, é mais perto da ficção que ela foi compreendida e, portanto,

⁴ Aqui apresento alguns cronistas nascidos em diferentes décadas, que deram contornos revolucionários à crônica, evidenciando não serem tão raras estas exceções no Brasil: Machado de Assis (1839), Carlos Drummond de Andrade (1902), Nelson Rodrigues (1912), Fernando Sabino (1923) e Luis Fernando Veríssimo (1936), para citar alguns.

⁵ A temática dos Gêneros é clássica na Literatura. Para quem se interessa pela discussão sugiro a obra de Carlos Reis, intitulada *O conhecimento da literatura*, publicada em Coimbra pela Editora Almedina em 1997.

é nos trabalhos sobre a Literatura que encontraremos mais informações sobre a crônica.⁶

A crônica que analisamos aqui nasceu com o jornal. Tomou forma de acordo com esta materialidade, o jornal, lugar de sua manifestação material, de sua existência concreta. A imprensa, que se desenvolveu no Brasil a partir dos anos de 1830 e 1840, já foi se constituindo com o espaço garantido para a crônica. E assim podemos compreender suas características fundamentais, amadurecidas com o jornalismo.

A primeira fundamental característica: a crônica é um fato moderno. A esta voltaremos posteriormente.

Seguindo, o jornal é um espaço de seções, de notícias, propagandas e escritores. Um espaço disputado, um espaço entre outros. Isso faz da crônica um texto curto.

O jornal é diário, quase sempre. Por isso é efêmero. Hoje leitura, amanhã embrulho. Isso faz o ritmo da crônica: dinâmico, rápido, efêmero, também.

O jornal é lugar da informação fácil, imediatamente perceptível, sem profundidade e dificuldades, pois é a leitura que se faz rapidamente pela manhã, tomando café, para saber o que está acontecendo no mundo, na cidade. Atualiza mais do que aprofunda um tema. Isso faz da crônica um texto fácil, superficial, descomplicado.

O jornal é artigo de consumo e entretenimento. Lugar da sedução e da polêmica, o que faz da crônica um texto divertido, pícaro, caricato.

Efêmera, curta, superficial, divertida, das coisas pequenas, do cotidiano... A que tipo de História a crônica pode servir? Eis nossa questão fundamental.

⁶ Os trabalhos citados na nota 2 deste trabalho exemplificam esta afirmação. Acrescento, ainda, a tese de Dileta Silveira Martins, intitulada *História e Tipologia da Crônica no Rio Grande do Sul*, na qual a autora mostra como a crônica acompanhou as tendências da Literatura Brasileira.

Crônica e história

Para receber a crônica a História teve que mudar, e mudou muito nos últimos anos. A noção de fonte histórica, mais ampla e complexa, cujo mérito inicial devemos à Escola dos Anais,⁷ será seriamente revisitada pelos historiadores contemporâneos, a partir, principalmente, dos anos 70 e 80.⁸ A História precisou repensar sua condição no seio da ciência para que uma renovação das fontes atingisse a historiografia de forma vigorosa e definitiva.

Não só por uma ação voluntarista dos historiadores, mas também por circunstâncias históricas e sociais, foi, então, necessário vivermos a maior crise de referenciais da sociedade moderna, para compreendermos o valor do passado que pode se revelar no cotidiano da vida experienciada, no dia-a-dia, nas coisas aparentemente comuns, da nossa existência banal, aparentemente menores e sem importância.

São diversas as abordagens sobre a renovação e sobre a entrada de novos objetos, fontes e abordagens no terreno da História. Em comum, elas mostram a relevância que hoje é dada ao tema da cultura nas Ciências Sociais, em detrimento das abordagens políticas ou econômicas, que caracterizaram a historiografia em diferentes etapas do século XX. E contextualizam com o fenômeno crescente da globalização uma mudança de paradigma que estaria minando uma noção estrutural da História, com suas macronarrativas explicativas, marcadamente conceituais, que se teriam afastado da realidade mais cotidiana de todos nós, impondo nestas análises a marca do

⁷ A título de esclarecimento, refiro-me aqui ao contexto Europeu Ocidental, o que mais influências teve sobre nós.

⁸ Inúmeros são os trabalhos que tratam da crise paradigmática das Ciências Sociais, mas os que mais contribuíram para este estudo foram: ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984; CHARTIER, Roger. "O mundo como representação". *Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo, 5 (11), 173-91, jan./abr. 1991; ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; ZAIDAN FILHO, Michel. *A crise da razão histórica*. Campinas: Editora Papirus, 1989.

artificialismo, do afastamento entre a teoria e a realidade a qual pretende dar conta.

A Historiografia contemporânea, então, tem buscado flexibilizar sua condição de ciência, abrir-se para campos mais próximos do sensível, acabando por se aproximar da ficção e da Literatura, debatendo estilo, linguagem, expressão, relação forma e conteúdo.⁹ Além disso, ela enfrenta o tema da representação,¹⁰ seu elo com o acontecido, e abre as portas para muitas possibilidades que avançam sobre um terreno cujos obstáculos se mostram cada vez mais fáceis de se desviar, mas como demonstra a questão sobre o cotidiano, não de se transpor, ou de destruir.

Dentre as fontes desta História que se produz na crise de paradigmas desenvolvida no âmbito da ciência moderna, a crônica se mostra como um lugar que oferece informações sobre o cotidiano das pessoas comuns e sobre o cotidiano das cidades, seus tipos populares, casos típicos, as ruas, anedotas.

Voltando à questão anunciada acima é, então, a crônica um fato moderno. Não pela época em que ela surgiu, mas pelo tanto que ela representa, expressa, essa modernidade. Como definiu Arrigucci Jr., a crônica submete-se “aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna...”¹¹ Ela está, portanto, repleta de modernidade.

⁹ O texto de Martin Jay intitulado “Debería la historia intelectual tomar un giro lingüístico?”, in: *Socialismo fin-de-siècle*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990 apresenta uma análise do chamado “giro lingüístico” nas Ciências Sociais.

¹⁰ Representativa deste debate sobre a representação é a polêmica entre Ankersmith e Zagorin publicada na revista *History and Theory* no início dos anos 90, a saber: ANKERSMIT, F. R. “Historiography and postmodernism”. *History and Theory*. Wesleyan University, USA, maio 1989. ANKERSMIT, F.R. “Reply to professor Zagorin”. *History and Theory*. Wesleyan University, USA, outubro de 1990. ZAGORIN, Perez. “Historiography and postmodernism: Reconsiderations”. *History and Theory*. Wesleyan University, USA, outubro de 1990.

¹¹ ARRIGUCCI JR., Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 53.

Como fenômeno tipicamente urbano, ela leva aos estudos das cidades. Nos oferece imagens da cidade, de como a cidade recebe os projetos urbanos, as mudanças políticas, como ela vivencia o sistema, como as grandes estruturas são traduzidas pelas pessoas comuns e como são experienciadas nas ruas, nas calçadas, nos becos, nas casas. Na dinâmica que caracteriza a modernidade, da busca do sempre novo e tecnológico, a crônica expressa o sentimento de despedida quase diária do passado, da renovação assustadora e sedutora, ao mesmo tempo, da paisagem, enquanto ela mesmo se metamorfoseia nesse processo. E, ao transformar-se, informa sobre toda a mudança.

Sua abordagem cotidiana, rasteira, singela, oferece respostas pequenas às grandes, profundas e sutis inquietações da sociedade contemporânea, da modernidade.

“A crônica não é um “gênero maior”, afirma Antônio Cândido.

Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhes dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor. “Graças a Deus, - seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós”.¹²

O historiador encontra justificativa para o fascínio pelas coisas pequenas, atualmente, no reconhecimento de que é no cotidiano mais básico da vida que ocorrem as manifestações da cultura de cada um. Como dito em trabalho anterior,¹³ o paradoxo entre uma história que se deslocou para o sótão - o nível cultural da análise - e uma história que parte do porão - vista de baixo - é só aparente. Trata-se do mesmo grande movimento da História em direção às análises culturais, pelo

¹² CÂNDIDO, Antônio [et. al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 13.

¹³ Me refiro aqui a uma das análises que realizei na Tese Doutorado sobre a emergência do tema da história vista de baixo. O título da Tese é *Fronteiras de Cristal: um estudo sobre a memória e a história através das crônicas “Antigualhas: Reminiscências de Porto Alegre”*, defendida em 2004, p. 106.

caminho da recuperação da experiência vivida concreta, cotidiana, dos sujeitos sociais.

Este historiador trabalha com o pressuposto de que a história das *pessoas comuns*¹⁴ e em atitudes comuns pode ser utilizada para se revelar o mundo mental e material de gerações passadas. É a versão historiográfica do apelo de Antonio Candido para algo que esteja “mais perto de nós”, que nos identifique como seres humanos comuns e com algum lugar resguardado na historiografia.

Não seria demais lembrar que o movimento de valorização das pessoas comuns foi uma preocupação dos historiadores marxistas já sob o rótulo de História Social.¹⁵ Os contornos dessa posição se modificou com a renovação aqui analisada, mas não é absolutamente nova. E mesmo se formos buscar as suas origens, nos remeteremos a autores que já nos anos 60 realizam críticas às análises exclusivamente estruturais na História dentro do marxismo, como é o caso de Henri Lefebvre, que assim abre seu livro “O direito à cidade”, publicado, primeiramente, em 1967:

Este livro terá uma forma ofensiva (que alguns considerarão talvez, chocante). Por quê?

Porque muito provavelmente cada leitor já terá em mente um conjunto de idéias sistematizadas ou em vias de sistematização. Muito provavelmente cada leitor procura um sistema ou encontrou o seu “sistema”. O sistema está na moda, tanto no pensamento quanto nas terminologias e na linguagem. Ora, todo o sistema tende a aprisionar a reflexão, a fechar os horizontes. Este livro deseja romper os sistemas, não para substituí-los por um novo sistema para abrir e pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos. É contra uma forma de reflexão que

¹⁴ Na expressão de Hobsbawn citado por Jim Sharpe, in: BURKE, Peter. *A escrita da História*, op. cit., p. 45.

¹⁵ Jim Sharpe no texto intitulado “A história vista de baixo”, analisa muito brevemente a relação das idéias de Marx para com uma história das *pessoas comuns*. In: BURKE, Peter. *A escrita da História*, op. cit., p. 44.

tende para o formalismo que um pensamento que tende para uma abertura trava o seu combate.¹⁶

No período de realização deste texto, era grande, na França, a influência de Louis Althusser, cuja obra, combinava o marxismo ao estruturalismo, defendendo a elaboração de modelos explicativos da sociedade, as estruturas, sistemas abstratos aplicados à realidade social a que devem dar conta, onde o sujeito está disperso, diluído e onde o tempo não se constitui um condutor da análise.

Imbuído de um espírito de combate ao formalismo e à procura por um sistema, Lefebvre desenvolveu estudos sobre a vida cotidiana no mundo moderno articulando três conceitos básicos: cotidianidade, modernidade e cidade. Sem pretensões de “dispensar teses nem hipóteses sobre o conjunto da sociedade”, o autor entende que a “crítica da vida cotidiana implica concepções e apreciações em escala de conjunto social”.¹⁷

Assim, estamos de volta ao ponto que motivou toda esta argumentação: o da articulação entre o cotidiano, situado no senso comum, com a análise estrutural, sustentada pela interação de conceitos, situada no campo científico. A síntese histórica que resultaria “de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história”,¹⁸ tem se mostrado, como analisa Sharpe, um projeto imprescindível, mas com limitados avanços reais.

¹⁶ LEFEBVRE, Henri, *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969, p. 7.

¹⁷ LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991, p. 34.

¹⁸ SHARPE, Jim, “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 54.

Considerações finais

Após uma longa jornada estudando as crônicas de Antônio Álvares Pereira Coruja que foram publicadas em Porto Alegre na virada do século XX, percebi a urgência de uma nova e mesma incursão sobre o universo dos textos sobre o cotidiano. Este trabalho é uma tentativa de reaproximação aos estudos sobre a crônica, motivados pela possibilidade de análise de um cronista pelotense chamado Alberto Coelho da Cunha (1853-1939).

Localizada na Biblioteca Pública Pelotense, a documentação sobre vida de obra deste cronista encontra-se protegida graças ao trabalho realizado pelo Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, coordenado pela professora Beatriz Ana Loner.

Alberto Coelho da Cunha nasceu em Pelotas no dia 13 de setembro de 1853. Como escrevente municipal teve a oportunidade de acessar muitas informações sobre a cidade, de dados estatísticos e demográficos a informações sobre moradores e ruas. Publicou em jornais, contos, crônicas e estatísticas, em alguns casos usando o pseudônimo de “Vitor Valpírio” e “Jatyr”. É autor de “Antigalhas de Pelotas”, uma coleção de artigos publicados no jornal Opinião Pública de 1939, que tratam do município de Pelotas e arredores.¹⁹

A questão do debate sobre o cotidiano na historiografia não se restringe a encontrar uma resposta capaz de resolver impasses históricos desta disciplina. O que motivam nossos debates, e onde eles encontram seu maior valor é, justamente, no entendimento de que o caminho importa mais do que a resposta mesmo. E o caminho aqui escolhido teve o objetivo de mostrar, inicialmente, a complexidade e os

¹⁹ GILL, Lorena Almeida. “Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas, (RS) 1890-1930”. *História Unisinos*. 10 (1): p. 45-52, janeiro/abril, 2006. Neste texto, a autora nos dá um exemplo de uso das crônicas de Alberto Coelho da Cunha como fonte para a história, ao analisar o surgimento das vilas operárias na cidade de Pelotas.

compromissos, mais ou menos conscientes, daqueles que trabalham com o cotidiano na historiografia.

Outra questão a ser pontuada é que é uma certa historiografia aquela que investe nos estudos sobre o cotidiano e que suas características estão centradas na idéia de valorização da experiência dos sujeitos, como fio condutor de uma análise estrutural, que parte do cotidiano, mas não recusa o estudo explicativo do funcionamento da sociedade. Com Hobsbawm podemos afirmar:

Na medida em que aceitemos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada. É significativo que atualmente mais historiadores achem útil o microscópio, mas isto não significa necessariamente que eles rejeitem os telescópios como antiquados.²⁰

As palavras de Hobsbawm respondem a uma provocação do historiador Lawrence Stone sobre o suposto abandono, por parte da História, da sua meta explicativa, com o reconhecimento da presença da narrativa na História,²¹ que é uma das características desta historiografia contemporânea, aqui brevemente caracterizada.

Ainda, como última consideração, gostaria de afirmar que o propósito de relacionar o cotidiano e a crônica dentro do âmbito da atividade do historiador, aqui desenvolvido, objetiva, por fim, traçar, desde já, algumas posições teóricas que serão seguidas nos estudos deste espaço urbano emblemático e significativo que é a cidade de Pelotas.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 206.

²¹ STONE, Lawrence. "El resurgimiento de la historia narrativa: reflexiones acerca de una nueva vieja historia". *El pasado y el presente*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

NAS MARGENS DA HISTÓRIA: Notas sobre os trabalhadores tradicionais e a historiografia

Edgar Ávila Gandra*
Marcos Cesar Borges da Silveira**

La primera fuente de incertidumbre de la que se debe aprender es que no existe grupo relevante alguno del que sea posible firmar que constituye los agregados sociales, ningún componente establecido que pueda usarse como punto de partida incontrovertible. Muchas investigaciones sociológicas han comenzado por establecer un tipo de agrupamiento - o varios-, antes de disculpar-se profusamente por esta limitación alga arbitraria que se hace necesaria, según se argumenta, por la "obligación de limitar el alcance de la investigación" o "por el derecho de un científico a definir su objeto". Pero este no es el tipo de contexto, el tipo de obligación, el tipo de disculpa, con los que desean comenzar los sociólogos de las asociaciones. Su labor no es estabilizar la lista de agrupamientos que componen lo social ya sea para lograr claridad o por conveniencia o para parecer razonable. Por el contrario, su punto de partida comienza precisamente con las controversias respecto de a qué agrupamiento pertenece cada uno, incluidas por supuesto las controversias entre los científicos sociales respecto de qué está hecho el mundo social.

Reensamblar lo social.
Bruno Latour, 2008.

Esse texto apresenta alguns questionamentos e proposições relativas à escritura de uma história social do trabalho que valoriza as

* Doutor em História pela UFRGS. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas.

** Doutor em História pela UFRGS. Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal do Amazonas.

agências dos trabalhadores. Essa proposta inspira-se em autores reconhecidos tanto no campo da história como da antropologia do trabalho. Autores como Thompson, Bourdieu, Leite Lopes e outros pesquisadores que, desde o final da década de 1970,¹ vêm produzindo estudos com viés etnográfico, que incorporam de modo ativo as categorias dos próprios trabalhadores na escritura da história, isto ocorre através de um diálogo atento com as fontes orais e escritas.

Dessa forma, a principal preocupação desse artigo consiste na análise de possibilidades interpretativas abertas pela utilização da memória reavivada e do cotidiano para a reconstrução de aspectos da cultura e da identidade social de grupos trabalhadores. Logicamente, temos presente que é uma tarefa hercúlea - impossível para um ensaio introdutório como este - esgotar as perspectivas abertas pelo diálogo das categorias supra mencionadas, no entanto, esperamos “lançar luzes” sobre a importância da ampliação desse debate no campo da historiografia. A questão que se coloca aqui e que, não obstante, não pode ser respondida nos limites desse artigo, é: Como escrever uma história do trabalho que não seqüestre a agência dos trabalhadores desde o início, seja em nome de alguma instância econômica, ideologia política ou aspecto cultural?

É notório que a história do trabalho sobrelevava, até a década de 1980, aspectos ditos estruturais, notadamente demográficos e econômicos, e/ou políticos, priorizando as relações entre sindicatos e partidos políticos e entre esses e o Estado, em detrimento dos aspectos culturais e sociais da experiência dos trabalhadores. Uma característica dessa produção foi o apriorismo conceitual e temático. Noções pré-definidas, como classe, consciência e alienação, eram articuladas ao

¹ Veja-se, por exemplo: THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. BOURDIEU, Pierre. *O Desencantamento do Mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979. LOPES, José Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo, UNB/Marco Zero, 1988.

exame de instâncias econômicas e segmentos sociais privilegiados do ponto de vista teórico.

A partir da década de 1980, os estudos históricos sobre o mundo do trabalho experimentaram relevantes re-leituras em que eram incorporados vários aspectos do “modo de vida” dos trabalhadores - relações domésticas, cotidiano, gênero, processos de trabalho, formas de dominação e resistência, percepções e valorações – originando uma literatura de inspiração etnográfica. Todavia, manteve-se o privilégio daquelas categorias ditas “clássicas”, como, por exemplo, portuários, ferroviários e operários fabris em detrimento de grupos de trabalhadores considerados marginais e/ou atrasados do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo.²

Nesse cenário, cabe destacar, alguns coletivos de trabalhadores, pescadores, lavradores e coletores, que por suas peculiaridades históricas e culturais, onde o trabalho, apesar de importante, não define de modo isolado sua identidade, ficaram à margem da historiografia que, até bem pouco tempo atrás, priorizava o operário identificado

² Para uma abordagem marcadamente com viés econômico-institucional vide, por exemplo: WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1987. CATTANI, Antônio David. *Sindicalismo: ação - reflexão*. Caxias do Sul: EDUCS, 1990. _____. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre: SM Cultura, Palmarinca, 1991.

Em relação a uma perspectiva mais global e não apriorística destaca-se autores como: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos – direitos e cultura de solidariedade 1937 – 1968*. São Paulo: Hucitec, 1995. _____. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, UNICAMP, 2003. PAÓLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: José Leite Lopes (Org.). *Cultura e Identidade Operária*. Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, Rio de Janeiro, 1987, p. 53-102.

PETERSEN, Sílvia Regina F. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*. UFRGS, Porto Alegre, número 3, p. 129-154, 1995.

claramente com a economia moderna. Tal situação, grosso modo, correspondia a uma divisão social do trabalho no âmbito da pesquisa acadêmica, ficando os historiadores com as categorias “clássicas” de trabalhadores e os sociólogos e, principalmente, os antropólogos com os trabalhadores tradicionais, com relações complexas com o “mundo urbano”, o “capitalismo”, a “sociedade englobante”, “sociedade nacional”, etc.

Estudos sobre grupos de trabalhadores, rurais e urbanos, desenvolvidos a partir no final da década de 70, por pesquisadores do Museu Nacional contribuíram na superação de alguns desses reducionismos teóricos, ensejando pesquisas atentas às particularidades das formas de dominação e resistência e à pluralidade de identidades sociais presentes nos mundos do trabalho, o que é consoante com a heterogeneidade de um país continental como o Brasil. Trabalhos como o de Moacir Palmeira, Leite Lopes, Lígia Sigaud, sobre trabalhadores rurais, empregados nos engenhos de açúcar ou em “fábricas do interior”, ambientes que mesclam formas de dominação capitalistas híbridas, ou seja, caracterizadas por apresentarem pontes com tradições herdadas do passado, tiveram o mérito de chamar a atenção para as condições de vida, trabalho e luta de coletivos de trabalhadores até então negligenciados pela academia.³

Para o debate atual, intramuros, tendo em vista o diagnóstico de “crise”⁴ teórica da história do trabalho, em específico, suas categorias

³ PALMEIRA, Moacir. “Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. *Contraponto*, ano II, Rio de Janeiro, Centro Noel Nutels, 1977. LOPES, Leite José. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. SIGAUD, Ligia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

⁴ Neste ponto, veja-se: SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. *Culturas de Classe*. In: Cláudio Batalha, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes (Org.). *Culturas de Classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 25-48. KIRK, Neville. “Cultura: Costume, Comercialização e Classe”. BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). *Culturas de Classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, pp. 49-72.

fundamentais, classe e trabalho, ganham importância essas etnografias, sobretudo, a forma como o trabalho aparece articulado a outros aspectos da experiência. Interessa aos historiadores a visão mais global e, sobretudo, a sensibilidade para com as categorias dos próprios agentes. Não se trata de apenas somar aspectos da vida cotidiana e da cultura à dimensão do trabalho, mas de apreender as categorias usadas pelos próprios trabalhadores na reconstrução de seu mundo.

É possível que o estreitamento do diálogo entre historiadores e seus colegas cientistas sociais tenha encontrado certa dificuldade devido ao caráter ainda incipiente dos estudos históricos sobre o trabalho em períodos recentes da história. Temas identificados à história contemporânea e, principalmente, do tempo presente, constituíam, até bem pouco tempo atrás, antes dos questionamentos teóricos que tencionaram a historiografia do trabalho, um terreno de caça exclusivo de sociólogos e antropólogos.

Tal situação fica evidente quando se trata de trabalhadores “tradicionais”, isto é, indivíduos e grupos humanos em meio a travessias do ambiente rural para o urbano. Tal é o caso de pessoas empregadas em fábricas do interior, geralmente, circunscritas por modalidades “híbridas” de dominação capitalista, do tipo “sistema fábrica-vila operária”, “sistema de barracão” ou outras modalidades de dominância em que os patrões acumulam, além do poder econômico, o poder sobre um determinado território e/ou circuito, que engloba e ultrapassa os limites da empresa. Como já foi dito, os historiadores da classe operária, diferentemente dos seus colegas antropólogos e sociólogos, têm priorizado grupos de trabalhadores “modernos” e combativos em contraponto aos segmentos mais “atrasados” do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo e/ou da organização político-sindical.

Por outro lado, aquilo que se poderia atribuir como parte da cultura - valores, tradições, perspectivas, costumes, relações domésticas, étnicas e de gênero, dentre outros - eram, frequentemente,

abstraídas em benefício de algumas variáveis privilegiadas. As percepções e agências reais de pessoas reais eram despachadas como “ilusões”, “ideologia” ou “desvios” daquilo que seria uma consciência verdadeira da classe. No lugar da cultura dos coletivos aparecia a metafísica do pesquisador e no lugar do historiador era freqüente a presença do juiz. Ainda que nem sempre de modo explícito, o paradigma da revolução presidia e, no nosso entender, preside boa parte da história do trabalho.

Os poucos estudos sobre grupos de trabalhadores afastados dos grandes centros urbanos, portadores de valores tradicionais e, no mais das vezes, sujeitos a formas de dominação capitalistas particularizadas por apresentar “pontes” com o passado senhorial e escravista, mantinham o paradigma da revolução enquanto grade de leitura. Comportamentos e valores “rebeldes” eram explicados, segundo uma visão etapista e vanguardista, na esteira dos movimentos “pré-políticos” e, portando reduzidos a ensaios das lutas de classes da sociedade moderna, prenhe da revolução social e do socialismo. Nesse ponto, é conveniente lembrar Thompson na sua crítica a essa visão teleológica e pré-conceitual desvinculada da experiência dos atores sociais.⁵

Veja-se que, textos que incorporavam a “cultura” dos trabalhadores tendiam a compor uma visão teoricista à medida que aplicavam “modelos ideais” com escassa pesquisa empírica. Em parte da historiografia voltada para o “populismo” a eleição de alguns traços culturais dessa “nova classe operária” egressa do campo, “individualismo”, “conservadorismo”, ausência de experiência político-sindical e relações pessoalizadas, tornavam os trabalhadores incapazes de defenderem seus interesses e vítimas de líderes carismáticos e da propaganda estatal.

⁵ Para uma crítica de cunho conceitual vide: THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Subjaz a essas interpretações aquilo que se pode chamar de um paradigma em negativo da revolução do qual às teorias do “colapso do populismo” e do “rebaixamento da classe operária” são bons exemplos. Como a sociedade e os trabalhadores foram incapazes de fazer a revolução e construir o socialismo, iludidos ou traídos pelo populismo, adveio a barbárie da ditadura civil-militar. De qualquer modo, o que se sublinhava era a heteronomia dos trabalhadores, incapazes de controlar seu próprio trabalho, incapazes de participar de forma efetiva da vida política do país, aspecto que já foi refutado. A historiografia mais recente contrapõe essa leitura do papel dos trabalhadores no contexto do trabalhismo com farta documentação e uma guinada interpretativa que valoriza a agência dos trabalhadores, suas escolhas e sua capacidade de conduzir suas próprias vidas, ou seja, estavam longe de ser “massa de manobra” de “líderes carismáticos” com ampla capacidade de “manipulação”.⁶

A eleição do cotidiano, quando se supera a sua percepção como mera instância reprodutiva, enseja abordagens inovadoras em estudos sobre grupos de trabalhadores. Sem negar a realidade das desigualdades, das hierarquias, das estruturas, é possível repor a problemática dos atores e das agências no centro do debate acadêmico.

No âmbito da história do trabalho, na década de 1980, ganharam visibilidade estudos cuja temática principal incide sobre a “vida de

⁶ Para uma crítica das “teorias do rebaixamento” da classe operária no trabalhismo veja-se, por exemplo, GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debates e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. SILVA, Fernando Teixeira & COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debates e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FORTES, A. & Outros. *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

todos os dias”. O cotidiano e a cultura dos trabalhadores “clássicos” obtiveram importância na historiografia mantendo-se, não obstante, à margem os trabalhadores tradicionais. O cotidiano emergiu como tema, permitindo um olhar mais amplo da vida dos atores, mas também como ferramenta analítica com vistas a descobrir possibilidades de resistência, inovação e criatividade dos trabalhadores frente aos seus outros – padrões, governo, lideranças, outras categorias, gênero etc.⁷

Pode-se dizer que, nesse momento, o cotidiano enseja uma abertura da história do trabalho para o momento pós-estruturalista. Acompanhar os atores, seguir seus rastros e, com base nesses registros, reconstruir “mundos de sentido”. Nessa *démarche*, cotidiano e cultura, palavras em alta no léxico do historiador, deixam de ser categorias vazias - vazias porque saturadas de significados externos e arbitrários em relação à realidade dos coletivos, aparecendo como termos que facilitam o diálogo do historiador com as suas evidências, *croquis* de uma cartografia cujo desenho depende muito mais dos rastros deixados pelos atores - de suas controvérsias, disputas e concepções - e menos de enunciados teóricos apriorísticos.

Falar em cotidiano e cultura implica, de certo modo, numa “economia teórica” que não se justifica por um empirismo escancarado, mas, pelo contrário, reclama uma maior capacidade de abstração, já que se trata, para usar a expressão de Thompson, de “historizar os conceitos”.

Trata-se de valorizar descobertas, construir categorias de análise mais efetivas, porque feitas a partir dos materiais que chegam ao historiador, reconstruir a “metafísica dos atores” em vez de impor pontos de vista externos, geralmente às custas do silêncio ou mesmo da desclassificação de fontes, memórias e registros que desestabilizam interpretações já entronizadas.

⁷ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana”. *História & perspectivas*, Uberlândia, n. 6, jan./jun., 1992.

Renunciar ao “saber demasiado”, isto é, ao saber pretensioso que já contém a verdade do “objeto” desde o início. Para falar como Latour, importa menos a metafísica do pesquisador frente à necessidade e ao desafio de reconstruir as metafísicas dos coletivos humanos cujas travessias e mundos se procura deslindar.⁸

Acompanhar os trabalhadores na sua labuta cotidiana, nas greves e no sindicato. Cartografar seus vínculos com seus Outros: familiares, amigos, vizinhos, demais trabalhadores, patrões, líderes e quaisquer outros atores que possam aparecer em meio ao emaranhado de conexões que dão vida e sentido ao seu mundo. Estabelecer vínculos, descobrir grupos e identidades, lealdades e oposições, pode ser um bom caminho, um bom roteiro de viagens quando se trata de compor um rol de agências que, percorrendo a subjetividade do trabalhador, favorecem, dificultam ou impedem determinadas agências.

No âmbito dessa discussão pode-se dizer que estudos que marcaram as “guinadas” historiográficas, como os já citados Thompson e Leite Lopes, devem muito de suas inovações ao fato de não seccionar campo-cidade, tradição-modernidade, mas, pelo contrário, buscam apreender particularidades em meio a processos mais globais, ou seja, dando atenção a grupos, práticas e valores locais e tradicionais que aparecem combinadas e/ou coexistindo com atores, modos de dominância, percepções e valores ligados à sociedade moderno-capitalista.

Frente a essa constatação pode-se propor a ampliação da historiografia do trabalho com vistas a reconhecer a cidadania histórica aos chamados trabalhadores tradicionais – pescadores, coletores, lavradores e outros coletivos. A realização de estudos históricos sobre esses grupos implica num desafio historiográfico à medida que exige a releitura e elaboração de conceitos e metodologias de pesquisa, nesse sentido, contribuindo para oxigenar o campo da história do trabalho.

⁸ LATOUR, Bruno. *Reensamblar lo social: Una Introducción a la teoría Del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

Tendo em vista que, na maioria das vezes, trata-se de atores sobre os quais existe uma escassa documentação escrita, certamente um efeito da sua marginalidade frente ao Estado e ao mercado, a metodologia da história oral aparece como uma ferramenta fundamental na historicização dessas experiências. Tanto mais porque o “material” obtido com as entrevistas pode ensejar todo um repertório de fatos, atores, elos e noções suficientemente ricos para que o historiador componha narrativas ancoradas na perspectiva dos atores.

Entende-se a memória como uma chave de leitura na reconstrução do modo de vida dos coletivos humanos, assim, essa aparece enquanto mediação de primeira ordem na elaboração das narrativas históricas. De um ponto de vista histórico interessa inserir as memórias dos atores nos quadros sociais ancorando-as na trajetória dos coletivos. De acordo com Halbwachs, a memória consiste num fenômeno social o que põem em evidência sua natureza coletiva. Enquanto presentificação do passado supõe a existência de uma comunidade afetiva, material ou virtual, que permite ao agente reconstruir suas lembranças sobre um fundamento comum. Termos como “coletivo” e “presentificação” indicam que só temos capacidade de lembrar quando nos colocamos na perspectiva de um ou mais grupos, situando-nos em uma ou várias correntes do pensamento coletivo.⁹ Por outro lado, é importante transbordar os marcos da sociologia francesa clássica, notadamente o privilégio conferido à coesão e ao consenso em detrimento das diferenças e conflitos que envolvem as memórias coletivas. Sobre essa questão Indursky & Campos (2000) destacam a memória enquanto referencial vivo nos processos identitários mediante suas capacidades de filtrar e manter o sentido e modos de atuação. Nesse caso, comportando a lembrança, a redefinição e a transformação, mas também o esquecimento, a ruptura,

⁹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

a negação do vivido e do falado.¹⁰ Leitura semelhante é apresentada por Pollack (1989) quando situa as memórias no âmbito das lutas que atravessam o mundo social, circunscrevendo o que deve ser objeto de rememoração, aquilo que pode ser lembrado, o que é silenciado e, no limite, esquecido.¹¹ Nesse ponto, não se pode separar a memória das tensões que envolvem a relação capital - trabalho com o cosmos social que a delimita. Assim, uma das possibilidades interpretativas abertas pelas memórias dos trabalhadores diz respeito à crítica a outras memórias e histórias já estabelecidas. Escrever uma história do trabalho do ponto de vista dos trabalhadores implica numa revisão historiográfica que ultrapassa os limites do debate entre os especialistas da área, mas também enseja repensar marcos, recortes, temas e conceitos que organizam o próprio discurso histórico.

Um dos pontos fundamentais para o sucesso da história oral dentro e fora do meio acadêmico diz respeito à sua abertura para segmentos sociais marginalizados, agentes “sem voz”, “silenciados” pelas estruturas de dominação. O perigo está em degenerar esse uso crítico numa visão heróica que concebe a história oral como uma disciplina capaz de permitir a escrita de “uma outra história” caracterizada pela identificação da fala dos atores subalternos com a verdade histórica. Essa visão ingênua – talvez seja melhor denominar espontaneísta – se contenta em ratificar a auto-imagem e as representações dos atores enfocados, com a diferença de que se trata, em geral, da fala dos subalternos e não dos grupos dominantes ou do discurso oficial.¹²

¹⁰ INDURSKY, F.; CAMPOS, M. do C. (Org.). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

¹¹ POLLAK, Michael. “Memória Esquecimento e Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989. _____. “Memória e Identidade Social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992.

¹² Pollak questiona o “missionarismo militante” que caracteriza alguns estudos baseados na História Oral. Para um apanhado desse debate no campo das ciências sociais e da história veja-se: WEBER, Regina. “Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em História Oral e Ciências Sociais”. *DADOS*, Rio de Janeiro, 1996.

Pesquisas com base no contato direto com trabalhadores contemporâneos revelam que a fala dos atores é perpassada por múltiplos condicionantes derivados, dentre outros aspectos, dos processos de diferenciação interna da classe operária, da situação e posição de classe de diferentes grupos, da heterogeneidade das formas de dominação a que estão submetidos os trabalhadores e dos diferentes efeitos de mobilização. Assim, a fala da classe – em oposição à fala dos outros – não é constituída apenas de informações que podem ser diretamente apropriadas para fins analíticos, mas também se constitui de representações e ideologias que devem ser incorporadas mediante um exame crítico.¹³

Obviamente esse texto não pretende ser conclusivo sobre assuntos complexos que causam desassossego na historiografia. Por outro lado, procurou-se destacar temas e estratégias de pesquisa que podem abrir veredas históricas promissoras à medida que implicam a acolhida de dúvidas e disputas advindas da trajetória da pesquisa na feitura do texto histórico. Levar a sério o que fazem e pensam os atores implica num aumento das incertezas por parte do pesquisador, tal situação, longe de ser objeto de algum tipo de exorcismo historiográfico, deve ser reconhecida como fecundante do ponto de vista da permanente reconstrução da história.

¹³ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: UNB/Marco Zero, 1988. WEBER, Regina. *Os Operários e a Colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. UNIJUI: Editora Ijuí, 2002. DUARTE, Luiz Fernando Dias. “De bairros operários sobre cemitérios de escravos. Um estudo de construção social de identidade. Cultura e Identidade Operária”. In: LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Cultura e Identidade Operária*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED, p. 37-52, 1987.